

LUIZ DARIO TEIXEIRA RIBEIRO

CAPÍTULOS SOBRE A HISTÓRIA DO SÉCULO XX

Tese de Doutorado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazelli

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Luiz Dario Teixeira
Capítulos sobre a História do Século XX / Luiz
Dario Teixeira Ribeiro. -- 2013.
281 f.

Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2013.

1. Século XX. 2. Revoluções e contrarrevoluções. 3.
Descolonização. 4. Unificação europeia. 5.
Globalização. I. Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos,
orient. II. Título.

LUIZ DARIO TEIXEIRA RIBEIRO

CAPÍTULOS SOBRE A HISTÓRIA DO SÉCULO XX

Tese de Doutorado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazelli
(Orientador, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS)

Profa. Dra. Cláudia Wasserman
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad
(Universidade Federal de Santa Maria)

Enrique Serra Padrós
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira
(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Tese defendida e aprovada em 1º de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

O número de pessoas que contribuíram para que este trabalho e minha carreira chegassem até aqui é superlativo. Isso torna impossível agradecimentos individualizados. É necessário, portanto, que na maior parte das vezes estes sejam institucionais e coletivos. Apesar disto, alguns responsáveis devem ser lembrados.

Agradeço à “turma da Rua Mascarenhas” em São Gabriel, contemporâneos de infância e Juventude. Com eles, aprendi que o que nos une é superior ao que nos separa e a conviver com a diversidade social. Agradeço ao convívio e as lições dos colegas da Escola Agrotécnica de Alegrete (EAA). Com eles, adquiri o gosto pelo aprendizado através da discussão ponderada e a primeira noção de que a ação coletiva deve transcender a rebelião pessoal e que, mesmo assim, ela não garante a realização de nossos objetivos. Minha gratidão também aos contemporâneos do Colégio Agrícola da Universidade Federal de Santa Maria (CA-UFSM) pelas experiências de ação coletiva orientada para alcançar objetivos comuns. Com estas fomos capazes de enfrentar vitoriosamente os dissabores das políticas excludentes e descobrir que não existe apenas um caminho para chegarmos aos nossos objetivos.

Agradeço também ao curso de História da UFSM que, com seus temas e métodos arcaicos e autoritários (exceção da professora Artenisa Rocha), me disponibilizou tempo para estudar o que era realmente importante. Durante esse período, o convívio com os corresidentes da Sociedade Universitária Cultural (SUC) ex-casa da Juventude Universitária Católica (JUC) me enriqueceu culturalmente e ensinou que a rebeldia só é efetiva quando coletiva e orientada para um objetivo social.

Agradeço ao IFCH, na pessoa do seu ex-diretor (Temístocles Américo Correa Cezar), ao PPG em História (sob coordenação da professora Regina Weber) e ao Departamento de História (sob a chefia do professor Eduardo dos Santos Neumann e do professor Enrique Serra Padrós) que, institucionalmente, me estimularam para a realização deste trabalho.

Não poderia deixar de demonstrar minha gratidão à professora doutora Sandra Jatáhy Pesavento, que me iniciou no caminho da pesquisa acadêmica, à professora doutora Suzana Blayl de Souza, que me convidou a ser professor colaborador (substituto) em sua disciplina, à incentivadora e amiga de todas as horas professora Vera Regina de Aquino Cohen, que me garantiu o ingresso e a permanência na área de História Contemporânea.

Sou imensamente devedor aos colegas de História Contemporânea Vera Regina de Aquino Cohen, Paulo G. Fagundes Vizentini e Enrique Serra Padrós, pelo estímulo para o desenvolvimento destes assuntos e meu desenvolvimento intelectual. Agradeço também a minha professora de História da Arte (na UFSM) e colega Jane Aita e à discente Nara Martins que, juntamente com a Professora Vera Cohen, criaram as disciplinas de História da Ásia Contemporânea e de História da África Contemporânea, abrindo caminho para a crítica ao eurocentrismo.

Sou grato ao secretário do Departamento de História, Paulo Ricardo da Roza Terra, pela amizade e pelo apoio permanente.

Além dos muros acadêmicos, agradeço ao amigo Mauro Messina, pelo constante abastecimento em material bibliográfico ao longo de minha vida profissional.

Não posso deixar de destacar a importância de Gabriela Rodrigues, José Ernesto Melo e Sandro Gonzaga, ex-alunos, que graciosamente transcreveram as palestras que serviram de base para o capítulo sobre o Nazismo, aqui trabalhado. Sou grato também ao trabalho voluntário dos bolsistas do NERINT – Cristiana Maglia, Guilherme Ziebell de Oliveira, Isadora Loreto da Silveira e Lucas de Oliveira Paes – na digitalização de textos desta tese e, especialmente, a Bruna Santos dos Santos, pela padronização dos vocábulos em chinês (mandarim) conforme a nova grafia.

Entre as pessoas a quem sou grato por sua contribuição no processo de construção desta tese, é importante destacar meu especial agradecimento à ex-aluna – ansiosa controladora de qualidade e revisora – Mestra Alesandra Gasparotto (Sana) e a seu consorte, o Mestre Günter Tlajja Leipnitz. Suas contribuições, dedicação e estímulos foram de grande importância.

Agradeço a meu pai, Ary Ladeira Ribeiro (*in memoriam*), e a minha mãe, Adi Teixeira Ribeiro (*in memoriam*), por haverem me dado vida e me ensinado os padrões básicos do comportamento moral e social. Agradeço, também, a minha prima Marçalina de A. B. Sassi e a seu marido, Wilmis Simões Sassi, que deram continuidade na difícil tarefa de tutelar e encaminhar aquele rebelde e irresponsável adolescente.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, constituída pelos professores Doutores Diorge Alceno Konrad (UFSM), Helder Gordim da Silveira (PUCRS), Cláudia Wasserman (UFRGS), Temístocles Américo Corrêa Cezar (UFRGS) e Enrique Serra Padrós (URGS), por sua gentileza e presteza em avaliar este trabalho.

Finalmente, agradeço e dedico este trabalho aos quatro EMES que (não são Marx, Mariátegui, Mao e Mandel) que iluminam minha vida e são a razão deste trabalho: Marta, Mariana e Maria Manuela.

RESUMO

Este trabalho procura investigar e interpretar alguns processos históricos marcantes do século passado e que possuem identidade própria e podem ser nomeados como capítulos. Tais capítulos constituem parte significativa da História do século XX e são responsáveis pela identidade histórica específica deste. Não se pretende aqui apresentar um trabalho baseado em fontes primárias nem defender novas e diferentes teses históricas. Esta é uma pesquisa centrada na análise bibliográfica que dialoga com sínteses e estudos monográficos sem uma preocupação maior do que a de elaborar instrumentos para o estudo introdutório da História do século XX.

Palavras-chave: Século XX – Revoluções – Contrarrevoluções – Descolonização – Segunda Guerra Mundial – 1968 – Unificação europeia – Globalização.

ABSTRACT

This paper aims to investigate and interpret some striking historical processes of the last century, which have its own identity and can be named as chapters. These chapters constitute a significant part of the twentieth century history and they are responsible for its specific historical identity. We don't intend to present an analysis centered on primary sources or defend new and different historical theses. This research is focused on literature review and dialogues with syntheses and monographic studies, so its main concern is to devise instruments for the introductory study of the history of the twentieth century.

Keywords: Twentieth century – Revolutions – Counter-Revolutions – Decolonization – Second World War – 1968 – European unification – Globalization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Alguns elementos para situar a História Contemporânea.....	11
1.2 Ruptura e continuidade – a transição.....	14
1.3 Avanços e regressões.....	15
2 A RUPTURA REVOLUCIONÁRIA NA RÚSSIA – 1914-1921	22
2.1 O papel da I Guerra Mundial na Revolução Russa	22
2.2 Os partidos na Rússia	25
2.3 Da insurreição de fevereiro ao golpe de Kornilov.....	28
2.4 A “Kerenschina” e insurreição de outubro	35
2.5 A guerra civil e a intervenção internacional.....	42
2.6 A política econômica do “comunismo de guerra” até sua derrota	47
3 O NAZISMO COMO COLONIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	55
3.1 As crises favoráveis ao crescimento do nazismo.....	60
3.2 A colonização da sociedade.....	64
3.3 Colonização e autodestruição	71
4 ANTECEDENTES E CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	73
4.1 A conjuntura pós Primeira Guerra Mundial	74
4.2 A Guerra na Europa: antecedentes profundos	79
4.3 A guerra na Europa.....	89
4.4 Conclusão	97
5 REVOLUÇÃO CHINESA	100
5.1 As Guerras do Ópio e seus efeitos.....	103
5.2 A República e suas vicissitudes.....	107
5.3 O surgimento do Partido Comunista e o Guomintang.....	108
5.4 As tentativas de aniquilamento e a Longa Marcha.....	111
5.5 A guerra de resistência contra o Japão	113
5.6 A Guerra Civil	116
6 INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA DESCOLONIZAÇÃO DA ÁSIA	130
6.1 O processo descolonizador	130
6.2 Antecedentes.....	130
6.3 Causas.....	132
6.4 As primeiras independências	138
6.4.1 Independência das Filipinas	141
6.4.2 A descolonização do império britânico da Índia	142
6.4.3 A independência da Indonésia – fim do império holandês.....	145
6.4.4 A destruição do império francês na Indochina	147
6.5 Revolução Chinesa	150
6.6 A Conferência de Bandung.....	151
6.7 Outras considerações à guisa de conclusão	152

7 HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO E DA DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA	154
7.1 Descolonização africana	154
7.2 Agentes da penetração e da partilha e da conquista da África Subsaariana	158
7.2.1 O início da penetração europeia	158
7.2.2 A Conferência de Berlim e a partilha da África	159
7.3 Os diferentes sistemas coloniais: conquista, dominação, exploração e modernização	161
7.3.1 A conquista e a ocupação da África	161
7.3.2 Os impérios e as formas de dominação	163
7.3.3 O processo de modernização da exploração	166
7.4 Negritude, pan-africanismo e descolonização	172
7.4.1 A negritude	172
7.4.2 O pan-africanismo	173
7.4.3 O processo da descolonização	175
8 “1968” E SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO	196
8.1 Os fundamentos históricos.....	197
8.2 Os Estados Unidos e a Guerra do Vietnã	205
8.3 Os eventos de 1968.....	209
8.4 Considerações finais	214
9 UNIFICAÇÃO EUROPEIA: REALIDADE OU MITO.....	217
9.1 A unidade europeia.....	218
9.3 Origens, evolução e conflitos da integração oeste-europeia.....	222
9.4 O papel da Guerra Fria	224
9.5 Evolução do processo de unificação.....	229
9.6 A guinada para a direita.....	240
9.7 A questão alemã: a “reunificação”	244
9.8 Problemas para alcançar a unidade.....	247
10 A GLOBALIZAÇÃO	254
10.1 A nova ordem internacional (NOI).....	265
10.1.1 Algumas características da NOI	267
REFERÊNCIAS	271

1 INTRODUÇÃO

1.1 Alguns elementos para situar a História Contemporânea

Tradicionalmente, entende-se por *História Contemporânea* a História iniciada no fim do século XVIII e começo do século XIX, correspondendo ao período da ascensão e do amadurecimento, na Europa, do capitalismo, a partir da sua forma de capitalismo industrial. Neste sentido, a *História Contemporânea* seria a História da época do capitalismo como acima especificado. Se nós temos tal época bastante definida quanto à sua origem, nós não a temos definida em relação ao seu fim. Dessa forma, nós estaríamos vivendo a era contemporânea. Por outro lado, é interessante notar que historiadores como Geoffrey Barraclough (1966) e vários outros historiadores britânicos e soviéticos (LOWE, 2011, EFIMOV, 1977) colocam a *história contemporânea* não como tendo sido iniciada na época da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, mas como uma história que iniciou no interregno que permeia os anos entre 1890 e 1917.

Segundo Mayer (1987), antes do final da Primeira Guerra Mundial havia uma persistente sobrevivência dos elementos e dos aspectos sociais, culturais e ideológicos do “Ancien Regime” que caracterizavam a maior parte da vida política e diplomática das sociedades europeias. A partir desses elementos, é possível identificar a “Bela Época” como uma fase de transição rumo a uma sociedade efetivamente industrial e capitalista – a da época contemporânea. Esta teria iniciado com o final da “Grande Guerra” e teve seu nascimento identificado com o fim dos Impérios plurinacionais, das monarquias e do poder dos notáveis, substituídos progressivamente por formas democráticas de poder político.

Mas o evento que teria sido determinante deste corte foi a vaga revolucionária nacionalista e principalmente proletária tentando instaurar uma nova sociedade e uma forma de governo que havia dado seus primeiros passos com a “Comuna de Paris”,¹ e havia

¹ Comuna de Paris. No governo de Napoleão III, a França envolveu-se em atritos constantes com a Prússia. Napoleão III declarou guerra à esta e o exército prussiano venceu os franceses. O imperador francês foi aprisionado na Batalha de Sedan, sendo proclamada a República com um governo provisório de defesa nacional sob a presidência de Thiers. Este iniciou um processo de capitulação entregando o exército e suas armas para contrariedade da população de Paris. A Guarda Nacional cuja maioria dos membros eram operários e pessoas da pequena burguesia assaltou a prefeitura e expulsou os deputados que se refugiaram em Versalhes. Em 18 de março a tentativa de desarmar a Guarda Nacional provocou a reação popular que tornou Paris independente. A guarda nacional se misturou aos soldados amotinados que massacraram os seus comandantes. Em 26 e 28 de março foram realizadas eleições sendo proclamada a Comuna. O governo revolucionário era constituído por uma federação de representantes de bairro. Eleições sob a forma de democracia direta na administração pública foram

amadurecido com o “Soviete de Petrogrado” em 1905. A História Contemporânea seria então, nesse caso, a história do amadurecimento do capitalismo na sua forma monopolista, do desenvolvimento do cientificismo e da expansão do industrialismo característico da Segunda Revolução Industrial (identificada com o motor de explosão interna, taylorismo como forma de organizar a produção fabril e de desarmar o poder operário decorrente de seu domínio direto sobre o processo de produção e, ainda, o desenvolvimento da indústria da química sintética). Ela constitui ainda o início do período de emergência plena dessa forma nova de organização do capitalismo industrial, além de ser fruto da resolução violenta do conflito interimperialista que modificou as relações sociais, econômicas e políticas de forma irremediável. Segundo tais interpretações, a história que compreende o século XVIII até o início do século XX representaria um segundo momento da época da *História Moderna*.

O que serviu de base para essas considerações de Barraclough e de vários outros historiadores britânicos e soviéticos na revisão da periodização histórica foi o fato de que, para eles, não houvera uma ruptura muito clara do capitalismo com o feudalismo no final do século XVIII. Estes elementos ficam implícitos em seus argumentos. O que acontecera fora a crise do processo de transição caracterizado pela combinação de aspectos capitalistas e feudais expressos no caráter contraditório do Absolutismo e da “refeudalização” que caracterizou a Europa Continental no período. Ruptura houvera internamente, entre o capital mercantil e o capital industrial, com a revolução tecnológica da invenção da máquina a vapor; ao passo que entre 1890 e 1917 houve um fenômeno novo que foi a expansão do industrialismo, a incorporação planetária a uma unidade histórica inicialmente centrada na Europa, a ascensão de potências extraeuropeias (EUA, Japão e Rússia) e a Revolução Soviética, apontando para a superação do período histórico preexistente e para o primeiro estágio de uma época socialista. O que significa ir além da passagem interna do capitalismo na Europa Ocidental rumo a uma mudança qualitativa (planetarização da economia do capitalismo industrial, novo imperialismo e revolução social). Essa postura também apontava

acompanhadas por profundas mudanças. O Comitê Central da federação dos bairros que se instalou na prefeitura possuía uma maioria formada por trabalhadores braçais, escritores e artistas. Ele era constituído por membros da Associação Internacional de Trabalhadores (Blanquistas), Proudhonistas e indivíduos sem filiação política. Em semanas, a Comuna de Paris introduziu reformas radicais de caráter laico e socializante: abolição da polícia e sua substituição pela guarda nacional; secularização da educação; instituição da previdência social e a abolição da escravidão do salário. O governo oficial, que ainda existia, fugiu. O governo instalado em Versalhes acordou a paz com o Estado Alemão e preparou o ataque à Comuna de Paris beneficiando-se da libertação dos prisioneiros de guerra pelos alemães. Com isto um exército de 100 000 soldados foram lançados contra a Comuna defendida por menos de 15 000 milicianos. Cem pessoas foram executadas pela Comuna e outras novecentas foram mortas na defesa da cidade. As tropas de Versalhes executaram 20 000 pessoas e podem ter morto 60.000. A repressão posterior prendeu, torturou, executou e deportou cerca de 40 000 pessoas.

para a constituição progressiva de uma unidade histórica mundial (AMIN, 1981; WALLERSTEIN, 1985; ARRIGHI, 1996).

Os eventos do final dos anos 1980 e do início dos anos 1990 do século XX, por sua vez, colocaram uma série de problemas que exigem um repensar da *História Contemporânea* e da posição defendida por Barraclough e pelos historiadores anteriormente citados, recuperando a importância histórica dos processos de transição como períodos ou épocas históricas com identidade própria e rompendo com a ideia de que tais épocas são frutos de eventos fundadores singulares. Assim, é preferível considerar que a época contemporânea é a época do capitalismo, a partir do momento em que este se torna o elemento dinâmico da sociedade, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social, político e cultural. Neste caso, deve-se considerar, também, que o período que inicia em 1917 é de transição. Longa, lenta e complexa transição histórica, assim como foi o chamado período da Idade Moderna, quando houve uma transição do Feudalismo para o Capitalismo. E que, portanto, a ruptura qualitativa não é, ainda, definitiva.

A matriz central dessa transição histórica que marcou a primeira fase da assim chamada “Época Contemporânea” foram os processos de transformação nucleados na Europa Ocidental. Caracterizados, também, como o período da construção, amadurecimento e esgotamento dos Estados nacionais como forma política, e do pensamento econômico liberal como elemento hegemônico. Se retomarmos o estudo da história, podemos ver que 1917, na realidade, não marcou o início de uma nova época, de um novo período histórico no sentido usualmente utilizado (fato fundador que definiu uma ruptura radical e irreparável com o passado), mas sim o início de um novo processo de transição lento, progressivo e contraditório. Processo esse pleno de avanços (revoluções sociais e nacionais democratizantes, lutas emancipadoras anticoloniais) e retrocessos (ascensão do fascismo, intervenções contra as revoluções sociais e a própria reforma do capitalismo).

Nesse sentido, e para fins historiográficos, o mundo pós 1914-1918 se caracterizaria por uma história enquanto processo real como uma nova época de transição entre a “História moderna em sua segunda fase” e a história contemporânea que será, para a historiografia, “a história do tempo vivido.” (ARROSTEGUI, 2001). Isso nos remete a outro problema: o de como deve se denominar esse período, essa etapa de transição do que ficou condicionado por Barraclough e outros historiadores como período contemporâneo ao que seria um “pós” – contemporâneo? –, já que é necessário estabelecer claramente as especificidades que diferenciam esses dois períodos, ou esses dois subperíodos, dentro da

tradicional e acadêmica *História Contemporânea*. O que indica que Barraclough pode ter errado na denominação, mas não no conteúdo.

1.2 Ruptura e continuidade – a transição

Geralmente, quando se faz um estudo da História e se estabelece uma periodização, tende-se a pensar tais divisões a partir de rupturas totais entre uma forma de organização social, econômica, política e da sua superestrutura ideológica, e aquelas que identificam o período anterior. No entanto, concretamente, o processo histórico se caracteriza não só pelas rupturas, mas também pela permanência de aspectos do passado, elementos de continuidade que se manifestarão ao longo do novo período histórico; ou seja, aspectos que continuarão presentes por um determinado espaço temporal, até a sua extinção e a configuração plena de elementos novos. Assim, encontramos no primeiro período da *História Contemporânea* – aquele momento em que se constroem os Estados nacionais na Europa (a partir do Estado e da economia capitalista) – a sobrevivência de resquícios feudais que só foram eliminados no final do século XIX e início do século XX.

Não obstante, ao mesmo tempo em que essas continuidades terminam por extinguir-se na Europa, possibilitando um modelo ou um molde plenamente acabado da *História Contemporânea* e do capitalismo, com todos os seus potenciais já realizados, é interessante notar que começam a emergir rupturas parciais que, através de um processo cumulativo, chegam a uma ruptura estrutural. Nesse sentido, os períodos transicionais da História são bastante longos. Muitas vezes, se analisarmos casos específicos e particulares, se deixarmos-nos envolver pelas particularidades dos restos, das sobrevivências, não vamos encontrar plenamente configurados os elementos que marcam um período histórico.

No século XX, com o processo de descolonização e a emergência de Estados nacionais soberanos nas antigas colônias da Europa na Ásia e na África, principalmente, observamos a universalização desse processo que caracteriza a *História Contemporânea* no seu aspecto político. Ao mesmo tempo, do ponto de vista econômico, o *Neocolonialismo* marca a integração plena das antigas colônias, agora soberanas, ao mercado mundial e à universalização do capitalismo.

Outra questão a ser considerada nas rupturas e continuidades é o fato de que as sociedades concretas nunca se apresentam da mesma forma pura com que estas se apresentam quando da construção da *Teoria das Sociedades*. Essas sociedades são sempre híbridas de uma tradição histórica com um elemento central que a determina. Isso faz com que, embora

todas as sociedades da época contemporânea sejam semelhantes, elas não são iguais, o que quer dizer que cada sociedade específica, que cada Formação Econômico-social específica, tenha um conjunto de elementos que a distinguem de outra Formação Econômico-social da mesma época e ligada ao mesmo eixo nuclear (AMIN, 1981).

Um elemento fundamental para entendermos ainda a questão da continuidade e da ruptura é a identificação do chamado modo de produção dominante ou determinante de uma formação social e econômica específica. Neste caso, temos, a partir da época da revolução burguesa, o papel nuclear do capitalismo. Embora concretamente cada sociedade apresente vivos os elementos do seu passado singular combinados com o fator determinante (o modo de produção que a organiza e articula os “restos” com o atual), que garante a identidade da formação. E é isso o que especifica o conjunto de relações e de contradições da época contemporânea. A combinação da sobrevivência de elementos do passado e a emergência de aspectos do futuro significa que a História é permanente movimento de transformação. Sua apreensão concreta não pode ser resumida ao conhecimento do modo de produção determinante e articulador estratégico ou ao que apresenta maior extensão geográfica e/ou social, mas subordina-se à lógica e às necessidades deste modo de produção determinante (AMIN, 1976, 1981).

1.3 Avanços e regressões

O elemento identificador – ou o fio condutor – da especificidade da época contemporânea é a existência de formações econômico-sociais capitalistas e formações econômico-sociais subordinadas ao capitalismo, diretamente relacionadas a ele, e que têm a sua dinâmica determinada pelo modo de produção capitalista, mesmo quando ainda estão fortemente condicionadas pelo passado ou já apresentam aspectos do futuro fortemente desenvolvidos. Dessa forma, mesmo 1917 (Revolução Soviética), 1949 (Revolução Chinesa) e 1959 (Revolução Cubana) não significaram uma ruptura completa e total com a época contemporânea, conforme o cânone clássico. Este identifica sua origem com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, na medida em que essas três revoluções anteriormente citadas não romperam completamente a hegemonia e a dominação do Modo de Produção Capitalista na configuração das formações econômico-sociais contemporâneas. Também não conseguem impor uma potência pós-capitalista capaz de determinar o processo histórico até 1989-1990, quando sofrem uma regressão.

A partir daí, podemos afirmar que as propostas alternativas, ou o socialismo realmente existente que se implanta depois de 1917, é apenas um passo inicial no processo de transição e, até os dias de hoje, o fio condutor da *História Contemporânea* é a existência determinante de relações sociais, políticas e culturais capitalistas. Neste sentido, portanto, mais uma vez temos que reforçar aquela ideia colocada anteriormente, de que dentro de um período histórico há um fio condutor de organização da sociedade, que caracteriza as diversas formações econômico-sociais específicas da época que se amolgam em uma formação econômico-social universalizante (capitalismo monopolista transnacionalizado) e, paralelamente, há um período de transição. Este período de transição carrega em si as contradições de uma formação dominante e leva à superação do período histórico dado.

Resumindo, se dentro da época contemporânea as formações econômico-sociais são hegemônicas pelo capitalismo, a partir de 1917 nós tivemos o início de um longo, gradual e progressivo processo de transição à superação daquilo que a historiografia denomina de contemporaneidade. Isto nos remete a outro problema, o de como vamos identificar este período da *História Contemporânea*, já que percebemos a emergência do início da transição para uma história que corresponde a mudanças qualitativas e ao tempo vivido de uma geração. Daí a necessidade de identificar e especificar este aspecto novo e organizá-lo em subperíodos ou fases de transição conforme as nuances internas que diferenciam um subperíodo do outro.

A expressão *História Contemporânea* carrega em si um erro teórico que precisa ser analisado com bastante profundidade. Até porque a ideia de uma *historia contemporânea*, se não for relativizada, se não for identificada nela o “contemporâneo de algumas gerações”, no caso as do domínio do capitalismo, nos levará à ideia do fim da História, à crença de que não há mais o que acontecer na História. A partir daí, só haveria repetição, já que esta teria alcançado todos os seus limites.

Por outro lado, se nos valermos daquilo que Barraclough e outros historiadores apontaram, dizendo que a *História Contemporânea* inicia por volta de 1917 ou em torno do período compreendido entre 1917 e 1945, embora estejamos utilizando como elemento caracterizador a existência de uma forma nova ou diferente de Estado e de sociedade, estaremos resolvendo, pelo menos parcialmente, o problema da identificação da época capitalista e das transições. Neste caso, há uma corrente historiográfica que defende, sem sombra de dúvida, que no período 1917-1945 terminou a Era Moderna, nos seus dois subperíodos (BARRACLOUGH 1966; MAYER, 1987), o período de desenvolvimento,

afirmação e constituição do capitalismo que dura até o século XIX, e o momento de crise deste sistema que se caracteriza pela eliminação dos resquícios feudalizantes nas sociedades europeias e pelo desenvolvimento do imperialismo, como uma forma amadurecida e específica do capitalismo, que teria chegado aos seus limites neste mesmo intervalo de tempo. No entanto, parece-nos precoce fazer esta afirmação.

Quanto à questão dos desafios, limites e possibilidades colocados ao historiador do contemporâneo, nós verificamos três problemas. O primeiro é a proximidade entre o historiador e o processo histórico, sua inserção e as conclusões tiradas deste processo, que muitas vezes podem ser falseadas. A proximidade entre o processo histórico e a análise de um historiador que trabalha com o presente pode levá-lo a acreditar, por exemplo, que 1917 foi o início de um novo período histórico irreversível. Com a reversão brutal do final da década de 1980 e início da década de 1990, embora não se tenha regredido para o passado ficou claro que aquilo que se apresentava ou que entendíamos como o fim de uma época e afirmação de outra plenamente acabada e configurada, na realidade, foi apenas o início de um processo histórico de transição. A proximidade em relação aos eventos e processos muitas vezes leva a acreditar que aquilo que é histórico e ainda não sedimentado, portanto detentor de um caráter transitório, é algo permanente, e o início do processo é apreendido como o conjunto já amadurecido.

Em segundo lugar, temos o problema do acesso aos documentos que embasam a análise e as interpretações do historiador. Mesmo com o amplo leque de fontes alternativas disponíveis para a investigação da história do tempo vivido, os documentos oficiais têm uma função especialmente confirmatória ou corretora. Para os historiadores que estão acompanhando este processo, há o problema de que a maior parte destes documentos é produzida pelo Estado e variam quanto a sua liberação e sua publicização, conforme os interesses que permeiam a política específica de cada Estado². Tal fato pode levar aqueles historiadores que acreditam que a história está registrada nos documentos oficiais a achar impossível realizar um estudo da *História Contemporânea* da sua geração.

Para tais historiadores, de fato, a contemporaneidade não é o campo da História e sim o da Política. Nesse sentido, mais uma vez, aquele período que compreendemos enquanto parte da *história contemporânea* vivida pelos analistas teria que receber outro nome e ser

² Como exemplos dessa situação, podemos citar o acesso à documentação da Guerra do Paraguai no Brasil e ao acervo referente ao governo de Stalin na União Soviética, que ficaram inacessíveis por um longo período de tempo.

limitado pelos eventos e processos iniciados por volta de 1917. Este é um problema teórico importante para alguns historiadores, mas não impede que se faça uma análise e se descubra as linhas mestras da *História Contemporânea* à história da nossa geração³.

Em terceiro lugar, temos o problema do envolvimento direto do historiador com posturas e posições que interferem nos processos do tempo vivido. Objetivamente, quer queira quer não, ele está implicado no processo histórico correspondente a sua época de vida e suas possibilidades de análise tornam-se limitadas em razão desse envolvimento. Este envolvimento se dá por caminhos e de formas diversas, seja por sua matriz cultural, suas opções políticas, sua formação ou sua posição de classe. Neste caso, a alternativa é que o historiador objetive alcançar o máximo de isenção e ao mesmo tempo procure, ao fazer suas análises, não se deixar levar pelos seus desejos e pela aparência superficial das coisas. O que é um trabalho insano, esgotante e de resultados muito pequenos em relação à vontade do historiador de descobrir o âmago dos processos. Mas é a sua tarefa e para isso ele deve buscar um método objetivo e claro que o instrumentalize para tal investigação. A nosso ver, o materialismo histórico, nas diversidades de análise que ele possibilita, é o método mais adequado para este fim.

A proximidade do historiador contemporâneo em relação aos eventos, o seu envolvimento com o processo histórico em curso e do qual ele é uma parte e o segredo documental são, segundo os positivistas, um obstáculo para se fazer uma história da contemporaneidade. Nada obstante, todos esses limites ao trabalho desse historiador podem ser superados pelo Materialismo Histórico, que proporciona, ao invés de um distanciamento temporal, um distanciamento crítico em relação ao período estudado. Vale salientar, no entanto, que o Materialismo Histórico, também chamado marxismo, muitas vezes foi prejudicado pelo dogmatismo, pela simplificação redutora do economicismo, pelo interesse político e pelo imediatismo causal de viés positivista (HOBSBAWN, 1998).

Sem sombra de dúvida, este método e suas derivações nos proporcionam bases suficientemente sólidas para analisarmos a contemporaneidade, inserindo o “nosso” contemporâneo dentro do processo histórico e inclusive vislumbrando as possibilidades de desdobramento do processo em andamento, do qual fazemos parte.

Finalmente, devemos levar em consideração que, na chamada época contemporânea, não há fatos acabados, mas processos em andamento, em continuidade. Há

³ Exemplo: a Revolução vietnamita, as implicações da crise do Petróleo de 1973 e seus desdobramentos; ou ainda, a crise e o desaparecimento da União Soviética.

sempre a possibilidade de que a superação das contradições se realize, num sentido de progresso e desenvolvimento. Mas também é possível que essas contradições não se realizem, não sejam superadas e, sim, redimensionadas em outro patamar. O historiador do contemporâneo deve estar atento para não subestimar, nas suas análises, a potencialidade dos virtuais vencidos e dos resíduos históricos.

A contemporaneidade do historiador com o seu processo histórico coloca esse problema. É o problema da encruzilhada histórica, não há nada pré-determinado, e Marx certamente assinaria esta frase: não há nenhum resultado histórico pré-determinado. A não ser os resultados históricos do passado acontecido, seja ele contemporâneo ou não.

Os capítulos que constituem esta tese são fruto de uma revisão de artigos e capítulos de livros publicados entre 1997 e 2007. Trata-se de textos que discutem o período histórico mais recente (século XX), situando-se numa perspectiva da história contemporânea segundo a visão teórica da historiografia britânica a soviética, que se contrapõe à periodização clássica da historiografia francesa, conforme trataremos na Introdução.

O período histórico em questão corresponde à chamada “era dos extremos” ou “o breve século XX”, nas palavras do historiador britânico Eric Hobsbawn. Este se caracteriza por profundas rupturas que aceleradamente transformaram as condições de vida, as organizações políticas e sociais e a economia em todo o planeta. No entanto, o século foi marcado também por regressões contrarrevolucionárias e um intenso e permanente confronto entre estas duas tendências antagônicas, cujos resultados conformaram as características da contemporaneidade.

Além disso, o período foi marcado pela desmistificação de uma visão teórica paradigmática criada pelos historiadores liberais a partir do século XIX a respeito do desenvolvimento histórico e da irreversibilidade do progresso social, econômico e político. Segundo esta visão, fortemente marcada pela teleologia, a história se caracterizaria pela progressividade constante, linear e irreversível. Tais características foram desmentidas pelos processos históricos do século passado, marcado por rupturas que questionaram esta suposta linearidade e retrocessos que anularam os progressos sociais e culturais precedentes. Isso resultou do fenômeno da luta de classes e da indeterminação histórica, uma vez que os efeitos da luta de classes nunca estiveram predeterminados e sempre dependeram da combinação dos fatores preexistentes e da ação dos sujeitos históricos.

Tais mudanças, por sua proximidade temporal e por estarem situadas em um campo de disputa política e ideológica, tornavam complexa a sua interpretação, que passou a

ser marcada por profundo partidarismo. Assim, os textos que deram origem a tese foram elaborados originalmente a partir da necessidade de criar um contraponto ao revisionismo e ao negacionismo histórico que surgiram a partir da Segunda Guerra Fria (primeiro governo de Ronald Reagan) e que progressivamente formaram uma visão hegemônica, possibilitada pelos instrumentos e aparelhos ideológicos da Guerra Fria cultural. Esta visão unilateral, partidária e fortemente falseada da História, provocava profunda desorientação entre o público receptor, restringindo a sua capacidade crítica e o acesso a outras análises que permitiriam uma maior proximidade com a verdade histórica.

A partir desta constatação, fazia-se necessário produzir instrumentos de conhecimento mais isentos (mas não partidários) e pertinentes à realidade; estes, por sua vez, precisavam de ampla divulgação e circulação, para provocar a discussão e a crítica do revisionismo e negacionismo históricos. Por isso, os textos caracterizaram-se por uma linguagem e formato acessível, e se utilizaram de meios de comunicação e difusão alternativos. Para isso, foram importantes o jornal *A Folha da História* – um periódico editado em Porto Alegre ao longo da década de 1990, voltado para estudantes e público em geral – e a revista *Ciências e Letras*, publicada pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), com grande inserção no público universitário e demais interessados. Tal revista, por meio de seus instigantes dossiês temáticos, permitia a publicação de uma contraposição ao senso comum predominante.

Assim, estes artigos e textos, frutos de uma reflexão baseada no método do materialismo histórico, não se prendiam ao formato e a linguagem acadêmicos. Neste sentido, para fins de sua apresentação enquanto requisito para a obtenção do título de Doutor em História, foi necessária uma profunda revisão e adequação formal. A partir de tal revisão, os textos foram selecionados e ordenados segundo uma lógica cronológica e temática.

Na primeira parte da tese, são focadas grandes rupturas e retrocessos do processo histórico, tais como a Revolução Russa, o nazismo, a Revolução Chinesa e a descolonização afro-asiática. Em seguida, um capítulo é dedicado a mais complexa e violenta luta de classes da história do capitalismo – a Segunda Guerra Mundial, e seu contexto originador. Tal conflito deu forma à história da segunda metade do século XX e rompeu, através do confronto bipolar, as características e a lógica até então assumidas no processo de desenvolvimento capitalista.

A segunda parte trata de processos históricos singulares do período pós-guerra: a unificação europeia, as transformações marcadas pelo 1968 e, finalmente, o complexo processo da chamada globalização.

A partir destes “Capítulos sobre a História do Século XX”, esperamos que seja possível apreender e compreender as transformações, rupturas e continuidades que se manifestaram neste curto e intenso período, que criou as bases e as condições para o desenvolvimento histórico do século XXI.

2 A RUPTURA REVOLUCIONÁRIA NA RÚSSIA – 1914-1921

A Revolução Russa iniciada em 1917 foi um marco de significativa importância na história da Rússia e do mundo na época contemporânea. Tal aspecto decorre tanto por ela advir de uma crise interna da sociedade russa na época do império czarista quanto por ter sido deflagrada no quadro de uma crise internacional entre os imperialismos do fim do século XIX e início do século XX (a I Guerra Mundial). Estes elementos contraditórios são ressaltados por Moshe Lewin (2007, p.92), que afirma: “A Rússia czarista havia enfrentado uma contradição [...] ondas de desenvolvimento capitalista passaram impetuosas sobre um país profundamente rural dominado por um Estado absolutista, levando em seu curso todo tipo de desequilíbrio e crises”. Mas esses elementos foram apenas uma parte da significativa importância da Revolução Soviética.

Nesse caso, tivemos a conjugação de fatores internos e externos que se realimentaram mutuamente, favorecendo o desenvolvimento das potencialidades de crise, geradas pelo caráter desigual da penetração capitalista na formação social russa e pela combinação entre esse com formas arcaicas de organização social, econômica e política. Outro aspecto era identificado pela participação da Rússia nos conflitos de poder como potência na esfera do Imperialismo, mas em processo de periferização (TROTSKI, 1977, v.1, cap.1, 2).

A Revolução foi um fenômeno histórico marcante – fundador de um novo período ao inaugurar nova formação social – a socialista – e redefinir as linhas gerais das relações sociais e políticas, tanto em âmbito nacional quanto internacional após sua irrupção.

2.1 O papel da I Guerra Mundial na Revolução Russa

A I Guerra Mundial, um dos fatores que precipitaram a crise que deu nascimento à Revolução Russa, foi o resultado e a expressão das contradições interimperialistas decorrentes da revolução tecnológica e organizacional que transformou radicalmente o capitalismo no quadro das formações nacionais europeias e das relações competitivas e imperialistas pela hegemonia e divisão planetária. Segundo Lênin (1918),

O imperialismo, especialmente – época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época em que o capitalismo dos monopólios se transforma, por via de crescimento, em capitalismo, de monopólios de Estado – mostra a extraordinária consolidação da ‘máquina

governamental', o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo em que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos mais livres países republicanos.

A Guerra deu-se pelo esgotamento das “regiões vazias” ocupáveis e passíveis de exploração pelos Estados imperialistas e pela necessidade de redefinição de áreas de dominação e influência numa estrutura internacional em que os novos impérios emergentes, principalmente o alemão, competiam conflituosamente com a velha ordem imperialista mundial. Essa ordem era hegemônica pela Inglaterra, potência já declinante, da qual faziam parte também a França e o Império russo (híbrido de império tradicional e de potência imperialista moderna) (LENIN, 1991). Este, em pouco tempo, competiria tanto com a Inglaterra como com os Estados Unidos. Já a Alemanha, cuja economia, junto com a norte-americana, era uma das mais dinâmicas do período, carecia de desaguadouro para seus capitais, mercados para suas manufaturas, fontes de matéria-prima, alimentos para sua população e combustíveis para os modernos motores a explosão interna.

Embora a historiografia tradicional apresente a guerra como decorrência de motivos triviais ligados ao nacionalismo sul-eslavo em conflito com o domínio do Império Austro-Húngaro nos Bálcãs, isto foi apenas a parte conjuntural imediata. Por trás desta aparência encontramos, no mínimo, vinte anos de confronto latente e de preparação, pelas potências, de estudos, organização, estratégia, formação de alianças e cobiça conquistadora que levaram a deflagração do conflito.

Para a burguesia e a autocracia russas (bem como para o capital francês credor do império czarista) a guerra era uma necessidade, já que a vitória traria imensas vantagens econômicas e políticas regionais e gerais. Estas iam desde a dominação direta ou indireta (num sistema de estados satélites) da economia e política balcânica até desestruturação e regressão dos impérios centrais germânicos, passando pela conquista do estreito de Dardanelos – passagem livre para a frota russa do Mar Negro ao Mar Mediterrâneo⁴ – à custa da Turquia, protegida e aliada da Alemanha. Do ponto de vista da política interna, a guerra significava a desarticulação do movimento popular russo que retomou impulso em 1913/1914, após o longo refluxo de 1907 a 1912, em decorrência da derrota revolucionária em 1905. Para

⁴ O Mar Negro oferecia condições para o desenvolvimento de uma frota russa que intervisse diretamente no Mediterrâneo e na região do Canal de Suez, estrategicamente importantes nas disputas interimperialistas. A utilização desta moderna frota era limitada pela impossibilidade dos russos de cruzar o Estreito de Dardanelos, que ligava o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo, por imposições do Império Otomano.

os estrategistas russos, bem como para os outros, a guerra seria intensa (com profunda mobilização nacional), rápida e geograficamente localizada, com o nacionalismo absorvendo e neutralizando o movimento socialista, e a mobilização incorporando e disciplinando camponeses e operários.

Esse modelo de guerra frustrou-se com a preparação e o volume da mobilização militar e pela emergência de uma cisão no Movimento Socialista Internacional, nos partidos socialistas nacionais, com sua divisão entre social-patriotas – partidários de guerra, aderentes e participantes do governo, votantes dos “créditos de guerra” – e internacionalistas, que conseguiram articular-se e organizar, em 1915, a Conferência de Zimmerwald. Uma das principais lideranças deste grupo é o russo Vladimir Ulianov (Lênin), dirigente do Partido Bolchevista da Rússia⁵ e partidário da transformação da guerra imperialista em revolução social, que rapidamente aumenta sua audiência com o recrudescimento das oposições à “aventura” do governo czarista e a retomada de iniciativa por parte do movimento operário.

O recrudescimento das oposições ligava-se:

a) à perda da vantagem inicial decorrente da rápida mobilização dos efetivos russos, que foram derrotados pela bem organizada ofensiva alemã que adentrou profundamente no território e desbaratou, em 1916, a contraofensiva de Brusilov, causando a morte de 500.000 soldados russos e a “débâcle” do seu exército;

b) ao esgotamento da capacidade de aceitação das políticas do Estado – por importante parcela da população russa – em frente ao governo, que mantinha a mesma postura autocrática, impedindo seus aliados internos de auxiliar na condução da política e da economia de guerra;

c) à crescente desorganização na economia, à escassez no abastecimento e a inépcia na máquina administrativa;

d) a burguesia, disposta a colaborar com seus melhores quadros para levar o conflito a bom termo, foi isolada do governo e deslocada para uma posição secundária.

A partir desse momento, o Império russo passou a enfrentar uma situação crítica no campo militar seja pela insuficiência do número de oficiais da reserva para substituir

⁵ O Partido Bolchevista originou-se de uma ruptura no Partido Operário Social Democrata da Rússia (POS DR), em função de suas posições a respeito da revolução e do papel a ser desempenhado pelos marxistas. Internacionalmente, sob a liderança de Lênin, pertencia ao grupo que se opunha ao revisionismo de Bernstein (evolucionista) e ao dogmatismo pretensamente ortodoxo de Kautski. Este agrupamento defendia que a ortodoxia estava no método e não nos escritos de Marx, que refletiam uma realidade empírica ultrapassada. Embora houvesse diferenças com outros grupos minoritários de mesma postura, há uma proximidade muito significativa com estes, principalmente com Rosa Luxemburgo e seus trabalhos sobre o futuro da sociedade na virada para o século XX.

efetivamente as baixas, seja pela incapacidade de repor os equipamentos militares, fundamentalmente artilharia, por causa da fragilidade das bases da industrialização russa e da falta de integração entre os setores de sua economia. A fragilidade econômica da Rússia czarista decorre do fato, constatado por Trotski na sua obra *A História da Revolução Russa*, de o capitalismo haver conquistado a sociedade em extensão, mas não em profundidade (TROTSKI, 1977, v.1, cap.1). Isso fez com que, ao lado de uma economia industrial monopolizada – em que fábricas com mais de 10.000 operários não eram incomuns, mas, que estavam agrupadas em metrópoles industriais como em São Petersburgo (com dois milhões de habitantes dos quais 400.000 eram operários) e Moscou (um milhão e setecentos mil habitantes, dos quais 160.000 eram operários) –, sobrevivesse uma economia camponesa. Essa era uma economia fundamentalmente de subsistência, cerrada, que vendia seus pequenos excedentes para se abastecer do que não conseguia produzir, englobando 80% da população do império russo. Tal combinação da indústria avançada com o atraso do campo foi um dos elementos que determinaram o caráter específico do processo de revolução e de socialização na Rússia e do que se pode chamar de “heresias de Lênin em relação ao campo” – realizar o programa social revolucionário com a distribuição da terra para aqueles que nela trabalhavam. Era justamente no campo onde estava situado o elemento fundamental da fragilidade dessa economia, que entrou em acelerado processo de decomposição com a guerra.

A indústria voltada para a guerra rompeu suas relações com o campo, deixando de fornecer os bens que este necessitava e em troca dos quais oferecia matérias-primas, gêneros agrícolas, principalmente cereais, e excedentes exportáveis. Isto acarretou o desabastecimento de gêneros agrícolas e uma inflação da ordem de 300% a 400%, provocando uma onda de greves industriais que, em 1916, concentrou mais de um milhão de grevistas e tendeu a incrementar-se e a tornar explosiva a situação dos centros industriais. Tal situação fez com que tanto operários quanto camponeses se desmobilizassem para a guerra e passassem a ter consciência de que esta não lhes traria vantagem ou melhora de condição. A partir desse momento, a oposição ativa e revolucionária contra o governo czarista, aglutinada em torno dos vários partidos, se tornou um passo curto, rápido e decisivo para determinar os futuros acontecimentos.

2.2 Os partidos na Rússia

Pode-se dizer que, à época da Revolução, existiam na Rússia quatro grandes partidos (monarquistas, social-revolucionários, Socialistas (marxistas) e anarquistas)

aglutinadores dos diferentes grupos sociais e dos diferentes projetos políticos em que se dividia a sociedade. Esses partidos não eram, entretanto, grupos fechados, programaticamente organizados e com apreensão da realidade, estratégias, táticas e objetos unificados. Tal processo ocorreu apenas nos segmentos politicamente organizados de cada um daqueles partidos.

1) O partido mais próximo ao poder era o constituído pelos grupos de apoio ao sistema czarista que tinha como o seu principal expoente o “Movimento dos Cem Negros”, um grupo absolutista, terrorista e de organização paramilitar. Inimigo do socialismo e contrário à burguesia liberal, era também o expoente do antissemitismo eslavo. Neste movimento, estava a origem da elaboração e da divulgação generalizada do panfleto antissemita *Os Protocolos dos Sábios de Sião*,⁶ como um instrumento para a mobilização popular com *pogroms*⁷ contra os judeus. Sua contrapartida, entre os czaristas, era formada pela nobreza liberal, partidária da liberalização parcial da vida econômica e política e situada próximo às posições da burguesia liberal.

2) O segundo grande agrupamento era o da burguesia liberal, com larga participação na história da luta contra o poder absolutista, a servidão camponesa e os proprietários latifundiários. Originalmente formado pela *intelligentsia* jovem, representava difusas aspirações populares do século XIX. Estava organizado no Partido Social Revolucionário (SR), dividido em três correntes praticamente independentes:

- a) a primeira destas era a dos maximalistas, partidários da tomada do poder e da aplicação imediata do Programa do partido Social Revolucionário: instituição da república, eliminação da nobreza e divisão das terras para quem nelas trabalhava;
- b) havia ainda o grupo do Partido Trabalhista constituído pela corrente dos SR “Trudovique” (Trabalhistas reformistas ao qual pertencia o advogado

⁶ Os Protocolos dos Sábios de Sião é um texto surgido, originalmente, em russo. Descrevia um projeto de conspiração para a dominação mundial pelos judeus. Ele teria sido redigido por judeus e maçons reunidos em um Congresso realizado na Basiléia, para organizar a dominação do mundo, em 1807. O documento visava reforçar a posição do Czar, apresentando seus oponentes parte de uma conspiração para o domínio mundo. Do russo o texto foi traduzido para vários idiomas. Adolf Hitler utilizou-os no *Mein Kampf* e seu Ministério da Propaganda citou os Protocolos para justificar a necessidade do extermínio de judeus.

⁷ Os “pogroms” – originados na Rússia Czarista no século XIX – são atentados estimulados ou desencadeados pelas autoridades ou pelos grupos nacionalistas xenófobos e realizados, geralmente, em situações de crise econômica ou política, contra comunidades minoritárias. Tais atentados eram caracterizados por massacres, destruição de propriedades e saques, e fizeram parte, no passado, das manifestações populares antissemitas. A partir da crise dos anos 1970, tais práticas se ampliaram e foram utilizadas contra outras minorias de imigrantes agrupados em comunidades ou em bairros específicos.

Kerenski), defensor da participação nos órgãos políticos legais, como instrumento para a conquista de reformas sociais;

- c) O terceiro grupamento era o dos Populistas fortalecidos com a reforma agrária realizada por Stolypin – ministro conservador – em 1906. Esta acabara com o poder do MIR – comunidade camponesa cujos membros produziam em terras coletivas, sendo corresponsáveis pela produção e pelo pagamento dos tributos devidos ao Estado – e a corresponsabilidade de seus membros perante as dívidas impostas com a abolição da servidão. Desta maneira foi instituída a pequena propriedade privada no campo. Os populistas eram contrários à socialização da terra, mas eram partidários da implantação de uma democracia rural dominada pelos representantes dos pequenos proprietários.

3) Outro grupamento sócio-ideológico era o de tradição marxista, que apresentava sua principal expressão no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) fundado em 1898. Os marxistas organizados neste partido gozavam de prestígio popular, em virtude de suas teses em relação à emergente industrialização russa, e conseguiam, por isto, atrair as massas operárias russas a seu projeto político. Das disputas teóricas, estratégicas e táticas desse partido, surgiram os bolcheviques. Em 1917, estes dirigiram a Revolução Russa – em sua segunda fase –, por apresentarem estratégias e análises de conjuntura mais apuradas e condizentes com a conjuntura específica relacionada com o modelo de industrialização da Rússia, sobre a estrutura do capitalismo monopolista e sobre a situação da conjuntura internacional da guerra e da russa em particular.

Em 1909, o PSDR dividiu-se em dois: o grupo dos bolcheviques (maioria, em russo) e o dos mencheviques (minoría), por causa de questões de organização partidária e estratégicas sobre o caráter da Revolução Russa:

- a) os bolcheviques defendiam que o partido fosse formado por quadros selecionados que se tornassem profissionais habilitados voltados para a Revolução que, na Rússia, segundo eles, teria forçosamente caráter socialista;
- b) os mencheviques defendiam o caráter burguês democrático da Revolução e eram partidários de um partido socialista de massas, forma organizacional menos adequada, por ser mais vulnerável à infiltração e à repressão, a uma sociedade policial e autocrática como o Império czarista.

No congresso de 1912, os social-democratas dividiram-se formalmente, surgindo os partidos Bolchevique e Menchevique. Na revolução de 1917, os mencheviques se fragmentaram com sua esquerda formando aliança com os bolcheviques.

4) O último grupo político russo – o dos anarquistas – não se organizava em partidos. Os anarquistas constituíam vários agrupamentos autônomos que interpretavam, cada um a sua maneira, os teóricos Bakunin e Kropotkin. Sendo inimigos declarados da guerra e do Estado, foram responsáveis por parte da mobilização revolucionária de 1917, com profunda penetração junto aos segmentos operários, camponeses e intelectuais da sociedade russa.

Para além das organizações políticas, havia também o movimento sindical e cooperativista que participam no processo revolucionário – de fevereiro a novembro – e no período posterior do poder soviético até o início da NEP.

2.3 Da insurreição de fevereiro ao golpe de Kornilov

A desestruturação da economia, o aumento dos preços, a escassez dos produtos industriais de origem nacional ou importada e o divórcio entre a cidade e o campo, que determinaram o desabastecimento interno, criaram uma situação de penúria e desagregação que culminou por atingir o Exército russo. Este, constituído fundamentalmente por camponeses, já se encontrava abalado pelas derrotas e pela longa duração da guerra, e começou a desagregar-se com deserções massivas e o retorno de suas tropas para casa. Quando, por causa da escassez causada pela mobilização da economia e da inflação, o governo anunciou a necessidade de racionamento, iniciaram-se nas cidades saques acompanhados de um processo autônomo de manifestações populares antigovernamentais.

Em 23 de fevereiro (segundo o calendário russo), ou 8 de março (segundo o calendário ocidental), uma manifestação popular pedindo pão foi seguida por outras dos reservistas (tropas que estavam sendo treinadas em Petrogrado) e dos Regimentos da Guarda da cidade de Petrogrado. Em 24 de fevereiro, espocaram greves e persistiram as manifestações no centro da cidade. No dia seguinte, os bolcheviques organizaram nova manifestação em que houve confraternização com os Cossacos⁸ (tropas de confiança do Czar

⁸ Os cossacos constituíam um grupo singular durante o período da Monarquia czarista. Originários de populações camponesas que resistiram aos processos de feudalização e de implantação da servidão na Ucrânia e na Rússia, migraram para o interior, nas fronteiras entre os Estados e organizaram-se em comunidades autônomas e independentes, com autogoverno e autoprotegidas. Seu sistema de governo possuía características de uma democracia primitiva. Os membros das tribos elegiam as autoridades civis e religiosas, além do comandante militar (Atamam). Dotados de qualidades militares viviam, também, da pilhagem dos territórios

desde o século XVIII) criando pânico entre as autoridades e os membros da autocracia czarista. O governo redigiu ordens determinando que se acabasse com a desordem e a desobediência diante do poder e do sistema.

No domingo de 26 de fevereiro (ou 11 de março), prosseguiu a mobilização popular autônoma com gigantesca manifestação, havendo confronto com as tropas que não se haviam rebelado. Estas dispararam para o ar, mas foram obrigadas, sob a mira das pistolas de seus oficiais, a atirar na população. O massacre resultante desta ação originou a revolta das praças contra a oficialidade e o seu imediato amotinamento. No dia seguinte os oficiais foram aprisionados e responsabilizados pelos soldados, que se uniram a uma nova mobilização e distribuíram as armas dos arsenais à população. As massas armadas marcharam contra a Duma, reunida no Palácio Taúride, apavorando os deputados. A situação foi contornada por Kerenski, (deputado SR representante dos Trudoviques), que, após eloquente discurso junto aos manifestantes, conseguiu a adesão destes, estabelecendo sua unidade com a Duma e contra o czar.

Paralelamente à mobilização popular, formava-se o “soviete”⁹ de soldados e operários, sediados no palácio Taúride, que passara a controlar militarmente a cidade e seus serviços. O soviete de Petrogrado determinou que fossem formados sovietes de base nos diferentes setores da economia. A situação insurrecional criada forçou o czar a abandonar o governo e abdicar, em 2 (15) de março, determinando a constituição de um novo poder e de um governo provisório. Este se apresentava dividido entre a Duma, que criou o Governo

vizinhos. Foram notabilizados pela direção de rebeliões, – como a de Stenka (Stepan) Razin de 1669 e a liderada por Pugachev de 1773^a 1775 – que puseram em risco a sobrevivência do Império Russo. Foram integrados ao império czarista, de forma progressiva, no final do século XVIII e a partir daí como colonizadores de novas regiões e como instrumento para a expansão territorial em regiões de povos não russos e como agentes para a repressão interna. As contra partidas foram a isenção de impostos e a obrigação da prestação de serviço militar por 20 anos, sendo que 5 anos em serviço ativo. Durante a Revolução Russa, os membros de seus regimentos não se mantiveram unidos e se dividiram entre os que apoiavam e os que eram contra a revolução e se mantinham fiéis ao Czar mesmo depois do fim do regime. A participação dos Cossacos na Revolução e na posterior guerra contra a invasão do território pelo exército da Polônia é o tema do livro *A Cavalaria Vermelha*, de Isaac Babel. Neste, o escritor de origem judia descreve a capacidade de luta e o anti-semitismo característico daquele grupo.

⁹ Os sovietes, que tiveram a sua origem na cidade de São Petersburgo (cujo nome foi mudado para Petrogrado no início da guerra e que recebeu o nome de Leningrado após a morte de Lenin), podem ser considerados como uma organização de combate e como um instrumento para a organização revolucionária de poder. “O primeiro soviete formou-se [...] em outubro de 1905 [...] organizou os trabalhadores e protegeu a população dos pogroms [...] era uma democracia [...] prescindia da burocracia profissional e, nele, os eleitores tinham o direito de destituir seus representantes a qualquer momento” (BOTTOMORE, 1988, p. 77). Na revolução de 1917, “Lênin parece ter visto os sovietes [...] como meio para [...] tomar o poder e destruir o Estado burguês [...] afirmava que [...] eram um novo aparelho de Estado que [...] proporciona uma força armada de trabalhadores e de camponeses; e esta força [...] se achava ligada ao povo de modo estreito” (Idem). E ainda mais “poderia investir os representantes eleitos pelo povo tanto de funções legislativas como de funções executivas [...]” (Ibidem).

Provisório, e o soviete de Petrogrado¹⁰ (majoritariamente SR e menchevique), que o apoiou, aprovando suas medidas, exceto a que previa a continuidade da guerra – pivô da derrota e da abdicação do czar.

O Governo Provisório de Duma e o Soviete de Petrogrado iniciaram um processo de constante conflito pelo poder, o que, em virtude da inexistência de antagonismo mais profundo, desmoralizava e isolava politicamente o Governo Provisório, ao mesmo tempo em que a renovação constante do Soviete terminava por torná-lo bolchevique, após o golpe de Kornilov. A evolução da competição entre o Governo Provisório e o Soviete proporcionava a emergência da dualidade do poder – que foi solucionada com a insurreição de outubro (novembro). Nesta conjuntura, tanto na Duma quanto no soviete discutia-se o modelo de sociedade e de governo que a Revolução estava parindo. No Soviete a discussão sobre o caráter da revolução era inicialmente vencida pelos que a identificam como democrático-burguesa. A minoria derrotada era constituída por uma parcela de bolcheviques que defendiam o caráter da revolução em curso como de passagem para o socialismo. Embora divergindo neste ponto, os membros do Soviete possuíam posições comuns em outras questões como a da guerra e seu fim.

A Duma era uma forma de governo parlamentarista e majoritariamente liberal que estava hegemônica pelos Cadetes (partido da burguesia liberal) e que contava com a participação ativa de Kerenski. Este Governo Provisório foi incapaz de atender às aspirações e reivindicações dos segmentos que derrubaram o czarismo (camponeses, soldados, populações alógenas do Império e operários). Preso aos seus compromissos diplomáticos e militares – atendendo aos seus interesses particulares – com a “Entente Cordiale” (aliança das potências que se confrontavam com o Império Germânico e seus aliados), ele assumia a responsabilidade de efetivar uma série de medidas que resultaram no seu isolamento em relação à maioria da população. Sua defesa intransigente da continuidade de participação da Rússia na guerra foi o principal fator de seu isolamento e do massivo apoio popular ao

¹⁰ Em Março, a constituição dos Sovietes foi elaborada mais profundamente e universalmente aplicada. O soviete que se instala no Palácio Taurida, em Petrogrado, já é fruto de um processo revolucionário que atinge o exército, as fábricas e os camponeses. Em Março de 1917, quando o czar abdicou o Conselho dos Deputados Operários resurgiu e ampliou-se com delegados do exército e passou a chamar-se “Conselho dos Deputados Operários e Soldados”. Os candidatos são designados e podem ser revogados a qualquer momento. O direito de sufrágio foi limitado aos cidadãos que tivessem 18 anos feitos no dia das eleições e aos que ganhavam a sua vida com um trabalho produtivo e útil para a sociedade e fossem membros das organizações sindicais; Existiam ainda Sovietes de bairros, responsáveis pela administração dos respectivos setores urbanos. O Soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado. Era formado por cerca de 1.200 delegados realizando uma sessão plenária de duas em duas semanas. Esta nomeava um “Comitê Executivo Central” de 110 membros.

Soviete, que pôde neutralizar a iniciativa governista e efetivar-se como contra poder. Foi neste quadro que aconteceu a “crise de abril”, de significativa importância no futuro imediato.

Abril foi um dos meses mais importantes para a Revolução na medida em que os seus acontecimentos eram o resultado e a expressão das diferenças e do antagonismo entre e os grupos e tendências que derrubaram o governo do czar. Também o foi em virtude da reorientação política que Lênin proporcionou ao retornar à Rússia – no dia 4 (17) – defendendo, em suas “Teses de Abril”, a necessidade de se aprofundar o processo revolucionário rumo ao socialismo. Tal proposta, radical e absolutamente inovadora, gerou protestos e oposição entre os quadros bolcheviques, que, no Comitê Central, tendiam a apoiar a tese de caráter democrático-burguês da Revolução.

O Cadete (designação dada aos liberais constitucionais da Duma) Miliukov, ministro do Governo Provisório, ao redigir uma nota aos aliados garantindo a continuação da guerra e assumindo, em nome daquele governo, uma posição contrária à do Soviete, terminou por incentivar a organização de uma manifestação antissoviética. Esta culminou degenerando em agressões físicas e provocando conflito com este, além de uma massiva violenta onda de greves contra o governo liberal da Duma dirigido por Miliukov e pelos Cadetes. As greves acabaram por provocar a queda do governo, depois que as tentativas do General Kornilov em defendê-lo foram neutralizados por seus soldados. Nesta conjuntura, quem detinha o comando das tropas em Petrogrado eram os soviets de soldados. No front, o comando e a disciplina militares estavam desagregados, ocorrendo um massivo aumento da deserção dos soldados que eram em sua absoluta maioria de origem camponesa. Estes, ao receberem notícias de que havia se instalado um processo autônomo de divisão de terras, abandonaram seus regimentos para participar desta revolução agrária em suas regiões de origem.

A conjuntura de esboroamento e de crise arrastou-se até junho, com a dualidade de poderes e a divisão do Soviete quanto à questão de participar ou não do governo, controlado pelos Cadetes. No Soviete de Petrogrado, a oposição à participação no governo era formada pelos bolcheviques (sob a direção de Lênin), pelo grupo de Trotski e de seus partidários (chamados de unitários, por defender a unidade das correntes revolucionárias) e por setores minoritários de social-revolucionários (SR) e de mencheviques contrários à orientação assumida por suas maiorias. No dia 10 (26) de junho, essa oposição, por meio dos deputados e soldados identificados com o bolchevismo, convocou uma manifestação de apoio ao Soviete, com a palavra de ordem “Todo o poder ao Soviete”. Nessa, se manifesta um nítido predomínio da simpatia popular pelos bolcheviques em relação aos mencheviques,

desgastados pelo não cumprimento de seus programas e pelo seu apoio ao Governo Provisório. A mobilização popular objetivava pressionar o 1º Congresso dos Sovietes a tomar o poder ou romper seus compromissos com o Governo Provisório, que era chamado de “governo de coalizão”, desde a queda de Miliukov e a retirada dos Cadetes em 2 (15) de junho.

O governo de coalizão e a direção dos soviets tentaram retomar a iniciativa bloqueando a ascensão bolchevique ao mesmo tempo em que os Cadetes, fora do poder, passaram a organizar a direita exigindo repressão contra os revolucionários e organizando um *lockout* fabril. A estratégia do governo possuía dois eixos: o militar e o civil. No campo militar foi lançada uma ofensiva contra os alemães, objetivando restaurar a confiança dos aliados, honrar os compromissos diplomáticos, garantir a participação russa na partilha do botim de guerra e principalmente restaurar a disciplina militar reimpondo o poder do comando sobre a tropa. Seu fracasso e a morte de milhares de “Soldados da Liberdade” (tropas russas que continuavam a combater os alemães) como eram chamados por Kerenski fortaleceram a posição dos bolcheviques e seus aliados, que eram contrários a esta “aventura”. O resultado foi um maior divórcio dos SR e dos mencheviques em relação às reivindicações políticas da população. No plano civil, a direção do soviete convoca, para 18 de junho, (1º/7) uma manifestação de massa em desagravo à que fora realizada em 10 de junho. Seu objetivo era mostrar poder e apoio popular contra a minoria adversária à colaboração governamental. Realizada com sucesso, a mobilização terminou por demonstrar outra vitória do grupo bolchevique, que nela lançara novamente a palavra de ordem “Todo poder aos Sovietes” veementemente adotada pelos participantes. A dupla derrota do governo paralisou-o por quase um mês, possibilitando o agravamento da situação.

A mobilização popular retomava fôlego nesta conjuntura e realizava, entre os dias 2 e 5 de julho (15 e 18/7), novas manifestações com a participação massiva de soldados de artilharia, de marinheiros da base de Kronstadt e de metalúrgicos das fábricas Putilov. O governo, sentindo-se ameaçado, acusava os bolcheviques de conspirarem para sua queda e os colocou fora da lei. Neste momento, tentando acabar com a dualidade de poder a Duma instaurou a repressão: Trotski incontestemente líder popular, foi preso; Lênin obrigado a passar para a clandestinidade e teve que se refugiar na vizinha Finlândia.

Para neutralizar seu desgaste, a Duma realizou uma terceira reforma no Governo Provisório. O novo gabinete organizado por Kerenski como chefe de governo passou a ser dominado pelos SR e mencheviques contando com o apoio da maioria do Soviete do

Petrogrado. Tal apoio não só provocou o aprofundamento do divórcio entre a direção do Soviete e as suas bases de operários, soldados e camponeses, como também Kerenski foi isolado pela burguesia, que desconfiava do seu passado, de sua participação na direção do Soviete de Petrogrado e do apoio recebido daquele. Para restabelecer a ordem, Kerenski adotou uma série de medidas procurando neutralizar o crescente poder de soviete de Petrogrado e de sua oposição, afastar os generais mais reacionários do exército e restaurar a disciplina militar usando para isto a pena de morte como instrumento disciplinador.

Para o sucesso destas medidas necessitava de poderes ditatoriais que se sobreponham ao da Duma e do apoio ativo da burguesia que, no entanto, passara à sabotagem ativa no plano da economia. A situação deteriorava-se acentuadamente quando Kerenski convocou uma reunião de Conferência de Estado, em Moscou, com o objetivo de impor a ditadura.

A sabotagem econômica provocava a ocupação das fábricas pelos operários e a realização da Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado, convocada por iniciativa bolchevique. Com esta procurava-se neutralizar a ação empresarial e efetivar as ações para o controle das unidades de produção. As autoridades do soviete estão profundamente desmoralizadas e isoladas de suas bases por coordenarem e se oporem à ação operária contra o *lockout*.

Paralelamente à ocupação fabril urbana, crescia no campo a ação expropriadora organizada, com a divisão de terras, implementos e gado, o fim das parcerias e a destruição das propriedades dos grandes latifundiários e médios proprietários aristocratas. Os camponeses aplicavam por conta própria e na prática o programa político dos social-revolucionários. Para coibir esta ação, o governo provisório passou a organizar diversas ações punitivas que enfrentavam uma violenta resistência camponesa aumentando a sua desmoralização. Esse conjunto de fatores tornava os bolcheviques – apesar de foras da lei, presos e perseguidos – os principais interlocutores e líderes das massas revolucionárias tanto nas cidades quanto nos campos.

A derrocada dos dois poderes revolucionários instituídos em fevereiro (março) de 1917 se acelerou por causa do não cumprimento dos programas partidários e da repressão à população, quando este tentava realizá-los; pelo não atendimento à demanda de autonomia das populações imperiais, e pela repressão destas na Ucrânia e na Finlândia.

Na “Conferência de Estado” em Moscou, a corrente defensora do caráter democrático-burguês da Revolução com seu governo parlamentar foi sobrepujada pelos

defensores de uma ditadura. Estes se dividiam entre Kerenski (partidário de uma ditadura civil) e Kornilov, nomeado Comandante Supremo do Exército, que exigia a militarização da nação e que, apoiado pela direita e pelos Cadetes, planejava um golpe contra Petrogrado e seu soviete, objetivando submetê-la e dominar reprimindo a esquerda tanto revolucionária quanto reformista.

A invasão da Letônia, pelo exército alemão, com a subsequente ocupação de Riga, na costa do mar Báltico, favorecia e dissimulava as intenções de Kornilov que, após garantir o apoio da Entente, rumava para Petrogrado em 30 de agosto (12/09), com o objetivo de acabar com a “anarquia”, encerrar a revolução e restaurar a ordem. Sua ação se legitimava por um pedido anterior de Kerenski para que tropas do “front” fossem deslocadas para a capital e fim de salvaguardar a segurança do Governo Provisório. Para Lewin a razão de Kornilov era que: “As futuras forças brancas precisavam de tempo para se reagrupar. Sonhavam em retomar Moscou [...] restaurando o Império com o czar no comando” (LEWIN, 2007, p. 349).

Com o avanço dos golpistas, os dirigentes do Soviete de Petrogrado procuraram Trotski na prisão e solicitaram sua intervenção junto às tropas para que estas, em defesa da Revolução, evitassem o golpe. De sua cela, Trotski passou a comandar a vitoriosa resistência antigolpista. Para isto foi vital a agitação e a sabotagem feita pelos trabalhadores da cidade e pelas tropas ali sediadas, todos partidários dos bolcheviques. Neste incidente ficava patente que a capital do Governo Provisório era uma cidade bolchevique dirigida pelo Soviete e dominada pelo partido posto fora da lei e por seus aliados, e que tinha suas principais lideranças no exílio ou na prisão. Também se constatava que o agrupamento bolchevique era o único capaz de defender a Revolução e suas conquistas político-sociais de seus inimigos totais ou parciais.

A palavra de ordem que mobilizou a vitória sobre Kornilov foi: “Contra Kornilov e não apoio a Kerenski”, chamamento que não se comprometia nem com o Governo Provisório e nem com a antiga maioria do Soviete identificada com Kerenski. A partir do contragolpe, os Sovietes de base intensificaram (por causa da revogabilidade de seus delegados) a eleição de quadros bolcheviques para os Sovietes de base e de Petrogrado. Estes e seus aliados tornaram-se a maioria no Conselho de Petrogrado e no de Moscou ao fim de setembro (outubro). Trotski foi libertado e os partidários da Revolução Socialista voltaram a agir livremente com Lênin voltando do exílio forçado na Finlândia. Estes instalaram sua sede no Palácio Smolni e passam a dirigir o movimento revolucionário criando a Guarda Vermelha, um instrumento militar para a defesa e o aprofundamento da Revolução.

2.4 A “Kerenschina” e insurreição de outubro

O período entre a tentativa de golpe, por Kornilov, e a insurreição de outubro (novembro) é chamado de “Kerenschina”, vocábulo derivado de Kerenski, que, por causa de seu sufixo, assume conotações pejorativas. Este foi um período em que a dualidade de poderes apresentava-se explosiva, em que o governo provisório estava isolado e entrou em rápida decomposição política. Tanto ele como o Soviete tinham urgência na instalação da sua soberania plena, o que acabava provocando um intenso conflito. Na esteira deste confronto se preparava o enfrentamento armado. Tentando reagir ao avanço da esquerda revolucionária, Kerenski fazia alianças à direita, com os Cadetes e a nobreza liberal, e conseguia os apoios dos mencheviques e dos SR temerosos do poder da Guarda Vermelha, que passara a ter instrução nas ruas das cidades. Como o governo não contava com tropas, ele se apoiava nos alunos das escolas militares e batalhões, inclusive femininos, de voluntários Cadetes. Entretanto para o governo provisório “[...] o golpe abortado de Kornilov, em agosto, e o fato de os liberais terem apoiado sua iniciativa deveriam ter feito soar os sinos de alerta. O objetivo de Kornilov não era apenas os bolcheviques, mas toda a esquerda, o Governo Provisório e as forças por trás dele.” (LEWIN, 2007, p.349). Entretanto, o Governo Provisório continuou a se preocupar basicamente com a disputa pelo poder com o Soviete.

O Soviete de Petrogrado, controlado pela esquerda revolucionária, terminou por eleger Trotski seu presidente. Uma das suas primeiras medidas foi a criação do Comitê Militar dos Sovietes, órgão de autodefesa e instrumento de poder do Soviete. A divisão conflituosa entre as esferas de poder – Duma e Soviete – tornava-se cada dia mais explosiva. A situação era de latente e permanente conflito, e tanto Kerenski como os soviets tinham consciência da situação. “[...] De setembro de 1917 em diante, não havia governo e o país parecia ingovernável. Só um movimento que apoiasse a construção de um Estado forte poderia salvá-lo [...] O País estava sendo destruído e não havia governo central disponível, capaz de evitar o caos total.” (LEWIN, 2007, p.349). Ainda para o autor citado, a direita monarquista procurava resolver o problema por meio de a força militar e do recurso ao terror (LEWIN, 2007, p.349) Cada qual por seu lado procurava implementar as medidas necessárias para a monopolização da soberania e do poder.

A questão da tomada do poder acabou por dividir o campo dos soviets entre os favoráveis à insurreição e seus adversários. “Em setembro de 1917, alguns líderes bolcheviques consideravam a situação desesperadora e o Governo Provisório falido. Mas a linha de ação a ser adotada ainda era assunto em debate [...] Lênin considerou que a Rússia

experimentava uma ‘situação revolucionária’.” (CARR, 1977, p.110; LEWIN, 2007, p.351-2). Neste momento Lênin, em conflito com outros dirigentes bolcheviques contrários à ação pelo fim do duplo poder, teve de ameaçar abandonar a direção do Partido, para, através da propaganda na base, conquistar adeptos que o acompanhassem na posição insurrecional durante o Congresso do Partido. A defesa veemente de sua posição e o apoio que recebia tanto de parcela dos bolcheviques quanto de Trotski terminou por possibilitar que a sua posição derrotasse os seus oponentes. Como consequência, em 7 (20) de outubro foi criado o Comitê Militar Bolchevique com o objetivo de atuar junto ao Comitê Militar dos Sovietes na preparação e efetivação da tomada do poder.

No meio insurgente, emergiam diferenças quanto ao caráter, os meios, as formas, o significado e os resultados do levante que deveria derrotar a Duma (CARR, 1977, p.73-75). Lênin e Trotski não acreditavam que tudo seria resolvido ao proclamar a revolução socialista: a “[...] teoria de Trotski sobre a ‘revolução permanente’ era a premissa de que a Rússia, por conta própria, não estava amadurecida para o socialismo. Para Lênin, a perspectiva do socialismo também só poderia ser considerada em escala europeia.” (LEWIN, 2007, p.352).

A discussão centrava-se conforme as diferentes posições defendidas por Lênin e por Trotski.

a) O primeiro defendia o caráter de necessidade e de imediatez da insurreição para a derrubada da Duma, seu Governo Provisório e o duplo poder. Defendia ainda que esta devesse ser efetuada pelos bolcheviques, um partido de vanguarda, em nomes dos soviets e para estes.

b) Para o segundo, a realização da insurreição era uma fatalidade decorrente da própria existência dos soviets como instrumento de poder e de seu caráter, que era independente de vontade ou da organização de um grupo, mesmo que contando com imenso apoio popular, tropas e armas. Trotski era ainda contrário ao “substitucionismo” que a posição vanguardista de Lênin trazia implícito. Por isso ele defendia que a insurreição deveria ser feita pelos soviets sob a direção dos bolcheviques e em nome dos soviets. Defendia, finalmente, que o evento acontecesse paralelamente à realização do Congresso dos Sovietes, o que lhe daria plena legitimidade. A posição do presidente do Soviete de Petrogrado terminou por ser vitoriosa e serviu como linha estratégica para o levante popular (CARR, 1977, p.111-115).

Kerenski, entretanto, não se encontrava paralisado e desfechou duas ações para instaurar o poder pleno da Duma e de seu executivo. Em meados de outubro, ordenou a prisão de Lênin que, há bastante tempo, encontrava-se no bairro de Viborg – bastião revolucionário e

insurrecional desde 1905, da cidade de Petrogrado. A ordem não pode ser cumprida e Ulianov sem cavanhaque, disfarçado com boné, peruca, e óculos circulava livremente. Kerenski, seguindo sua estratégia, e tentando dar uma demonstração de força, mandou fechar, em 23 de outubro (05/11), o jornal *Soldat*, bolchevique, dirigido às tropas. Membros do Comitê Militar do Soviete, obedecendo, no dia seguinte, às determinações do Soviete que submetiam as tropas de Petrogrado à sua autoridade, reabriram o jornal, que foi impresso e voltou a circular livremente. Tratava-se do confronto total entre os dois poderes e a senha para a deflagração da insurreição soviética. Esta deu início à revolução socialista do século XX. No entanto “[...] a proclamação de uma “revolução socialista” em outubro significava que os socialistas assumiam o poder e acreditavam em uma situação internacional revolucionária [...]” (LEWIN, 2007, p. 353; CARR, 1977, p.111-115).

Após a reabertura do jornal *Soldat*, no dia 24 de outubro (06/11), o Comitê Militar do Soviete determinou a ocupação, das pontes da cidade, dos correios e de outros pontos estratégicos. Suas tropas eram formadas por soldados, marinheiros e guardas vermelhos dirigidos pelo Soviete e controlados pelos bolcheviques. Foi o prosaico início da insurreição em que um setor dos SR, o de esquerda, descontente com a incapacidade de Kerenski em cumprir com o seu programa partidário, se ligava aos bolcheviques e, no futuro, se incorporava ao recém-criado Partido Comunista, junto com os bolcheviques e os outros revolucionários.

Na manhã de 25 de outubro (07/11), a sede do Governo Provisório, no Palácio de Inverno, foi ocupada pelas forças soviéticas de Petrogrado. Para Berman (2009, p.104), “Em nações como a Rússia czarista, onde não há tradições de cidadania, o único modo de ser democrático é ser revolucionário. E assim eram os marinheiros russos em 1917, quando a tripulação do couraçado *Potemkim* sobre o Neva tomou o Palácio de Inverno.” Durante a refrega, o Cruzador Aurora atirava sobre a sede do Executivo da Duma, como aviso da disposição das tropas. O volume de tropas enviadas para forçar a rendição era de tal magnitude que não deixava lugar para dúvidas a respeito e tornou impossível a resistência. Após negociações, os defensores do governo Provisório renderam-se à ocupação em massa do Palácio. Kerenski fugiu disfarçado. No mesmo dia, o Comitê do Soviete anunciava a vitória da insurreição e a queda do Governo Provisório, acabando com a dualidade de poder. Segundo um correspondente, esta foi uma insurreição *sui generis*: os bondes não deixaram de funcionar, as casas de chá e restaurantes permaneceram abertas, assim como exposições de arte, etc. Conforme John Reed:

Na quarta-feira, dia 7 de novembro, levantei-me tarde. [...] Os bondes passavam correndo pela Avenida Nevski, com homens, mulheres e crianças penduradas nos balaústres. As lojas estavam abertas e a multidão na rua parecia menos alarmada que no dia anterior (REED, 2002, p.118).

Com a tomada do Palácio de Inverno, acabou não só a dualidade de poderes, mas também a revolução democrático-burguesa que, em junho, começara a demonstrar sua inviabilidade na conjuntura russa e de guerra. Entretanto, quanto ao caráter da sociedade a ser criada, Lênin

[...] deixou em aberto a questão como caracterizar o novo regime e como poderia – e deveria – evoluir [...] mudou para uma tese muito mais sóbria sobre o ‘desenvolvimento combinado’ (termo de Trotski); com a coexistência da mais atrasada agricultura – mais singular área rural – e também o mais avançado capitalismo financeiro e industrial (LEWIN, 2007, p. 353).

Começou ao mesmo tempo a guerra civil entre as forças revolucionárias e as contrarrevolucionárias. A radicalização da situação obrigou os mencheviques, os SR e os outros grupos da esquerda a uma definição clara frente à guerra civil em deflagração.

No mesmo dia 25, foi inaugurado em Petrogrado o 2º Congresso dos Sovietes. A maioria dos delegados era formada por bolcheviques e aliados recém-indicados por causa da revogabilidade dos mandatos pelas bases. Entretanto, a abertura foi feita pela direção menchevique, eleita no 1º Congresso. Antes de passar a direção dos trabalhos à nova direção do Congresso, os mencheviques proferiram discursos contra estes e a insurreição que eles haviam animado. No entanto, suas direções não encontraram ressonância e apoio entre os membros da assembleia, sendo vaiados e tendo de se retirar para a Duma municipal, juntamente com os SR de direita. Lá aqueles fundaram um Comitê de Salvação Pública, que se propôs a ser uma espécie de contra poder e era formado por mencheviques, SR de direita e Kadetes, objetivando acabar com a insurreição dos soviéticos e retornar ao poder.

A partir da Duma municipal, o Comitê de Salvação Pública tentou paralisar os serviços da cidade. Contudo, a neutralidade de parte dos servidores e o chamamento feito pelo Soviete para que voluntários, com um mínimo de experiência, auxiliassem no funcionamento dos serviços, frustraram as ordens do Comitê de Salvação Pública. A iniciativa da Duma municipal fracassara e uma campanha de agitação responsabilizou-a pelos prejuízos e percalços que a população sofreu com a sua ordem de sabotagem.

Em discurso pronunciado no 2º Congresso dos Sovietes, Lênin anunciou a derrubada da velha ordem, apregoando que era a hora de iniciar a construção do socialismo.

Apresentou, também, uma série de medidas fundamentais para a manutenção do poder soviético e o aprofundamento da Revolução, que foram aprovadas por ampla maioria. As medidas apresentadas e aprovadas se revestiam de um caráter profundamente revolucionário:

1) a primeira decisão foi uma proclamação por uma paz justa, democrática e sem anexações, acompanhada por uma convocação aos Estados beligerantes para que se reunissem e chegassem à paz, bem como uma convocação para que as populações destes Estados fizessem a Revolução;

2) A segunda medida estabelecia o controle operário da produção e da distribuição;

3) A terceira medida decretou a abolição da propriedade privada de terra.

Na realidade, as duas últimas medidas apenas legitimaram a ação dos operários e dos camponeses que, a partir de fevereiro, vinham socializando as fábricas e acabando com a grande e a média propriedade rurais. A terceira medida atraiu a fúria e o ódio dos SR, porque conquistara para os bolcheviques e os soviets a base de apoio político camponês que aqueles possuíam há longo tempo.

No conjunto de medidas revolucionárias do Soviete, o Congresso decretou o controle nacional dos bancos e a anulação das dívidas czaristas, reivindicações do movimento popular. Imediatamente, passaram à eleição do novo Conselho do Povo do Congresso dos Sovietes, um executivo com 15 membros. Todos os eleitos eram bolcheviques ou aliados próximos, e identificados como tal pela população. Para surpresa dos próprios leninistas, se iniciava aí o governo do partido único que rompia com os executivos de alianças partidárias características da Duma e do Soviete de Petrogrado até a vitória da Insurreição. Ainda entre as medidas para tornar governável a Rússia e restaurar a mínima ordem:

[...] el régimen soviético no tardo en crear una fuerza de seguridad: la Comisión Extraordinaria de todas las Rusias para la lucha contra la contrarrevolución, el sabotaje y la especulación conocida como Cheka. Cuando se fundo esta institución en diciembre de 1917, su misión inmediata fue controlar el brote de bandidismo, saqueos y pillaje de locales de bebidas alcohólicas que siguió a la toma del poder de octubre. Pero no tardo en asumir las funciones más amplias de policía de seguridad, a cargo de lidiar con las conspiraciones contra el régimen y vigilar a los grupos de cuya lealdad se sospechaba, incluyendo a los “enemigos de clase” burgueses, funcionarios del antiguo régimen y integrantes de los partidos políticos de oposición. Tras el estallido de la guerra civil, la Cheka se convirtió en un órgano de terror, administrando justicia sumaria, lo que incluía ejecuciones, haciendo arrestos en masa y tomando rehenes al azar en áreas dominadas por los blancos o que se sospechaba que simpatizaban con éstos. Según cifras bolcheviques referidas a veinte provincias de la Rusia europea en 1918 y la primera mitad de 1919, al menos 8389 fueron fusilados sin juicio por la Cheka y 87.000 resultaron arrestados (FITZPATRICK, 2005, p.101).

No dia 26 de outubro (08/11), encerrou-se o 2º Congresso e foi convocado o 3º Congresso dos Sovietes para o dia 17 (30) de novembro. Naquele encontro foi aprovada a autodeterminação dos povos do Império russo¹¹. Isso permitia, aos que reivindicavam, uma nacionalidade baseada em características de cultura, língua e religião diferentes da russa – e que foram incorporados pela conquista, a separação e instalação de governos próprios. Atendiam-se, assim, as demandas nacionais dos povos dominados pelo imperialismo russo, considerados, até então, súditos do Império com direitos restritos. A situação, no entanto, era crítica, pois, além de, no Sul, os contrarrevolucionários (chamados Brancos) apoiados pelos mencheviques, SR e potências aliadas, e utilizando-se da Legião Tcheca (formada por presos de guerra armados em 1917), terem iniciado a guerra civil, sob o comando do General Kaledin, a paz com as potências dos impérios centrais não fora alcançada.

Derrotado o primeiro levante dos contrarrevolucionários, o governo passou a cuidar da guerra. Esta, em virtude da ofensiva alemã, criara uma situação crítica para o governo recém-instituído. A fim de atender às reivindicações populares e criar um clima propício à implantação do socialismo, cumprindo o último tópico que levava à tomada do poder, os bolcheviques propuseram um armistício aos alemães. Em 7 (20) de dezembro foram iniciadas as negociações em Brest-Litovsk.

¹¹ “A *Revolução de Outubro*, realizada por trabalhadores e camponeses, começou sob a bandeira comum da emancipação. Todas as coisas vivas e capazes de viver estão sendo emancipadas de seus *grilhões odiosos*. Restam, então, apenas os *povos da Rússia* que sofreram e estão ainda sofrendo com a opressão e arbitrariedade e cuja emancipação há de imediatamente começar, cuja libertação há de ser efetuada, resoluta e definitivamente. Durante o período do czarismo, os *povos da Rússia* eram sistematicamente instigados uns contra os outros. Os resultados de semelhante política são conhecidos: massacres e progromes, de um lado, escravidão de povos, de outro. Não deverá e nem poderá jamais haver retorno a essa política ignominiosa de instigações. Doravante, essa política há de ser substituída pela *honesto e voluntária união dos povos da Rússia*. Apenas como resultado de uma tal confiança, pode ser selada uma aliança duradoura e honesta dos *povos da Rússia*. Apenas como resultado de uma tal união, podem os trabalhadores e camponeses dos *povos da Rússia* congregarem-se, formando uma força revolucionária, a fim de resistir a todos os ataques, empreendidos pela burguesia imperialista-anexionista. Começando com essas afirmações, o *I Congresso dos Conselhos (Sovietes)* proclamou, no mês de junho desse ano de 1917, o *livre direito de auto-determinação dos povos da Rússia*. Em outubro de 1917, o *II Congresso dos Conselhos (Sovietes)* reafirmou esse *direito inquebrantável dos povos da Rússia*, de modo mais decisivo e definitivo. Satisfazendo a vontade unificada dos congressos em realce, os Conselhos dos Comissários do Povo estabeleceu os seguintes princípios, como fundamento de sua atividade, no tocante à questão das nacionalidades da Rússia: 1. Igualdade e soberania dos povos da Rússia; 2. Livre direito de auto-determinação dos povos da Rússia, até o ponto da separação e formação de Estados independentes; 3. Supressão de todas e quaisquer prerrogativas e limitações nacionais e nacional-religiosas; 4. Livre desenvolvimento das minorias nacionais e grupos etnográficos que habitam o território da Rússia. Os decretos em concreto que resultarão dos princípios aqui elencados serão elaborados imediatamente após a instauração de uma *comissão dedicada às questões das nacionalidades*. Em nome da *República Russa, Vladimir Ilitch Ulianov (Lenin)* – Presidente do Conselho dos Comissários do Povo; *Iossif Djugashvili (Stalin)* – Comissário do Povo encarregado das Questões das Nacionalidades.” Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral151117.htm> Acesso em 5 mar. 2011.

O grupo de negociadores russos era liderado por Trotski, Joffé e Kamenev. Durante dois meses este grupo negociou, mas não conseguiu a conclusão da paz porque as propostas alemãs eram muito duras, exigindo uma rendição quase total. Entretanto, os plenipotenciários faziam intensa campanha de propaganda e agitação lançando a palavra de ordem de “Confraternização nos Fronts”. Seu objetivo implícito e explícito era o de criar condições para a desmoralização disciplinar do Exército alemão e a desautorização de seus comandantes, como meio de neutralizar a ofensiva e o grupo social-patriota que apoiava o governo alemão em guerra. A situação tornou-se fluida e os russos passaram, em Brest-Litovsk, a propagar a palavra de ordem de “nem paz, nem guerra” a fim de conquistar uma maior adesão dos soldados alemães.

A indefinição da situação dividiu os bolcheviques e o governo soviético entre grupos com propostas distintas, que eram:

1) o dos partidários da guerra revolucionária;

2) o de Trotski, que, contrário à rendição e a continuidade da guerra, defendia uma situação de “nem guerra, nem paz” e a realização de uma intensa campanha de agitação entre as tropas inimigas;

3) e o de Lênin, partidário da rendição como um recuo estratégico para a reorganização das forças e como o melhor meio para defender a Revolução. O cérebro estratégico da tomada de poder é, por isso, acusado de “capitulacionista” no Partido, mas conseguiu impor sua posição porque os alemães retomaram a ofensiva e avançaram profundamente no território da Rússia.

Para fazer frente à ofensiva alemã e defender a Revolução de Outubro foi criado o Exército Vermelho em 23 de fevereiro de 1918¹², e, em 3 de março, foi firmado o Tratado de Brest-Litovsk por Sokolnikov, já que Trotski negou-se a assiná-lo. Um problema que se apresentava para a estratégia proposta por Trotski era o fato de que o exército alemão ainda mantinha a disciplina e não apresentava as mesmas características de dissolução do exército russo no início de 1917. Em frente à ofensiva, os russos em retirada tiveram de abandonar aos alemães a Ucrânia, a Rússia Branca e a Região do Mar Báltico. Estes, mediante Tratado, desrespeitaram a autonomia da Polônia e da Lituânia, conquistadas com o Decreto de Autodeterminação.

¹² Note-se que, neste momento, o calendário ocidental já havia sido adotado e a partir daí não há mais dualidade de datas.

Entre a proposta de armistício e a assinatura do tratado reuniu-se, em janeiro de 1918, a Assembleia Constituinte Russa, convocada quando o Governo Provisório ainda existia. Sua maioria era composta por social-revolucionários de direita cuja eleição se deveu ao fato de que seus nomes constavam no topo das listas eleitorais SR, já que eles eram os dirigentes partidários. Os camponeses identificavam-nos com o programa partidário, que haviam abandonado, e com os SR maximalistas aliados aos bolcheviques e responsáveis, junto com estes, pela divisão e pela legitimação da nova propriedade das terras. A assembleia fora convocada por um poder já inexistente, para legitimar a Revolução de Fevereiro, mas foi atropelada pelos fatos: a realização da Revolução de Outubro e a instauração do poder soviético. Ao negar-se a reconhecer o poder soviético, a Assembleia é por este dissolvida em 18 de janeiro. Segundo os soviéticos, os bolcheviques e os seus aliados, ela não tinha mais razão de existir, pois não representava mais a vontade da sociedade. A dissolução da assembleia provocou uma ruptura e o surgimento de uma série de antagonismos entre bolcheviques e os partidários da revolução socialista fora da Rússia, como foi o caso de Rosa Luxemburgo.

Nesta conjuntura crítica, de derrota militar, diplomática e de isolamento dos aliados externos, era hora de defender e consolidar internamente a Revolução. Era o momento de derrotar as forças da Contra Revolução e a intervenção dos Exércitos Aliados que, apoiando aqueles, passaram a controlar a maior parte de território russo. A ação dos contrarrevolucionários Brancos e dos interventores estrangeiros terminou por provocar uma guerra civil generalizada que exigiu dos dirigentes da nova república e de seus apoiadores todo o esforço e dedicação, e que acabou por obrigar a submissão da política econômico-social às contingências determinadas pelo violento conflito.

2.5 A guerra civil e a intervenção internacional

Já no ato contínuo a proclamação da república soviética se iniciou uma violenta e intensa contrarrevolução. Em novembro de 1917, houve a derrota das primeiras tentativas contrarrevolucionárias, quais sejam, o levante de Denikin no Sul, o levante dos Brancos de Kaledin e a tentativa de Kerenski de retomar Petrogrado, apoiado por parte das tropas de cossacos que não haviam aderido à revolução e pelo derrotado Comitê de Salvação Pública instaurado na Duma municipal de Petrogrado. Essas derrotas terminaram por provocar desembarques dos exércitos aliados que, junto com os contrarrevolucionários (“Brancos”) conquistaram, até 1919, quase 90% do território russo. Conforme Fitzpatrick;

[...] ejércitos blancos amenazaban a la república soviética desde el este, el noroeste y el sur. Entre las potencias aliadas, Gran Bretaña y Francia eran muy hostiles al nuevo régimen ruso y respaldaban a los blancos... Tanto Estados Unidos como Japón enviaron tropas a Siberia [...] (FITZPATRICK, 2005, p. 99).

Tropas anglo-francesas desembarcaram em Arkangel, no Mar Branco; tropas inglesas desembarcaram em Murmansk, no litoral norte, e em Baku, rica região petrolífera do Mar Cáspio; os franceses ocuparam o Porto de Odessa; e os japoneses, dispostos a conquistar territórios coloniais no extremo oriente russo, ocuparam Vladivostok, no litoral do Pacífico. A intervenção japonesa terminou por provocar a dos norte-americanos, que, de patrulheiros das ações dos nipônicos, passaram a intervir na Sibéria, apoiando, conjuntamente com os soldados da Legião Tcheca, o almirante Koltchak, que conseguiu conquistar a Ferrovia Transiberiana para os Brancos. No oeste, os alemães, inimigos dos outros intervencionistas já haviam conquistado a Ucrânia e outras regiões, graças à sua ofensiva de 1918 e ao Tratado de Brest-Litovsk (CARR, 1981).

Em frente a essa situação, foi necessário criar-se um exército que resistisse e enfrentasse os contrarrevolucionários e que reconquistasse os territórios que estes e seus aliados intervencionistas vinham ocupando. Ainda conforme Sheila Fitzpatrick:

El núcleo del Ejército Rojo, formado a comienzos de 1918, consistía en guardias rojos de las fábricas y unidades pro bolcheviques del ejército y de la armada. Se expandió mediante el reclutamiento voluntario y, a partir del verano de 1918, la conscripción selectiva. [...] Aunque muchos bolcheviques sentían una predilección ideológica por unidades de tipo miliciano como los guardias rojos, el Ejército Rojo estaba organizado desde el principio como un ejército regular, los soldados estaban sometidos a la disciplina militar y los oficiales no eran elegidos sino designados. Debido a la escasez de militares profesionales entrenados, Trotski y Lenin insistieron en emplear oficiales del antiguo ejército czarista, aunque esta política era muy criticada en el Partido Bolchevique y la facción llamada “oposición militar intento revertirla en dos congresos partidarios consecutivos (Id., p. 100).

Em junho de 1918, os aliados decidiram reforçar a intervenção através do envio massivo de tropas. Cada país envolvido, entre os aliados, enviou um exército de 50.000 homens para lutar contra os soviéticos e acabar com a sua revolução que passara a ter influencia nos países interventores. O aumento dos efetivos não se concretizou plenamente e foi neutralizado pelo amotinamento dos soldados franceses e ingleses contra seus oficiais. Tal fato não só paralisou o aumento do número de efetivos como também obrigou a retirada de seus exércitos da Rússia. A intervenção norte-americana na Sibéria fracassou, segundo a

desconfiança dos generais, porque os soldados simpatizavam com os bolcheviques, em função da sua origem social e por causa da atuação brutal dos Brancos. Esta situação acabou tornando ineficiente o apoio dado à feroz Legião Tcheca comandada pelo almirante Koltchak e a retração dos norte-americanos.

O ano de 1919 foi permeado por acontecimentos de vital importância para a Revolução Soviética. Com o objetivo de aglutinar os revolucionários em escala internacional e, simultaneamente, fortalecer a causa dos bolcheviques, foi fundada a Internacional Comunista (III Internacional). Esta visava à troca de informações sobre os movimentos e as situações nacionais além do estabelecimento de uma direção e de uma estratégia comuns para a realização do potencial revolucionário do pós-guerra. Uma de suas primeiras ações através da propaganda e agitação nos territórios dos países interventores foi o papel que exerceu para de neutralizar a intervenção aliada.

No plano interno a população principalmente a rural, negou apoio aos Brancos e sua legião de estrangeiros. Os motivos eram a sua incompetência, a sua corrupção e a sua crueldade com os civis. De acordo com o registro de testemunhos históricos era reconhecida a capacidade dos Brancos em multiplicar por cem as cruzes deixadas pelos soviéticos quando e onde a passagem dos dois exércitos se sucedia (CARR, 1981). Deve-se considerar também o efetivo apoio da população local aos bolcheviques, que haviam realizado a reforma agrária e possibilitado a distribuição e propriedade plena de terra aos camponeses (um velho e acalentado desejo). As tropas Brancas apresentavam a tendência a massacrar os camponeses beneficiários da distribuição de terras e a restaurar o poder e a propriedade dos latifundiários e aristocratas, bem como o regime autocrático que havia sido eliminado com a revolução. Mesmo assim a guerra era dura e persistiu até 1920.

Simultaneamente à criação da Internacional Comunista os soviéticos foram obrigados a militarizar a economia, através do “Comunismo da Guerra” princípio e estratégia defendidos por Trotski, e que transformou a população civil do país em um exército de trabalho obrigatório. Junto com militarização da economia foram instituídos os “sábados vermelhos”, ou seja, dias de trabalho voluntário e gratuito para atender as necessidades prementes da Revolução e baseados na consciência política e na emulação moral revolucionária. Tais sábados congregavam, principalmente nas cidades, os bolcheviques, seus aliados e os que, sem pertencerem aos partidos, eram partidários da Revolução Socialista Soviética (CARR, 1981, p.27 e ss.). Embora possam ser acusados, por seus detratores antissocialistas liberais e conservadores, de expropriação semiforçada do trabalho de

imposição restritiva da liberdade e de quase implantação de outras formas de escravidão, a militarização da economia e os “sábados vermelhos” foram os instrumentos que possibilitaram a criação de condições, no plano interno, para a recuperação dos territórios ocupados pelos aliados e a vitória em frente aos Brancos.

No ano de 1920, após esforços e sacrifícios inenarráveis, os soviéticos venceram seus inimigos no *front* interno. No Sul, os últimos Brancos, sob o comando do gen. Wrangel, foram derrotados. Com isto, deixou de existir a força militar que protegia o governo menchevique na Geórgia, e este foi destituído (o governo menchevique, na Geórgia, fora instalado no bojo das revoluções de 1917). Militantemente antissoviético, solicitou o apoio alemão contra a Revolução de Novembro. Recebia ajuda em armas, tropas e dinheiro dos ingleses e terminou sendo o centro de sustentação das tropas Brancas no sul da Rússia (CARR, 1977, págs.285-287 e 372-373).

Derrotados os Brancos e neutralizada a intervenção dos aliados da “Entente Cordiale” da grande Guerra, o governo soviético passou a sofrer nova forma de intervenção e oposição armada. Esta partiu da Polônia, com o seu dirigente General Pilsudski, por estímulo dos governos aliados vitoriosos na Grande Guerra, invadindo o território russo e conquistando-lhe regiões. Uma contraofensiva vitoriosa do Exército Vermelho alcançou expulsar as tropas polonesas da Rússia. A invasão e a contra ofensiva terminaram por estabelecer uma polêmica, entre os bolcheviques e entre os membros do Soviete, a respeito dos limites territoriais a que se devia limitar o avanço do Exército soviético. A corrente vitoriosa foi a que defendia que a contraofensiva deveria continuar até a conquista de Varsóvia e se da utilizar desta para fazer um chamamento à Revolução no resto da Europa. Acreditavam que o operariado da capital polonesa promoveria uma insurreição ou uma greve geral quando da aproximação do Exército Vermelho.

Esses partidários da “exportação da Revolução” não contavam, entretanto, com o nacionalismo polonês e nem com a sua ojeriza aos russos, que data do séc. XVIII. Tais elementos foram responsáveis pela falta de apoio do operariado às tropas revolucionárias, o que permitiu que Pilsudski expulsasse o Exército Vermelho.

Nessa conjuntura, os intervencionistas aliados haviam refluído para uma política passiva caracterizada pelo isolamento físico da recém-surgida União Soviética. Criaram um “Cordão Sanitário” formado por pequenos e médios Estados independentes junto das fronteiras soviéticas. Esses Estados, que resultaram da desagregação dos impérios plurinacionais das potências centrais, atendiam às aspirações do “nacionalismo tribal” das

etnias locais e às recomendações dos “Quatorze Pontos” propostos pelo Presidente Wilson dos Estados Unidos da América. Tais Estados eram agrários, sem integração econômica e de transportes, inviáveis se não fosse o fato de serem protegidos e subsidiados, mediante tratados, pelas grandes potências emergentes da Grande Guerra e em confronto permanente com a revolução socialista que rondava a Europa, materializada na Revolução Soviética.

Terminada a guerra civil, os soviéticos tomaram plena consciência do seu isolamento, provocado pelo fracasso da Revolução no ocidente europeu. Isso foi um fator determinante para a falência da esperança e da expectativa a respeito do necessário auxílio internacional que deveria ser propiciado pela socialização das economias adiantadas. Era crença corrente que a revolução na Rússia seria o elemento deflagrador da revolução no resto do continente e que o atraso e a destruição provocada pela guerra seriam superados pelo auxílio proporcionado pela solidariedade dos países mais adiantados. O refluxo da Revolução Internacional no resto do continente encontrou uma Rússia exangue por quatro anos de guerra, pela guerra civil e pela intervenção estrangeira, com um operariado aniquilado ou disperso e uma economia arrasada e desorganizada. Era necessário recuperar a economia, reconstruir as vias de comunicação, restaurar as indústrias e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção das conquistas sociais. Foi necessário restaurar o poder do Estado mesmo contra as expectativas permanentes de seu desaparecimento com o socialismo e analisado por Lênin em “O Estado e a Revolução”. Tornara-se necessária a implementação de medidas provisórias de emergência.

Trotsky perante as necessidades de estabelecer e efetivar um instrumento que organizasse e fizesse funcionar a economia possibilitou o desenvolvimento de um aparato burocrático que teve de se valer dos quadros do regime extinto. Concomitantemente fora instalada uma economia dirigida e impositiva para o conjunto da sociedade, era o “Comunismo de Guerra” com seu igualitarismo primitivo, sua escassez de bens e a concentração de esforços para o sucesso militar. Trotsky passou a defender a permanência do “Comunismo de Guerra” como instrumento para a recuperação da economia após a vitória. Sua proposta, vitoriosa, foi adotada. A militarização do trabalho, entretanto, fracassou por causa da oposição dos camponeses, da sabotagem e da paralisação da indústria que se encontrava em uma situação catastrófica carente de equipamentos, energia, matérias-primas e de mão de obra, consequência da dispersão e da destruição (até física) do operariado. Essas condições foram acompanhadas de uma crescente burocratização do aparelho de Estado (CARR, 1977, p.164-166).

2.6 A política econômica do “comunismo de guerra” até sua derrota

Desde 1917, as grandes cidades russas (Petrogrado e Moscou) perderam quase a metade de sua população que emigrara para o campo, onde a Revolução proporcionou a divisão de terras e a expropriação dos latifúndios. A fuga das grandes cidades, causada pela miséria histórica dos trabalhadores e por sua intensificação com a Grande Guerra, terminou por criar problemas no que respeitava ao fornecimento de insumos e equipamentos para o campo. Tal situação culminou e foi potencializada pela guerra civil e pela intervenção estrangeira antissoviética. Para solucionar essa situação, ainda em 1918, foi necessária a implantação de uma série de medidas que recuperassem a economia. Nesta situação Lênin propôs, como instrumento para a recuperação da economia, a política “Capitalismo de Estado”. Baseava-se na análise sobre as características do sistema econômico russo que emergiu da Revolução. Para a análise de Lênin sobre as características socioeconômicas do país Lênin formulou uma tipologia identificando “cinco formações econômico-sociais” básicas: a economia rural patriarcal, fechada e de subsistência, que prescindia do mercado para a sua sobrevivência; a produção simples de mercadorias em pequena escala, que dependia das trocas efetuadas no mercado local; o capitalismo privado; o capitalismo de Estado, formado pelas empresas sob controle estatal, e o socialismo, constituído pelas empresas capitalistas nacionalizadas. A partir desta identificação da situação conjuntural é que foi apresentada uma forma de organizar a economia russa na conjuntura. Com sua proposta, Lênin objetivava recuperar a economia e impedir que os capitalistas privados transbordassem os limites que lhes foram impostos e retomassem o poder. Para isso era necessário privilegiar o “Capitalismo de Estado”, o setor que, naquela conjuntura, tinha condições de atender às necessidades prementes para o relançamento da economia.

Nada obstante, o projeto leninista fracassou devido à posição reticente e contrária assumida pelos remanescentes capitalistas, que teriam de envolver-se, e da resistência dos operários, que o consideraram um recuo perante as conquistas revolucionárias. Com isso, foi necessária a imposição de uma solução mais radical: a socialização da indústria por meio da nacionalização. As necessidades prementes causadas pela intervenção aliada e pela guerra civil determinaram, nessa situação, que a reorganização das atividades produtivas tomasse a forma de militarização do trabalho e da economia. Essa foi a origem do “Comunismo de Guerra”, que não só repôs as ferrovias em funcionamento, como também possibilitou o fornecimento de equipamentos para o recém-criado Exército Vermelho e forneceu as condições para o atendimento emergencial para o conjunto das demandas sociais prioritárias.

Na área industrial, o processo foi iniciado com o Decreto de 26 de junho de 1918, que nacionalizou 2.000 grandes empresas. Em dezembro, ele foi ampliado com a nacionalização de todas as fábricas e oficinas que contassem com mais de dez trabalhadores assalariados. A administração do setor nacionalizado era executada por um tripé formado por trabalhadores eleitos na unidade de produção, por técnicos das empresas e por delegados nomeados pelos sindicatos, o que terminou provocando uma intensa polêmica a respeito do papel e da função sindical. Nesta conjuntura, e em função das necessidades militares da guerra civil, Trotski propôs a reorganização dos sindicatos em função das necessidades militares além de propor a sua relativa neutralização como instrumento na defesa dos interesses materiais dos trabalhadores, causando com isto a oposição de Lenine e sendo derrotado no debate que terminou por provocar.

No campo, foram aplicadas duas políticas para atender à demanda de gêneros alimentícios e de matérias primas – cuja oferta se tornara cada vez mais escassa – por parte das cidades e do Exército Vermelho durante a guerra civil. A primeira destas foi a criação dos *Kolkozses* (cooperativas de camponeses) e de *Sovkozses* (empresas agrárias estatais), que constituíam grandes unidades agrícolas coletivas ou nacionalizadas e eram organizadas segundo os princípios industriais fabris de produção. Estas fazendas, no entanto foram criadas em número insuficiente e terminaram por se tornarem ineficientes face à inexistência dos equipamentos necessários para uma produção agrícola em larga escala e organizadas nos moldes fabris.

A outra política foi implantada através dos decretos de 15 de maio de 1918, que determinavam a entrega dos produtos agrícolas e cereais ao Estado em troca de um preço fixo. Incluía nela os produtos destinados ao consumo doméstico e as sementeiras. Para arrecadar as contribuições compulsórias foram formados comitês de camponeses pobres que executavam o confisco do excedente de produção exigido e se encarregavam da distribuição dos gêneros e dos equipamentos agrícolas aos produtores dos povoados. Estes comitês terminaram por entrar em conflito com os sovietes das aldeias e foram acusados de reter os excedentes arrecadados. Tal fato acabou por determinar a sua dissolução e a incorporação de seus membros àqueles sovietes. Para a arrecadação dos excedentes e em substituição dos comitês de camponeses pobres foram criadas Milícias Operárias Urbanas que se deslocavam para os campos onde contavam com o auxílio de aldeãos que recebiam, em troca, parte das colheitas requisitadas.

No setor de circulação e distribuição da produção para o consumo, foi instituído o sistema de racionamento. Com isto a troca comercial foi substituída por uma economia administrada com a qual o Estado passou a suprir as necessidades básicas dos cidadãos. Estes ofereciam seu trabalho como contrapartida ao fornecimento dos bens de consumo necessários e disponíveis. O dinheiro deixava de circular porque o comércio interior terminou por ser completamente nacionalizado em novembro de 1918. O meio ou instrumento de distribuição dos artigos necessários era constituído por cooperativas de consumo a que todas as populações urbanas deviam se filiar. Os cooperativados eram distribuídos em três grupos diferentes de consumidores cabendo aos membros de cada um deles cotas diárias de ração. Aos operários que executavam trabalhos pesados cabiam quatro cotas diárias, aos demais trabalhadores três cotas, e aos membros das antigas classes dominantes uma cota diária de alimentos, artigos de limpeza, objetos de consumo e de serviços.

O sistema de distribuição administrada e de requisições, juntamente com a adaptação da indústria a um plano estruturado em função da demanda militar provocada pela guerra civil, foi um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da burocracia de gestão e pela emergência do corpo de burocratas soviéticos. Estes e aquela foram ainda fortalecidos pela reorganização sindical e pela incorporação dos membros do Partido Comunista na administração, como funcionários; em contrapartida, os burocratas do período czarista que haviam passado a servir ao governo soviético se filiaram em larga escala ao partido.

Pode-se dizer que, neste momento, os soviets hegemônicos e dirigidos pelos bolcheviques sofreram uma grave derrota conjuntural no aspecto econômico. Isto porque não se conseguiu estabelecer o pleno abastecimento das cidades levando ao enrijecimento da política de racionamento. No campo político-social houve ainda derrotas conjunturais decorrentes da emergente tendência à burocratização e ao fenecimento da democracia soviética acompanhados do divórcio que se manteve, desde a guerra mundial, entre a cidade e o campo. Para Lênin, a causa dessa derrota estava na falta de oferta de bens de consumo manufaturados para os camponeses – o que estava na base do retorno destes a uma economia de subsistência. Isso porque as indústrias urbanas haviam se tornado incapazes de atender à demanda civil, cortando-se, dessa forma, as relações entre a cidade e o campo.

A incapacidade das indústrias urbanas em atender às necessidades de consumo civil e militar tinha sua origem em dois fatores externos à estruturação econômica e política da sociedade soviética. O primeiro destes era o controle, pelos contrarrevolucionários, de algumas regiões tradicionalmente fornecedoras de matérias-primas e de combustível para as

indústrias. O segundo foi o bloqueio econômico promovido pelos aliados intervencionistas, que impediu aos soviéticos buscar no exterior os insumos que necessitam para suas indústrias. Significativamente, neste período, mais de 90% do território e de 80% da população estavam sob o controle dos contrarrevolucionários e de seus aliados imperialistas. O poder soviético controlava menos de 10% do território e de 20% da população. A rigor, ele controlava apenas as áreas ao redor de Moscou e de Petrogrado – a antiga Moscóvia – núcleo que era a origem da Rússia moderna e do seu império plurinacional.

Apesar da situação crítica e da escassa base geográfica e demográfica, a adaptação feita através das medidas econômicas, políticas e sociais, conhecida como “Comunismo de Guerra”, possibilitou, aos soviéticos, elementos fundamentais para a recuperação territorial e demográfica, bem como para as vitórias sobre os contrarrevolucionários. Após a vitória sobre as forças adversárias, o “Comunismo de Guerra” foi adotado para reconstruir a economia soviética em tempo de paz e de recuperação. A população terminou por ser transformada em Exército do Trabalho, com os camponeses sendo requisitados para a efetivação de serviços nos bosques, manutenção de estradas, transporte local e extração de turfa. As unidades do Exército Vermelho foram utilizadas no corte da madeira, na construção de estradas e na recuperação de ferrovias.

O projeto econômico do “Comunismo de Guerra” preconizava três etapas, que iniciariam com a reconstrução dos sistemas de comunicação e de transportes, passando pela construção de um parque industrial de equipamentos e culminando com o desenvolvimento da produção de bens de consumo em larga escala. Para seu sucesso, Lênin propôs que a construção fosse acompanhada pela adoção de novas tecnologias de organização do trabalho e de fabricação que possibilitassem saltos qualitativos e quantitativos na produção. Propunha ainda que essa se tornasse competitiva com a indústria ocidental. Daí a preocupação com o taylorismo como método de trabalho fabril que ele preconizou também para os Sovkozes e para os Kolkozes. Fazia ainda parte do plano de desenvolvimento nos moldes do “Comunismo de Guerra” aplicados em uma situação de paz a construção de dezenas de centrais elétricas que fornecessem a energia elétrica necessária para elevação dos níveis de produção industrial. O tripé infraestrutural da reconstrução deveria ser complementado com a construção de 30.000 km de ferrovias novas, que atingiriam as mais distantes regiões do território da União Soviética. O financiamento dessa campanha de recuperação deveria ser proporcionado pela exportação de excedentes agrícolas e com a concessão de parques fabris a empresários estrangeiros, além de financiamentos internacionais.

Esse plano de reconstrução fracassou por causa da resistência muito forte dos camponeses, resistência esta que em alguns momentos se transformou em atividade armada de bandos anticomunistas, pois o plano era identificado com o “Comunismo de Guerra” anterior, – regime no qual os camponeses tinham de entregar à força sua produção ao Estado e receber deste cotas de produtos disponíveis. Fracassou também devido à sabotagem e à paralisação da economia industrial, carente de energia, matéria prima e mão de obra, como decorrência da guerra civil – com seus custos sociais e políticos – e com a consequente destruição da infraestrutura, aniquilamento e dispersão da classe operária, além do isolamento do Estado soviético e dos comunistas e de seus aliados provocado pelo boicote das potências imperialistas da Europa. Toda esta tentativa de implantar um processo de desenvolvimento industrial e agrícola foi acompanhado pelo desenvolvimento da burocracia e pela transformação da ditadura do proletariado em ditadura do partido e de seu grupo dirigente. O historiador britânico E. H. Carr apresenta uma análise sobre este problema (CARR, 1977, p.242-267). Esse projeto que previa a necessária restauração do poder do Estado aparentemente ia de encontro à posição defendida por Lênin em o “O Estado e a Revolução” onde ele afirmava que:

Não se trata de aniquilar o funcionalismo de um golpe, totalmente e por toda parte [...] Mas destruir sem demora a velha máquina administrativa, para começar imediatamente a construir uma nova, que permita suprimir gradualmente o funcionalismo, isso não é uma utopia, é a experiência da Comuna de Paris, é a tarefa primordial e imediata do proletariado revolucionário.

O socialismo simplifica as funções da administração do “Estado”, permite que se suprima a “hierarquia”, reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante, que empregue, por conta da sociedade inteira, operários, contramestres e guarda-livros.” (CARR, 1977, *idem*). Ora, tal afirmação não fala da supressão acrata do Estado, mas de uma reestruturação do poder sob o domínio e a direção da classe operária. Atente-se a este outro trecho do mesmo opúsculo que foi instrumentalizado para vituperar os revolucionários soviéticos como um grupo de duas caras e de discurso demagógico fácil:

Mas, é à vanguarda armada de todos os exploradores (sic) e de todos os trabalhadores, é ao proletariado, que eles devem subordinar-se. Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro, a substituir a “hierarquia” específica dos funcionários por simples cargos de “contramestres” e “guarda-livros”, cargos já agora inteiramente acessíveis à população urbana, dado o grau do seu desenvolvimento geral, e fáceis de desempenhar mediante um salário operário.

Mais ainda:

Organizemos a grande indústria, segundo os modelos que o capitalismo oferece. Organizemo-la nós mesmos, operários, seguros de nossa experiência operária, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder político dos trabalhadores armados; reduzamos os funcionários ao papel de simples executores da nossa vontade, responsáveis e amovíveis, ao papel de “contramestres” e “guarda-livros” modestamente pagos (conservando, evidentemente, os técnicos e especialistas de toda espécie e categoria); tal é a nossa tarefa proletária, tal é o modo por que deve começar a revolução proletária. Esse programa, aplicado na base da grande produção, acarreta por si mesmo o “definhamento” progressivo de todo o funcionalismo, o estabelecimento gradual de um regime inteiramente diferente da escravidão do assalariado, um regime onde as funções, cada vez mais simplificadas, de fiscalização e contabilidade, serão desempenhadas por todos, cada qual por seu turno, tornando-se depois um reflexo para, finalmente, desaparecer, na qualidade de funções especiais de uma categoria especial de indivíduos (LENIN, 1918, snp).

Ora, onde ele pregava neste trabalho a dissolução do estado e a substituição dos funcionários de Estado por operários e por contramestres? As afirmações eram claras preconizando a democratização e a equiparação dos servidores estatais aos trabalhadores operários. Propunha, ainda, a modernização destes serviços com a utilização dos métodos de trabalho desenvolvidos pela grande indústria.

A situação conjuntural causada pelas destruições decorrentes da Grande Guerra e da Guerra Civil exigiam uma recuperação acelerada e um salto qualitativo para restaurar as condições de uma vida civilizada e preparar o país para enfrentar a permanente agressão militar ou através do boicote e do isolamento proporcionado pelas potências imperialistas. Por isso, foi implantada a política proposta pelo “Comunismo de Guerra” no tempo em que se iniciava a instável paz. Mais ainda, o plano não contradizia as afirmações de “O Estado a Revolução”, já que ele se restringia a uma situação conjuntural e não era uma proposta de construção estrutural. Seu grave problema residia no fato de que as populações encontravam-se em um ponto irremediável de exaustão provocada pelas guerras, e os remanescentes da burguesia e do czarismo ainda estavam atuantes na sabotagem para evitar a consolidação do poder soviético e das conseqüentes transformações revolucionárias na sociedade.

O “Comunismo de Guerra” em tempo de paz se tratava de um plano econômico de caráter provisório para a recuperação que, baseado na adaptação às condições internas e externas, objetivava, segundo seu autor (Lênin), proporcionar a decolagem industrial e a preparação da base econômica para o socialismo.

Foi com esta situação que aconteceu o levante da Base Naval de Kronstadt, fortemente influenciado pelos anarquistas, e que terminou sendo o toque de réquiem do “Comunismo de Guerra”. Isto possibilitou a implantação da restauração das atividades econômicas da iniciativa privadas através da liberação de atividades produtivas independentes e voltadas para a economia de mercado. A nova orientação que provocou profundas reações recebeu o nome de Nova Economia Política (NEP). Os marinheiros que constituíam uma base de apoio fundamental para o estabelecimento da União Soviética a partir de sua base naval em Kronstadt, no golfo da Finlândia, se insurgiram na defesa das posições radicais que tinham levado à instalação do poder revolucionário. A intervenção do Exército Vermelho derrotou o levante e culminou com a morte de centenas de marinheiros. Observando esta estratégia, este quadro adverso, e o peso das derrotas parciais dos projetos, devemos nos perguntar: como os comunistas puderam manter-se no poder e construir a sociedade soviética? Por que se mantiveram no poder ao longo dos anos 20 e 30, e como puderam mobilizar a população para as guerras “quente” e “fria” na década de 40. População esta que recebeu os invasores nazistas – não como libertadores de uma ditadura brutal – mas como inimigos que deveriam ser derrotados?

A explicação para esta vitória que persistiu, com seus desvios e retrocessos, ao longo do século XX, pode ser dada pelas características da Revolução e de suas políticas. A primeira delas é o fato de os comunistas se apoiarem nos operários industriais organizados, procurando defendê-los e ampliar permanentemente seu número na cidade. Isto permitiu que, mesmo nos momentos mais críticos da Revolução, quando esta detinha apenas 10% do território, eles controlassem os centros da economia, deixando aos Brancos as periferias mais atrasadas. A segunda característica foi o seu claro posicionamento em frente aos povos não russos do território. A eles, não só foi proporcionada a autonomia nacional, como também, numa etapa posterior, o direito de participação em condições de igualdade na Federação das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para estes, os Brancos significavam a restauração da supremacia e dos privilégios grão-russos e seu retorno a uma posição inferior e com direitos restritos.

Ao cumprir o programa político dos social-revolucionários, atendendo, na prática, às reivindicações camponesas, os comunistas e os soviets conquistaram sua simpatia. Com a guerra civil a população do campo apercebeu-se de que o apoio aos Brancos significaria a volta do latifúndio e a perda das conquistas adquiridas com a Revolução.

Cumpra ressaltar, ainda, a identificação da população com a sua sociedade – inclusive por parte de membros das antigas classes dirigentes – que passaram a apoiar os soviets quando da intervenção estrangeira. O exemplo mais claro desse aspecto foi o evidenciado durante a guerra civil, quando o General Brusilov – único general russo que havia vencido os alemães na Grande Guerra –, em frente ao avanço dos Brancos e a intervenção estrangeira, passou a apoiar o governo soviético e a fazer um chamamento para que oficiais e soldados do antigo exército sustentassem os soviets contra a invasão e a contrarrevolução.

Finalmente, devemos considerar a divisão, as contradições e os antagonismos internos da contrarrevolução, que ia desde uma Frente Constitucionalista dos mencheviques e dos social-revolucionários até os ferrenhos reacionários absolutistas, sendo cada uma destas tendências apoiadas pelas diferentes potências que pretendiam favorecer os seus interesses próprios. A morte do czar e de sua família não só eliminou um símbolo e um ponto de união como também pôs fim a esta unidade contrarrevolucionária que se sustentava em torno de sua figura e pessoa e nas expectativas de uma restauração da ordem anterior de forma plena ou reformada.

3 O NAZISMO COMO COLONIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Os efeitos da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial criaram condições de onde emergiram movimentos nacionalistas radicais de direita. Um destes movimentos foi o nazismo, com várias características comuns aos outros, mas com algumas peculiaridades: uma visão de mundo mítica nacional, que acreditava no mito da raça superior – a raça ariana¹³, e no seu destino e uma lógica radicalmente excludente, voltada para a dominação interna. O nazismo, desde a sua origem, excluiu do direito à cidadania todos aqueles que não fossem puramente arianos, ou seja, que não fossem “alemães raciais”. Em *Mein Kampf*, escrito por Hitler em 1924, está bem clara a ideia de que o mundo teria que ser dominado por esta raça superior. Além disso, era um movimento que tinha uma visão de mundo totalitária e heroica, baseada no princípio do *fürher* – do líder, do herói, do demiurgo, capaz de criar as condições para que a raça alemã conseguisse conquistar seu lugar no universo, o que significava controlar o planeta em benefício próprio.

O movimento, enquanto um movimento nacionalista e racista, substituiu as classes e seus conflitos pela raça, tornando-se um movimento pluriclassista, cujos membros acreditavam na existência de uma comunidade ariana que englobava membros de diferentes status sociais com um ponto em comum: pertenciam à comunidade ariana. Mas, mesmo sendo

¹³ A concepção da existência de uma raça ariana pura, específica que se caracteriza por sua superioridade natural e pelo direito de dominação e de exploração sobre o resto da humanidade em benefício próprio se beneficia de certos mitos linguísticos antigos (existência de um povo – os ários ou arianos – “nobre” em sanscrito, conquistador e portador de uma língua distinta desde a antiguidade) e de preceitos advindos do desenvolvimento econômico, político e científico do capitalismo no século XIX (industrialização fabril, nacionalismo, antropologia, genética e “darwinismo social”). Estes são os elementos que estiveram na base das concepções racialistas (racismo científico). Este conjunto de elementos se unificou em instrumento de exploração e numa ideologia legitimadora e de dominação que é denominada de racismo científico. Tal doutrina postula que existem distintas raças humanas algumas delas superiores ao resto da humanidade. A caracterização da identidade das raças seria dada por conjuntos de características fenotípicas (os cabelos, a cor da pele, o aspecto da face o formato do nariz, dos lábios, dos olhos e do crânio) ou genéticas e hereditárias. Tais características seriam determinadas pela ascendência e demonstrariam fisicamente a inteligência e a capacidade de criar cultura, bem como determinariam as qualidades morais dos indivíduos. A primeira expressão deste racismo surgiu com o livro *“Ensaio sobre a desigualdade das raças humana”* publicado em 1853 pelo francês conde de Gobineau. Nesta obra, que seduziu os membros da nobreza da Europa, era defendido que a origem ariana daquela aristocracia era o ancestral das classes dominantes da Europa e fora responsável pelo desenvolvimento do continente. A base disto era a defesa de sua superioridade racial natural. Esta, por sua vez, era o parâmetro, demonstrado cultural e fenotipicamente para medir a posição hierárquica das outras raças e podia justificar a dominação de outros povos. Apoiando-se nestes argumentos Houston Steward Chamberlain, um inglês, genro do compositor alemão, Richard Wagner, escreveu o livro *“Os fundamentos do século XIX”* identificando os arianos com a população da Alemanha. Sua tese defendia que os germânicos eram uma raça superior, que devia manter sua pureza, posicionada no cume da hierarquia racial e definia como seu desprezível antípoda os semitas judeus. A ideologia racista ariana se completou com as teorias do direito e poder de dominação segundo a tese da “lei do mais forte” de Herbert Spencer – o criador do “Darwinismo Social” – doutrinário do imperialismo britânico.

pluriclassista – vamos encontrar segmentos proletários, da burguesia, dos grandes proprietários de terra–, predominava fundamentalmente a pequena burguesia, tanto entre os seus quadros militantes quanto entre os seus eleitores. Esse “comunitarismo racial”, na medida em que substituía o conflito de classes pelo de raças e pela comunidade ariana, identificava-se como antisemita, antieslavo e antibolchevique, sendo o bolchevismo considerado por eles como o instrumento mais apurado da conspiração judaica para o domínio mundial.

Esse movimento caracterizava-se, ainda, como dogmático e idealista. Era dogmático porque desde a sua origem não admitia a discussão de seus princípios, nem de suas linhas políticas, que deveriam ser impostas pelo caudilho, pelo líder e, a partir daí, assimiladas e colocadas em prática. Idealista porque era movido pelos ideais racistas e porque acreditava que a origem das coisas estava nas ideias. Era socialmente conservador, na medida em que propunha a conservação de uma comunidade racial ariana ideal – a comunidade germânica. Também se caracterizava por ser um movimento baseado na política da força, da materialização de sua superioridade, exposta nos princípios do darwinismo social racista. Era expansionista, porque, retomando o discurso e as propostas dos pangermanistas, pretendia a construção da “Grande Alemanha”, através da conquista do seu “espaço vital”, a partir da incorporação dos territórios onde existiam populações de origem alemã a sua área de domínio. Apresentava como outra característica marcante, juntamente com o racismo e o autoritarismo, o fato de ser um movimento revanchista contra o *Tratado de Versalhes*, o que significava um forte atrativo para a direita e para a extrema-direita na Alemanha da época.

Pode-se dizer que o nazismo alemão, enquanto visão política e de mundo com essas características, representava uma radicalização e um transbordamento das posições do imperialismo capitalista. Vamos encontrar tais características, não tão explícitas e integradas, na ideologia do imperialismo e na da conquista colonial que marcaram o desenvolvimento da sociedade europeia após a “grande depressão” do final do século XIX e a emergência do capitalismo monopolista, com sua “segunda revolução industrial”.

Mas não podemos dizer que o nazismo é a simples expressão de apenas uma ou a combinação de algumas destas características. Para caracterizar um grupo como nazista, é necessário todo esse complexo de posições políticas e ideológicas e, mais ainda, uma agressiva intolerância em relação aos outros grupos que fazem parte de uma mesma sociedade nacional-estatal. Na medida em que esse movimento e essa visão de mundo representavam uma radicalização e um transbordamento do imperialismo, ele propôs, também, a

reorganização interna da sociedade, dentro dos moldes coloniais já institucionalizados nas regiões conquistadas pelas potências europeias. Mas, ao contrário dos europeus e norte-americanos, em processo de expansão ou de consolidação do seu domínio imperial, os nazistas, que não possuíam condições de conquistar esses espaços exteriores, lançaram a política de colonizar a própria sociedade onde estavam inseridos.

Esse projeto de reorganização da sociedade a partir dos moldes coloniais transparece no *Mein Kampf*, de Hitler. Este propõe, em primeiro lugar, dividir a população da Alemanha em duas categorias de habitantes: os de primeira classe – os germânicos e aderentes ao movimento nazista, e os de segunda classe – mestiços, descendentes de imigrantes, democratas, socialistas, comunistas e, principalmente, judeus – quanto à questão do acesso aos direitos, tanto políticos quanto sociais. Em segundo lugar, contrapõe a categoria de cidadãos, os germânicos, às categorias de súditos e de estrangeiros (os outros). E em terceiro lugar, busca transformar e reorganizar a sociedade alemã conforme tais princípios. Com isto, faz dela uma colônia do capital monopolista alemão, incorporando regiões da Europa por eles consideradas terras germânicas, onde existiam fortes minorias alemãs, ao Estado que pretendiam criar.

Num primeiro momento, que durou até 1923 e que foi o período de formação e de desenvolvimento do nazismo, tanto ao nível da organização quanto do amadurecimento de sua visão de mundo, o movimento se caracterizou, principalmente, por ser nacionalista xenófobo, chauvinista, antissocialista, antisemita e conhecido pelas suas barulhentas e violentas manifestações de rua radicais, antidemocráticas, antisemitas e antibolcheviques. Durante esse conturbado período, competia com outros grupos de extrema direita e esteve confinado ao estado da Bavária, que havia passado por uma derrotada experiência soviética. Era, naquele momento, o mais radical e sectário dos movimentos nacionalistas alemães e, significativamente, tornou-se o catalisador das frustrações e dos desejos dos alemães imigrados para o *Reich* após a I Guerra Mundial, a Revolução Russa e a dissolução do Império Austro-Húngaro.

Esse movimento, que não se reconheceu enquanto um partido até 1923, era basicamente formado por ex-soldados nacionalistas e por imigrados de origem alemã do Leste Europeu. No período em questão, podemos identificar nele um antiparlamentarismo e um golpismo marcantes, além de certo regionalismo bávaro. Só após 1923 é que este se transformou em um partido nacional que passou a abranger todo o território da Alemanha.

Desde seu nascimento, o nazismo se caracterizou por ser um ferrenho inimigo da República de Weimar. Para eles, esta expressava tudo aquilo que ele considerava negativo e que possuía características judaicas: era liberal, socializante, democrática, parlamentar e aceitava as imposições do *Tratado de Versalhes*. Até 1923, o nazismo se caracterizou por ser um movimento terrorista que organizava um conjunto de homens armados e uniformizados, chamados de SA (Seções de Assalto), que utilizavam da violência física contra a esquerda e, na tentativa da tomada de poder. Por tais atributos, conquistaram o apoio da grande burguesia da Bavária, receosa da revolução e da reinstalação de um soviete¹⁴.

Embora socialmente conservador, os nazistas se caracterizavam por ser modernos na forma de se organizar e na sua apresentação pública, e eram ainda favoráveis a um processo de modernização econômica e técnica racionalizadora e conservadora, proposta por seus aderentes ligados aos campos de conhecimento científicos. Seus aspectos da apropriação dos elementos modernos oriundos do processo de revolução tecnológica, de massificação e de intensa urbanização andavam ao lado de seus elementos arcaicos, como a adesão integral às mitologias arianas, à proposta de desenvolver um campesinato de pequenos proprietários responsáveis também pela reprodução da raça.

Munidos dessa dialética, adotavam meios de sedução e de conquista das massas urbanas que ainda não eram usuais entre os outros grupos políticos de direita: realizavam grandes comícios públicos, cercados de toda uma parafernália de instrumentos, como alto-falantes, e valiam-se de recursos simbólicos que expressavam modernidade e não eram explorados até então, como desfiles militarizados, utilização do rádio, de veículos automotores, demonstrando à sociedade que eram um movimento dinâmico, moderno, em consonância com os “novos tempos”.

Esse partido, que até 1923 era antiparlamentar, tanto na sua estratégia quanto nas suas táticas, tentou, naquele ano, num momento de crise, efetivar um golpe objetivando tomar o poder na Bavária e, a partir daí, expandir o seu domínio político para todo o território da República Alemã. No entanto, o golpe fracassou porque os membros do governo, uma vez libertados, lançaram uma contraofensiva e dissolveram o esquema golpista dos nazistas e seus

¹⁴ A Bavária, no início de 1920, enfrentou a tentativa de instalação de uma república soviética, semelhante à russa, república esta que foi destruída graças à atuação dos corpos francos constituídos por militares desmobilizados ligados a seus antigos comandantes, financiados pela burguesia monopolista e utilizados pela República de Weimar para aniquilar os levantes e as tentativas insurrecionais da esquerda radical e revolucionária. A tentativa de criar um estado revolucionário e soviético na Bavária criou na burguesia imenso pânico e medo, o que a levou a apoiar os nazistas, o grupo mais resolutivo e violento no combate ao bolchevismo e à esquerda em geral.

aliados, chefiados por Hitler. Este foi preso, julgado e condenado a cinco anos de prisão, uma pena leve em comparação com as sofridas pelos membros da esquerda, que, em função de crimes menores, eram condenados à morte. Hitler acabou sendo libertado pouco tempo depois, antes de cumprir a totalidade da pena. Durante a prisão, ele escreveu o livro *Mein Kampf*, – *Minha Luta em sua edição em português* (Hitler, 1983) – que é a sistematização da prática que eles levavam e da visão de mundo do nazismo.

Após o golpe e sua prisão, Hitler mudou de tática. Aderiu à luta parlamentar, mas manteve a meta estratégica do movimento: a conquista absoluta do poder e a sua instalação, como fruto do direito da força baseado no darwinismo social e enquanto um direito de raça, já que eles consideravam-se os mais puros e melhores representantes da raça germânica não degenerada. Como tais, consideravam ter o direito de impor-se politicamente e de impor a força do seu poder e de suas ideias sobre o conjunto da sociedade.

O segundo ponto da sua estratégia que permaneceu inalterado foi o de que pretendia eliminar o capital que chamava de usurário, identificado como capital judaico, em benefício do capital nacional ariano, que era bem aceito, recebido e estimulado. Todos os recursos exteriores aplicados eram considerados como capital estrangeiro e cosmopolita – portanto judaico, independente do fato de ser emprestados ou investidos efetivamente na Alemanha.

Ainda faziam parte de sua estratégia os seguintes pontos: a eliminação do bolchevismo, do marxismo e dos judeus, considerados os elementos responsáveis pela degeneração da comunidade alemã; a eliminação da República de Weimar, considerada fruto da conspiração judaica, e a vingança à traição republicana expressa na rendição aos adversários na Primeira Guerra Mundial.

Subjazia a esses objetivos de sua estratégia – não abandonados quando aderiram à luta parlamentar – a colonização da sociedade alemã por parte desses representantes racialmente puros da população e socialmente não degenerados, que eram os nazistas, e a da colonização da Europa Oriental. Essa região, onde existiam comunidades e influência cultural germânica, era considerada “espaço vital” alemão, tido como território alemão usurpado pela conspiração judaica em benefício dos eslavos e judeus.

Finalmente, contavam como elementos fundamentais a reorganização da sociedade alemã, instalando o poder da comunidade ariana, com plenos poderes e impondo sobre a sociedade o ônus que acompanhava os cidadãos de segunda ou de terceira classe: os súditos e os estrangeiros. Nestes segmentos, estavam incluídos os operários de esquerda, as

minorias étnicas e sexuais, os doentes, enfim, todos aqueles grupos que a antropologia chama de “outros”, em relação ao “nós”, todos aqueles que são socialmente diferenciados.

A mudança de tática manifestada na adoção da perspectiva parlamentar auxiliou na expansão do nazismo em dois momentos. O primeiro ocorreu no rastro da crise de 1923 e da reforma monetária de 1924. O segundo no rastro da crise de 1929, surgida na Bolsa de Nova Iorque, e da profunda depressão que atingiu a Alemanha a partir desta crise.

3.1 As crises favoráveis ao crescimento do nazismo

A crise de 1923 foi originada pela ocupação do Vale do Ruhr, produtor de carvão na Alemanha, por franceses e belgas, assim como pela organização de uma resistência passiva que expulsasse os invasores da região, estimulada pela República e pelos grandes capitalistas alemães, com a adesão entusiasmada da população. A resistência – que contou com a participação das SA e também dos comunistas, por motivações diferentes – consistia na paralisação da economia da região do Ruhr a partir de uma greve geral por parte dos trabalhadores, financiada pelo Estado alemão. Tal empreendimento piorou ainda mais a situação do Estado que constantemente tentava a renegociação do “Tratado de Versalhes”, para assim poder desenvolver, novamente, o país. O seu resultado foi a bancarrota da Alemanha pela emergência de uma inflação galopante. Esta possibilitou aos grandes empresários pagarem seus débitos com a moeda desvalorizada e valorizarem seus capitais monopolistas. Também proporcionou, em larga escala, a ruína da pequena-burguesia urbana – que vivia de pequenos negócios, de rendas fixas ou do salário mais elevado que remunerava os trabalhos de escritório – e rural – os camponeses ricos, que viviam da venda da produção agrícola voltada para uma economia de mercado. Essas frações de classe se transformaram, a partir daí, num grupo depauperado e na sua maior parte, proletarizado.

Os efeitos da hiperinflação possibilitaram aos empresários a substituição dos trabalhadores especializados dos escritórios por equipamentos mecanizados, que utilizavam uma mão de obra não especializada, feminina e juvenil, com uma remuneração muito inferior. O processo de modernização destes serviços gerou desemprego e, ao mesmo tempo, reduziu a autoridade paterna sobre as filhas que alcançaram autonomia econômica, destruindo o tradicional poder patriarcal.

Os trabalhadores de escritório e do comércio, beneficiários de seu grau educacional, tiveram sua força de trabalho depreciada e se transformaram em um grupo com remuneração próxima à do proletariado fabril; isto gerou efeitos posteriores expressos na sua

adesão à nova forma de direita extremista e na expansão do nazismo. Esta fração da pequena-burguesia urbana, bem educada, apresentava um sentimento de superioridade e não aceitou sua nova condição. Não admitia que houvesse atingido as mesmas condições de pobreza e se tornado igual aos operários; que fora aniquilada – enquanto grupo social e profissional, e que agora não passava de um segmento de trabalhadores, alguns ainda ocupando um lugar distinto como assalariados, dispensáveis nas empresas e reduzido a um grupo de elementos desclassificados, miseráveis, que quando despedidos teriam que viver praticamente da caridade pública. A ruína da pequena-burguesia, causada pela inflação e pela mecanização dos setores onde esta desempenhava suas funções, foi acompanhada por um desemprego massivo dos operários, decorrente da paralisação da produção industrial.

Se os resultados dessa crise foram, por um lado, a ruína da pequena-burguesia urbana e rural e o desemprego dos operários, por outro lado foram, também, o fortalecimento dos “konzern”¹⁵. Resulta daí, também, o aumento da concentração de capitais, na medida em que os pequenos empresários não puderam enfrentar a inflação e foram liquidados, gerando resultados positivos para os grandes capitalistas, que se livraram da concorrência dos pequenos capitalistas e fortaleceram as suas associações monopolistas, tanto na produção quanto na comercialização que passou a ser controlada pelas grandes lojas. Foram beneficiários deste colapso econômico e monetário os grandes empresários, os banqueiros e os donos das reservas de moeda estrangeira, que passou a ser utilizada para comprar mais bens dentro da Alemanha. Os beneficiários da situação passaram a se utilizar de seus recursos e do desvalorizado papel-moeda para eliminar os concorrentes ao capital monopolista na Alemanha.

A crise possibilitou que o patrimônio e os bens da pequena-burguesia alemã fossem, também, adquiridos por estrangeiros originários do leste do continente, que haviam fugido da Revolução Russa, da crise e da indefinição política de sua região. Estes, ao imigrar, traziam para a Alemanha recursos em moeda forte ou, mesmo, em metais preciosos. No momento da crise, partes dos bens dos pequeno-burgueses alemães passaram para esses elementos. Isto proporcionou o favorecimento, na Alemanha, do nacionalismo xenófobo, além de intensificar a percepção antissemita de uma conspiração conquistadora contra os alemães e sua cultura. Tal fenômeno político e ideológico se dava porque parte desses

¹⁵ Os “konzern” eram empresas monopolistas organizadas em cartéis que, na medida em que a situação de crise piorava, passaram a pagar os seus credores com uma moeda desvalorizada e a destinar a maior parte da sua produção para o exterior, devido aos preços extremamente competitivos.

imigrantes que adquiriam as propriedades ou abriam novos e modernos negócios eram de origem judaica (polonesa e russa) e vista, pelo empobrecido alemão médio – intoxicado de nacionalismo racial e antissemitismo – como a concreta materialização da conspiração judaica.

Essa não era uma visão exclusiva do movimento nazista, mas era também a do nacionalismo alemão da época. Não apenas o *Tratado de Versalhes*, os operários socialistas e comunistas, o capital “usurário” (uma entidade que planava no ar) que eram responsabilizados pela hecatombe. Naquele momento, em cada esquina, em cada quarteirão, surgia o imigrado possuidor de recursos e que comprava os bens e as lojas dos membros da pequena-burguesia alemã falida.

A crise provocou, assim, um profundo descrédito na República, incapaz de responder à invasão do Vale do Ruhr, e que, por suas políticas, foi responsabilizada pelos efeitos negativos da resistência passiva. A situação de crise na Alemanha terminou por ser resolvida de duas formas: primeiro, através da reforma monetária de 1924 e da criação de uma nova moeda alemã. Esta foi baseada na capacidade nacional de produção agrícola e não estava vinculada ao padrão-ouro, como a moeda anterior. A segunda forma se deu por meio do *Plano Daves*, um plano norte-americano, de auxílio à Alemanha. Este, em sua implantação, dividiu a dívida de guerra alemã em várias parcelas anuais que seriam pagas ao longo de um extenso período de tempo (cinquenta anos).

O *Plano Daves* proporcionou a concessão de grandes empréstimos que possibilitaram à Alemanha comprar matéria-prima no exterior, além de dispor de um volumoso aporte de recursos como capital de giro. Tais fatores deveriam servir de base para a reabilitação econômica da Alemanha. O problema advindo dos empréstimos, que apresentaram resultado negativo com a crise mundial instaurada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, é que esses financiamentos eram de curto prazo – renováveis quase que anualmente – e repassados pelos bancos alemães como empréstimos de longo prazo para o Estado e os capitalistas alavancarem investimentos na modernização de empresas e de cidades. Esses grandes empréstimos norte-americanos foram utilizados para modernizar, na Alemanha, o parque industrial, com a compra de equipamentos mais produtivos que potencializavam a produção (num maior valor e com um menor custo) e a modernização das atividades comerciais. O seu resultado foi a redução daqueles capitalistas que não eram cartelizados e que haviam conseguido resistir com suas atividades até a crise de 1923.

Essa modernização do parque industrial gerou, ainda, desemprego estrutural de origem tecnológica, uma vez que aumentava a capacidade produtiva do trabalho e que substituía a mão de obra, reduzindo a necessidade de emprego. Numa situação de profunda crise como a que caracterizou a década de 1930, essas transformações proporcionaram os mais dramáticos resultados.

Os empréstimos utilizados para modernizar o parque industrial geraram o aumento da capacidade produtiva alemã, elevando-a a um nível incomparável na Europa. Mas, ao mesmo tempo, essa capacidade industrial estava bloqueada para a sua realização, ou seja, para o consumo dos produtos por ela produzidos. Isto porque, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, uma tendência nacionalista protecionista começara a emergir nos países desenvolvidos e em todas as regiões do planeta.

O protecionismo iria determinar que a economia da Alemanha industrialmente reorganizada não encontrasse, na Europa, mercado suficiente para distribuir e realizar sua produção e de onde ela pudesse trazer matérias-primas baratas. O aumento da capacidade produtiva alemã, em virtude desse bloqueio na realização da produção, não foi acompanhado pelo aumento do nível de empregos e pela recuperação dos bens e posição da pequena-burguesia. Até 1929, a Alemanha não pudera, ainda, melhorar proporcionalmente o volume de empregos em geral e a posição socioeconômica de sua pequena-burguesia, que não conseguia se recuperar da proletarização a que fora submetida a partir de 1923.

Tal situação possibilitou a ocorrência de uma radicalização bipolar entre a esquerda e a direita e o crescimento dos setores radicais da direita (no caso, os nazistas) e da esquerda (no caso, os comunistas), com a retração do centro político e das forças moderadas. Essa polarização deve ser bem compreendida, pois ela ocorreu no contexto de uma progressiva e anterior guinada geral da política tradicional alemã para a direita, que é resultante da batida em retirada dos elementos políticos burgueses centristas e dos socialistas reformistas.

O resultado desta situação foi que, em 1929, quando aconteceu a quebra da Bolsa de Nova Iorque, se deu origem a uma situação de profunda instabilidade política e crise econômica. Não só a retração dos créditos e dos capitais externos, mas também as elevadas perdas dos capitalistas alemães que nos anos finais da década de 1920 passaram a investir maciçamente seus lucros nas rentáveis especulações com as ações na bolsa da Nova Iorque, deixaram a economia alemã descapitalizada e incapacitada de prosseguir com suas atividades produtivas e mercantis.

Significativamente, a partir daí, o Estado alemão passou a ser dirigido por conservadores e direitistas nacionalistas. Além disso, resultou dessa crise o aumento do poder dos partidos nacionalistas de todos os matizes, bem como o aumento do poder do Exército e do corpo de funcionários. Tais funcionários militares, burocráticos e tecnocráticos – profundamente conservadores, chauvinistas e elitistas – apresentavam uma grande simpatia pelo nazismo. Estes dois setores passaram abertamente a sabotar a República a partir de dentro, favorecendo a ascensão do nazismo.

Além desse quadro geral de radicalização – bipolar, direitização da política alemã e aumento do poder do nacionalismo, do exército e do corpo de funcionários – houve também, de forma significativa, o fortalecimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) ou Partido Nazista como era chamado em relação a 1919 e 1923: seu eleitorado cresceu, aumentou o número dos membros do partido, surgiram ou se desenvolveram seus órgãos paralelos, como sindicatos e militância no movimento estudantil. Tal fenômeno acontecia mesmo nas áreas e regiões consideradas como “bastiões vermelhos”, onde predominavam os social-democratas e os comunistas.¹⁶

Esse fortalecimento ocorria em parte porque os nazistas, ao contrário dos comunistas, passaram a ser identificados, por grande parte da população, como a única força capaz de recompor o orgulho nacional e como uma força nacional de direita, com características revolucionárias, que não estava comprometida com nada do que estava acontecendo na Alemanha naquele momento. Seu crescimento dar-se-ia, também, porque a grande burguesia veria nos nazistas a única força nacional de direita capaz de resistir ao avanço do Partido Comunista, e de reimpor a ordem social. Por isto, estabeleceu uma aliança política financiando o partido nazista e suas ações, acobertadas e protegidas pelo corpo de funcionários.

3.2 A colonização da sociedade

A escalada do nazismo já estava dada e consolidada no final da década de 1920 e os efeitos da crise de 1929 possibilitaram sua ascensão ao poder – através de alianças eleitorais por eles dominadas – e o processo de implantação da colonização da sociedade. A depressão econômica mundial gerada pela crise de 1929 levou a uma unificação das forças de

¹⁶ Alguns destes “bastiões vermelhos” localizavam-se nos bairros operários de Berlim e nas regiões industrialmente desenvolvidas do resto da Alemanha.

direita sob a chefia dos nazistas no quadro da radicalização política polarizada que caracterizava a Alemanha no final da década de 1920. A situação exigia soluções radicais que expurgassem da economia e da política os elementos que caracterizaram o liberalismo do século anterior. Desenvolveram-se e expandiram-se alternativas que destacavam a ampliação do papel do estado na economia e novos pactos sociais frente às crises sociais do capitalismo industrial nos primeiros anos do século XX. A primeira delas era o comunismo, a segunda era a social democracia e a terceira era o fascismo, ou o nazismo, no caso da Alemanha, com seus instrumentos de colonização da sociedade.

Essa alternativa previa não só a conquista territorial contígua de áreas a serem exploradas pela metrópole, cujo modelo exemplar para Hitler era o da expansão norte-americana no século anterior, mas previa também uma forma de tratamento das populações do interior do território que não pertenciam ao grupo dominante: superexploração, restrição de acesso à cidadania, confinamento e extermínio. A forma de colonização da sociedade se dava conforme quatro fatores.

1º) A transferência para o interior da sociedade alemã dos mecanismos característicos de dominação e de exploração do colonialismo imperialista. Eram políticas de discriminação, de exclusão e de criminalização dos grupos humanos e sociais dominados, que passavam a ser objeto de processos administrativos e sem poder político. Este era reservado para o grupo identificado com os representantes da “raça superior”, num quadro de reorganização socioeconômica interna e de preparação para a expansão do capitalismo alemão, numa situação de crise determinada. O modelo de sociedade que se organizava na Alemanha, a partir de 1933, era baseado no modelo de uma sociedade colonial, no qual a raça superior – os alemães – era o grupo dominante. O agente dessa colonização seria o bloco de poder sob o controle do capital monopolista e da indústria pesada, sob a direção do nazismo.

2º) A reorganização da sociedade como uma colônia interna do capital monopolista, dirigida pelo Partido Nazista, passou rapidamente a eliminar as suas tendências plebeias e as suas tendências anticapitalistas.

3º) A identificação racial do nacionalismo expansionista e xenófobo alemão contra “nativos”, ou seja, aqueles que serão os colonizados, constituídos por operários, opositores políticos, judeus, eslavos, minorias, socialistas e comunistas.

4º) A exploração desses “nativos”, em benefício da metrópole, ou seja, da comunidade “racial” alemã, que passava a ser identificada com o capital monopolista dos “Konzern” e que passava a ser associada com o capital produtivo. Esse capital produtivo era

individualizado nos proprietários capitalistas alemães e seus aliados do Partido Nazista alemão e suas estruturas paralelas, subordinadas a esse partido, em contraposição ao capital externo e ao usurário, que eram associados aos judeus pela ideologia dominante.

A criação de um poder colonial interno na sociedade alemã se deu não só pela divisão da identidade racial entre os nacionais alemães e os “nativos” que habitavam a Alemanha, mas também através de uma política de alienação. Tal política correspondia à expansão e incorporação das áreas através da alienação da economia, ou seja, a expropriação dos bens e do capital desses que eram identificados como nativos colonizáveis em benefício dos membros da comunidade ariana. Posteriormente o processo avançou para regiões estrangeiras – onde existiam populações germânicas minoritárias – que foram conquistadas, espoliadas e germanizadas a partir do momento em que isso foi possível.

Este foi o mecanismo utilizado no processo colonizador de espoliação e de expropriação dentro da própria Alemanha, dos judeus, dos bens que pertenciam aos sindicatos opositores, ao Partido Social-Democrata, ao Partido Comunista e a outras organizações políticas, que, segundo os nazistas, eram expressão do judaísmo internacional. Tais bens foram repassados para alemães “puros”. Paralelamente, era utilizado o mecanismo colonial de confinamento e de exploração da população nativa dominada e despojada.

Essa colonização, por um lado, correspondia às práticas do imperialismo adotadas na Ásia e, principalmente, na África, a partir do final do século XIX, e, por outro lado, respondia a uma ideologia racista, centrada no mito do herói-demiurgo, sendo que este era identificado com o homem alemão, racialmente puro, criador de cultura e não degenerado. A identificação do capital monopolista alemão como capital produtivo era uma relação individualizadora deste capital, que devia ser adotada pelos alemães, com seus proprietários alemães. Estes, junto com Hitler e com a hierarquia do Partido Nazista, constituiriam os demiurgos responsáveis pela criação de um novo mundo orgânico.

Esse singular processo de colonização interna da sociedade foi possibilitado por um complexo de fatores que hoje podemos identificar com clareza: a) a revolução socialista e democrática frustrada, que provocou uma retirada política da classe operária alemã e a fragmentação do seu movimento após a sua grande derrota, proporcionada pela repressão dos social-democratas que ascenderam ao poder e que utilizaram o terrorismo dos corpos-francos e do Estado para reprimir o movimento; b) pela ambiguidade e indefinição da República alemã, que não chegou a radicalizar em nenhum momento às mudanças necessárias contra a antiga ordem e manteve uma série de elementos estruturais daquela, sem realizar reformas

democratizantes nas estruturas do Reich; c) pelo processo histórico do desenvolvimento do capitalismo alemão e por sua crise após a Primeira Guerra Mundial; d) pela imposição e pela possibilidade de reorganizar a produção conforme as necessidades da grande indústria e pela viabilidade de submissão pela força da classe operária politicamente derrotada a partir de 1919; e) pela necessidade e pela possibilidade de organizar a sociedade conforme os novos moldes de industrialismo, ou seja, da indústria de massa, com a aplicação generalizada do taylorismo em benefício do grande capital, com investimentos em tecnologia e em novos e mais eficientes métodos organizacionais da produção, tal como o fordismo norte-americano; f) pela necessidade e possibilidade da burguesia em subordinar e canalizar a irrupção das massas na situação de crise; g) pela situação de proletarização da pequena burguesia alemã nas décadas de 1920 e 1930, decorrentes da guerra imperialista, da hiperinflação e da reforma monetária e, finalmente, da modernização da estrutura produtiva dominada pelo capital monopolista e pela crise econômica de 1929, com seus reflexos depressivos.

A colonização fixou suas bases na pequena burguesia que havia sido educada no nacionalismo, no autoritarismo e no mito da superioridade racial, no germanismo expansivo dos alemães chauvinistas e das regiões eslavas. Este pode ser entendido como um mecanismo de defesa contra a emergência de uma classe operária não alemã naquelas regiões, menos habilidosa e mais barata que os trabalhadores alemães e contra a submissão dos alemães, enquanto minorias nas novas nações eslavas surgidas da desagregação do Império Austro-Húngaro e do Império Alemão. Ela decorria da evidência – na visão racista dos nazistas e dos conservadores alemães – de uma conspiração judaica constituída pelo comunismo e pelo capital financeiro usurário e internacional – considerados por eles instrumentos e expressão da progressiva conspiração dominadora judaica.

Os nazistas gostavam de utilizar esse conjunto de expressões, que tornava compreensível para a população a ameaça – segundo a visão de mundo propalada pelos hierarcas nazistas – da avalanche da burguesia da Europa oriental que imigrou para a Alemanha e deslocou a sua pequena burguesia, derrotada pela crise e pela inflação.

É interessante notar que parte do capital dos judeus e dos estrangeiros na Alemanha pertencia a burgueses e pequeno-burgueses que fugiam da revolução no Leste e que buscavam segurança na Alemanha. Este é um elemento ainda muito pouco claro e analisado

Essa avalanche de elementos da burguesia da Europa Oriental também possibilitava a emergência de novos empresários que investiam justamente nos ramos novos

da economia – esses setores revolucionários da economia – que destruíam a base material da sobrevivência da pequena burguesia. Ou seja, de certa forma, havia ali uma repetição daquilo que aconteceu no fim do século XIX em Viena e que levou à emergência do antissemitismo e do pangermanismo. Fenômeno este que se expandiu e se consolidou na Alemanha também no período do final do século XIX e do início do século XX, quando se fortaleceu e se tornou dominante neste país o grande capitalismo monopolista.

Na meia década ocorrida entre 1924 e 1932, começam a crescer na Alemanha as grandes lojas de departamentos, as grandes redes de comercialização, a difusão de novos produtos, de novas formas de organização da distribuição e da comercialização. Estes foram, em parte, financiados por elementos dessa burguesia originária do leste do continente, em associação com alguns elementos da burguesia alemã. Tais empreendimentos destruíam a base da sobrevivência da pequena burguesia alemã, na medida em que substituíam o pequeno comércio e a produção artesanal por produtos da indústria fabril e pela competitividade. Segundo a visão racista, este fenômeno evidenciava uma conspiração judaica para destruir a unidade da comunidade germânica ou da comunidade ariana. Decorria desta percepção a necessidade de destruir esta ameaça e instaurar uma ordem que recuperasse a qualidade e a posição superior da comunidade e da cultura alemã. Tal ordem era representada pelos nazistas e seus meios de poder representados pelo projeto de colonização da sociedade.

O projeto de colonização da sociedade se expressava em vários níveis. No nível econômico, há alguns aspectos que devem ser ressaltados: por exemplo, a implementação absoluta e permanente de medidas que caracterizavam as relações de subordinação, de exclusão e de trabalho nas regiões dominadas e colonizadas bem como os privilégios dos dominadores. Tais características se manifestavam com o congelamento dos salários e a diminuição do seu poder aquisitivo; o apoio financeiro e fiscal ao capital monopolista e a capitalização das grandes empresas, pertencentes aos membros da comunidade ariana; a subordinação do pequeno capital às necessidades e à dinâmica do capital monopolista; as políticas favoráveis aos latifundiários e o apoio à produção agrícola nos moldes que caracterizavam as “plantations” das regiões coloniais; a implantação do trabalho obrigatório e da coação física através das frentes de trabalho, caracterizadas por salários aviltados e da exploração do dever moral do trabalho como elemento civilizador. Todas estas características são também elementos centrais das economias coloniais; constituíam as mesmas formas utilizadas pelos imperialistas em seus domínios.

No nível político, a ideologia nazista se mostrava claramente, através da eleição de um grupo exclusivo – representado pelos alemães nazistas identificados em seu líder e no seu poder discricionário – como os detentores do poder, baseados na força, na superioridade racial e no darwinismo social. No plano ideológico, esta se caracterizava pela adoção integral ao darwinismo social, ao racismo e as políticas de eugenia social e racial como fator de explicação e de organização da sociedade e das pessoas.

Outro aspecto da doutrina e da prática foi o plano de rearmamento da Alemanha, desenvolvido pelos nazistas. O plano retomava os elementos do anterior militarismo expansionista alemão, que era uma característica típica das sociedades imperialistas e da dominação colonial. A produção de armamento ficou, num primeiro momento – até a eclosão da Segunda Guerra Mundial –, concentrada na comunidade ariana. A nacionalidade determinada pela pureza racial era o elemento-chave para pertencer às Forças Armadas, ganhar contratos de fornecimento para as mesmas e assim por diante.

O estabelecimento do trabalho escravo generalizado nos campos de concentração – que chegou posteriormente até a exploração econômica dos cadáveres nos campos de extermínio – e o mercantilismo econômico implantado através da criação do marco bloqueado, que é uma espécie de moeda colonial¹⁷. Todos estes aspectos constituíam as relações econômicas entre as metrópoles e suas colônias.

Do ponto de vista social, a colonização da sociedade se caracterizava pela eliminação legal das classes sociais; pela criação de uma comunidade nacional ariana, que excluía os estrangeiros, os súditos e os arianos degenerados. Na medida em que essa comunidade nacional ariana se expandia por novos territórios que constituem o seu “espaço vital”, as populações não germânicas e não passíveis de germanização eram divididas em categorias de súditos ou de estrangeiros e, como tal, seriam administradas. Deixava de existir a cidadania para os habitantes que não pertenciam à comunidade dominadora, e esta era uma das principais características das sociedades coloniais.

Em nível político, aconteceu a destruição dos órgãos representativos da sociedade, com suas associações independentes, e foi implantada sua militarização; também se deu a destruição dos partidos políticos de origem classista; a destruição dos mecanismos de defesa operária e da sociedade, como sindicatos, cooperativas, imprensa, órgãos e associações de

¹⁷ O marco bloqueado era uma moeda escritural através da qual os alemães pagavam os produtos que importavam. Esse marco não podia ser trocado por outra moeda, nada podia ser feito com ele, a não ser comprar da Alemanha produtos industrializados com um preço diferenciado.

previdência. Como nas regiões de dominação colonial, havia a expropriação de seus bens e a distribuição destes aos membros do Partido e a alemães cooptados da pequena burguesia.

Outra característica foi a generalização do seu modelo de nacionalismo, que estava centrado na raça, no poder e no direito ao “espaço vital”. Isto proporcionava a expropriação dos não arianos, em benefício da pequena burguesia alemã, fosse ela urbana ou rural. Além disso, pode-se citar a naturalização do direito da força, a concentração do poder absoluto nas mãos do governante, ou seja, do Partido Nazista e, em última instância, de Hitler, como o herói-demiurgo que criou o Partido e o III Reich; bem como a implantação do direito do executivo de legislar. Característica das expropriações e do poder político dos impérios em suas colônias.

Comparando com as sociedades coloniais, vemos que os colonizadores internos também apresentavam uma similaridade profunda em uma série de direitos políticos, sociais, econômicos e benefícios que extraíam do pertencimento ao Estado metropolitano e dos quais estavam excluídos os súditos. Estes praticamente não possuíam direitos, ou seja, aos súditos nativos – em ambas as situações – concediam-se poucos direitos ou não se concedia direito algum. Outro aspecto político que identifica a unidade em ambas as situações foi a instauração da elite de raça superior no poder político e na plenitude dos direitos em relação aos súditos – com direitos parciais ou sem direitos, além da exclusão das raças inferiores e dos degenerados de todos os direitos sociais, civis ou políticos, o que também era uma característica das sociedades coloniais. Há, portanto, uma semelhança do nazismo com as demais sociedades coloniais, entre os colonizadores, os nativos e uma terceira categoria (dos excluídos ou daqueles que são objeto da exploração geral); esta diferença é manifestada numa hierarquia e numa gradação de direitos e de benefícios.

Ainda temos a implantação do princípio da liderança do Partido único e a eliminação dos órgãos representativos da sociedade, subordinando todo o conjunto da sociedade aos direitos da raça pura, em benefício do governo, de seus agentes, de seus financiadores e beneficiários. Há neste ponto um paralelismo entre a forma com que se implantava a dominação colonial nas colônias externas, quando o princípio da liderança se estabelecia através do governador colonial, que possuía uma autoridade absoluta sobre o território. Através do Partido único, que era a administração colonial e a eliminação dos órgãos da sociedade nativa, como órgãos que representavam essa sociedade, temos a manifestação de outra semelhança com o nazismo. Com este, o corolário era a substituição dos órgãos representativos das classes e frações da sociedade, que vão ser subordinados –

quando não plenamente eliminados – aos aparelhos do Estado em benefício dos membros da comunidade germânica, ou seja, daqueles que são considerados arianos de raça pura – os colonizadores.

No nível ideológico, a colonização da sociedade se expressava pela utilização e exploração legitimadora dos mitos da raça superior e da raça inferior, mito este também muito explorado e utilizado para explicar os direitos de dominação e de exploração nas sociedades coloniais. A superioridade e o direito de dominação se sustentavam em um conjunto de mitos. No mito da existência de uma elite dominante por direito próprio e pelo darwinismo social, também utilizado pelos colonizadores nas regiões dominadas; no mito da nacionalidade racial; no mito do fardo do homem branco, que tem o direito e o dever de dominar, organizar e purificar. Neste caso, o fardo do homem branco é o fardo da comunidade racial superiora, ou seja, da comunidade racial ariana, criadora de cultura, que tem o direito e o dever de explorar, dominar e organizar o mundo em seu benefício.

3.3 Colonização e autodestruição

Os hierarcas do Partido constituíam a elite do regime e da comunidade. Juntamente com a alta burguesia, eram a expressão máxima da superioridade alemã. No momento em que houve uma ruptura entre os interesses da grande burguesia e os do Partido, num contexto de perceptível derrota na guerra, as necessidades de guerra levaram a uma autonomização relativa do Partido e do Estado em relação à grande burguesia. Daí os SS¹⁸ chegarem a implantar no Estado uma economia particular, uma economia própria dentro da economia alemã. Se, por um lado, isso acontecia, por outro lado, não houve uma ruptura completa entre esses dois segmentos. Isso porque próprios SS baseavam a sua economia na expropriação da economia das regiões dominadas, em benefício dos empresários, e na

¹⁸ Os SS apelidados de “Camisas Negras”, devido ao seu uniforme foi um corpo de proteção criado em 1923, como um batalhão da SA encarregado de proteger dirigentes nazistas entre 1925 e 1929, a SS foi atribuída a proteção do Führer do Partido Nazista e ela foi expandida nacionalmente como guarda do Partido para vários de seus líderes em toda a Alemanha. Considerada uma unidade de elite, inicialmente seus oficiais eram selecionados pela sua “pureza racial” e por sua lealdade a Hitler e ao Partido Nazista. Em 1929, Hitler nomeou Himmler, responsável pelo crescimento de seus membros e aumento de suas funções, como o líder da SS. Com a ascensão dos nazistas ao poder, em 1933, as principais organizações policiais civis e políticas estatais alemãs, como a Gestapo, foram legalmente absorvidas pela SS e muitas organizações da SS tornaram-se agências governamentais. Com a guerra, os SS foram transformadas, por Hitler em 1939, em combatentes na tropa chamada de Waffen SS. Durante a segunda Guerra Mundial as unidades da SS foram responsáveis pela administração e guarda dos campos de concentração e de extermínio ficando notórios pela sua participação nas maiores atrocidades cometidas contra as populações conquistadas pela Alemanha Nazista.

reorganização da produção da qual se beneficiava o grande capital, através da exploração da mão de obra dos campos de concentração e de extermínio.

Os campos de extermínio, que faziam parte da economia das SS, eram também campos de trabalho, onde o grande capital, através da exploração do trabalho escravo, tirava grandes benefícios. A própria contradição que pode emergir entre o grande capital e os nazistas se deu mais no momento em que a guerra estava definida e no momento em que a SS buscava salvar-se. Aí, enquanto núcleo ideológico – o núcleo duro – do nazismo, que acreditava na lei do darwinismo social, procurava a sua salvação em duas possibilidades, que eram a da vitória completa ou a da sua aniquilação total. Enquanto isso, a burguesia buscava uma recomposição com as forças vencedoras.

Com os atentados de 20 de julho de 1944, começava a se manifestar certa divisão entre aqueles setores ideológicos e os setores “econômicos” do Exército e da burguesia. Para os ideológicos do nazismo, não podia haver um meio-termo, não havia como suportar-se uma derrota, que significava a sua eliminação, enquanto a vitória significava a concretização do darwinismo social, em que baseava o seu pensamento. A aniquilação total passou a ser seriamente considerada pelos nazistas; isso ficava muito claro no discurso final de Hitler e no seu testamento político, bem como nos últimos discursos de Goebbels. Resistir até o fim e provocar a destruição total, quer dizer, imolar-se para impedir que os inimigos e os adversários se beneficiassem da sua derrota. Na derrota, a autoimolação nacional, através de uma resistência suicida, seria também uma vitória, porque sua comunidade racial não seria dominada. Assim, sua estrutura econômica e meios de produção seriam destruídos também; dessa forma, não haveria benefícios para os vencedores.

4 ANTECEDENTES E CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹⁹

O período que mediou as duas guerras mundiais do século XX foi pleno de transformações e de crises. Entre 1919 e 1939, o mundo sofreu uma série de mudanças que consolidaram e aprofundaram tendências emergentes, deslocaram centros de poder e reordenaram as estruturas sociais e o modo de viver. Tais mudanças aconteceram tanto nas relações internacionais, quanto no perfil do capitalismo – com o amadurecimento e a expansão do industrialismo e do capitalismo monopolista; na emergência de novas relações sociais, causadas pelo processo revolucionário do final da “Grande Guerra” e, principalmente, pela Revolução Russa; nas formas culturais e políticas, a partir do surgimento e da rápida expansão da cultura de massas, de novas formas de manifestações artísticas e do fascismo.

Essas transformações foram meio para várias críticas em relação à situação daquele momento. Estas críticas foram posteriormente expressas esteticamente, através da utilização de meios baseados em suportes radicalmente inovadores, como as artes gráficas, o disco e o cinema, para os quais era imprescindível a eletricidade – fonte energética cujo desenvolvimento e expansão são típicos dessa época e oriundos da chamada “Segunda Revolução Industrial”. O cinema, por sua vez, abarcaria um grande público, por sua acessibilidade oriunda do baixo preço dos ingressos. Assim, rapidamente, o cinema se transformou em uma referência para a crítica e para a divulgação dessa nova realidade. Ainda, por ser inicialmente “mudo” e baseado em pantomimas, tinha suas mensagens universal e facilmente compreendidas. Com o surgimento do cinema falado – um avanço proporcionado pela combinação sincronizada da imagem e do som, este perdeu parte de sua universalidade, mas se transformou em um potente instrumento para a divulgação de valores de classes sociais e nacionais e para a doutrinação popular conforme tais valores.

Além do aspecto artístico, a “Sétima Arte” passou a adquirir progressivamente uma característica pedagógica voltada para públicos de línguas nacionais específicas. O quadro político e social surgido das crises e das inovações era caracterizado por alguns elementos centrais que as cinematografias, da época e posteriores, procuraram descrever e analisar. Tais aspectos possibilitam trabalhar o cinema como fonte e como meio

¹⁹ Este capítulo foi elaborado a partir de uma revisão de dois artigos publicados em 1999. Trata-se dos textos *A guerra na Europa e Antecedentes da Segunda Guerra Mundial*, publicados no livro *Cinema e Segunda Guerra*, organizado por Nilo André Pianna de Castro (Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999).

complementar para o estudo da história em geral e como fonte primária para a análise dos períodos em que foram produzidas as películas e intenções, explícitas e implícitas, dos seus realizadores.²⁰

Esse processo não foi, no entanto, um *continuum* linear e progressivo. Ele foi pleno de contradições, conflitos, rupturas e crises, gerando um mundo novo e radicalmente diferente, que contraditoriamente possuía grupos que, procurando preservar a sua posição social e política, procuravam restaurar um passado idealizado que era, ao final de contas, uma adaptação das mudanças.

4.1 A conjuntura pós-Primeira Guerra Mundial

Com o final da Primeira Guerra Mundial, afirmou-se a passagem do núcleo do desenvolvimento capitalista do continente europeu para a América do Norte, ou do polo do Atlântico para o do Pacífico, onde o Japão surgia como uma potência emergente e desafiadora. A hegemonia mundial econômica britânica, contestada pela Alemanha e uma das causas da “Grande Guerra”, progressivamente foi substituída pela dos Estados Unidos da América, que até o final da “Segunda Guerra Mundial”, em 1945, se recusaram a aceitar e a assumir tal responsabilidade. Por outro lado, a Revolução Socialista, que se saiu vitoriosa na Rússia, embora tivesse sido derrotada em regiões onde a economia do capitalismo e a política fundamentada nos princípios liberais estava mais desenvolvida, provocou uma convulsão mundial e generalizada, bem como transformações profundas nas relações sociais. Tais mudanças aconteceram no plano das relações entre classes e, também, no plano das relações intergeracionais e de gênero. Estas se tornaram muito claras através da “revolução dos costumes”, que emergiu nos anos “loucos” da década de 1920.

Por sua vez, o desenvolvimento do monopolismo capitalista acelerou e intensificou o “industrialismo e o cientificismo” a seu serviço, generalizando o “taylorismo”²¹

²⁰ Tais aspectos, embora de importância fundamental para compreender o período, não serão desenvolvidos neste trabalho.

²¹ **Taylorismo** ou **Administração científica** é o modelo de organização do sistema produtivo fabril divulgado, com a publicação do livro *Princípios de Administração Científica* de Frederick Taylor, em 1911. A organização do trabalho foi hierarquizada e sistematizada e o trabalho transforma-se em movimentos repetitivos, simplificados, fragmentados e cronometrados em pequenas e repetitivas operações para o aumento da eficiência do período em que o trabalhador está em serviço. Os operários subordinam-se ao ritmo imposto pelas máquinas controladas por cronometradores e determinados pelos planejadores. Este sistema intensifica a produtividade por hora trabalhada levando a uma degradação da remuneração salarial do operário. Ele se caracteriza, ainda por dividir as funções separando o trabalho manual do trabalho intelectual e dividindo os funcionários entre aqueles que planejam e organizam impondo o ritmo de trabalho e aqueles que executavam a produção.

e o “fordismo”²² como forma de organização da produção e de expropriação do tempo e do saber dos trabalhadores dos centros industriais. Os novos processos de produção aumentaram a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a oferta de produtos e a demanda por matérias primas industriais e energéticas. Disso resultou o acirramento da pressão imperialista pela garantia para o domínio e a exploração de regiões subalternas cativas – as colônias – que deveriam servir para atender tais necessidades. Como resultado de sua derrota na Primeira Guerra, a Alemanha perdeu seus territórios coloniais e partes importantes de seu território nacional, além de suas concessões na China. A Itália e o Japão não tiveram suas reivindicações coloniais atendidas pelos tratados de paz que beneficiaram a Grã-Bretanha e a França. Tal aspecto gerou uma contradição entre as potências imperialistas: “Esta situação corresponde ao conceito fascista de oposição entre ‘nação imperialista’ e ‘nação proletária’.” (VIZENTINI, 1998, p. 60).

Tais transformações foram acompanhadas de profundas crises que expressavam, singular e historicamente, as contradições enfrentadas pelo capitalismo, que geraram a “Grande Guerra”, a Revolução Russa e a transição do sistema de capitalismo concorrencial – liberal – para o de capitalismo monopolista – imperialismo –, que se prolongaram até ao final da Segunda Guerra Mundial. Esta transição permeou todo o período conhecido como entre guerras e teve seus momentos decisivos em 1929 – com o *crash* da bolsa de Nova Iorque – e com a Depressão econômica que caracterizou a década de 1930. Foi nesta conjuntura que as contraditórias tendências emergentes se consolidaram como uma solução imediata e, também, como projeto histórico de longo prazo.

A eclosão da crise de 1929 e a conseqüente depressão possibilitaram um golpe no agonizante liberalismo político e a posterior ascensão e consolidação dos fascismos e dos regimes autoritários, tanto na Europa quanto fora dela. Ambos foram considerados como meios eficientes para solucionar o problema de recomposição da reprodução capitalista sob a égide dos monopólios e para evitar a ameaça de uma revolução socialista e radical, que se

²² **Fordismo** refere-se ao modelo desenvolvido pelo fabricante de automóveis Henry Ford de um sistema de produção em larga escala e de gerenciamento do trabalho. Baseia-se na utilização dos princípios de organização taylorista da produção, que exigia apenas operações simples ou a realização de uma pequena etapa da produção. Dessa forma, não era necessária quase nenhuma qualificação dos trabalhadores. A fabricação era determinada por um sistema de linhas de montagem automatizadas com esteiras rolantes visando à produção em massa e com custos reduzidos. Sua eficiência repousava, ainda, na verticalização da produção, com a propriedade das fontes de matéria prima e das fábricas de insumos. Para sua eficácia, havia um mecanismo de dominação dos trabalhadores baseado na seleção racial dos contratados, no contrato individual de trabalho, no direito de fiscalização da vida familiar e individual por agentes da empresa e uma remuneração mais elevada do que a paga pelos concorrentes.

espelhava nos sucessos do desenvolvimento soviético. Tais regimes, com suas reivindicações de revisão das consequências dos tratados de paz, encaminharam a retomada da agressiva disputa interimperialista por mercados e colônias.

Esses movimentos e grupos fascistas ou autoritários contaram com o apoio significativo de parcelas da população que perdiam sua posição social e econômica, temiam e repudiavam o “bolchevismo ateu e nivelador”, além de se exasperarem com a incapacidade dos políticos liberais clássicos que, desde a década de 1920, se mostravam ineficientes. Ao mesmo tempo, criticavam profundamente os social-democratas, que, com suas políticas reformistas naquela conjuntura, estariam conduzindo os trabalhadores para a derrota.

Propondo desenvolver uma “terceira via” entre o liberalismo e o socialismo, os integrantes desses movimentos e grupos constituíam uma combinação de vários segmentos sociais. Entre esses, havia a prevalência dos setores da pequena burguesia – urbana e rural –, de trabalhadores dos setores estatal e de serviços, penetrando, ainda, entre os setores conservadores e anticomunistas da classe operária, além de exercer um forte atrativo sobre os desempregados. Suas visões de mundo eram plenas de valores e aspectos ideológicos ou culturais díspares e, na maior parte das vezes, contraditórios, misturando elementos da modernidade com românticas aspirações de construção de uma “comunidade” de características que misturavam o socialismo – racial ou nacionalmente excludente – com aspectos medievais.

Resultava disso uma séria ambiguidade ou ambivalência, explorada por suas direções, que, enquanto faziam arranjos e acordos com os grandes capitalistas monopolistas para a defesa contra o comunismo, selecionavam os aspectos ideológicos menos cristalinos e contraditórios (e passíveis de sair do controle) como os elementos fundamentais para o enquadramento e a subordinação dos setores radicalizados dos seus “plebeus”. A adoção da lógica do “princípio da chefia” (*Führer, Duce*) fazia com que as decisões e ações individuais de seus líderes fossem consideradas infalíveis, tornando-os inatacáveis, e protegia os movimentos contra a eclosão do pensamento autônomo e de críticas, funcionando, assim, como um elemento instrumental do processo de enquadramento. O patriotismo, o nacionalismo, a defesa de uma “cultura ancestral” e o racismo eram elementos ideológicos que se sobrepunham e neutralizavam as diferenças internas, uma vez que eram definidos e impostos a partir dos mecanismos do princípio da chefia.

O patriotismo, o nacionalismo e as ideias de superioridade com seu direito de dominação defendidos pelo “darwinismo social” (LUKÁCS, 1976) foram explorados

exaustivamente para a legitimação das disputas interimperialistas por colônias que garantissem mercados e fornecimento de matérias-primas e alimentos baratos para o capital monopolista das potências envolvidas. Ao mesmo tempo, desviavam as contradições e tensões do interior da sociedade desses países para objetivos externos e unificadores. O racismo legitimava o direito “natural” à expansão exterior e à conquista, o direito de dominar e explorar populações consideradas inferiores, o que possibilitava a colonização de regiões e países independentes e civilizados em benefício “comunitário” do povo pretensamente portador da superioridade racial. Ao mesmo tempo, criava uma unidade que permitia a designação de um “bode expiatório” – que poderia ser constituído por judeus, ciganos, eslavos, comunistas, homossexuais ou evangélicos radicais, por exemplo –, objeto de um processo de colonização interna, no caso específico do nazismo alemão, espoliação e sacrifício, visando a recuperação da unidade, da identidade e da pureza original de uma comunidade – nacional ou racial – que se considerava ameaçada por certos elementos identificados como nefastos e que, por isso, deveriam ser excluídos e eliminados.

Patriotismo, nacionalismo e racismo também possibilitavam a imposição de políticas de repressão econômica e social e de subordinação dos trabalhadores da “comunidade” às necessidades da reorganização da produção sob a dinâmica racionalizadora do taylorismo e do fordismo, formas organizacionais da produção e da exploração do trabalho típicas da reorganização econômica e societária sob a égide do capital monopolista. Estas formas expropriavam o saber dos produtores diretos em benefício dos técnicos, dos administradores e dos seus empregadores, sob a máscara dos altos desígnios da necessidade de sobrevivência da “comunidade”. Possibilitavam, ainda, a superexploração do trabalho, ocultando as desigualdades e as contradições internas, em nome de uma “comunidade” que devia preparar-se para destruir pela violência (considerada objetivamente vital) seus adversários e antagonistas, expulsando-os do “espaço vital”, que era entendido como uma necessidade e um direito. Tal política possibilitou beneficiar a grande indústria de armas e equipamentos, associada e financiadora dos movimentos fascistas e autoritários, em nome da necessidade fundamental do armamentismo agressivo, mesmo que à custa do próprio bem-estar da sociedade, e da repressão àqueles que discordavam da forma que assumia tal política.

Esse quadro, que tem a sua vista mais aparente na Europa e que tende a mostrar-se como um fenômeno exclusivo daquele continente, foi, no entanto, planetário. A própria passagem do centro dinâmico do oceano Atlântico para o oceano Pacífico significou, também,

que a Ásia deixava de ser apenas objeto da ação europeia. Para isso, foi imprescindível o desenvolvimento japonês caracterizado por formas não liberais e pelo capital monopolista.

Após a Primeira Guerra Mundial, o capitalismo japonês amadureceu com um projeto expansionista e fundamentalmente asiático, que buscava incorporar a região em uma esfera de dominação e influência. Com tal projeto, os estrategistas nipônicos (pós-restauração Meiji) almejavam a transformação não só das regiões ainda independentes, embora subordinadas, como China e Tailândia, mas também a incorporação daquelas colônias dos impérios europeus em periferias japonesas. Essas deveriam alavancar, pelo fornecimento de matérias-primas e alimentos e pelo consumo de produtos manufaturados e capitais excedentes, a rápida consolidação e expansão do capital monopolista e do império japonês.

Essa situação levou ao confronto interno entre diferentes grupos políticos e econômicos pela legitimidade e pelo poder, disputando a preferência frente à figura divina do imperador. Essa disputa, ao mesmo tempo, possibilitou uma autonomia muito grande ao exército e aos poderosos monopólios financeiros nas regiões dominadas pelo Japão. O fato dessas características não representarem uma linha política oficial, levou a progressivas tentativas de golpes para enquadrar os demais setores da sociedade japonesa. O argumento para a conquista do apoio popular, nesse quadro, baseava-se na crítica à desqualificação da vida tradicional e à proletarização crescente. As propostas políticas oriundas dessa crítica buscavam assimilar elementos do projeto social de esquerda, ao mesmo tempo em que destruíam as organizações e as lideranças destes movimentos populares e enquadravam a população num culto da infalibilidade ligada ao caráter divino do imperador. Ao contrário do que acontecia na Europa, este *Führer* era o próprio imperador, que atuaria através de agentes interpostos – os militares nacionalistas autoritários e os representantes do capital monopolista que, no Japão, desenvolveu-se desde a Restauração Meiji.

É essa política que levou ao expansionismo japonês na China e que provocou a guerra sino-nipônica, o mais longo período de confronto militar da Segunda Guerra Mundial. No quadro dessa Guerra, a resistência popular chinesa possibilitou o desenvolvimento da Revolução, que também levou à emancipação nacional daquele país.

O processo da Segunda Guerra Mundial e as transformações econômicas, sociais, políticas, geográficas e culturais dele decorrentes encerraram o período de transição entre a crise da hegemonia europeia e o Novo Mundo, que começou a se configurar em 1918. Esse novo mundo se constituiu numa totalidade abrangente, na qual estavam contidos todos os aspectos da vida. Essa nova totalidade não era homogênea e apresentava-se com três modelos

ou alternativas: a capitalista ocidental, o socialismo estatal soviético e a diversidade relativamente indefinida do Terceiro Mundo.

4.2 A Guerra na Europa: antecedentes profundos

Refletir sobre a Segunda Guerra será sempre discutir, fundamentalmente, sobre o conflito interimperialista que somente se resolveu quando um dos imperialismos vitoriosos, o norte-americano, impôs o padrão do seu modelo para a organização da sociedade e passou a ser o fator determinante do desenvolvimento histórico mundial. Outro tema a ser ressaltado, analisado e discutido é o das características que assumiam as proposições do fascismo em geral, e do nazismo em particular, e as contradições secundárias entre esses modelos; mas se o estudo do processo for restrito apenas a tais aspectos, teremos uma visão parcial e falha da sua importância e do seu significado. Tal limitação só pode ser sanada pelo destaque de um aspecto de fundamental importância para a compreensão e a explicação do fenômeno.

A parte que estabelece as condições para uma análise substantiva da guerra foi o radical confronto entre o capitalismo e o socialismo subjacente a todo o período, ou entre o fascismo e o comunismo. Esse confronto e suas oscilações é o que explica o caráter contraditório da participação da União Soviética (URSS) numa aliança com um dos grupos imperialistas que se confrontavam pela hegemonia mundial. A inevitabilidade ou não dessa aliança é outro ponto a ser analisado.

Sobre a Segunda Guerra, como sobre todas as guerras anteriores, há uma tendência analítica que defende a possibilidade de tê-la evitado, argumentando que a guerra era passível de não acontecer a partir da resolução diplomática, comunicativa ou pela procura de soluções para as contradições que levavam ao confronto. Essa possibilidade expressa um tipo de solução que demonstra muito mais o desejo de um idealismo do que a realidade manifesta no registro histórico de tais situações. Como disse Hobsbawm (1998), pertence ao campo da “contra história”. Ainda não encontramos, principalmente no registro histórico da época contemporânea, dados e informações que permitam aferir que tais contradições e confrontos poderiam ter sido resolvidos no campo da diplomacia e da conciliação quando seus fundamentos chegaram ao limite. As evidências apontam que, quando as negociações foram utilizadas como mecanismo para evitar a guerra, emergiram duas situações: 1) a protelação da deflagração do conflito armado; ou 2) um momento de desequilíbrio tal que um dos contendores já estava, de antemão, derrotado – pela ruptura do equilíbrio instável –, situando-

se em uma posição de fraqueza e de profunda tensão interna, que impossibilitava o enfrentamento aberto.²³

No que se refere à Segunda Guerra e seus antecedentes, é necessário remetermos a alguns aspectos distantes que merecem consideração. O primeiro fato a ser registrado é o de que a Grã-Bretanha, o país da Revolução Industrial e onde se desenvolveu o capitalismo moderno, impôs ao longo do século XIX uma ordem mundial que ficou conhecida como “Pax Britânica”. A sua hegemonia ficou expressa na imposição das estruturas determinantes do desenvolvimento industrial e econômico do planeta e no conjunto de características do modo de vida e das instituições políticas e sociais que se tornaram conhecidas sob o vocábulo “liberalismo”.

A partir dessa posição, o país constituiu-se no centro financeiro mundial, no maior império da face terrestre que, com características marítimas, dominou as rotas, interligando as regiões econômicas. Esta posição particular e a generalização de seu padrão de desenvolvimento lançaram as bases para a chamada “Segunda Revolução Industrial” do final do século XIX. Entretanto, deste processo a Grã-Bretanha não foi a única beneficiária. Junto à expansão imperial inglesa, tivemos a expansão da França, uma potência industrial menos poderosa e dinâmica e socialmente caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade. Ainda assim, a França constituiu um imenso império colonial concentrado na Ásia e na África e, além disso, possuía um poder ideológico que marcou, principalmente, o continente latino-americano, atraindo-o para a sua esfera de influência cultural. Tanto a potência inglesa quanto a francesa passaram, desde o final do século XIX, em frente a novos países desafiantes que se beneficiaram da “Segunda Revolução Industrial”, para uma posição de defesa de seu status internacional privilegiado.

No lado desafiante, constatamos uma situação mais complexa, definida, no final do século XIX, pela emergência de uma nova grande potência, com o surgimento do “Segundo Reich” alemão. Este se constituiu a partir do processo de unificação econômica, deslanchado no final do primeiro terço do século com o *Zollverein*²⁴, com um poder supraestatal e com uma soberania parcial e específica. Esta unidade, ao ser limitada aos temas dos transportes ferroviários e da tributação do comércio inter-regional e internacional, era

²³ O processo de expansão da Alemanha no período anterior a Segunda Guerra Mundial, tanto na Polônia quanto na Tchecoslováquia, são exemplos característicos destas situações.

²⁴ Esse processo significou o estabelecimento de fronteiras e de alfândegas comuns e de uma rede ferroviária que ligava os Estados membros, corporificando, assim, um mercado econômico interno consistente. O principal potencializador e beneficiário desta proto-unificação foi o reino da Prússia, que além de ser o mais rico e poderoso, pode desenvolver suas indústrias.

diferente daquela dos governos dos países participantes. O processo de unificação e de industrialização aprofundou-se após a derrota das revoluções de 1848 e a vitória das forças conservadoras dirigidas pelo Rei da Prússia e seu chanceler, Bismarck. Essas forças desenvolveram um processo de unificação seletivo, constituindo a pequena Alemanha, com a exclusão da Áustria, e subordinando os reinos católicos que se incorporaram, como minoritários, ao poder do reino luterano da Prússia.

Constituída a partir de uma perspectiva conservadora e como consequência de vitórias militares, a pequena Alemanha caracterizou-se pela unidade ideológica fornecida pelo nacionalismo racista, pelo conservadorismo e pelo militarismo. O Império tinha como base do seu poder político a aristocracia feudal e militar da Prússia, que se transformou ao longo da segunda metade do século XIX de um estamento feudal em uma classe de capitalistas agrários, que conservaram como apanágio pessoal uma parcela significativa dos poderes soberanos do Estado.

Um dos problemas gerados pela unificação foi a utilização do princípio étnico germânico que serviu para excluir a Áustria, cujo estado imperial rivalizava com a Prússia e que, além de ser o centro do poder dos católicos alemães, era constituído por uma sociedade plurinacional. O catolicismo não foi motivo impeditivo para a inclusão do fraco e problemático reino católico da Bavária no Império. O surgimento do Segundo Reich se caracterizou pela falta de unidade, mantendo uma diversidade de estruturas e excluindo muitos dos nacionalistas alemães. Outra questão irresoluta referia-se ao fato de que o Segundo Reich, constituído em 1871, era uma federação de reinos com tamanho, poder e riqueza variáveis, dos quais os mais ricos e poderosos eram a Prússia (territorialmente descontínua e industrializada) e a Bavária (católica, agrária e com características próximas às da sociedade francesa do final do Antigo Regime).

Entretanto, a unificação conservadora também foi uma revolução econômica e social “passiva” – imposta de cima para baixo – que se beneficiou de algumas características do seu atraso, das transformações oriundas da Segunda Revolução Industrial e da emergência do capitalismo monopolista. No entanto, as transformações culturais e políticas que corresponderiam a essa revolução foram bloqueadas pelo conservadorismo, excluindo-se a burguesia e a pequena burguesia das atividades preponderantes da vida política.

Ao mesmo tempo da unificação, surgiu na Alemanha uma nova figura histórica: o Estado interventor, protecionista e militarizado, cujo poder se sobrepunha aos interesses regionais e aos interesses particulares das frações das classes dominantes. Tratava-se de um

Estado com autoridade suficiente para transformar o atraso e a falta de tradição industrial em um benefício para o seu desenvolvimento, incorporando, através das demandas do Reich e dos seus mecanismos impositivos, os últimos avanços do capitalismo.

Em um futuro próximo, durante a “Grande Guerra” ou Primeira Guerra Mundial, as autoridades estatais constituíram, pelo controle e planejamento, aquilo que foi definido como “Capitalismo Monopolista de Estado”. Este quadro criou um paradoxo: a emergência de uma potência econômica moderna, avançada e desenvolvida, com uma capacidade de produção e qualidade de produtos superiores aos dos seus concorrentes internacionais, que tinha sua vida social e política determinada por uma sociedade que mantinha as características políticas pré-modernas e cuja estrutura social e governamental era rigidamente fixada através de mecanismos muito semelhantes aos do Estado Absolutista.

No aspecto político, a diversidade de formas de eleição e o domínio férreo do tradicionalismo impediam que a participação da burguesia e da pequena burguesia alcançasse o nível que correspondia à sua importância. A exclusão da Áustria e a sub-representação da burguesia e da pequena burguesia criavam problemas econômicos e políticos. Tal situação possibilitou o desenvolvimento de um nacionalismo agressivo e expansionista (pangermanismo), que substituiu as reivindicações de participação no poder e de domínio do governo por parte de classes dinâmicas e responsáveis pelo acelerado crescimento econômico do Estado.

Tal situação deu-se no momento em que, fora da Europa, os Estados Unidos deslancharam um processo de desenvolvimento com características econômicas semelhantes. Estas novas potências emergentes, EUA e Alemanha, competiam entre si e se confrontavam com o domínio mundial das velhas potências declinantes – França e Inglaterra – que, por sua vez, já haviam desencadeado, defensivamente, um processo de expansão e consolidação de seus Impérios Coloniais como meio para garantir a sua importância, a sua dominação e os seus mercados neste novo contexto.

A grande vantagem dos EUA e da Alemanha consistia no fato de que a sua industrialização acelerada fora realizada nos quadros do chamado capitalismo monopolista e da Segunda Revolução Industrial. Embora esse capitalismo exigisse mercados e fontes de matérias primas mundiais para viabilizar a produção em larga escala, era baseada na grande concentração de recursos econômicos e na utilização de tecnologia avançada de pesquisa, produção, administração e distribuição. Ao contrário, a Inglaterra e a França continuavam fortemente baseadas no capitalismo de médias empresas competitivas e pré-monopolistas.

Numa escala menor, mas com complexidade e problemas maiores, o processo de unificação e desenvolvimento da Itália foi semelhante. Estas economias emergentes enfrentavam o grave problema da limitação de mercados consumidores e fontes de matérias-primas para seus produtos industriais por causa da expansão colonial e do enrijecimento das esferas de influência dos seus rivais. As oportunidades de investimento de capital excedente eram também restringidas pelos monopólios determinados pelas metrópoles.

O que caracterizou a emergência da Alemanha foi o capitalismo monopolista, a grande indústria, os novos produtos, um novo grande mercado consumidor, além dos empresários que se fortaleceram na medida em que crescia o Estado, numa situação diferente daquela dos fundadores do capitalismo liberal. A grande indústria do capital monopolista e os novos produtos da Segunda Revolução Industrial exigiam uma projeção mundial, não só por causa da sua escala de produção, mas, também, pela necessidade de matérias-primas industriais e insumos agrícolas fundamentais, inexistentes em seu território nacional. A economia industrial da Alemanha, assim como a dos EUA e da Itália, nasceu com a necessidade de projeção sobre o mercado mundial, apesar de suas características políticas “arcaicas” e contraditórias.

Foi nesse quadro de desenvolvimento econômico e unificação nacional tardia que surgiu o problema do estabelecimento de fronteiras seguras para a Alemanha e a Itália na Europa. Essa questão possibilitou que a Grã-Bretanha e a França consolidassem a ocupação colonial do globo e utilizassem a sua presença imperialista para monopolizar as fontes de matérias-primas e garantir mercado para seus produtos, que já não eram mais competitivos diante das economias da Segunda Revolução Industrial. Esse foi o momento da emergência do chamado imperialismo capitalista – ou da constituição dos modernos impérios coloniais – no último terço do século XIX.

Alemanha e Itália ficaram fora dessa partilha do mundo, até porque a estratégia de Bismarck era a da consolidação do poder alemão na Europa, atitude pela qual ele seria condenado pelos imperialistas alemães. Já o problema da Itália era a fragilidade da sua região dinâmica (norte) diante da manutenção das estruturas tradicionais do sul e a preocupação política com as populações italianas do Adriático. Quando, ainda no século XIX, o governo italiano tentou constituir um império colonial, sofreu a brutal derrota em frente ao Reino Africano da Abissínia, intensificando a sua fragilidade e complicando mais a sua posição.

No final do século XIX e início do XX, tanto a Alemanha como a Itália, começaram a sofrer um estrangulamento econômico pela limitação dos mercados e pela

valorização das matérias-primas controladas pelos impérios competidores. Os EUA escaparam dessa situação por causa da vastidão e da diversidade do seu território e pela sua projeção estratégica sobre o continente americano, desde os tempos da “Doutrina Monroe”, no início do século XIX²⁵.

Para a Alemanha e a Itália, restavam a exportação de excedentes populacionais e a expansão para regiões semidesérticas da África e ilhas insignificantes do Pacífico que mal produziam fibra de coco e pescado e serviam simplesmente como objetos de barganha diplomática. A grande região de expansão era a China, já que a Eurásia²⁶ estava sob controle russo. Nesse país, a Alemanha só podia conseguir concessões iguais às arrancadas pela Inglaterra, França, Japão e EUA (que, por sua vez, havia apostado na imposição da política de “portas abertas” no Extremo-Oriente), não advindo daí nenhuma vantagem e nenhuma garantia significativas. A necessidade da Alemanha de conquistar mercados de consumo para seus produtos e capitais excedentes e zonas produtoras de matérias-primas para impedir o estrangulamento de seu desenvolvimento capitalista, bem como o interesse em deslocar a Grã-Bretanha da posição de potência hegemônica (para a realização do potencial alemão), consistiram em algumas das origens fundamentais da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais.

Essas contradições exacerbaram política e ideologicamente as posições competidoras, resultando na generalização das ideologias racistas, da xenofobia e do chauvinismo; isto criou as pré-condições para a assimilação de uma guerra em larga escala, correspondente ao crescimento industrial. Até a primeira década do século XX, o conflito foi protelado pelas últimas partilhas territoriais e pela válvula de escape da exportação das populações excedentes para o continente americano. População esta gerada pelo acelerado desenvolvimento capitalista tanto da indústria quanto da produção agrícola.

Fechadas tais válvulas de escape, se estabeleceu um confronto desequilibrado entre a Alemanha e a Inglaterra, o que resultou na Primeira Guerra. Esta, apesar da intensificação do militarismo e da campanha ideológica preparatória que a caracterizava como

²⁵ A Doutrina Monroe, baseada na premissa da “América para os Americanos”, foi reinterpretada naquele momento como uma esfera de influência e de dominação norte-americana sobre o resto do continente.

²⁶ A **Eurásia** é o contínuo continental constituído pela Europa e pela Ásia. Os estrategistas geopolíticos consideram que ela é a ilha (região) mais importante da Terra e que dominá-la significa controlar o planeta. A razão desta afirmação está baseada na sua riqueza mineral, seu potencial energético, sua diversidade climática e em suas possibilidades de comunicação terrestre contínua. Estes fatores passaram a ser destacados a medida em que a economia capitalista industrial se desenvolveu e passou a necessitar de uma área cada vez maior e diversificada. Por isso, desde o final do século XIX, essa massa continental está permanentemente sob a mira das potências e de seus estrategistas.

conflito de base cultural, étnica e política, seguiu a lógica de redistribuição e de reordenação do poder econômico e político correspondente à nova situação. No confronto entre alianças beligerantes dirigidas pela Inglaterra (Entente Cordiale) e Alemanha (Tríplice Aliança dos Impérios Centrais) a vitória foi da primeira; a derrota alemã nesta guerra gerou uma série de problemas que estão na origem da Segunda Guerra.

Um efeito significativo da Primeira Guerra foi a emergência dos EUA como a mais rica e a maior potência naquele momento, ainda que sem preocupação de impor imediatamente sua hegemonia e orientar a direção do desenvolvimento mundial. Como assinalou Kershaw a respeito da Grande Guerra: “[...] O impacto do envolvimento na guerra europeia de 1917-8 havia sido profundo na sociedade americana. Cinquenta mil soldados americanos haviam perdido a vida num conflito que, para muitos cidadãos americanos, absolutamente não dizia respeito a seu país.” (KERSHAW, 2008, p. 236). Isso talvez explicasse o retraimento político rumo ao isolacionismo. Mas outros aspectos também tiveram importância: “[...] Por trás de tarifas protecionistas e um *boom* econômico simbolizado pela explosão da produção de automóveis, a maioria dos americanos estava satisfeita de ignorar o mundo exterior, principalmente a Europa.” (Idem, p. 237).

Outra importante consequência da Grande Guerra e que deve ser relacionada como uma causa fundamental para a próxima foi a Revolução Socialista, vitoriosa na Rússia e derrotada nas regiões desenvolvidas da Europa. Esta retirou da economia capitalista de mercado quase 1/6 do território do planeta e dezenas de milhões de produtores e consumidores, conquistando um crescente número de adeptos ao redor do mundo e estava colocando em risco as bases de sustentação do capitalismo e de suas políticas. A partir de 1917, uma extensa e intensa luta de classes em nível mundial dividiu o planeta em duas correntes antagônicas e em uma luta mortal. A consolidação da União Soviética e seu acelerado desenvolvimento econômico foram fatores que acirraram as contradições e prepararam o caminho para a busca de uma solução definitiva da questão através do uso da força (DROZ; ROWLEY, 1991; HOBBSBAWN, 1995; JOLL, 1982; VIZENTINI, 1996).

Ainda, deve-se destacar que ao final daquela guerra e com a derrocada dos tradicionais Impérios plurinacionais, houve a emergência de novos Estados nacionais (Polônia, Lituânia, Letônia, Estônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Áustria e Hungria) que estavam estruturados em bases étnicas. Em tais estados, as etnias majoritárias que os identificavam e estruturavam impuseram-se sobre as minoritárias que, por sua vez, se recusavam a aceitar sua posição subalterna e exacerbaram os conflitos com uma oposição

radical e permanente, originada da sua frustração frente à impossibilidade de se constituírem Estados com vida própria.

Significativamente, todos estes novos Estados possuíam em seu interior poderosas minorias germânicas ou italianas, que se caracterizavam por ser nacionalistas e irredentistas. O desequilíbrio entre as etnias e entre os Estados foi fonte de instabilidade constante e provocou uma tensão interna e, também, internacional, permanente, gerando conflitos que foram brutalmente expostos na Segunda Guerra. Neste quadro, o problema da dispersão da minoria étnica alemã dentro dos novos Estados nacionais foi explorado exaustivamente pelos nazistas, através de seu discurso pangermanista e racista, tendo sido por isso um dos elementos-chave para a deflagração do conflito no final da década de 1930.

Dentre os fatores de instabilidade que levaram à Segunda Guerra na Europa, devemos considerar, além do isolamento econômico da URSS, a restrição inicial de acesso dos produtos alemães no mercado dos países que emergiram dos antigos impérios multinacionais. Tais Estados foram criados pelos acordos de paz para atender as demandas nacionalistas de suas populações – a partir da perspectiva da constituição de um “cordão sanitário” entre o Ocidente e a URSS –, negando a premissa democrática da soberania popular do conjunto da população em benefício da etnicidade. Os próprios tratados exigiam e protegiam a diferenciação cultural entre a população majoritária e as minorias.

Ainda, com o final da Primeira Guerra e seus acordos de paz, foram dissolvidas as estruturas de especialização regional e de interdependência que haviam sido construídas entre a Alemanha e o Império Austro-Húngaro com os territórios que deram origem a esses novos Estados. Tal situação gerou o problema da irracionalidade econômica destes novos Estados e da necessidade de constituir economias integrais em regiões sem condições materiais para tanto. As rivalidades chegaram ao ponto de exigir a construção de novas redes de comunicação e de transporte para atender as novas necessidades, desencadeando, por isto, políticas que se caracterizavam por um protecionismo feroz.

A contrapartida para o surgimento dos novos Estados que se caracterizavam por nacionalismos irredutíveis foi que eles necessitavam de fontes de recursos para o financiamento de suas obras e se tornaram dependentes políticos e econômicos das potências vitoriosas, que assim conquistaram novos mercados. Suas fraquezas econômicas e sua falta de coesão política interna os transformaram em virtuais, mas efetivos, protetorados das potências da “Entente Cordiale” e, em função disso, barreiras não só contra a União Soviética, mas também para obstaculizar a recuperação de poder econômico e político da Alemanha (Idem).

O final da Primeira Guerra trouxe, também, o grave problema do endividamento europeu perante os EUA e a discussão da responsabilidade moral da deflagração da guerra com a conseqüente exigência de indenizações pelos prejuízos e destruições. Tais questões visavam impedir uma revanche alemã. Os resultados dessa discussão foram os acordos do Tratado de Versalhes, que obrigavam a Alemanha a canalizar, por longo período de tempo, uma parcela significativa do excedente que produzisse para liquidar as indenizações cobradas.

O Tratado de Versalhes e o mito de que a Alemanha não havia sido derrotada militarmente alimentaram o crescimento da extrema direita no país, o que culminou na vitória do nazismo e na posterior deflagração da Segunda Guerra. Isso foi possível porque, durante os combates da Primeira Guerra, os territórios destruídos estavam situados fora da Alemanha, fazendo com que a sua estrutura industrial, aceleradamente desenvolvida no período do conflito, e sua capacidade produtiva, permanecessem intactas. Além disso, o exército alemão rendeu-se após a proclamação da república, sem que houvesse acontecido uma batalha final.

Criou-se um conjunto de problemas praticamente insolúveis: a produção industrial necessária para a reprodução da sociedade e do sistema sociopolítico do pós-guerra era canalizada para o pagamento das indenizações, o que impedia a importação de matérias-primas e a plena utilização da sua capacidade industrial. O desemprego surgido das crises e das transformações estruturais gerava uma camada de pessoas que se tornavam excedentes e marginais sem perspectivas. A explicação racista das origens dessa situação possibilitava o crescimento do radicalismo e dos grupos de extrema direita e a unificação das diferentes formas de antissemitismo, identificado como o inimigo interno da Alemanha e a causa dos seus males.

Do ponto de vista político, a eclosão e a eliminação da revolução socialista na Alemanha, que acompanhou a proclamação da república, estiveram na raiz do mito da “punhalada pelas costas”. Tal fato foi explorado exaustivamente pela extrema direita e pelos revanchistas, que identificaram os socialistas e o governo de Weimar com os judeus, vistos como responsáveis por uma conspiração universal contra a Alemanha, o que terminava reforçando a unificação dos diferentes antissemitismos. Ao final da Primeira Guerra, portanto, a Alemanha estava derrotada, sem territórios coloniais para se beneficiar, com a economia estrangulada e obrigada a pagar indenizações sem que, no entanto, uma derrota militar fosse visível e sentida pela população nacional. Esses foram fatores que alimentaram o revanchismo alemão e o fortalecimento progressivo da extrema direita, que fora instrumentalizada pelo governo da nascente república para sufocar em sangue as forças que postulavam o

aprofundamento do processo revolucionário que levava à abolição da monarquia, mas não do Império.

A Segunda Guerra só foi possível a partir da constituição de uma paradoxal aliança entre a Alemanha derrotada e dois países vitoriosos, Itália e Japão. Tal aliança se concretizou com a assinatura do Pacto de Aço, em 22 de março de 1939, e pelo Acordo Tripartite, em setembro de 1941. Ambos os países, na década de 1920, substituíram o liberalismo político por governos fascistas e, junto com a Alemanha, reivindicaram revisões dos acordos de paz. A base das exigências da revisão, por parte da Itália e do Japão, era nucleada na frustração das perspectivas de benefícios econômicos e territoriais, considerados insuficientes pela importância da sua contribuição no conflito, e pela crise econômica pela qual passavam. Esta situação possibilitou uma aliança contra os grandes beneficiários da Primeira Guerra e o comunismo, que, por sua vez, colocava em risco o poder capitalista, a partir da vitória da Revolução Russa.

Ao final do conflito, os EUA o grande vitorioso, abandonou a política universalista *wilsoniana*, que apregoava a autodeterminação dos povos e a constituição de uma organização regulatória mundial, refluindo para o isolacionismo internacional até a crise de 1929 e a eleição de Roosevelt, fatos que orientaram a progressiva e lenta mudança da política externa norte-americana.

A partir da crise econômica de 1929, ficou claro que, dentro do campo capitalista, o confronto pela hegemonia se daria entre a Alemanha e os EUA. A Alemanha conseguiu se recuperar aceleradamente a partir das concessões e das revisões parciais das exigências de reparações que foram estabelecidas a partir de 1924 e, por isso, reivindicava a revisão dos acordos de paz. Por sua vez, os EUA, com “[...] a inércia das democracias ocidentais, França e Grã-Bretanha, que levou à política de apaziguamento, teve sua contrapartida do outro lado do Atlântico no distanciamento da administração Roosevelt da ameaça crescente da Alemanha.” (KERSHAW, 2008, p. 240).

Após a crise e no quadro da profunda depressão econômica mundial, a França enfrentava uma intensa ruptura e divisão política, que era expressa pela radicalização de suas forças partidárias de direita e simpatizantes do fascismo contra o governo de Frente Popular, expressão da vitória eleitoral da esquerda. A Grã-Bretanha havia passado progressivamente a uma situação secundária diante do acelerado crescimento econômico daqueles dois países, o que se manifestou nas desesperadas solicitações de fornecimento de equipamentos aos

Estados Unidos antes deste entrar na guerra. A perda de poder e da capacidade produtiva britânica era manifesta.

Nesse quadro, o acelerado e intenso desenvolvimento industrial da URSS e sua rápida recuperação da destruição provocada pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil, possibilitava que as potências ocidentais europeias pudessem jogar com duas alternativas. Estas eram o apaziguamento do expansionismo agressivo ou então o estabelecimento de um mecanismo de segurança em aliança com a União Soviética, para resolver a questão conflituosa e conter o expansionismo das potências nazifascistas. Em frente à opção dos governantes franceses e britânicos em aceitar as exigências nazistas e conceder a Hitler a liberdade para a realização de seus destrutivos objetivos expansionistas, caracterizando uma política de “apaziguamento”, a URSS procurou ficar fora do conflito interimperialista e valorizar diplomaticamente a sua posição. Tal posição se caracterizou por um acordo alemão-soviético – Pacto Germano-Soviético, assinado em 23 de agosto de 1939, justificado pela URSS como instrumento de neutralização diplomática da Alemanha nazista, diante do descaso com que Inglaterra e França tratavam as propostas soviéticas de uma defesa coletiva frente à agressividade nazifascista. Tal pacto persistiu até a invasão do território soviético pelos alemães, com a “Operação Barbarroxa”. No entanto, de antemão, o desafio pela hegemonia mundial e o anticomunismo dos estados fascistas que constituíam o Eixo encaminhava a URSS para uma aliança com as diversificadas potências do Ocidente.

4.3 A guerra na Europa

Em setembro de 1939, as tropas nazistas invadiram e ocuparam a Polônia, rumo a leste, após vários anos de sucesso do expansionismo nazista na Europa Oriental. Essa invasão ocorreu devido à conciliadora política de apaziguamento da Grã-Bretanha e da França, ao impacto da depressão econômica originada com a crise econômica de 1929 nos EUA e, finalmente, ao estabelecimento do Pacto Germano-Soviético. Enquanto isso, tropas soviéticas também ocupavam parte do seu território oriental como consequência dos protocolos secretos adicionais do seu pacto o III Reich.

A fulminante vitória alemã se deveu à sua estratégia da “guerra relâmpago” (*Blitzkrieg*) e provocou a declaração de guerra da Grã-Bretanha e da França em defesa da Polônia – sua protegida. Estes passaram a preocupar-se com a expansão nazista para o Leste depois de haverem criado condições para tal, com sua política de apaziguamento. Esta, em curto prazo, não significava mais a desejada guerra que destruiria os dois inimigos dos franco-

britânicos – o imperialismo alemão e o comunismo soviético. Na perspectiva das potências ocidentais, a entrega da região central e oriental do continente reduziria o ímpeto expansionista e a cobiça por impérios coloniais, possibilitando, ainda, a ascensão da Alemanha à posição de grande potência imperialista. A reivindicação hitleriana de constituição de um império de povoamento e territorialmente contíguo, a semelhança do território dos Estados Unidos alimentou durante muito tempo as expectativas dos políticos apaziguadores (HITLER, 1983; LOSURDO, 2006).

O conflito, nessa fase, era eminentemente europeu, mantendo uma clara conotação interimperialista. Durante quase um ano, o *front* ocidental permaneceu sem confrontos numa estranha guerra sem combates. A inicial inoperância franco-britânica permitiu ao Estado nazista reorganizar territorialmente a Europa Oriental e recuperar as condições materiais necessárias para uma nova ofensiva – agora rumo aos adversários do oeste do continente.

É significativo destacar que um ataque partindo da França contra a retaguarda alemã, imediatamente após a invasão da Polônia, teria provocado um refluxo, senão a liquidação da expansão territorial nazista. A questão era que as potências que poderiam efetuar tal ataque não estavam militarmente preparadas e eram dirigidas por governos que criaram as condições para a deflagração do conflito. A França, além de acreditar na inexpugnabilidade de suas defesas estáticas da Linha Maginot²⁷, havia passado a sofrer forte influência, no domínio político, das forças de direita que simpatizavam com o Eixo. A Grã-Bretanha, por sua vez, era governada por um ministério pouco decidido e sofria os devastadores efeitos políticos da depressão econômica, além de ter sua maior preocupação no domínio dos mares e no controle de seu rentável, disperso e problemático Império.

A estratégia alemã da “guerra relâmpago” estava assentada na concentração maciça de recursos militares e de esforço industrial contra objetivos bem definidos, que deveriam ser conquistados em um curto espaço de tempo. Essa estratégia levava em consideração a incapacidade material da Alemanha para enfrentar um longo conflito, em vários palcos simultâneos. Ela exigia, ainda, um tempo de estabilização após a vitória, para a reconstituição de sua capacidade militar e econômica. A inoperância franco-britânica terminou por criar as condições favoráveis para a posterior ofensiva nazista contra a França,

²⁷ A Linha Maginot era constituída por um conjunto de fortalezas interligadas na fronteira da França com a Alemanha, e usada como instrumento para impedir a invasão de seu território. Tal estratégia sofria de dois graves problemas: não previa a possibilidade de ataques aéreos à sua retaguarda, e tinha seu limite na fronteira da França com a Bélgica, território que foi utilizado para circundar a barreira protetiva.

em junho de 1940, ao mesmo tempo em que estimulou a agressividade imperialista do fascismo italiano na Europa Mediterrânea.

Recuperados o potencial bélico e a capacidade ofensiva alemã, “[...] a ‘guerra de mentirinha’ chegou a um fim abrupto com o ataque alemão à Dinamarca e à Noruega. Um mês depois a guerra eclodiu espetacularmente numa nova e altamente perigosa fase quando Hitler lançou sua devastadora ofensiva ocidental.” (KERSHAW, 2008, p. 246). Hitler voltara-se para o território francês; para isso, atacou flanqueando as defesas da Linha Maginot e a circundando através da invasão do território da Bélgica e de suas desprotegidas fronteiras. A França foi ocupada após rápida e fulminante operação militar, que destruiu seu exército e levou à sua rendição. Nessa ofensiva, aconteceu em Dunquerque, uma praia do norte francês, a retirada do exército expedicionário britânico e de parte insignificante das tropas francesas. Os armamentos caíram em mãos dos agressores, aumentando seu potencial de combate. A desestruturação das forças defensivas frente à rápida e avassaladora ofensiva levou à rendição e à divisão da França.

A rendição do governo francês possibilitou que o Sudeste do país permanecesse sob controle de um governo colaborador e de direita, vulgarmente conhecido como República de Vichy. A resistência francesa que surgiu a partir desse momento era muito frágil, porque os militantes comunistas e seus simpatizantes, apesar de seu desejo, não participavam dela em virtude do Pacto Germano-Soviético e das determinações da Internacional Comunista – agora um instrumento do governo soviético para não provocar uma reação alemã. Por isto, nesta fase, a resistência foi dirigida pelo nacionalismo conservador e militar do então coronel De Gaulle e por grupos democráticos e socialistas, mas que possuíam restrita base de apoio popular. A partir daí, o continente europeu passou a ser ocupado pelas forças nazifascistas e/ou dirigido na maior parte de seus territórios por governos de extrema direita simpatizantes e aliados do Eixo.

Foi nesse quadro que, em agosto de 1940, teve início a Batalha da Inglaterra. Esse confronto foi radicalmente inovador, por se basear no enfrentamento e no combate aéreo, o que pressupunha e expressava um alto nível de desenvolvimento econômico e tecnológico. A ascensão de Churchill, o mais ferrenho defensor do imperialismo britânico, ao cargo de chefe de governo inglês, com sua irredutibilidade na defesa do território, estimulou o ímpeto combativo das forças daquele país. Isso se refletiu na intensa ação que, na defesa contra os agressores do território, apresentou a Royal Air Force contra a ofensiva aérea da Luftwaffe alemã.

A derrota parcial da ofensiva alemã e o esgotamento de sua agressão, pela destruição do potencial ofensivo de sua força-aérea, frente à Grã-Bretanha, permitiram que os adversários do III Reich continuassem controlando uma base industrial insuficiente e um porta-aviões fixo (as ilhas britânicas), mas de importância estratégica na costa do continente europeu ocupado. Entretanto, as forças armadas britânicas necessitavam desesperadamente do fornecimento de armas e de equipamentos de combate, que só podiam ser realizados, naquelas condições, pela indústria norte-americana. Esta se beneficiou enormemente; conforme Kershaw (2008, p.273),

[...] em 5 de novembro de 1940, Roosevelt vira o desemprego cair 3,5 milhões desde a recessão de 1937-8. No fim do ano, o desemprego estava no nível mais baixo em uma década. E isso graças, principalmente, as compras britânicas de armas, no valor aproximado de 5 bilhões de dólares em encomendas no final de 1940.

Para atender às desesperadas solicitações britânicas de armas e de navios de transporte e de combate, o presidente norte-americano havia comprometido os Estados Unidos em uma aliança com a Inglaterra, ao patrocinar a aprovação de uma nova lei por uma maioria bipartidária no Congresso: “[...] Roosevelt sancionou a Lei Lend Lease em 11 de março de 1941. Ela agora lhe conferia autoridade para ordenar a produção ou a obtenção de ‘qualquer artigo de defesa para o governo de qualquer país cuja defesa o Presidente julgasse vital para a defesa dos Estados Unidos’.” (KERSHAW, 2008, p. 284).

Com isto, a guerra se aproximava do continente americano e passava a se tornar progressivamente mundial. Antes mesmo do ingresso formal dos Estados Unidos na guerra, desde 11 de junho os submarinos alemães começaram a afundar navios norte-americanos no Atlântico em função do fornecimento de armas transportadas por estes. Entretanto, as reações foram insignificantes: “Isto porque Roosevelt sabia que um ataque da União Soviética pela Alemanha daria uma feição inteiramente diferente à guerra no Atlântico. Se a União Soviética conseguisse resistir novas perspectivas se abririam no Oeste.” (KERSHAW, 2008, pág. 292).

Diante do impasse causado pela derrota no *front* aéreo ocidental e a impossibilidade de conquistar ou cooptar a Grã-Bretanha, foi desencadeada em 22 de junho de 1941 a agressão contra a União Soviética, através da ofensiva denominada de “Operação Barbarroxa”. Esta operação transformou a guerra interimperialista europeia também em um confronto entre sistemas sociopolíticos e numa ampliação da guerra de conquista territorial, objetivando o estabelecimento de um imenso império colonial em territórios contínuos.

A repetição da estratégia da “guerra relâmpago”, agora em proporções ampliadas, resultou em fulminantes vitórias iniciais sobre os soviéticos e na ocupação de parte ocidental do seu território europeu. Foi com este acontecimento que a União Soviética entrou na Segunda Guerra e que os comunistas e seus simpatizantes na Europa ocupada passaram a atuar ativa e intensamente na resistência, sem ferir os princípios da sua disciplina partidária. Os nazistas não aproveitaram, em profundidade, estas vitórias, devido às suas posturas ideológicas, que determinaram a efetivação de uma política de extermínio da população, e ao seu projeto de estabelecimento de um “espaço vital” para a alocação de suas populações rurais excedentes. Na medida em que tais regiões deveriam ser limpas de populações que aí habitavam para receber os camponeses alemães, se tornou impossível que se realizasse qualquer aliança com as populações dos eslavos anticomunistas das áreas soviéticas conquistadas. Entretanto, aparentemente, o continente europeu se tornara, irreversivelmente, um apêndice do III Reich.

Em função da aliança com o Japão, o ataque nipônico contra os EUA na batalha da Baía das Pérolas (Pearl Harbour), em 7 de dezembro de 1941, levou à declaração de guerra da Alemanha e da Itália contra os norte-americanos que, por sua vez, rapidamente estruturaram uma aliança e instrumentalizaram o conjunto do continente americano no seu esforço bélico. Este foi o momento exato em que o confronto assumiu uma dimensão mundial unificada e foi sendo instaurada, consolidada e ampliada a aliança de modelos sociopolíticos que foi vitoriosa na Segunda Guerra Mundial.

A entrada dos EUA na guerra possibilitou a mobilização integral de todos os recursos militares, tecnológicos, econômicos e propagandísticos da maior economia mundial no esforço de guerra antifascista. A partir dali, a guerra se transformou efetivamente em um conflito de proporções e de palco mundiais. Confrontavam-se nela não só variedades de dois sistemas universalizantes – o capitalismo e o comunismo – como também duas posições diferenciadas de organização política e de estruturação social dentro do capitalismo – o fascismo e a “democracia”. Além disso, esta, ainda assumia o caráter de uma guerra revolucionária de libertação nacional e social nas regiões ocupadas. A agressividade nazifascista permitiu a emergência dessa aliança díspar e a unificação dos diferentes enfrentamentos em um único confronto. As contradições, as diferenças de objetivos e a compatibilização de resultados foram deixadas para ter sua discussão e solução no final da guerra. Isto significava que o antinazifascismo era apenas uma aliança tática que objetivava neutralizar e derrotar o expansionismo da extrema direita e que possuía um prazo definido.

No palco de guerra europeu, em setembro de 1942, se iniciou o mais importante, longo, duro, esgotante e decisivo confronto – a batalha de Stalingrado. Esta foi fruto de uma ofensiva e apresentava uma importância simbólica e propagandística fundamental para o nazismo e para sua ideologia – a conquista da cidade de Stalin. Frente à incapacidade de conquistar e destruir a cidade de Lênin (Leningrado) – cercada e passando por incontáveis sacrifícios desde o início da agressão- e por causa da paralisação e da retirada alemã nos subúrbios da inabalável cidade de Moscou, se tornava fundamental conquistar Stalingrado. Os efeitos psicológicos e propagandísticos, se tal conquista fosse efetivada, teriam imensa repercussão na Alemanha e no resto do mundo. Por outro lado, a conquista dessa cidade era estrategicamente necessária do ponto de vista da própria sobrevivência material e política do regime nazista. Sua conquista era fundamental para alcançar os campos petrolíferos soviéticos e para estabelecer uma rota segura para o petróleo da Romênia, em benefício da Alemanha. A carência desta matéria-prima energética era um dos principais problemas da economia alemã e de sua máquina de guerra. Além deste fator, a conquista daquele centro possibilitaria avançar sobre a retaguarda econômica e militar da União Soviética, isolando-a e se aproveitando de sua capacidade produtiva.

Tal situação terminaria quebrando a possibilidade de manutenção da resistência que impedia o avanço nazista no norte (em Leningrado) e no centro (nos subúrbios de Moscou), que paralisava e desgastava a máquina de guerra da ofensiva alemã, impedindo sua fulminante vitória. Em Stalingrado, os nazistas lançaram todo o seu potencial de fogo e uma constelação de exércitos europeus associados. A vitória soviética nessa batalha, em 2 de fevereiro de 1943, além de seus efeitos psicológicos, possibilitou a reversão da guerra. Ela permitiu que se desse início a uma fulminante, intensa, constante e permanente contraofensiva, que terminou com a invasão da Alemanha e que teve seu ponto culminante na conquista da semidestruída capital do “Reich de Mil Anos”, com a ocupação de Berlim pelas tropas soviéticas em 1945. Stalingrado foi a primeira derrota decisiva da Alemanha no palco central da guerra. Um de seus efeitos foi a eliminação da estratégia da “guerra relâmpago”, que se baseava em ofensivas avassaladoras, batalhas curtas e em vitórias fulminantes.

Imediatamente após a vitória em Stalingrado, os anglo-americanos desencadearam um ataque para a ocupação da Europa meridional e dos Bálcãs, depois de haver conquistado e libertado o norte da África dos exércitos nazifascistas. A partir deste momento, o Mar Mediterrâneo se tornaria um lago aliado. Depois da ocupação da estratégica ilha italiana da Sicília, o sul da Itália foi invadido e conquistado, em setembro de 1943. Os efeitos deste

acontecimento levaram o rei deste país e o Conselho Fascista a destituir Mussolini do governo e se render, mudando de campo no conflito. Em frente a tal situação, o exército alemão ocupou o centro e o norte da Itália, criando a República Social Italiana (RSI), com sede em Saló, e chefiada por Mussolini, que havia sido libertado por um comando alemão. No território da RSI, a resistência desenvolveu uma intensa guerra de guerrilhas de caráter revolucionário e antinazifascista. Outro efeito foi o estabelecimento de uma barreira defensiva germânica – a Linha Gótica – nas cordilheiras da Itália central. Nesta barreira se desenvolveram violentas batalhas – para abrir caminho rumo ao norte e ao coração do Reich – nas quais participou com destaque a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Foi nesse contexto – Batalha de Stalingrado e ofensiva aliada –, que os nazistas foram obrigados a reestruturar a indústria alemã. Novas e mais modernas fábricas foram construídas e equipamentos mais eficientes instalados de forma articulada e dispersa pelo território. Estes passaram a utilizar, em larga escala e intensivamente (até o esgotamento total das energias), as populações dominadas e os prisioneiros de guerra e dos campos de concentração e de extermínio como trabalhadores escravos. Intensificaram e potencializaram, ainda, a política de extermínio dos grupos humanos considerados inferiores, nefastos e inservíveis para sua “comunidade ariana”. Os objetivos dessa reestruturação visavam criar uma sólida base econômica industrial e condições para que a Alemanha pudesse enfrentar a guerra de desgaste, prolongada e em larga escala, que se havia instaurado. Acabavam-se, assim, os últimos vestígios da estratégia da “guerra relâmpago”.

Naquele momento, a ofensiva, inclusive na esfera do modelo de estrutura econômica para o desenvolvimento da guerra, voltara-se contra o Eixo. A modernização acelerada do parque industrial germânico e a sua dispersão pelo território do núcleo do Reich foram um dos fatores fundamentais que, no pós-guerra, possibilitaram a rápida recuperação econômica da Alemanha Ocidental. A descentralização dos centros industriais e a divisão da produção em unidades dispersas tornavam mais importante, do ponto de vista estratégico, a destruição das vias de comunicação, como entroncamentos, ferrovias, rodovias e portos que articulavam o próprio conjunto, do que a destruição dos equipamentos fabris.

No *front* oriental, a intensa resistência que os nazistas ofereciam à massiva ofensiva soviética se caracterizou pela adoção da estratégia da “terra arrasada” e pela defesa ferrenha das posições em que estavam estabelecidos. Isto levou a uma inigualável destruição de campos, cidades, minas e indústrias, além da aniquilação absoluta das vias de

comunicação. Os efeitos deste tipo de resistência e de enfrentamento se refletiram no tempo necessário e no custo da reconstrução da União Soviética.

Stalingrado e a constante ofensiva soviética, junto com o ataque anglo-americano na Europa meridional, deram alento às resistências antinazi-fascistas, que passaram a intensificar as suas lutas guerrilheiras de libertação nacional e a ampliar sua área de ação. A partir desta nova situação, a frente de combate não estava mais restrita ao confronto das tropas regulares no palco das batalhas militares. Transformada em uma guerra total, ela penetrava por todo o território da Europa e alcançava todos os campos das relações e das atividades econômicas e industriais.

Entre os movimentos de resistência, o que alcançou maior sucesso foi o iugoslavo, organizado e liderado pelos comunistas. Dirigido por Tito, que conseguiu paralisar a máquina de extermínio dos nazistas e de seus aliados de extrema direita local – os Ustacha croatas –, além de derrotar um setor significativo e parte importante das tropas do Eixo. Outro sucesso desta resistência foi unificar as diferentes etnias do país e implantar uma república federal, após derrotar os monarquistas sérvios – que além de realizarem uma resistência fraca, eram social e politicamente conservadores – e os católicos fascistas da Croácia, que eram colaboradores parciais ou integrais da aliança nazifascista.

Em 6 de junho de 1944, com o desembarque nas praias da Normandia, aconteceu a invasão anglo-americana no Noroeste do continente europeu. Essa operação militar de guerra ficou conhecida como o “Dia D”. Ela exigiu uma gigantesca estrutura logística e contou com a maior utilização de equipamentos de tecnologia avançada e com o suporte, na sua retaguarda, do imenso potencial produtivo e econômico concentrado nos Estados Unidos.

Considerada de importância fundamental no cenário ocidental, tal invasão decorreu de dois fatores interligados. Em primeiro lugar ela foi fruto das permanentes pressões soviéticas pela abertura de um novo *front* que cercasse as forças militares do Eixo, diminuindo assim a resistência que estas ofereciam à ofensiva das tropas soviéticas. O segundo fator que levou ao desembarque na Normandia foi a constatação, por parte dos outros aliados, de que, a cada dia de combate, não só os soviéticos ampliavam a extensão de suas vitórias e as áreas que libertavam e adquiriam o controle, mas também a percepção do radicalismo político ascendente. Este poderia deflagrar uma revolução social no continente europeu, a partir da resistência antinazifascista.

O desequilíbrio expresso pelo volume do potencial militar aliado no *front* ocidental não era respondido pela intensidade da resistência das tropas do Eixo. As melhores e

mais combativas forças do nazifascismo lutavam, no leste da Europa, num confronto de vida ou morte, contra aquele que era o seu inimigo fundamental – o comunismo. A partir desse momento, progressivamente, o território controlado pelo Eixo foi sendo ocupado, com seus exércitos derrotados em todos os *fronts*, selando o destino do nazifascismo na Europa.

No período final da guerra, durante a Conferência de Yalta, quando a URSS vencia e avançava aceleradamente no *front* oriental, foram estabelecidas as áreas de ocupação e acordadas implicitamente as regras de atuação nas esferas de influência que foram criadas na Europa. Nesta conferência houve, também, o comprometimento da União Soviética em desencadear uma ofensiva militar no Extremo-Oriente, contra o Japão.

Em 8 de maio de 1945, após a tomada de Berlim e o suicídio de Hitler, houve a rendição total das forças alemãs às tropas aliadas. A derrota do nazifascismo só foi considerada efetiva pelos aliados após a vitória militar e a ocupação de todo o território do III Reich pelas tropas aliadas. Desse modo, o fim da guerra e dos combates não foi precedido de um armistício, que só ocorreu após a rendição incondicional por parte da Alemanha derrotada e ocupada, evitando-se com isso os erros que possibilitaram o revanchismo posterior à Primeira Guerra Mundial.

Após a rendição alemã, uma nova conferência entre os chefes de Estado das potências vitoriosas realizou-se em Potsdam, nos arredores de Berlim. Nesta, teve início a deterioração das relações entre os membros da aliança anti-Eixo. O novo presidente norte-americano, Henry Truman, com suas posturas, representava o tensionamento das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esta mudança de comportamento decorreu da mudança da equipe governante norte-americana, que possuía posições diferentes das do presidente anterior, e em função das exitosas experiências nucleares com fins militares nos EUA. Em Podstam, os norte-americanos e os ingleses passaram a reivindicar a realização de uma revisão do que havia sido acordado em Yalta e não se entenderam com os soviéticos a respeito do futuro da Europa libertada. Estes novos fatores acarretaram, em médio prazo, a divisão e o fechamento deste continente, e do mundo, em dois campos adversários.

4.4 Conclusão

A derrota do nazifascismo se deveu, em parte, ao fato de que ele conseguiu reunir contra si adversários e inimigos que, em outra situação, permaneceriam dispersos e lutando entre si, uma vez que a sua política – que visava à conquista do controle mundial do capitalismo e a destruição do comunismo e das raças “inferiores” – levou o confronto às suas

últimas consequências. Além disso, a sua ideologia racista, de extermínio e de escravização das populações consideradas inferiores, empurrava à resistência os habitantes das regiões ocupadas, para uma luta de vida ou morte contra os invasores.

A aplicação progressiva e radical dos elementos fundamentais dos aspectos ideológicos foi prejudicial para o esforço de guerra alemão. Do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico, a Alemanha precisava consolidar a conquista de territórios e de vias de comunicação para fortalecer a economia e obter a tecnologia necessária para enfrentar os seus adversários.

Além de outros fatores políticos e ideológicos, um aspecto que deve ser ressaltado era o caráter de obediência absoluta ao princípio da chefia (Führer ou Duce), intrínseco e vital ao nazifascismo. Este bloqueava a iniciativa e impedia o desenvolvimento de uma ação que não estivesse subordinada à vontade e às idiosincrasias do grande líder e das frações de classe a ele associadas. Ideologicamente, por suas projeções, ainda, o nazismo não oferecia garantias aos seus aliados não alemães e se baseava em um voluntarismo irracional oriundo da crença na supremacia da raça germânica e de seu direito de dominar o mundo. Esses elementos impediram, muitas vezes, que recursos materiais e intelectuais fossem aplicados no desenvolvimento de armas ou de tecnologias que possibilitassem uma melhor atuação da Alemanha no conflito. O “irracionalismo” do nazismo desviava recursos potenciais na busca de soluções miraculosas, ao mesmo tempo em que apostava em um “milagre” a ser revelado aos arianos, que reverteria o quadro da guerra.

Finalmente, no desenrolar da guerra, o cerco do território controlado pela Alemanha isolou-a das fontes de matérias-primas vitais para sua economia fabril e para uma guerra efetivada por uma potência industrial. Politicamente, a vontade e a necessidade de conquistar e dominar – e não de hegemonizar – o mundo impediu que fossem utilizados os meios do caminho diplomático para a resolução do conflito.

A política de vitória final e de rendição incondicional foi uma estratégia dos acordos entre os aliados, que impuseram a impossibilidade da realização de uma paz em separado com qualquer um dos beligerantes. Ela exigia a vitória militar no campo bélico, a ocupação total do território e a liquidação dos Estados do III Reich e de seus aliados. O objetivo de tal estratégia foi o de evitar os erros cometidos ao final da Primeira Guerra, que foram consolidados com o Tratado de Versalhes.

Terminada a Segunda Guerra, emergiram duas superpotências assimétricas, os Estados Unidos e a União Soviética. Ficaram reduzidas a uma posição secundária as grandes

potências do período anterior, caracterizado pelo imperialismo colonial e pelo predomínio europeu.

Ainda como resultados da crise da década de 1930 e da guerra, foram estabelecidos diversos acordos e instituições que objetivavam criar condições para o estabelecimento da hegemonia norte-americana no mundo capitalista e para encerrar os conflitos interimperialistas, que foram a causa imediata da eclosão das duas guerras mundiais que marcaram o século XX.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, foram criados organismos internacionais, nos quais a participação soviética era fundamental. Seu objetivo explícito era evitar que as rivalidades e os conflitos que surgissem acarretassem uma nova guerra, que seria de resultado incerto diante das novas armas desenvolvidas e testadas no conflito – energia nuclear e foguetes – e pelo desconhecimento do potencial das capacidades econômicas, tecnológicas, militares e científicas da União Soviética, que se tornou emergente durante o conflito. O presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt acreditava que, dado o equilíbrio de forças, uma política mundial da qual a URSS participasse poderia proporcionar a paz por um longo período de tempo.

5 REVOLUÇÃO CHINESA

Temos uma imagem ou uma representação viciada da China, que passou a ser a China real para nós: um país de uma população de raça inferior – os amarelos, os asiáticos, atrasados, que foram civilizados a partir do século XIX, quando não puderam mais resistir à pressão da modernidade e da Civilização europeia, sendo forçados a abrir suas portas para o Ocidente. Essa é, mais ou menos, a ideia-chave, a representação chave que existe sobre a China. Há também uma representação sobre os chineses que foi plasmada nas histórias divulgadas pela grande imprensa norte-americana que se espalharam pelo mundo²⁸, na época da Guerra Fria e da Guerra da Coreia, nos quais os chineses são aqueles seres absolutamente traiçoeiros, imorais, criminosos, corrompidos e que, por uma maldade intrínseca, se venderam para o “Império do Mal”: a União Soviética.

Tais são as representações sobre a China, que se configuram, de certa forma, na imagem da China que conhecemos, ou que boa parte de nós conheceu, e estão enquadradas dentro de duas posições políticas: uma, de justificativa do Imperialismo Europeu no final do século XIX; a outra, de legitimação da intervenção americana na China no final da Segunda Guerra Mundial (PISCHEL, 1976, p. 85-93) e na Guerra da Coreia. Esta imagem está relacionada também a uma tentativa de se estabelecer um deserto nuclear na região nordeste da China como desdobramento da Guerra da Coreia.²⁹

Mas não podemos esquecer que, a partir da década de 1960, essa visão ocidental e eurocêntrica começou a sofrer uma série de abalos. Um desses abalos veio a partir do reconhecimento de que a China havia alcançado elevado nível de conhecimento científico e tecnológico antes do Ocidente (NEEDAN, 1977). O segundo abalo foi o reconhecimento de que, até o início do século XIX, a China se manteve fechada porque não necessitava de absolutamente nada do Ocidente. E uma terceira e mais surpreendente descoberta foi a de que até o início do século XIX a China era o país onde havia o melhor nível de bem estar no mundo. No século XVIII, quando houve a Revolução Francesa, em que as massas de

²⁸ Como exemplo, podemos citar o mensário *Reader's Digest*, e a revista *Life*.

²⁹ Essa possibilidade terminou não se concretizando porque a equipe dirigente dos Estados Unidos considerou que o General Mac'Arthur, comandante em chefe das Forças Americanas de ocupação do Japão, e dos exércitos da Organização das Nações Unidas na Guerra da Coreia, que havia tentado criar uma “cortina radioativa” bombardeando nuclearmente o território manchú por onde passavam os voluntários chineses que auxiliavam os norte-coreanos, teria realizado todos os esforços em nome da defesa “da liberdade, da humanidade e da civilização” e que estava na hora dele gozar, em casa, os louros da aposentadoria. O general era considerado um herói nos Estados Unidos e era forte candidato à concorrer à Presidência da República pelo Partido Republicano.

camponeses miseráveis e explorados participaram com a burguesia da implantação de uma sociedade liberal capitalista, o camponês da China possuía um elevado padrão de vida (GRANET, 1979). À época, a China era um país autossuficiente produzindo tudo o que necessitava e, além disso, produzia as famosas “chinoiseries”: cerâmicas, porcelanas, laca, seda, que eram exportados para o Ocidente. Ela não se abria a pressão comercial do Ocidente porque não necessitava de importações para suprir suas necessidades de manufaturados, de matérias primas ou de alimentos. Não em função de possuir algum ódio, alguma reserva em relação ao Ocidente; é porque a sua sociedade tinha condições de autossatisfação. Possuía, por sua diversidade territorial, climática e de matérias-primas, uma pluralidade de produção que lhe permitia suprir as necessidades da população. No entanto, “... ainda em 1820 a China tem a glória de gerar um produto interno bruto que constituía 32,4% do PIB mundial; em 1949, no momento de sua fundação, a República Popular da China é o país mais pobre, ou entre os mais pobres do mundo. A agressão colonialista e imperialista que inicia com as Guerras do Ópio é que determina essa queda drástica.” (LOSURDO, 2010, p. 301).

O que aconteceu então? Por que no início do século XX a China apresentou aquela imagem de miséria, de desespero? Aquela população que não conseguia, em sua alimentação diária, o número de calorias necessárias? Por que a China se degradou tanto?

Em primeiro lugar, devemos levar em consideração um acontecimento europeu ocidental: a Revolução Industrial no final do século XVIII, na Inglaterra, que consolidou o desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia moderna. Esta revolução criou um significativo desnível em relação ao estágio de desenvolvimento da China e de todas as outras regiões do mundo em comparação com a Grã-Bretanha e os países europeus que adotaram a indústria capitalista. Esta é a origem do processo que acarretou, no século XIX, a pressão britânica e europeia para a conquista do mercado chinês.

Até o século XIX, único produto que a China aceitava do Ocidente, em troca de seu chá e de seus manufaturados, era a prata: moedas ou lingotes de prata. A China foi, desde o século XVI, o grande sorvedouro da prata do mundo colonial e da Europa Ocidental. A produção das famosas minas de prata da América Latina para lá foi se dirigindo e lá ficando³⁰.

³⁰ A prata minerada na América espanhola seguia pelo Pacífico para as Filipinas, então uma colônia espanhola, e de lá para a China, onde pagava as mercadorias que trazidas pela mesma rota, abasteciam as elites coloniais espanholas na América. Outra rota era o transporte desta prata para a Europa onde ela servia como moeda para a aquisição dos produtos consumidos pela Espanha. Os fornecedores daquele país, por sua vez, transferiam essa prata para a China como pagamento dos seus produtos. Uma terceira rota era a do contrabando através da colônia portuguesa no continente americano e que servia para financiar o comércio de Portugal com o Extremo Oriente e com os países europeus, seguindo daí para a China.

No século XIX, uma progressiva alteração neste sistema de trocas começa a se manifestar. Uma empresa britânica privilegiada, a Companhia das Índias Orientais Britânicas, perdeu progressivamente o poder político e uma série de monopólios que possuía na Índia. Mas manteve, no entanto, um monopólio crucial: o da produção e da comercialização do ópio. Até o século XIX, este era um medicamento produzido em larga escala na Índia. No início daquele século, na Indonésia, inventaram uma fórmula para “diminuir” a fome dos camponeses explorados pelo imperialismo holandês: fumar o ópio, misturado com tabaco, que agia como um anestésico³¹. Além da prata, a China importava legalmente pequenas quantias de ópio como medicamento. Os ingleses começaram a exportar para a China o ópio misturado com tabaco para ser fumado. Tal fato provocou uma forte reação por parte de um setor das autoridades chinesas, especialmente os *mandarins*,³² funcionários de carreira da burocracia do *Império Celeste* ou *Império do Meio*, como era denominado o Estado Chinês. Os mandarins governavam as regiões portuárias do comércio exterior, preocupado com os desdobramentos do consumo do ópio, que viciava os consumidores, fazendo com que adoecessem e deixassem de trabalhar, além de ampliar a desagregação familiar³³. Tal reação levou à proibição da importação e da comercialização do ópio, bem como à repressão de seu contrabando.

Esse tipo de consumo difundiu-se largamente nas regiões portuárias, sendo adotado pela burguesia, pelos funcionários e pelas tropas manchus. Paralelamente à difusão do uso do ópio, os empreendedores ingleses começaram a contrabandear-lo para a China para diminuir a fuga de prata proporcionada pelo aumento de suas importações de produtos chineses.

[...] Essas guerras infames abrem um capítulo decididamente trágico para o grande país asiático. O déficit da balança comercial chinesa provocado pela vitória dos *narcotraficantes* britânicos, a terrível humilhação sofrida [...] e a crise evidenciada pela ‘incapacidade do país de defender-se [...] desempenham um papel de primeiro plano em determinar a revolta dos Taiping (1851-1864), referida como Taiping Tianguo, que significa ‘O

³¹ O ópio é extraído da flor da papoula sob a forma de uma substância leitosa que, manufaturada, se transforma em um medicamento analgésico. O desenvolvimento da Química no século XIX possibilitou que essa substância servisse de matéria-prima para medicações analgésicas a anestésicas como a morfina.

³² **Mandarin** era o título dado aos altos funcionários públicos, na China Imperial. Corresponhia a uma carreira aberta a todos os candidatos através de exames e de concursos realizados após longos anos de estudo qualificando os candidatos. Era, portanto, baseada na meritocracia. A carreira era constituída por nove níveis hierárquicos à que correspondiam exames com progressivo nível de conhecimento e de complexidade. Para evitar o estabelecimento de vínculos com a região de exercício os mandarins eram transferidos após um período de três anos de trabalho em uma região. Como eles eram responsáveis pelos atos de seu mandato podiam ser punidos com a destituição e o pagamento de multas. Paralelamente o Estado vendia títulos honoríficos do mandarinato a beneficiários que não podiam exercer as funções dos membros do corpo de carreira.

³³ A preocupação das autoridades nacionais com a população chinesa contrariava o caráter predador da atividade holandesa na Indonésia, na difusão do consumo do ópio.

Reino dos Céus'. Em chinês: 太平天國 (太 *Tai*- grande, 平 *Ping* – paz, 天 *Tian* – paraíso, céus, 國 *Guo* – país ou reino) os quais colocam na ordem do dia a luta contra o ópio (LOSURDO, 2010, p.302)³⁴.

A partir da reação dos ingleses à repressão desse comércio, começaram as Guerras do Ópio, que abriram os mercados, a economia e a sociedade chinesa para o capital ocidental no século XIX. Nesses conflitos, o Império Chinês mostrou-se, pela primeira vez, inferiorizado em relação às forças militares ocidentais. A razão disso dava-se em função de que grande parte dos países da Europa Ocidental havia se desenvolvido industrialmente de forma bastante significativa no período. Num primeiro momento, a Inglaterra; ao longo do século XIX, tal processo alcançou a França, a Bélgica e a Alemanha. A tecnologia industrial europeia havia superado o estágio de desenvolvimento chinês. Além de proporcionar condições para a expansão e imposição de suas exigências pelo planeta, as potências europeias haviam acumulado uma capacidade econômica e militar capaz de superar o número das forças chinesas e de sua possibilidade de financiamento.

5.1 As Guerras do Ópio e seus efeitos

Com as Guerras do Ópio os vencedores, europeus, exigiram a abertura da economia chinesa para a importação de seus produtos industrializados, tais como tecidos de algodão, artigos de metalurgia, etc. Além disso, cobraram grandes indenizações para compensar o ópio que havia sido destruído pelas autoridades e começaram a exigir o direito de negociar livremente no mercado do interior do território chinês. Num primeiro momento a penetração foi lenta porque os chineses, na realidade, não aceitavam os produtos ocidentais oferecidos, considerados de qualidade inferior e que nada tinham nada a ver com as suas necessidades (SPENCE, 1995). Isso levava a uma pressão cada vez maior por parte das potências do Ocidente para a abertura comercial total da China. As autoridades chinesas, desmoralizadas pelas derrotas militares que sofreram, por um lado e, por outro, pelo fato de que a dinastia reinante não era chinesa,³⁵ faziam cada vez mais concessões de direitos de livre

³⁴ Com um grande exército popular constituído de camponeses pobres e de miseráveis, os Taiping conquistaram grande parte do território, reinstalaram a propriedade comunitária da terra e instituíram a igualdade dos sexos com a mudança do status do sexo feminino. O Império conseguiu derrotá-los com o massivo apoio das potências concessionárias e em troca da ampliação das antigas concessões e de novas. Com isto ele tornou-se progressivamente dependente dos imperialistas (SPENCE, 1995; FAIRBANKS, 1990).

³⁵ O Imperador e sua corte eram conquistadores manchús que haviam substituído a dinastia anterior, encontrando forte contestação dentro da sociedade.

comércio, de impostos baixos e preferenciais a tais potências. As autoridades também foram forçadas a conceder licenças para a instalação de missões cristãs aos expansionistas europeus. Isso se deveu a incapacidade do Império a sobreviver às rebeliões camponesas oriundas da crise social originada pelas Guerras do Ópio e seus desdobramentos.

À medida que tais concessões eram realizadas, foram acompanhadas pelo direito da extraterritorialidade e pela passagem do controle de territórios chineses para as mãos dos europeus. Criava-se uma situação de desestruturação da economia e da sociedade chinesa. De tal forma que a abertura do porto de Hong Kong (que se tornou o grande porto de exportação dos produtos que passaram a ser produzidos por europeus na China, ou por oficinas chinesas, mas comercializados por empresas europeias) reorientou toda a estrutura do comércio chinês.

Tal conjuntura de decadência aprofundou-se com a derrota chinesa frente às forças de um Japão modernizado, na chamada Guerra sino-japonesa (1894-1895). Ao final do século XIX o Japão, após ter sido forçado pela frota norte-americana a abrir seu comércio para as potências industriais, havia se transformado em um Estado política e economicamente moderno. Sem o interregno de um período de economia liberal, transformou-se em uma potência imperialista. O seu alvo imediato para a expansão foram os territórios subordinados ao Império Chinês, como o “vassalo reino” da Coreia, a Ilha de Taiwan (chamado pelos portugueses de Formosa, nome que passou a ser utilizado pelos europeus e ocidentais em geral), além da própria China, em sua região norte.

Diante da ofensiva capitalista e imperialista, alguns *mandarins* procuraram impor reformas modernizadoras como uma resposta à derrota na Guerra sino-japonesa. A reforma proposta foi considerada perigosa pela corte manchu e pelo setor conservador da burocracia. A força da resistência a este projeto fez com que o mesmo fosse bloqueado, o que gerou uma maior vulnerabilidade da China.

A reorientação do eixo comercial e a implantação das ferrovias desestruturaram o sistema que fornecia trabalho para alguns milhões de pessoas no transporte hidroviário dos produtos manufaturados e dos cereais, dentro da China. Criou-se uma situação brutal de miséria e de fome por causa dessa mudança econômica.³⁶ A partir de tal situação, intensificou-se o consumo de ópio. Chegou um momento em que este consumo foi tão intenso que os senhores de terra do sul, onde estava situada a maior fonte de alimentos e de matérias-

³⁶ Situação que foi muito bem analisada em suas características gerais pelo médico brasileiro Josué de Castro, em suas obras *Geografia da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965 e *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. As grandes fomes que se abateram sobre a China também foram analisadas em suas causas pelo historiador Mike Davis, no livro *Holocaustos Coloniais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

primas agrícolas, deram-se conta que produzir narcótico rendia muito mais do que produzir alimentos ou matérias-primas para a indústria. Assim, eliminaram tais lavouras, bem como seus campos, onde cultivavam amoreiras (cujas folhas alimentavam larvas de mariposa cujo casulo desfiado servia como matéria-prima para a fiação e tecelagem da seda) e outros cultivos industriais (algodão, tabaco, etc.) e passaram a plantar papoula para fabricar o ópio. Este, por sua vez, podia alimentar a economia e acrescentar riqueza aos proprietários de terra, mas não nutria as pessoas e transformava os camponeses rendeiros em trabalhadores dependentes do mercado de alimentos. Essa era uma das principais razões da fome e da miséria.

No fim do século XIX, a China enquanto uma unidade política, um Estado, tornou-se uma representação, uma fantasia. Ela não existia mais. As alfândegas estavam nas mãos dos consórcios de bancos europeus e norte-americanos que emprestavam dinheiro para o governo pagar as indenizações das Guerras do Ópio e da guerra sino-japonesa. Os transportes passaram a pertencer às concessionárias – ferrovias ou companhias de navegação a vapor do grande capital europeu ou norte-americano. O comércio internacional da China passou a realizar-se através das empresas que controlavam estes grandes capitais. Como exemplo, podemos citar os consórcios, bancos, companhias de navegação e de comércio atacadista sediadas em Hong Kong, principalmente de propriedade dos britânicos, que monopolizaram as atividades econômicas. Entre estas destacou-se a firma dos Jardine – grandes traficantes de ópio, que controlavam aquele enclave inglês – que deu origem ao banco Hong Kong Shanghai Banking Corporation (HSBC). A mesma situação se repetiu nas concessões que se expandiam a cada crise interna da dinastia manchú ou nas relações com os imperialistas.

Grandes áreas do território foram concedidas às potências que se aventuraram a tomar parte na destruição da China. As regiões que produziam carvão e outras matérias-primas minerais³⁷ foram entregues pelos chineses às grandes corporações que estavam se constituindo no fim do século XIX, que passaram a utilizar tecnologia moderna e a expulsar a mão de obra. No final do século, a China passou a ter uma população excedente muito grande e parte das pessoas que estavam empregadas nas concessões do capital internacional recebiam um salário ínfimo.

³⁷ Tais matérias-primas eram exploradas de maneira artesanal pelos chineses, utilizando grande número de mão-de-obra; esta exploração está inserida numa lógica pré-capitalista, na qual não havia preocupação em aumentar a produtividade por meio de equipamentos mecânicos.

A própria terra³⁸ foi privatizada nas regiões sob concessão e nas outras áreas do sul, onde os burocratas e os comerciantes chineses ligados ao comércio internacional³⁹ passaram a se apropriar das terras de uso camponês levando-os a proletarização. Parte dos deserdados permaneceu no campo e outra parcela migrou para as cidades. Esta situação possibilitou a criação de uma imensa massa de proletariado urbano – que em termos proporcionais era insignificante em comparação com a população rural. Tal população foi transformada em um semiproletariado, constituído pelos camponeses pobres que arrendavam terra e pagavam de 80 a 90% do que produziam como renda e vivia a mercê da brutal exploração.

Esse era, de certa forma, o panorama que se configurava no final do século XIX e no início do século XX e que possibilitou a construção de uma imagem da China enquanto um país de população famélica, atrasada, com suas hordas de camponeses pobres subnutridos e de pequena estatura. Uma população miserável, que se empregava a troco de nada, que emigrava para substituir os escravos nas colônias britânicas e realizar os trabalhos duros e que era permanentemente aviltada, no final do ciclo das construções das ferrovias transcontinentais nos Estados Unidos da América, e sobrevivia em função do consumo do ópio. No entanto, essa é uma imagem relativa, parcial.

A partir da abertura da China, houve o surgimento de um setor – que poderíamos chamar de “moderno” – constituído pelos que foram educados nas missões religiosas cristãs e receberam uma educação ocidental ou seus rudimentos, e entraram em contato com as produções intelectuais ocidentais, tanto a cristã, quanto a ilustrada ou a crítica ao capitalismo. Desse contato e da assimilação cultural, emergiu uma síntese ou um hibridismo sino-cristão responsável por uma insurreição – a dos Taiping – que quase derrocou a dinastia reinante para instalar o “reino dos céus” na China. Deste quadro de mudanças e de sínteses é que no início do século XX, surgiu na China um médico de formação ocidental (não da medicina

³⁸ Vale ressaltar que na China de então a terra possuía um caráter coletivo: pertencia a comunidade ou ao Estado e era explorada pelos camponeses em troca do pagamento de uma quantidade da produção. Em troca o Estado oferecia alguns serviços aos camponeses, tais como irrigação, construção de canais, segurança e proteção. A importância dessas obras está relacionada com aquilo que foi chamado de “Modo asiático de produção” com a sua “hipótese causal hidráulica”. Segundo esta tese, estes trabalhos eram em larga escala e envolviam, necessariamente, a participação do Estado como agente organizador, em troca do pagamento de um tributo que sustentava a burocracia. Sem esta atividade, não haveria capacidade de produzir suficiente excedente econômico que possibilitasse o padrão de vida dos chineses. AMIN, Samir. Classe e nação na história e na crise contemporânea. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

³⁹ Nas análises e taxionomias das classes sociais na China, Mao Zedong (毛泽东) – também grafado como Mao Tse Tung identificou estes burocratas e comerciantes ligados ao comércio internacional como uma categoria social específica – a “burguesia compradora”.

tradicional) educado nas missões e no exterior que reagiu frente à degradação em que o país se encontrava – era o nacionalista e revolucionário Sun Yat-Sen (孫逸仙). Ele foi uma das lideranças do movimento revolucionário, democrático e nacionalista chinês fundando em 1905 – o *Guomintang* (國民黨). Esse movimento possuía um caráter democrático e buscava a reunificação nacional do território e da sociedade.

5.2 A República e suas vicissitudes

A desagregação e a degradação das autoridades chinesas eram de tal ordem que, em 1911, o Império Chinês foi derrubado, sendo substituído por uma república sob a presidência de Sun Yat-Sen (孫逸仙). No entanto, a divisão do país era tão violenta – com diluição e fragmentação do poder entre os comandantes militares regionais – e as diferenças regionais que se estabeleceram eram tão grandes, que o *Guomintang* (國民黨) não conseguiu se constituir no partido governante da China e unificá-la. Esta se fragmentou, e generais do antigo exército imperial chinês – alguns traindo a monarquia, outros não – tornaram-se os famosos “Senhores da Guerra”, que possuíam exércitos próprios e governavam arbitrariamente grandes áreas territoriais. Conforme Losurdo (2010, p.303),

[...] Entre 1911 e 1928 ocorreram 1300 guerras entre os senhores da guerra [...], às vezes apoiados por esta ou aquela potência. [...] as guerras civis entre 1919 e 1925 podem ser consideradas como as novas guerras do ópio [...], pelo controle da sua produção e de seu transporte.

O que eram os “Senhores da Guerra”? Eram, sem dúvida, ditadores que dominavam uma determinada região como senhores absolutos. Impuseram, progressivamente, a sua autoridade pelo saque do tesouro, pela cobrança de tributos e pela venda de concessões ao capital europeu, norte-americano e japonês. Durante esse período, a ocupação da China por tais capitais se intensificou.

Entre os senhores da guerra, Yuan Shikai (袁世凱), marechal do exército manchú, teve um papel de destaque. Com a renúncia de Sun Yat-Sen (孫逸仙) à presidência da república, proposta por seus partidários em 13 de fevereiro de 1911, Yuan Shikai (袁世凱) assumiu o posto. Entrou em conflito com as tropas do *Goumintang*, derrotando-as e obrigando o Parlamento que havia sido instalado a elegê-lo presidente. Dissolveu o *Guomintang* e cassou o mandato de seus deputados, além de conseguir poderes extraordinários (SPENSE, 1995, p.280).

Com a Primeira Guerra, o Japão atacou e ocupou a concessão alemã de Shandong – antigamente conhecida como Shantung – (山东), e, em 1915, apresentou ao governo chinês uma série de reivindicações conhecidas como “As Vinte e Uma Exigências” que, uma vez aplicadas, transformariam a China em uma colônia efetiva.

Em dezembro de 1915, Yuan transformou-se em Imperador, após ter sido assim proclamado por uma assembleia. Ao invés da república foi instaurado um novo império e surgiu uma nova dinastia, que em junho de 1916 sofreu interrupção com a morte do seu titular e fundador. Imediatamente foi tentada a restauração da dinastia anterior, o que foi impedido por comandantes rivais. A partir deste acontecimento tornou-se realmente efetivo o poder dos generais “senhores da guerra” e a fragmentação territorial do antigo *Império do Meio*.

Em 1918, ao final da Primeira Guerra Mundial, houve pressão do Japão para que mais concessões fossem feitas pela China. Isso provocou, em 1919, uma rebelião estudantil que atingiu Pequim (Beijing - 北京) e as outras grandes cidades como Nanquim (Nanjing, em chinês significa “capital do sul” – 南京), Xangai (Shanghai - 上海) e Hong Kong (香港), situadas em territórios de concessão ou não. Tais manifestações ficaram conhecidas como o “Movimento 4 de Maio”, que reagia às pressões japonesas e reivindicava a eliminação das concessões realizadas aos estrangeiros, além de defender a unificação da China; ou seja, caracterizava-se enquanto um levante tipicamente nacionalista.⁴⁰

5.3 O surgimento do Partido Comunista e o Guomintang

Perante a situação conjuntural – caracterizada pela desagregação do Estado que se encontrava dividido entre um governo central impotente e os senhores da guerra com poder regional e em frente à pressão japonesa com suas reivindicações imperialistas – uma parcela da população chinesa, principalmente entre os intelectuais, passou a buscar novas alternativas. Nessas condições,

⁴⁰ Nesse levante, participou um jovem estudante que trabalhava numa biblioteca em Pequim, Mao Zedong, que veio a ter, posteriormente, uma carreira política de destaque, assumindo a direção do Partido e dirigindo-o até a vitória da Revolução Chinesa e da implantação da República Popular. Suas teses a respeito do caráter da revolução e das classes sociais nela envolvida eram originais e absolutamente diferentes das teses defendidas pela III Internacional.

[...] A Revolução Bolchevique impressionou muitos intelectuais do mundo colonial e os atraiu para o estudo do Marxismo. O modelo da Revolução Russa foi exportado para a China no começo da década de 1920, quando russos e outros agentes da Internacional Comunista (COMINTERM) ajudaram ao organizar o crescimento do Partido Comunista. (GOUCHER; WALTON, 2011, p. 228).

No ano de 1921, os ventos que sopraram do noroeste trouxeram a possibilidade de constituição de um partido comunista na China – o Partido Comunista Chinês – que foi fundado, em Xangai no dia 23 de julho de 1921. Esse partido, desde sua fundação, apresentava certa divisão interna, identificada entre uma linha de estrita obediência à Internacional Comunista⁴¹ e uma linha autônoma (no primeiro momento essa divisão interna foi muito incipiente e não se tornava clara).

Por outro lado, já a partir da Revolução Russa se estabeleceu uma aliança entre o *Guomintang* e a URSS, para acabar com a monarquia, eliminar a exploração imperialista e unificar o país. Essa aliança, que durou de 1923 a 1927, foi dirigida por Sun Yat-Sen, pela parte nacionalista, que faleceu em 1925. Nesse momento, as regiões mais importantes do território da China já estavam quase todas reconquistadas e nacionalmente integradas sob a autoridade do *Guomintang*. Os “Senhores da Guerra” sobreviventes haviam sido enquadrados como comandantes e autoridades regionais do poder central, mas com grande autonomia. A sua subordinação muito tênue e com permanentes possibilidades de rompimento foi efetivada através das campanhas militares do novo exército republicano dependente do movimento nacionalista. Este exército foi formado e organizado na academia militar de Wampoa, sob a coordenação de conselheiros e instrutores com experiência na Guerra civil russa e na luta contra a intervenção das potências ocidentais na Rússia. Tais conselheiros foram enviados pela Internacional comunista como parte do acordo realizado entre os chineses e os soviéticos.

Quando da morte de Sun Yat-Sen, quem o substituiu na liderança do *Goumintang* e na chefia do Estado foi o General Chiang Kai Shek (na China conhecido como Jiang Jieshi – 蔣介石), cunhado de sua viúva. Este era um jovem talentoso, enviado à URSS para formação militar superior – através do sistema de cooperação estabelecido entre as duas repúblicas – e que se tornou general do exército. Após seu retorno, foi nomeado comandante da academia militar e responsável pela formação de um forte e coeso grupo de oficiais nacionalistas, profundamente fiéis ao seu comandante. Essa foi a base do exército *Guomintang*.

⁴¹ Organização revolucionária criada após a Revolução Russa e que postulava a unificação, a coordenação e a realização da revolução socialista em plano mundial. Foi fundada em função do reformismo e conservadorismo assumidos pela Internacional Socialista.

Desde o início, Chiang mostrou-se um anticomunista ferrenho e estabeleceu aliança com os setores da “burguesia compradora” e dos grandes proprietários de terra da China, que viviam das rendas auferidas da exploração dos camponeses pobres e das prebendas como representantes do estado. Progressivamente, Chiang começou a estabelecer relações próximas com o capital internacional. Um dos desdobramentos desta postura de Chiang se refletiu na própria orientação do Partido nacionalista e do Estado, que passou a empreender uma intensa repressão aos comunistas.

Uma das suas primeiras medidas foi tornar ilegal e determinar o fechamento do Partido Comunista em função da questão agrária. O motivo alegado foi a defesa, por parte deste partido, da realização de uma reforma agrária radical que libertasse os camponeses pobres e que teria como consequência a criação de um mercado interno. Chiang Kai Shek e seu grupo, fortemente apoiados pelos proprietários territoriais, eram contra tal política, que assumia um caráter revolucionário.

A partir daí, a luta do *Guomintang* não se deu mais contra os Senhores da Guerra, mas contra o Partido Comunista. Este foi destruído nas cidades e o que restou terminou constituindo, entre 1931 e 1934, bases rurais em Jing Ansha e Jiangxi (江西) regiões do interior. Chiang Kai Shek começou uma campanha de aniquilação com toda a força militar, o que obrigou uma retirada comunista que ficou conhecida como a “Grande Marcha”, iniciada em outubro de 1934 e finalizada em outubro de 1935, na pobre e interiorana província de Yunnan (云南). De 1925 até 1937, Chiang Kai Shek dirigiu, nos centros urbanos, campanhas de extermínio contra o Partido Comunista, que na época havia se fortalecido em algumas cidades industriais, como Xangai, Hong Kong e outras menos importantes, localizadas ao redor das concessões aos estrangeiros.⁴²

A perseguição que se estabeleceu de 1925 até 1937, de certa forma, desestruturou e desautorizou o Partido, liquidando algumas de suas principais lideranças. Durante esse período, houve uma pressão muito grande por parte da URSS e da Internacional Comunista para que o PC se dissolvesse no *Guomintang* e que os comunistas aguardassem o amadurecimento da situação chinesa para a revolução. Em 1927, uma insurreição proletária

⁴² Devemos considerar que a China possuía então dois milhões de operários, número pouco expressivo em comparação ao “mar” de camponeses de quase 300 milhões; mas esses operários pertenciam ao proletariado urbano (SPENCE,1995; FAIRBANK, 1990; CARR,1986).

conquistou Xangai. O exército do *Guomintang*, com o auxílio das tríades⁴³, invadiu a cidade e aniquilou os insurretos, através de um imenso banho de sangue. O resultado foi a incorporação da concessão extraterritorial à China, onde estava culminando o processo de unificação. Aos comunistas não havia alternativa. Frente à repressão passaram para a clandestinidade ou buscaram refúgio no campo, junto a suas bases, onde criaram comunas revolucionárias com apoio camponês, oriundo da realização de uma política de reforma agrária. Por esta razão, entraram em confronto com as diretrizes da direção da Internacional Comunista e com o setor dirigente do partido chinês, que baseava sua política na ortodoxia dogmática e no mimetismo da Revolução Soviética.

5.4 As tentativas de aniquilamento e a Longa Marcha

No quadro deste confronto frente à repressão brutal e a perda das bases urbanas do partido, neste começou a se desenvolver uma linha política, ligada a Mao Zedong, defendendo a tese de que as peculiaridades da China propugnavam uma estratégia diferenciada da orientação oriunda da III Internacional. Esta organização previa a dissolução do partido e integração individual e leal de seus militantes ao *Guomintang*, que seria, dadas as condições chinesas, o partido historicamente revolucionário do momento. Para esse setor as singularidades chinesas possibilitavam um tipo de revolução diferente àquela do modelo tradicional, segundo as perspectivas do marxismo ocidental: não seria a classe operária quem faria essa revolução, embora a dirigisse. Os agentes da revolução seriam os camponeses pobres organizados em um exército popular, sediado em áreas liberadas, e cuja tática era a luta armada.

Aguardar o amadurecimento das condições ideais para a revolução chinesa seria algo secular, assim sendo, desenvolveu-se outra alternativa. Fugindo do cerco aniquilador do *Guomintang*, entre 1934 e 1935, os comunistas realizaram a chamada Longa Marcha⁴⁴ em direção a Shannxi (陕西), uma província pobre do interior. Segundo Carr:

⁴³ As tríades eram organizações criminosas que se desenvolveram rapidamente durante a crise do sistema imperial envolvendo-se no contrabando, tráfico de pessoas e prestação de serviços para-militares aos empresários (SPENCE, 1995).

⁴⁴ A Longa Marcha foi uma retirada estratégica das bases rurais do Partido Comunista que estavam cercadas, realizada entre o verão setentrional de 1934 e o outono setentrional de 1935. Dos mais de 90 mil combatentes que partiram da região de Kiangsi, apenas 7 mil concluíram a jornada. No entanto, de outras bases já haviam confluído para a província de Shaaxi outros 15 mil militantes. Até a primavera de 1937 continuaram a chegar grupos dispersos que tiveram que desviar o caminho ao longo do tempo (PISCHEL, 1976. p. 5-22).

Ante la urgencia, parece que parece que todas las facciones se reconciliaron por el momento. La evacuación terminó ordenadamente hacia mediados de octubre. Se dejó en retaguardia un pequeño destacamento para que organizara la resistencia guerrillera a las fuerzas nacionalistas que avanzaban. Pero parece que la sécula inmediata fue una *jacquerie* campesina, que tuvo por resultado la matanza de los latifundistas y los agricultores ricos, y de algunos miembros del partido. Entre tanto, una multitud que se dijo estaba formada por 130.000 personas, de las cuales unas 90.000 pertenecían al Ejército Rojo, y el resto eran auxiliares y seguidores y muchos funcionarios del partido y de los soviets, marchaba hacia el oeste, por las alturas remotas e inhóspitas de Hunan meridional y Kwangsi septentrional hacia Kweichow, empeñada en batallas con fuerzas hostiles y sufriendo pérdidas y calamidades incalculables, para abrir una página nueva en la historia del PCC y de la revolución china. Fue la Larga Marcha, que por fin estableció a Mao Tse-tung como autoridad suprema del ejército, el partido y los soviets, y consagró la reputación que se había ganado inicialmente como creador del Ejército Rojo (CARR, 1986, p. 392-393).

Durante esse período, foi realizada uma reunião da direção do Partido (a Conferência de Zunyi (Zun Yi Hui Yi -遵义会议) – antes da reforma ortográfica na China, a cidade era conhecida como Tsunyi), onde as posições teóricas e estratégicas de Mao Zedong sobre o caráter e a forma da revolução terminaram prevalecendo. Nesta Conferência, também, Mao foi designado dirigente máximo do Partido e da revolução. Os comunistas conseguiram sucesso em chegar à região de destino e lá estabelecer uma base com aproximadamente 20.000 militantes. A marcha começou com mais de 100.000 pessoas, e foi marcada por inúmeros combates e pela dureza de uma viagem de milhares de quilômetros a pé, num território relativamente inóspito, caracterizado por cadeias montanhosas e rios caudalosos de difícil ultrapassagem. Ao mesmo tempo em que tinham que enfrentar a força do Exército, bem armado e determinado a exterminá-los, os comunistas contavam apenas com armas leves e táticas de guerrilha. Essas dificuldades terminaram tirando de combate a maior parte desses retirantes. No destino final, eles estabeleceram uma base para a recuperação e a renovação do Partido, novas diretrizes e estabeleceram uma zona liberada organizada conforme princípios revolucionários.

Durante a retirada estratégica da Longa Marcha, em janeiro de 1935, em uma reunião do Partido, Mao, após derrotar os partidários de outras alternativas, assumiu a liderança, com a defesa de um programa caracterizado por uma revolução a ser realizada pelos camponeses pobres através de uma guerra popular prolongada, a partir das zonas liberadas, onde se originava os fundamentos da revolução social. A partir dessas bases revolucionárias, o Exército Popular de Libertação avançaria cercando e conquistando as

idades como a última etapa do processo revolucionário (PISCHEL, 1978; SPENCE, 1995; FAIRBANK, 1990, CARR, 1986).

Nesse momento, constituiu-se o que podemos chamar de originalidade e especificidade do Partido Comunista Chinês e da Revolução Chinesa. Qual é a sua originalidade? Primeiro, que a revolução socialista na China seria feita pelas massas camponesas dirigidas pelo Partido Comunista, que representava os operários industriais urbanos. Segundo, que essa revolução transcenderia o nível do que chamaríamos de uma Revolução Burguesa, Liberal ou Capitalista, e avançaria além destas rumo a uma sociedade de transição ao Socialismo. Terceiro, que essa Revolução, dadas às condições, se caracterizaria por uma guerra popular prolongada, onde o campo cercaria as cidades culminando com a sua tomada e ocupação. Isso era funcional para a China, onde entre 80% e 90% da população era camponesa; mas não serve para países nos quais a população camponesa é minoritária. Mas para as condições da China, tal perspectiva era altamente eficaz e operativa.

Além disso, a revolução seria social e nacional e se caracterizaria pelo estabelecimento de uma aliança de classes nacionais, das quais se excluiriam os chamados “feudais” – os “senhores da guerra” e os latifundiários, que eram exploradores dos camponeses e a chamada “burguesia compradora”, que era constituída daquele grupo que se associava e que trabalhava para o grande capital internacional. Essa aliança revolucionária de classes nacionais incluía além dos camponeses, o operariado urbano, os intelectuais progressistas e a burguesia nacional constituída pelos setores da produção industrial e do comércio voltados para o mercado interno e desvinculados de associação ao capital internacional.

Essas ideias foram tomando corpo até o estabelecimento de uma teoria própria que possibilitou, posteriormente, em 1949, a vitória da Revolução na China. E isso apesar da oposição da URSS – naquele momento – que por razões de defesa do Estado e por posições teóricas acreditava na necessidade de uma revolução democrática dirigida pelas forças burguesas.

5.5 A guerra de resistência contra o Japão

Em 1937, com a invasão da China pelas forças imperialistas do Japão – que pretendia transformá-la em uma colônia e também em uma região de fornecimento de produtos industriais para o seu esforço de guerra – o *Guomintang* e o Partido Comunista Chinês estabeleceram uma colaboração para a resistência nacional. Chang Kai-chek aceitou

tal colaboração devido à pressão de um setor do exército nacionalista que o sequestrou. Em outubro de 1936, quando Chang viajou a província de Shaanxi para pressionar o Zhang Xueliang (张学良 – ou Chang Hsueh-liang) a realizar uma maior repressão aos comunistas encontrou uma situação local diferente. O general Zhang Xueliang e o “senhor da guerra” Yang Hucheng (杨虎城) se opuseram à repressão, e contrapropuseram uma guerra de resistência nacional. Houve enfrentamento e o corpo de guarda de Chiang Kai Shek foi aniquilado pelas tropas locais e por soldados manchus, o que levou a seu sequestro, até concordar com a aliança. Foram iniciadas negociações nas quais as autoridades locais

[...] apresentaram a Chiang um programa que previa a formação de um governo de coligação, do tipo proposto pelo Partido Comunista, e o início da resistência antijaponesa [...] oficiais e soldados manchus exigiam a execução daquele [Chiang Kai Shek] que era considerado o responsável pelo abandono da sua terra (PISCHEL, 1976, p. 31).

A partir daí, o Partido Comunista Chinês estabeleceu alguns princípios que deveriam caracterizar a resistência. Estes ficaram conhecidos como os princípios da “Nova Democracia”:

- 1º) predomínio da questão camponesa;
- 2º) não distinção da guerra e da revolução;
- 3º) que o Partido, a Guerra e a Revolução deveriam ser pedagógicos;
- 4º) que nas zonas recuperadas, o Exército de Libertação Popular (exército camponês do Partido Comunista) deveria fazer reformas sociais e adaptar essas reformas ao marxismo-leninismo, segundo a perspectiva chinesa.

Isso era diferente da posição do *Guomintang*. Este, embora resistisse aos japoneses, tinha medo da revolução na China e rapidamente se assustou com a ação do Partido Comunista, abandonando por isto o ímpeto antijaponês. O *Guomintang* deixou praticamente de lutar contra o Japão; esta luta foi travada fundamentalmente pelo Partido Comunista Chinês, pelo Exército de Libertação Popular e por aqueles segmentos que pertenciam ao *Guomintang*, mas que, progressivamente, começaram a desertar em função do que eles consideraram “a traição do Partido de Chiang Kai Shek”.

Em sua perspectiva, o *Guomintang* estava completamente correto em não envidar os esforços máximos contra os japoneses. A proposta do Partido Comunista Chinês era usar a guerra de resistência para realizar, ao mesmo tempo, a revolução; mudar a estrutura social e

econômica da China. O que o *Guomintang* não queria e não poderia aceitar por causa da suas alianças e da sua posição política era, justamente, a revolução proposta pelo Partido Comunista. O *Guomintang* se reservou para uma guerra civil contra o Partido Comunista prevendo uma ruptura na aliança, ao final da guerra.

No ano de 1941, o governo nacionalista além do imposto pago em espécie, deu um profundo golpe na economia agrária com empréstimos forçados e requisições para o exército. Por outro lado, desde meados da década de 1930, através do processo de nacionalizações deu origem ao que foi chamado de “capital burocrático” dominado pelas “quatro famílias”⁴⁵ mais influentes do Estado – ligadas ao “capital burocrático”⁴⁶, associadas a Chiang Kai Shek e que detinham o controle dos bancos e das empresas estatais. Que controlava centrais elétricas, siderúrgicas, metalúrgicas, fábricas de equipamento e de material elétrico além de destilarias. Segundo Mandel:

No fim da guerra o governo apoderou-se de todas as empresas que eram propriedade japonesa e apropriou-se assim da parte de leão das indústrias têxtil e carbonífera. As quatro famílias Chiang Kai Shek, Soong, Kung e irmãos Cheng saltaram assas empresas nacionalizadas como se fossem domínios privados e, ao mesmo tempo, utilizaram a sua posição política para acumular fortunas fabulosas na gestão dessas mesmas empresas e para estabelecer, em numerosos sectores, monopólios de facto para as suas empresas privadas (MANDEL, 1977. pp. 16-17).

A espoliação da população e a corrupção eram uma prática generalizada nos territórios sob o domínio do governo nacionalista. Além dessa pratica pelos altos dignitários e seus aliados e apoiadores imediatos, “[...] a grande massa dos pequenos funcionários foi impelida na via da corrupção pela flagrante insuficiência de seus salários.” (MANDEL, 1977, p. 31).

No último ano da II Guerra Mundial, Chiang Kai Shek passou a contar com uma nova arma política e ideológica, já que a Inglaterra garantiu-lhe que as concessões feitas ao longo do século XIX e do século XX seriam anuladas e que o Estado Chinês, representado pelo *Guomintang*, retomaria a plena posse das áreas de concessão, da cobrança de tributos etc.

⁴⁵ As “quatro famílias” eram a de Chiang Kai Shek, os Soong, os Kung e os irmãos Cheng.

⁴⁶ O “capital burocrático” se caracterizava pela expropriação e pela concorrência privilegiada em relação à burguesia industrial. A partir de meados da década de 1930, o Estado apoderou-se, através de nacionalizações, dos setores mais dinâmicos da economia chinesa, completando este processo de nacionalização quando, no fim da guerra, expropriou os investimentos do capital japonês. Até o final da Guerra Civil, os membros das “quatro famílias” consolidaram o seu poder através da exploração dessas empresas e pelo controle dos principais cargos do aparelho do Estado.

O objetivo do *Guomintang* era garantir que esse Estado funcionasse e por isso preferiu a passividade. Porém efetivamente, em 1945, a China oficial estava reduzida à sua capital e o poder concentrado na “camarilha” ligada ao *Guomintang* (PISCHEL, 1976). O resto do território estava praticamente sob o domínio japonês ou da guerrilha maoísta.

A desagregação da China sob o domínio do partido nacionalista podia ser mensurada pela expropriação das terras camponesas e a exploração destes, realizadas pelos agentes do *Goumintang*, mas também pelo crescimento da inflação que entre 1937 e 1948 fez com que o preço dos produtos e gêneros fosse multiplicado 29.340.800 vezes, conforme o cálculo efetuado a partir dos dados de Mandel (1977, p. 19). Junto à opressão, à corrupção e à espoliação da população, essa hiperinflação foi um dos fatores que contribuíram para o isolamento do governo nacionalista, ainda durante a guerra.

5.6 A Guerra Civil

Os nacionalistas foram salvos da derrocada pela derrota japonesa e pelo apoio recebido dos EUA (em armas, aviação e recursos econômicos). Mas em 1945, a guerrilha do Partido Comunista Chinês ocupou a Manchúria e o norte da China, uma região industrial, de agricultura desenvolvida, na qual estavam os equipamentos militares e industriais japoneses. A URSS havia invadido e ocupado a região em função de sua declaração de guerra contra o Japão, a partir das decisões tomadas na Conferência de Yalta e confirmadas na de Postdam⁴⁷.

Há uma versão sobre o sucesso dos comunistas chineses na região; este se deveria ao fato de que os soviéticos, ao se retirarem, haviam repassado todos os equipamentos militares à guerrilha comunista, garantindo assim seu poderio militar. Não se sabe se isto realmente é procedente, ou apenas propaganda da Guerra Fria, uma vez que os soviéticos tinham interesse na estabilização da China, que era sua retaguarda estratégica, não demonstrando interesse na realização de uma revolução que tornaria o continente asiático uma área vulnerável na sua fronteira sul. Além disso, os maoístas pretendiam uma revolução que feria os princípios estratégicos e a política de aliança da União Soviética. Entre 1945 e 1946, para estabilizar e garantir a neutralidade da fronteira, Stalin assinou um acordo de cooperação com Chiang Kai Shek. Quando, em 1949, a República Nacionalista foi derrotada e Chiang

⁴⁷ Segundo a Conferência de Yalta a União Soviética declararia guerra ao Japão três meses após a rendição alemã. Em Postdam os soviéticos confirmaram a decisão e iniciaram os preparativos logísticos e militares para aquela que foi a maior operação da Segunda Guerra Mundial – a invasão da Manchúria e a derrota e submissão do maior corpo de exército japonês, além da ocupação da região do norte da Coreia onde estava instalado o parque fabril militar japonês.

Kai Shek e a elite dirigente, principalmente sua “camarilha” fugiram para a ilha de Taiwan, significativamente o único representante diplomático que os acompanhou foi o embaixador soviético; nenhum outro embaixador ou cônsul acompanhou a transferência do governo derrotado para Formosa.

Em 1946, com um milhão de homens relativamente armados, contra três milhões de homens muito bem armados e apoiados pelos EUA, o Exército Vermelho chinês, após derrotar várias tropas japonesas e apropriar-se de suas armas e equipamentos, avançou e ocupou a Manchúria. A sua arma principal, segundo os comunistas, era a superioridade moral. O comportamento demonstrado pelos comunistas durante toda a guerra civil possibilitou o apoio e a sua aceitação por parte da população. Nessa época, o *Guomintang* estava disperso, cansado e desmoralizado. O seu exército era impopular por causa dos métodos de guerra; este lutava dentro da China tratando sua população como uma população estrangeira conquistada. Contudo, o Exército de Libertação Popular, por sua vez, havia alcançado, nesse determinado momento, o seu limite material máximo e a sua possibilidade máxima de expansão (PICHEL, 1976). Assim, em 1947, o *Guomintang*, sob orientação de consultores e com apoio logístico norte-americanos, realizou uma ofensiva geral sob a forma de guerra clássica: grandes operações ofensivas e ocupação de território. O Partido e o Exército de Libertação Popular recuaram e desapareceram sem dar combate até o momento em que as tropas do *Guomintang* estavam tão dispersas e com suas linhas de comunicação espalhadas que ficaram isoladas dentro do território e sem capacidade de combate eficaz. Na medida em que foi constatado o enfraquecimento do adversário, houve a contraofensiva dos maoístas.

A partir daí, o Exército de Libertação recuperou a China central e a Manchúria. Ao longo de toda a ofensiva do *Guomintang*, os maoístas, usando a técnica de guerrilha, fustigavam o exército inimigo. No outono e no inverno de 1948, houve a ofensiva geral do Exército de Libertação do Popular, desbaratando as forças do governo nacionalista. Nesse período, final de 1948, em questão de dias o exército do *Guomintang* foi derrotado e caiu o governo. Os conselheiros norte-americanos que, em 1947, haviam sido mandados para apoiar Chiang Kai Shek,⁴⁸ haviam voltado para os Estados Unidos da América (EUA) apavorados e afirmando que a única forma de salvar o governo chinês era a intervenção direta do exército norte-americano. Isso Washington não desejava, não podia e não tinha condições de realizar, porque naquele momento a Guerra Fria estava crescendo e se radicalizando.

⁴⁸ Vale destacar que eram generais da mais alta qualidade; o General Marshall, por exemplo, era conhecido como um grande estrategista.

No dia 1º de outubro de 1949, entre a grande ofensiva maoísta e a derrota do *Guomintang*, que durou um ano, Pequim foi conquistada, e Mao Zedong anunciou o nascimento da República Popular da China (RPC). No dia 15 do mesmo mês, a cidade de Cantão – último reduto nas mãos do *Guomintang* – foi ocupada. A partir daquele momento, o país estava nas mãos dos comunistas, da sua aliança política e do Exército de Libertação Popular. Começava a reconstrução da China e se estendia a revolução social.

Mas qual era a situação da China no fim de 1949 e início de 1950? Um país de 600 milhões de habitantes, sendo 80% agricultores, 40% com menos de 18 anos de idade (era um país jovem), as regiões industriais estavam completamente destruídas, o comércio costeiro estava paralisado. A produção camponesa era insuficiente e estava voltada para a subsistência porque a guerra mobilizou uma parte significativa da população e a própria forma de guerra praticada pelo *Guomintang* – a exploração das populações onde as tropas se instalavam – haviam levado a uma desorganização ímpar da agricultura. Por outro lado, a agricultura chinesa, que dependia muito de canais de irrigação e de diques de contenção de rios para funcionar, estava com estes destruídos pelas forças do *Guomintang*, a fim de retardar o avanço das tropas japonesas durante a Guerra.⁴⁹ Com as comunicações paralisadas, o que o campo produzia não chegava à cidade e o que a cidade produzia não chegava ao campo. Ou seja, a China era um país em crise, no caos, destruído. Seja do ponto de vista econômico, seja no ponto de vista moral. Estava destruído por causa da II Guerra Mundial, em função da guerra civil, ou pelo próprio comportamento dos líderes, dos quadros médios e da burocracia do *Guomintang*, que se caracterizava como altamente venal e corrupto⁵⁰. Os EUA presentearam o país com centenas de milhões de dólares em ouro e equipamentos para pagar as tropas, manter a guerra e fazer funcionar a máquina do Estado. Esses dólares foram roubados pelas “quatro famílias”⁵¹ mais influentes do Estado – ligadas ao “capital burocrático”⁵², associadas a Chiang Kai Shek e que detinham o controle dos bancos e das empresas estatais –, foram

⁴⁹ Esses diques foram reconstruídos parcialmente pelas forças nacionalistas e comunistas ao final da Segunda Guerra Mundial.

⁵⁰ “A exceção dos altos dignitários do regime que organizaram a fraude e a corrupção como um ‘racket’ privado, a grande massa dos pequenos funcionários foi impelida na via da corrupção pela flagrante insuficiência dos seus salários.” (MANDEL, 1977, p. 31).

⁵¹ As “quatro famílias” eram a de Chiang Kai Shek, os Soong, os Kung e os irmãos Cheng.

⁵² O “capital burocrático” caracterizava-se pela expropriação e pela concorrência privilegiada em relação à burguesia industrial. A partir de meados da década de 1930, o Estado apoderou-se, através de nacionalizações, dos setores mais dinâmicos da economia chinesa, completando este processo de nacionalização quando, no fim da guerra, expropriou os investimentos do capital japonês. Até o final da Guerra Civil, os membros das “quatro famílias” consolidaram o seu poder através da exploração dessas empresas e pelo controle dos principais cargos do aparelho do Estado.

entesourados e levados para Taiwan. Seria esta a origem de muitos desses capitais chineses que se instalaram pelo mundo a partir da década de 1950.

A economia funcionava à base de um imenso mercado negro, e havia uma hiperinflação que foi rapidamente debelada pelos revolucionários, através de uma fórmula primitiva e primária que funcionou restabelecendo os circuitos de troca de forma eficaz. A fórmula consistia em agregarem-se os produtos industriais urbanos, colocá-los em trens e transportá-los para o campo nas regiões mais distantes, e lá trocar por alimentos a fim de trazê-los para abastecer as cidades. Assim os comunistas, na medida em que conquistavam as cidades, iam restabelecendo a ligação dos setores da economia com a retomada das trocas e com uma nova integração entre a cidade e o campo. A utilização do escambo entre a produção da indústria moderna e o campo, com sua produção mercantil simples e de subsistência, combinava, mesmo que de forma temporária, dois níveis desiguais de desenvolvimento e salvava a China da desagregação.

Em 1950, a RPC instituiu a reforma agrária (que se desenvolveu até o ano de 1953) e estabeleceu um tratado de cooperação com a URSS. Em 1953, foi implementado o primeiro plano quinquenal, com algumas características fundamentais: 1) impulso da agricultura; 2) reconstrução industrial, mas utilizando em larga escala aquilo que a China possuía (mão de obra), o que possibilitava um baixo índice de mecanização; 3) ênfase na indústria pesada em detrimento da indústria de bens de consumo. Com isto a China se recuperava rapidamente e, em 1956, alcançava projeção internacional, principalmente por sua atuação na Conferência de Bandung do ano anterior.

No ano de 1956, foi lançada por Mao Zedong a campanha das “Cem Flores”, visando tornar públicas as críticas ao Partido e ao poder do Estado. Segundo seus detratores, a campanha das “Cem Flores” foi criada para identificar os possíveis adversários e os possíveis críticos do regime a fim de eliminá-los. De acordo com os seus partidários, tal campanha foi importante porque possibilitou uma “abertura” na China. Independente das críticas, tal iniciativa ampliou a liberdade de expressão, permitindo que a direita, que ficou encapsulada desde o final da Revolução até 1956, usasse dessa liberdade para atacar a Revolução, as suas políticas e a sua condução.

Os chamados “conservadores” do PCC apavoraram-se com os efeitos da campanha das “Cem Flores” e seus possíveis desdobramentos⁵³. Nesse sentido, exigiram um

⁵³ Neste contexto, não podemos esquecer que, em 1956, houve um levante na Hungria, que foi iniciado a partir de reivindicações simples e resultou em uma situação semi-insurrecional controlada pelos adversários do regime,

endurecimento político, com a eliminação da campanha das “Cem Flores” e a repressão aos críticos que dela se beneficiaram. Eles terminaram sendo vitoriosos e fortalecendo-se como a “linha dura” dentro do Partido e do Governo.

Ainda em 1956, ano marcado pelo início da grande ruptura entre a China e a URSS⁵⁴, iniciou-se um período conhecido como o “Grande Salto à Frente”. Sem a ajuda soviética e procurando mobilizar a população, esta campanha tendia a compensar os prejuízos causados pelo confronto com Moscou, acabar com os restos do tradicionalismo e preparar a sociedade chinesa para uma industrialização acelerada. Tal política foi incluída no Plano Quinquenal e apresentava uma característica mobilização esquerdista, apesar de o Partido ser dominado, naquele momento, pela linha dura dos “conservadores”. Qual era a sua característica esquerdista? Postulava-se que os estímulos morais deveriam predominar sobre os estímulos materiais: a vontade deveria suprir as carências do mundo objetivo. Conhecemos o “salto à frente” como a história “da destruição das panelas para fazer aço e ferro no fundo do quintal” das comunas agrárias, como o período do desastre da fome, que seria responsabilidade do partido e de sua condução. Nesse período, também foram reagrupadas as propriedades camponesas individuais em cooperativas e em comunas. Isto foi muito importante.⁵⁵

culminando com a intervenção dos tanques soviéticos. Também foi este o ano do XX Congresso do Partido Comunista na URSS – que consolidou o poder de Krushev – chamado de congresso da “desestalinização” e quando se estabeleceu o revisionismo na URSS. Portanto, 1956 foi um daqueles anos intensos, plenos de relevantes acontecimentos históricos.

⁵⁴ Tal ruptura foi causada pelas críticas soviéticas ao estalinismo no Congresso do PCURSS e que foram vistas pelos chineses como o abandono da política que estava possibilitando o seu desenvolvimento econômico e pela tendência a impor a substituição das direções partidárias dos países do bloco soviético – acusadas de estalinismo –, por partidários da nova linha desenvolvida em Moscou. Tal processo de afastamento culminou com a retirada dos técnicos soviéticos por ordem de Krushev em 1956, que saíram da China levando os projetos das obras que realizavam.

⁵⁵ Na década de 1990, ao adquirir um produto chinês, principalmente uma peça de roupa, com um preço considerado barato, mas que possuía qualidade igual ou superior a da roupa popular produzida no Brasil, era comum ouvir críticos “politicamente corretos” afirmarem que tal produto tinha preço baixo porque era fabricado com mão-de-obra escrava. O que acontecia na realidade? Essa roupa tinha este valor baixo por uma razão muito simples: quem as produzia, na China daquela década, eram as comunas e as cooperativas camponesas. Como era produzida essa roupa? Esta era confeccionada pelos jovens que não estavam na idade de produzir na agricultura, pelos camponeses mais velhos que não tinham mais idade para o trabalho pesado no campo, pelas mulheres, que eram preservadas – em algumas situações – dos trabalhos pesados, e pelos próprios homens, naquelas estações em que não se trabalhava na produção de alimentos e matérias-primas. A agricultura sazonal pauta-se pelas estações do lavrar, semear e colher. Entre estas, existe um tempo vago muito grande. É justamente nesse intervalo vago que essas cooperativas dedicavam-se à confecção, produzindo roupas por um custo ínfimo. Além disso, naquele momento, havia na China um arremedo subdesenvolvido de “Estado de bem-estar social”; ou seja, a educação, a saúde, a alimentação e a moradia eram subsidiadas pelo governo. Com isto a despesa de uma pessoa era calculada como sendo de 10 a 15 dólares por mês. Como a fonte da renda estava na produção agrícola, por menor que fosse a remuneração pelo trabalho na confecção, esta representava um ganho, por ser realizada no tempo vago da atividade agrícola coletivamente organizada.

A partir de 1960, houve um recuo e o semidesmantelamento do modelo comunal e das cooperativas. Entre 1960 e 1961, houve uma crise política, caracterizada, por um lado, pelo desgaste de Mao Zedong e, por outro, pelo enfrentamento entre os ideológicos – aos quais se ligava Mao Zedong, partidário do estímulo moral – e os tecnocratas ou pragmáticos – ligados aos conservadores do PCC –, partidários do desenvolvimento econômico a qualquer preço e dos estímulos materiais. Entre 1962 e 1966 houve um período de enfrentamento ideológico muito intenso. Mao Zedong foi praticamente afastado do poder e da direção do Partido. No entanto, a assembleia do Comitê Central do PCC determinou a publicação do Livro Vermelho e a formulação do programa da Revolução Cultural. Seu objetivo era a transformação da moral na China em aspectos que ainda possuíssem muitos elementos de uma moral tradicional.⁵⁶ Mao Zedong, nesse momento da luta, retornou ao centro da política. Com o lançamento da Revolução Cultural e a publicação do “Livro Vermelho”, composto por seus pensamentos, ele se apoiou na Guarda Vermelha⁵⁷ para lutar contra o aparato burocrático do Partido.

Nesse quadro, foi estabelecido o programa de 16 pontos da Revolução Cultural contra o economicismo e o aburguesamento do Partido, iniciando uma luta que avançou rapidamente para uma situação identificada como de “terror revolucionário”. Esta apresentava semelhanças com o “terror” popular ou plebeu que também se estabeleceu na França, entre 1789 e 1792. Voltados contra os tecnocratas, esses “terroristas” os eliminaram, mas por outro lado geraram uma espécie de caos na China. Diante de tal situação, o grupo centrista do PCC aproveitou para eliminar a burocracia mais conservadora dentro do Partido e, logo depois, usou os camponeses e operários mais velhos contra a Guarda Vermelha. Com isto, eliminaram os esquerdistas, que já haviam estabelecido em Xangai uma comuna nos moldes da parisiense, que surgiu após a rendição do governo na guerra franco-prussiana.

⁵⁶ Quando se fala de uma moral tradicional chinesa, não se está falando de preservação da família, de certo tipo de valores; está se referindo ao concubinato; também aquela mulher que, quando nascia, tinha os pés enfaixados para ficarem deformados, porque mulher “poderosa” era aquela que não podia caminhar em função do pequeno tamanho dos pés. Era contra esse tipo de costumes, contra o costume de obedecer permanentemente ao patriarca, de se submeter à autoridade despótica do patriarca, que se iniciou a Revolução Cultural.

⁵⁷ A Guarda Vermelha era constituída pela nova geração de trabalhadores e estudantes chineses que adotaram o “Livro Vermelho” de Mao como a sua referência fundamental. Foram responsáveis pela luta contra o tradicionalismo e a elitismo que ainda persistiam na sociedade e em setores do partido. Foi ainda responsável pela Revolução Cultural, até a direção do Partido perder o controle e determinar que ela fosse punida, levando seus integrantes a prestar serviços na agricultura.

No chamado período da Revolução Cultural, iniciado em 1966, houve, também, um isolamento da China em relação ao mundo exterior e a identificação de Mao Tse-Tung como o “grande timoneiro”, o que possibilitou que ele recuperasse o poder. Em 1969 foi realizado um novo Congresso do PCC, que resultou na concentração de poder no Partido e no Estado, justamente porque durante a Revolução Cultural esse poder havia sido diluído. A partir do Congresso, o “bureau” político que passou a controlar o Partido era constituído, em sua maioria, por maoístas. Neste mesmo ano, foi dado início à fase caracterizada pela abertura para o Ocidente, com o degelo nas relações com os Estados Unidos, em virtude do acirramento do confronto e da oposição à URSS, que passou a ser identificada como “social-imperialista”, segundo a “teoria dos três mundos”⁵⁸.

Em 1971, a China Popular recolheu os primeiros resultados desta política: ela foi admitida na ONU e a China Nacionalista expulsa. Além disso, a RPC passou a ocupar um lugar no Conselho Permanente de Segurança da Organização das Nações Unidas⁵⁹. Em 1972, iniciou-se o processo de reabilitação do grupo dos pragmáticos, ou dos tecnocratas. Sua figura mais expoente era Deng Xiao Ping (鄧小平), que após um período de ostracismo, foi reconduzido ao Comitê dirigente do Partido e transformado em Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. A burocracia mais conservadora havia sido varrida e os entraves haviam sido eliminados. A esquerda, representada pela Guarda Vermelha – que, num determinado momento, parecia ao ponto de tomar o poder –, havia sido controlada e estava suprimida, devido ao envio dos jovens da Revolução Cultural para as regiões remotas da China a fim de se aplicarem na “construção do socialismo”. Havia, portanto, uma conjuntura em que a esquerda e a direita estavam neutralizadas e certa estabilidade fora conquistada.

A estabilização durou de 1972 até 1976. Neste ano morreram Mao Zedong e, logo em seguida, Zhou Enlai (周恩来- *antigamente conhecido como Chu En-lai*), os dois fiadores, avalistas da ordem e da estabilização. Iniciou-se então uma luta pelo poder entre o grupo dos

⁵⁸ Essa teoria, desenvolvida pelos ideólogos maoístas, preconizava a existência de três mundos, ao invés da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Segundo ela, os soviéticos representavam um segundo mundo, que não possuía interesse na emancipação dos povos subordinados ao Primeiro Mundo, que constituíam o chamado “terceiro mundo”, do qual a China fazia parte. Em virtude do confronto que assumia características militares na fronteira sino-soviética, e do atraso chinês, a China pode estabelecer uma aliança com os norteamericanos, que procuravam neutralizar os efeitos da sua derrota na Guerra do Vietnã e a projeção de poder soviético.

⁵⁹ O Conselho de Segurança (CS) da ONU é composto por cinco estados, com poder de veto em relação às resoluções definidas por seus membros. O CS se atribuiu o direito de requisitar os assuntos que são discutidos na Assembléia Geral da ONU a partir da década de 1960, quando os países recém emancipados e com pauta de discussões próprias se tornaram maioria na organização.

maoístas, representado pela viúva de Mao Zedong e o chamado “Bando dos Quatro”⁶⁰, e o grupo dos pragmáticos, representado pela figura de Deng Xiao Ping. Em 1977, tal luta se resolveu com a vitória do grupo dos pragmáticos de Deng Xiao Ping. Com isso, foi realizada uma retificação dos rumos do PCC e da RPC, que foi intensificada no ano de 1978. Naquele momento, houve a adoção de uma política de utilitarismo, caracterizada por ataques virulentos contra a Revolução Cultural e o idealismo dos jovens maoístas. Implementou-se, a partir daí, um novo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo era desenvolver a agricultura, a indústria, a ciência e fortalecer e transformar as forças armadas chinesas, de um exército político, o Exército de Libertação Popular, em um exército profissional. Contra os estímulos ideológicos ou morais, defendidos pelos maoístas, foram aprovados os estímulos materiais; foi reconhecida a possibilidade e a liberdade para a desigualdade a partir da diferença de empenho. Esses estímulos materiais foram considerados o melhor apoio para o aperfeiçoamento técnico. Nesse mesmo ano, foram admitidas as inversões de capital estrangeiro e a cooperação tecnológica.

De certa forma, essa vai ser a característica geral dos anos 1980, proporcionando um rápido e acelerado desenvolvimento industrial na China, mas, por outro lado, gerando toda uma série de problemas sociais: a emergência de novos ricos e o surgimento de milionários. Cabe ressaltar que esses novos ricos e milionários eram, geralmente, familiares e aliados dos membros do alto escalão do Partido e do Governo. Tal aspecto foi identificado, por alguns comunistas chineses e por críticos internos e externos, como uma expressão da corrupção; para outros críticos, no entanto, este aspecto era a expressão do desenvolvimento do capitalismo na China.

Também nesse período, e até 1988, uma parte da economia chinesa foi transformada em uma economia de características capitalistas, exemplificada pelo projeto de entregar para a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, investimentos e direitos de contratar livremente mão de obra. Foram criadas, entre 1978 e 1988, as famosas Zonas de Processamento de Exportações. São regiões que recebem capitais e fábricas estrangeiras com o objetivo de produzir para o mercado externo, aproveitando a mão de obra de baixo custo.

Um aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de que, quando uma fábrica era instalada na China, ou quando uma indústria ia produzir em instalações já existentes no país,

⁶⁰ O “Bando dos quatro” representava uma corrente dentro do Partido que não havia abandonado a ideia do aprofundamento da revolução conforme os ensinamentos do Livro Vermelho e possuíam poder entre a esquerda do PCC e as bases de Xangai.

esta teria que repassar para o Estado todo o controle sobre as patentes e a tecnologia. Se uma indústria quisesse produzir microcomputadores, por exemplo, esta poderia abrir a fábrica e contar com uma mão de obra barata⁶¹ e, em sua maioria, educada e ordeira, vantagens bastante positivas para o capital.

Existe também um aspecto crucial: ao instalar uma fábrica na China, os capitais internalizados estariam ensinando engenheiros e operários chineses a manejar os processos modernos de produção, desde o planejamento do produto até a sua colocação no mercado. Ao mesmo tempo, teriam de compartilhar com o Estado chinês todo o complexo tecnológico: as plantas fabris, as patentes, o processo de produção e o projeto que possibilitava a fabricação dos produtos. Os chineses, aproveitando-se deste conhecimento e da tecnologia adquirida, instalavam ao lado dos empreendimentos estrangeiros, uma empresa estatal ou privada chinesa, que produzia estes artigos sem os custos de pesquisa e desenvolvimento, o que possibilitava sua oferta ao mercado mundial por um preço muito inferior. Por que isso ocorria? Porque os chineses não estavam presos aos direitos de propriedade de patentes e recebiam os segredos dos investidores, dominando assim toda a cadeia de produção. O que era fabricado na China por marcas internacionalmente renomadas, era copiado e vendido no mercado mundial com uma marca desconhecida e a um preço muito baixo. Outra possibilidade era a venda destes produtos para as grandes empresas do ramo comercial, que inseriam sua marca naquela mercadoria.

Atualmente, boa parte dos produtos manufaturados de qualquer marca a que temos acesso, são *made in China*. Ao invés de vender no varejo, com marcas próprias e desconhecidas, os fabricantes chineses vendem por atacado e oferecem seus artigos a qualquer marca que desejar lançar uma linha de produtos. A partir do ano 2000, a qualidade dos produtos chineses possibilitou que, na indústria de informática e na automobilística, principalmente, o mercado mundial passasse a ter acesso a marcas chinesas reconhecidas pela sua qualidade. Outra característica peculiar em relação á indústria chinesa é que ela conta com um grande volume de profissionais que são altamente qualificados, geralmente formados em cursos de graduação e pós-graduação no exterior. O governo chinês financia estes estudantes com o objetivo de formar uma massa crítica constituída por uma elite científica e técnica, que posteriormente passa a trabalhar na produção e no desenvolvimento científico e a constituir o corpo docente das universidades. Paralelamente, estes estudantes são acusados de “piratear” a

⁶¹ O Estado subsidiava parte das despesas da população; embora o salário fosse baixo, o seu valor possibilitava a reprodução das condições de vida dos trabalhadores.

tecnologia avançada e trazê-la para a China. Dessa forma, o país economizaria na compra ou no arrendamento e nos gastos com o desenvolvimento nacional de tecnologias já existentes em outras regiões, para poder fabricar os artigos produzidos com uma tecnologia de ponta.⁶²

Em 1988, foi legalizada a propriedade privada, o direito de arrendamento e venda da terra, o que intensificou o crescimento do segmento pobre da população. Aquele foi o ano em que a desigualdade social na China assumiu um caráter assustador. Foi naquele ano em que, nas cidades privilegiadas pelo desenvolvimento industrial para a exportação, os novos “super-ricos” chineses começaram a se manifestar. Foi um ano em que uma parcela da parte pobre da população ficou mais pobre e começaram a explodir muitos problemas políticos e sociais. Uma espécie de crise foi se desenvolvendo na China.

No ano de 1989, uma manifestação de oposição, encabeçada por estudantes e engrossada por trabalhadores e cidadãos da cidade de Pequim, aconteceu na Praça de Tiananmen (天安门广场). Essa manifestação começou como uma homenagem a um ex-secretário do PCC (partidário da abertura) que apoiava algumas reivindicações dos estudantes e havia falecido. Outra origem dessa manifestação é de uma perspectiva de direita contra os limites à reintrodução do capitalismo na economia chinesa e pela introdução de uma abertura política e social, defendida pelos partidários do neoliberalismo. Uma terceira fonte era a manifestação contra a oligarquização do grupo dos pragmáticos que estava se transformando numa espécie de classe dominante capitalista, segundo a perspectiva de seus críticos. Economicamente foi um ano em que houve o crescimento da inflação e do desemprego, além da divisão da renda apresentar um claro fracionamento entre a China do litoral, enriquecida e dinâmica, e o interior empobrecido e atrasado ou que não acompanhou a dinamicidade do litoral. Houve um grande descontentamento social nesse ano. A manifestação serviu como uma espécie de tambor. Ela transformou-se em um acampamento de estudantes na Praça no momento em que o Presidente Soviético estava visitando oficialmente a China.

O Presidente Gorbachev era tomado como referência por alguns estudantes que defendiam que o mundo “bom” era aquele representado pelo liberalismo radical, baseado na doutrina neoliberal, e nos preceitos de Karl Popper. Tais estudantes defendiam que era

⁶² Essa prática assemelha-se à adotada pelos norte-americanos na época da Revolução Industrial. Naquele período, os britânicos proibiam a exportação das tecnologias que utilizavam energia a vapor. Para burlar tal proibição, técnicos norte-americanos eram enviados como emigrantes para trabalhar nas fábricas, descobrir os métodos e copiar os equipamentos de forma clandestina, e então trazê-los para serem fabricados nos Estados Unidos. Como pode-se perceber, a espionagem industrial e a “pirataria” de processos e produtos é parte constituinte do mundo contemporâneo caracterizado pelo capitalismo e pela indústria.

necessário “liberar tudo”, privatizar todas as empresas estatais e transformar a sociedade chinesa em um simulacro do Ocidente através de uma cópia da liberalização e da privatização em andamento na URSS.

Outro grupo de acampados maculou o retrato oficial de Mao Zedong instalado na praça, bombardeando-o com tinta. Se, até aquele momento, no PCC havia certa indefinição, quando a imagem de Mao – que simbolizava a revolução e tudo o que ela havia realizado, todos os progressos que a China alcançou – quando a imagem foi bombardeada, tal fato provocou uma forte reação. A confrontação passou ao interior da direção do Partido e do Estado. Radicalizou-se o conflito dentro do poder. Como a disputa dentro do Partido não possibilitou nenhuma composição com os estudantes que fizesse com que eles voltassem à universidade, nem possibilitou acabar com a manifestação na Praça da Paz Celestial, o grupo de Deng Xiao Ping se sentiu ameaçado e o próprio Deng recomendou a repressão. Foram enviados, num primeiro momento, tropas da polícia e do exército acantonado em Pequim. No entanto, Pequim tem uma diferença com relação ao resto do país: as desigualdades em Pequim, Shanghai e algumas outras grandes cidades, que cresceram a partir de 1978, são muito grandes. Assim, a identificação das tropas da polícia com a população e suas diferentes reivindicações neutralizou a ação. O que foi feito então? A reação foi acompanhada do ajustamento da direção do estado e do PCC, o que possibilitou a repressão do movimento por tropas do exército.

Já que era impossível acabar com a manifestação dessa maneira e estava havendo uma multiplicação, uma intensificação da tensão, o Exército Popular foi deslocado do interior. Os efetivos deste Exército eram oriundos das regiões mais periféricas, pobres e que foram altamente beneficiadas pela Revolução e, por isso, leais ao partido e ao estado. Eles também não conheciam o dialeto chinês que era falado na capital, e acreditavam que as manifestações eram uma brincadeira de jovens universitários privilegiados e irresponsáveis e de novos burgueses. Em uma noite acabou-se a “revolução da Praça de Tiananmen” e com isso o grupo de Deng Xiao Ping se reforçou no poder⁶³. A partir desse momento as forças que compunham este novo alinhamento propuseram algumas transformações a fim de reduzir o descontentamento popular. Foi promovida uma política de maior interiorização dos benefícios do desenvolvimento econômico da China e, cada vez mais, o grupo de Deng controlou a vida política no país. Junto à interiorização, foi fortalecida a política de desenvolvimento

⁶³ Durante aquele período de tensão, ele inicialmente enfraqueceu o setor mais conservador do Partido e, durante a repressão, a esquerda do Partido e seu grupo consolidaram-se.

econômico, com a característica de aceitar o enriquecimento pessoal como legítimo, mas com limites políticos claros e com um governo forte. O projeto deste grupo não era pessoal; era apresentado como um projeto coletivo de recuperação e desenvolvimento nacional da China.

O seu projeto não era apenas o de desenvolver e de enriquecer, mas o de transformar a China novamente na grande potência que ela fora no passado. É o de adaptar a China ao nível de desenvolvimento alcançado no mundo desenvolvido e, ao mesmo tempo possibilitar que esta recupere a posição que ocupava e perdeu nos séculos XVIII e XIX. Concomitantemente, Deng Xiao Ping aproveitou o momento de crise para bloquear o setor 'gorbachoviano' do PCC, que exigia uma mudança do tipo daquela realizada na URSS, e que levou à sua desagregação e à destruição da sociedade socialista existente. Por isso, a transição para um capitalismo nos moldes do neoliberalismo não foi implantada na China. O Partido tornou-se cada vez mais forte, e, nas manifestações dos 50 anos da Revolução Chinesa, ficou clara a existência desse Partido cada vez mais poderoso, controlando o desenvolvimento econômico e o governo.

Esse processo de desenvolvimento vivido pela China ao longo dos séculos XIX e XX nos leva a uma série de problemas e questões que devem ser analisados. Uma das principais questões diz respeito ao futuro da República Popular da China. Qual será seu destino? Alguns aspectos devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar, a questão de saber se o setor dito socialista (estatal e cooperativo) subordinará o setor capitalista na economia socialista de mercado. Ou o setor capitalista irá erodir e destruir o setor socialista e cooperativo? Se o setor capitalista erodir o setor socialista, nós teremos um retorno ao capitalismo pleno. Caso contrário, se o modelo da sociedade chinesa, que é um modelo híbrido (e que atualmente é o limite da possibilidade objetiva do socialismo dentro da contrarrevolução do mundo neoliberal e da globalização do capital) conseguir manter subordinado e controlar o setor capitalista, a China permanecerá com essa característica.

Outro aspecto a ser problematizado é se o PCC e sua direção manterão sua legitimidade como governantes e como portadores de um projeto (que identificam como socialista) diante da sociedade. Se isso ocorrer, ainda haverá uma longa vida para a Revolução Chinesa. Caso percam a legitimidade, rapidamente a direção do PCC e o modelo atual vão ser lançados por terra. A história chinesa nos faz ver que sempre que um governo perde a legitimidade perante a população, este é contestado e substituído por outro que se mantém enquanto resolve os problemas e atende às aspirações populares.

Outra questão importante diz respeito ao problema do modelo social chinês tradicional; será que a cultura chinesa tradicional foi suficientemente destruída e substituída por uma nova? Segundo a cultura tradicional do confucionismo, um dos elementos fundamentais é a crença de que não é o sistema que favorece a desigualdade e cria as contradições insolúveis, o que gera isto são um regime e um governo específicos. O regime e o governo apodrecem. E assim é legitimada uma revolução popular que imponha um novo governo, que restaure a equidade, a igualdade dentro do país. Não só a igualdade de direito (que até é secundária dentro da perspectiva deles), mas a igualdade social. Se o Partido e o governo perderem a legitimidade nesse sentido, podem ser destruídos. Se esse Partido mantiver a legitimidade e as políticas forem reconhecidas pela população, haverá uma longa vida para a Revolução.

Outra questão básica: a China se subordina a dependência ao capital externo, ou ela enquadra este capital? Se a China se subordina ao capital externo, qualquer aventura especulativa de um pequeno grupo de grandes financistas internacionais (bancos, fundos de pensão, transnacionais, etc.) poderá falir a economia do país. Agora, se o capital externo é enquadrado pelo Estado, e essa é a característica singular do caso chinês, sua pressão é insuficiente para causar grandes danos à economia nacional. As inversões que são realizadas na China são de chamado “investimento produtivo”, não é dinheiro emprestado para render juros elevados. São fábricas, são equipamentos, são matérias-primas intermediárias. Então, a impressão é a de que nesse sentido a RPC enquadra o capital externo e, ao mesmo tempo, esse capital externo está tendo a sua tecnologia apropriada e desenvolvida a partir das patentes “pirateadas”. E, ao “piratear” tecnologia, a China tem condições de concorrer no mercado mundial com os proprietários desse capital externo e desenvolver, a custo baixo, sua própria capacitação. A China aceita participar da OMC, a grande reguladora do comércio mundial, mas não aceita assinar a Lei de Patentes. Ao não assinar a Lei de Patentes Internacionais, e ao exigir uma integração à OMC, de maneira privilegiada, a China resiste a pressão do capital externo para a sua subordinação.

Por outro lado, do ponto de vista militar, nós não podemos esquecer que, com os 50 anos da OTAN, esta se tornou uma organização ofensiva, cujo objetivo é enquadrar qualquer região do mundo aos interesses das potências que a dirigem, principalmente os norte-americanos. Terá a China condições de resistir à OTAN? A China possui um arsenal nuclear e acesso a boa parte da tecnologia militar avançada da ex-URSS está sendo vendida para o país. Paralelamente, a China está desenvolvendo armamentos e equipamentos militares

de última geração e modernizando aceleradamente suas Forças Armadas. Além disso, foi criada a Organização de Cooperação de Xangai, constituída como um instrumento defensivo frente às novas características da OTAN e à nova ideia de poder imperial norte-americano desenvolvida pelos estrategistas neoconservadores. Devemos lembrar que esta se estabelecendo um acordo de cooperação econômica e tecnológica entre a China e a Rússia e que a ex-URSS é o maior banco de patentes civis e militares de ponta não aplicadas do mundo, além de persistir no desenvolvimento de sua tecnologia de armamentos.

Outra questão é a da corrupção e do poder dos novos empresários e dos beneficiários das transformações econômicas que caracterizaram, por exemplo, uma parte dos setores mobilizados em 1988 na Praça da Paz Celestial. Tais características irão persistir ou vão sofrer uma redução? O empobrecimento de uma parcela significativa da população a partir da emergência da especulação oriunda do desenvolvimento da iniciativa privada vai persistir ou vai diminuir? Isto dependerá do posicionamento dos “novos ricos”, do poder do PCC e do Estado em manter este novo setor sob controle e da diminuição da desigualdade social e do empobrecimento da população. Se o poder fortalecer estas tendências que predominam após a repressão da “Comuna de Pequim” e fortalecer políticas de desenvolvimento regionalmente mais equilibradas, que já estão em andamento, restará longa vida à Revolução Chinesa.

Outro aspecto a ressaltar é o fato de que boa parte do capital externo que é aplicado na China, desde o final da década de 1980, não é norte-americano, japonês, francês ou alemão, mas capital da diáspora chinesa. Calcula-se que 4 ou 5 bilhões de dólares sejam investidos na China por ano, oriundos de chineses que migraram para outras regiões do mundo onde enriqueceram.

A impressão que resta é a de que haverá uma sobrevivência relativamente longa para a sociedade criada com a Revolução Chinesa e que, de fato, a China vai ser uma grande potência no século XXI (ARRIGHI, 2006). Preparemos-nos para aquilo que causa pânico à cultura europeia ou com características eurocêntricas: o “perigo amarelo”. Nós não conhecemos a China e temos um preconceito muito grande com as sociedades que não se enquadram nesse padrão de mundo eurocêntrico que nos proporciona certa segurança, mais ideológica do que real. É hora de abandonarmos esta posição e passarmos a estudar as sociedades que relativizam a universalidade desse padrão civilizacional.

6 INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA DESCOLONIZAÇÃO DA ÁSIA

6.1 O processo descolonizador

O processo descolonizador é toda conquista da independência ou da soberania política (autogoverno) pelas populações e territórios conquistados e dominados, em sua ampla maioria, entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX pelas potências industriais da Europa. A aquisição da independência assumiu basicamente duas formas: a conquista pelos colonizados ou a concessão pelas metrópoles. Conforme a forma de aquisição da independência imprimir-se-á – num primeiro momento – o modelo social, político e econômico das regiões que alcançaram a soberania. Dela decorrerá a busca da soberania total tanto política quanto econômica – social ou cultural. Ou a deriva para sociedades subordinadas ao neocolonialismo geradora de uma nova forma de dependência. Se por um lado a independência política é resultado da luta e da situação das populações das regiões coloniais, num processo histórico particular, por outro lado ela está diretamente relacionada com outros processos, como o processo histórico geral do desenvolvimento capitalista; o particular das metrópoles e a importância estratégica e econômica das colônias. Decorre ainda da posição das metrópoles no contexto mundial e do nível de desenvolvimento econômico das burguesias metropolitanas e de suas necessidades subordina-se aos limites além da correlação de forças políticas na metrópole e das disputas amplas, enquadradas na bipolarização e na Guerra Fria. Como a descolonização não é fruto da pura vontade nem do acaso ou da espontaneidade é necessário reconstituir, em linhas gerais, a sua historicidade.

6.2 Antecedentes

Os antecedentes da descolonização ágio-africana remetem-nos a progressos que são, em alguns casos, anteriores à própria colonização e em outros, contemporâneos desta. Representam a luta contra a dominação colonial em outras situações do contexto da expansão capitalista, seja na forma de busca da soberania (colônias americanas), seja na forma de resistência à imposição da dominação e da integração colonial. Trabalhando historicamente os antecedentes, podemos enquadrá-los em uma cronologia relativa, conforme a ordenação que segue.

a) *A independência das colônias americanas.* Acontecida na etapa da crise do mercantilismo e da emergência do capitalismo industrial, descortinam a possibilidade da

conquista da soberania e da autonomia das populações dominadas colonialmente por metrópoles distantes. A sobrevivência das novas nações independentes é um paradigma para as descolonizações posteriores.

b) *A resistência à imposição da realidade colonial.* Esse foi um progresso desenvolvido paralelamente à expansão – do imperialismo – informal ou formal. Assume formas diferentes conforme a tradição e a estrutura e o desenvolvimento das forças sociais e políticas locais e o desenvolvimento econômico. Algumas foram derrotadas, como a revolta dos Cipaios na Índia, as grandes rebeliões chinesas (Tai-Ping e Boxers), a resistência dos Mandarins e notáveis locais vietnamitas. Seu fracasso estava ligado ao tradicionalismo ou à incapacidade de propor alternativas ao processo de conquistas e deposição da dominação colonial. Sua frustração trará efeitos ideológicos de cunho importante para a consolidação das forças conquistadoras. Outras foram não só eficazes, como também vitoriosas no processo de readequação regional para enfrentar o desafio colonizador. Tornam-se paradigmas e neutralizam as vantagens e a superioridade das potências colonizadoras. É o caso da Restauração Meiji japonesa. Ambas as formas serão exploradas como exemplo e memória histórica pelos partidários da descolonização em sua campanha para conquistar “corações e mentes” das populações colonizadas e despertarem o orgulho e a dignidade dos dominados.

c) *O movimento indiano do Partido do Congresso.* Fundado no século XIX, evoluiu da reivindicação da participação pelas elites nativas na gestão dos assuntos coloniais para a luta pela conquista da independência política e pela democratização da sociedade. Sua história é a da criação de condições de ingovernabilidade colonial e da unificação dos segmentos dispersos da sociedade para reivindicar e conquistar a soberania absoluta.

d) *O movimento de renascimento e reforma do Islã.* Surgido ao final do século XIX, foi uma reação resistente ao domínio imperial e uma resposta aos desafios do desenvolvimento. Restrito a uma cultura e religião específica, teve uma ampla penetração e expansão geográfica. Estabelece laços e apontou caminhos aos muçulmanos desde o norte da África ao Extremo Oriente.

e) *A evolução das colônias de povoamento britânicas para a condição de domínios.* Essa evolução constituiu patamar de autonomia e autogoverno local que progressivamente avançou rumo à soberania plena e à associação na Comunidade de Nações que possuía inicialmente um mesmo chefe de Estado.

f) *A revolução que liquidou o império chinês e proclamou a República na China* Embora listado por último, esse antecedente não é menos importante que os demais. Apesar

de, inicialmente, mostrar-se incapaz de conquistar a soberania total, baseava-se (e conquistava adeptos) num programa de autogoverno, recuperação da dignidade e de reformas sociais profundas. O programa dessa revolução estará próximo aos projetos da maioria dos movimentos nacionalistas dos nativos das regiões coloniais.

Os antecedentes, no entanto, não são eficazes por si mesmo. A inspiração ou cópia deles refletirá apenas um voluntarismo e um anseio se não houvesse condições causais objetivas e concretas que possibilitassem a realização da conquista da independência. As condições objetivas surgiram da própria evolução colonial e do capitalismo imperialista e das contradições por ele geradas. Podemos nomeá-las como causas da descolonização e junto com os antecedentes apropriados pelos nativos enquadrá-las com os fatores da descolonização e as bases da forma e dos limites da soberania conquistada.

6.3 Causas

Os antecedentes históricos nos apresentam exemplos e possibilidades complexas e contraditórias marcadas pela resistência à colonização. O próprio fracasso/sucesso destes é relacionado ao nível interno do desenvolvimento das sociedades agredidas e ao estágio do desenvolvimento capitalista, da divisão internacional do trabalho e da expansão imperialista europeia. Ao fim das contas, eles, embora insuficientes, fornecerão historicidade, base ideológica e exemplos políticos para o enfrentamento dos “nativos” à dominação e à exploração imperialista. No entanto, dadas as condições gerais do desenvolvimento capitalista, a integração mundial da economia com a divisão do trabalho, da produção e do consumo e as necessidades do capitalismo imperialista, eles não foram eficientes para a conquista da soberania e da autodeterminação de populações coloniais. Para isso era necessária a emergência das novas contradições do capitalismo, bem como a integração dos povos asiáticos e africanos à economia mundial. Estamos passando agora às Causas da descolonização.

Para tornar as causas mais inteligíveis, é necessário classificá-las, explicitá-las e integrá-las no processo global onde não só os fatores “internos” (locais), mas também os fatores “externos” (contradições imperialistas) são retroalimentadores, dinâmicos e estão em permanente superação, estabelecendo um processo de unificação. A seguir, traçamos um esboço das principais causas da descolonização.

a) *A resistência colonial* é um aspecto permanente e multifacetado. Percorre todo o período da dominação colonialista e assume formas econômicas, políticas e ideológicas. Suas explicitações são descontínuas e virulentas. Progressivamente, passa do aspecto local e eventual para nacional e processual, sistematicamente centrado no campo político e econômico, dada a integração das colônias ao mercado mundial. Sua apropriação e tradução pelos nacionalistas será um elemento de unificação e integração de reivindicações e grupos díspares frente às forças e imposições metropolitanas.

b) *Os progressos do processo colonial*, ao erodirem as comunidades anteriores, ao imporem uma unidade econômica, política, social e étnica, rompem as particularidades locais, erodem as rivalidades entre as comunidades nativas e seus laços orgânicos de organização, integrando seus membros na nova realidade a subordinação ao mercado mundial, mediada pelo colonialismo. À medida que a dominação colonial avançava, impondo a subordinação aos agentes da autoridade metropolitana, a produção em larga escala para o mercado externamente determinado e a ideologia metropolitana, ela incorporava num todo orgânico o que anteriormente era fragmentado. Através dos meios de comunicação, das *plantations*, da mineração exportadora e do estabelecimento de portos (ventosas), a dominação incorporava e integrava regiões e populações de uma área e subordinava-as ao mercado mundial através de uma metrópole exploradora específica. Ao possibilitar a emergência de burguesias locais, e de proletários rurais e urbanos submetidos a uma unidade econômico-administrativa, a colonização estabelecia bases para uma nacionalidade. Esta nacionalidade percorreria os caminhos das vias de transporte-exploração impostas pelas metrópoles. Outro elemento fundamental foi a “ocidentalização” ideológica possibilitada pela educação imposta pelas metrópoles e pela adoção de uma língua colonial com os objetivos de criar melhor comunicação-dominação e um grupo de cooperadores locais. Isso possibilitou que as populações locais que haviam sido incorporadas e subordinadas política e economicamente se apoderassem de instrumentos de integração e de críticas eficazes. À medida que foi introduzida como um instrumento de dominação e subordinação das populações unificadas pela administração centralizadora e pela homogeneização da economia, a própria ideologia e história dos metropolitanos terminaria voltada contra eles, pela apropriação-interpetração dos nativos.

c) *A Primeira Guerra Mundial*, por seu caráter e amplitude, envolveu as regiões e populações coloniais. As colônias foram instrumentalizadas pelo esforço de guerra

metropolitano e parte de suas populações usadas como soldados ou mão de obra nas próprias metrópoles. O contato com a disciplina e os equipamentos militares, bem como a vida metropolitana possibilitou a “educação” política de grupos constituídos por nativos não beneficiados das migalhas da exploração colonial que exigiam a compensação de seus sacrifícios, sua miséria e exploração. Estes contariam com a instrução militar e disciplinar adquirida na guerra. Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial rompeu a unidade, até então projetada, do “homem branco” solidário na dominação e exploração dos “homens de cor”. Expos as contradições internas do imperialismo colonialista e a importância das colônias para a sobrevivência das metrópoles. Ao final do conflito, os “14 pontos do presidente Wilson” (dos EUA) para a paz, ao defender a autodeterminação dos povos – na Europa Central e Oriental – terminaram sendo indiretamente um requisito contra o colonialismo e um instrumento legitimador na luta pela descolonização. Ao final do conflito, os “nativos” haviam tomado consciência de que os europeus não eram superiores e que a miséria e o atraso das colônias poderiam ser revertidos com a expulsão daqueles que os haviam transformado violentamente em objetos de exploração. Mais, esta conscientização – embora tênue – havia extrapolado os grupos educados e penetrara as populações ao longo das vias de comunicação que integravam os territórios coloniais aos portos e cidades da administração, pela boca dos que haviam ido e visto a realidade metropolitana.

d) *A Revolução Soviética e a III Internacional* – outro efeito da Grande Guerra – tiveram uma poderosa influência sobre as regiões colonizadas. Seja pelo exemplo de seu sucesso político-militar, seja pela emancipação que proporcionou certas regiões dominadas pelo império russo ou pelo caráter asiático de parte de sua sociedade. Seu anticapitalismo e suas propostas de organização social oferecem uma alternativa aos polos anteriores de espectro político a que se limitavam as possibilidades dos colonizadores. Seu projeto de emancipação universal proporcionava à possibilidade de equidade, justiça e bem-estar para todos. Sua internacionalização inicial transformou-a num polo e num meio para a unificação dos nativos dos diferentes impérios e regiões na luta pela emancipação.

e) *O imperialismo japonês* também foi uma das causas da descolonização. A sua ambiguidade aproximava-o, para entendimento da descolonização asiática, do neocolonialismo americano. Desde a segunda metade do século XIX, o Japão constituiu-se num tipo vitorioso de reação e resistência ao imperialismo colonialista de origem europeia. Com a Restauração Meiji, o Japão conseguiu colocar-se fora da ocupação colonial, limitar-se

às concessões (progressivamente anuladas) e transformar-se numa potência regional. Ao final do século, a adoção da modernização apresentava resultados positivos e obrigava os colonialistas a considerá-lo um parceiro antagônico. As vitórias sobre o Império Czarista (1904-1905) e sobre a parte asiática do Império Alemão na Primeira Guerra Mundial projetaram-no como potência competidora. Seu rápido desenvolvimento era um exemplo a ser seguido – ao menos pelas elites nativas modernas que haviam crescido em número e importância com o progresso da colonização. Ao contrário da Revolução Soviética, ele não apresentava a possibilidade efetiva da emancipação e da autodeterminação dos povos coloniais, entretanto negava as bases ideológicas que legitimavam a dominação e exploração colonial do imperialismo europeu. O sucesso japonês explicitava que objetividade (condições materiais) e subjetividade (vontade e esforço) não só impunham limites ao colonialismo europeu como também podiam transformar potenciais ou efetivos objetos do imperialismo em potências modernas a disputar como ele.

Como o Japão não rompeu, mas adequou-se ao capitalismo, rapidamente passou a fazer parte do seu concerto imperialista como potência competidora. Dada a sua projeção regional, apoiava movimentos nacionalistas que possuíssem similitude com seu modelo e procurava instrumentalizá-los contra seus oponentes. Para as burguesias coloniais nacionalistas oferecia a bússola e a carta de navegação. Na década de 1930 – na esteira da grande depressão econômica –, propôs a constituição de uma “esfera de coprosperidade asiática”. Por esta, as sociedades do extremo oriente integrar-se-iam num modelo próximo ao neocolonialismo com uma hierarquia e Divisão Internacional do Trabalho que excluía os europeus. Sem a expulsão dos europeus seria inviável a realização deste projeto.

Com a expulsão dos europeus e o fim do colonialismo capitalista, o Japão e as elites coloniais seriam beneficiários, além de introduzir uma cunha na unidade que vinha sendo construída sob os auspícios da III Internacional e com bases populares. As contradições que levaram à Segunda Guerra Mundial possibilitam inicialmente a implantação ampla, mas pouco profunda, do projeto japonês. Rapidamente as colônias europeias foram ocupadas. Isso acarretou efeitos contraditórios resultantes da intensificação do protagonismo japonês.

Em primeiro lugar, os “homens brancos” foram derrotados, sendo excluídos ou passando a colaborar como subalternos. Onde os imperialismos europeus conseguiram resistir foi graças à cooperação nativa em troca de concessões amplas a serem implementadas ao final do conflito. Em segundo lugar, elementos da população nativa foram promovidos pelos japoneses a cargos e funções administrativas, criando-se assim um corpo de elementos

minimamente capacitados à gestão da coisa pública. Em terceiro lugar, o Japão desmoralizou seu projeto de coprosperidade e desmascarou-se ao implantar uma superexploração de férreas características saqueadoras para alimentar e financiar seu esforço de guerra.

Nas condições que foram dadas o Japão, erodiu a autoridade imperial e criou um antagonismo nas populações nativas. Ao final da guerra, para impedir o retorno das metrópoles, o Japão patrocinou suas independências, colocando colaboradores no governo. Objetivava impedir o retorno dos europeus, bloquear o acesso das guerrilhas de resistência ao poder e, finalmente, manter a sobrevivência de uma esfera solidária no futuro. Ao final de todas as peripécias, o Japão terminou sendo obrigado a ceder espaço à resistência nacionalista de esquerda e criando imensos obstáculos à reimplantação colonialista no pós-guerra.

f) A *Segunda Guerra Mundial* obrigou a um refluxo metropolitano europeu maior que na anterior. As regiões que não caíram dominadas pelo Japão, Itália e Alemanha, tiveram de auxiliar intensamente as metrópoles e estabelecer meios para suprir suas necessidades. Em várias áreas, isso significou o início da industrialização de substituição de importações e orientação de ampla parte da economia para o mercado interno. Já que a guerra tem como principal palco a Europa e o Extremo Oriente, e como atores suas populações, ela trouxe efeitos que posteriormente seriam fundamentais para a descolonização. No Extremo Oriente, no Oriente Médio e na África, as populações não só participaram do esforço econômico, mas também do militar. Armados e treinados voltar-se-iam contra os europeus. Ao final da guerra, as potências imperialistas estavam enfraquecidas, na defensiva e deslocadas a uma posição secundária.

Duas novas potências emergiram embora possuíssem características diferentes, eram anticoloniais: os EUA e a URSS. O antagonismo total entre seus modelos, o vazio relativo deixado pela Europa desaparecida e a capacidade das superpotências rapidamente criaram um sistema mundial de características novas, onde não havia lugar para o imperialismo colonialista. Com os primeiros passos da bipolarização, iniciava-se uma corrida pelo espólio colonialista na busca de aliados e suportes. Resultando daí uma forte pressão pela descolonização e pela adoção de novos modelos de organização socioeconômica. A necessidade da Europa em recuperar as colônias e utilizá-las como base do financiamento da sua reconstrução encontrou restrições por causa do novo quadro mundial da bipolarização e das restrições soviético-americanas ao colonialismo.

g) Outro efeito da Segunda Guerra de importância fundamental para a descolonização foi a *ascensão norte-americana à posição de potência hegemônica mundial*, e

a pressão que os interesses de sua burguesia monopolista exerciam sobre os limites impostos pelo imperialismo colonialista. A riqueza norte-americana, a escala de sua capacidade produtiva, a fartura de capitais e a tutoria sobre o assim chamado mundo livre, bem como suas necessidades estratégicas e a organização de suas corporações dinâmicas sob a forma de empresas transnacionais exigiam a limitação das restrições à livre circulação dos investimentos e das mercadorias. O colonialismo era um obstáculo à realização dessas necessidades (limitava os acessos, impunha restrições artificiais à superioridade dos EUA e diminuía seu poder de pressão sobre os aliados). Daí a pressão norte-americana pela substituição do colonialismo pelo neocolonialismo – que pressupunha a soberania e o autogoverno dos países. Os retrocessos da política anticolonial americana estariam vinculados à associação da independência nacional – revolução socialista e as alianças que certos movimentos buscariam junto a Moscou. Os interesses privados empresariais e a percepção geopolítica de um mundo bipolar em conflito com a guerra fria serão outros fatores do retrocesso norte-americano e seu apoio a potências coloniais em certos casos. É o caso do Irã, do Vietnã, da Malásia e da África do Sul – áreas vitais para permanência da hegemonia norte-americana.

h) Finalmente, *o desenvolvimento do próprio capitalismo europeu* que, após a Segunda Guerra Mundial, amadureceu um setor da burguesia, capacitando-o a abandonar o colonialismo pelo neocolonialismo. Esse setor pressionaria pela substituição da dominação direta por relações econômicas privilegiadas e encontraria apoio em setores do Estado metropolitano preocupados com o desgaste e o custo de remar contra a corrente. É importante notar que os grandes grupos empresariais dinâmicos dos europeus viam no colonialismo os mesmos obstáculos que os monopólios transnacionais norte-americanos. Isso acontecia mesmo quando aqueles grupos cresceram à sombra da exploração e do privilégio colonial. Esse conjunto de causas explica a velocidade, a intensidade do nacionalismo descolonizador e a radicalidade de algumas das emancipações que varreram a subordinação colonial e entronizaram outras questões ligadas ao desenvolvimento interno e a dependência a uma economia mundial polarizada pela Guerra Fria e dominadas pela projeção mundial dos interesses monopolistas transnacionalizados.

A emancipação asiática do Imperialismo ocidental foi o processo mais longo, complexo e diversificado de recuperação ou instauração da soberania nativa dos tempos contemporâneos. Durou da criação do Partido do Congresso Indiano e da guerra da

independência das Filipinas (contra o remanescente império mercantilista e salvacionista da Espanha) do final do século XIX à reunificação do Vietnã em 1975. Sua complexidade está relacionada às transformações do quadro de relações mundiais e na sua inserção nos confrontos expansionistas das estratégias das grandes potências pré-1945 e no conflito bipolar instaurado com a Revolução Soviética, que foi institucionalizado no pós- 1945.

Por sua vez, a diversidade de seu processo é originária dos diferentes projetos nacionalistas – que variavam das revoluções nacionalistas anticoloniais às revoluções nacionais e sociais, passando pela recuperação histórica de valores e estruturas locais e por movimentos de reforma religiosa que perpassaram ou formaram uma das bases e dos fundamentos dos movimentos libertadores. Tal diversidade e complexidade, por sua vez, refletiu-se fortemente nas trajetórias históricas dos Estados que emergiram da descolonização.

A melhor maneira para visualizar a descolonização da Ásia é o levantamento dos impérios europeus constituídos na região, seus movimentos emancipacionistas e o resultado imediato da descolonização. Tal processo deve ser ligado com o desafio imperialista japonês do entreguerras e sua expansão durante a Segunda Guerra Mundial, bem como os seus diferentes efeitos nas colônias, o que está relacionado com o caráter dos movimentos nacionalistas. A China, pelas peculiaridades de sua subordinação, que foi constituída em “hipercolônia” (segundo Sun Iat Sen) ou em esferas de influência semicolonial sem perder sua soberania nominal é um caso aparte e sua emancipação deve ser entendida como um processo de unificação nacional e de revolução social.

6.4 As primeiras independências

Ao final da Segunda Guerra Mundial; foi iniciado um ciclo de independência das regiões coloniais. Entre 1944 e 1945 várias colônias do Oriente Médio e da Ásia alcançaram sua autodeterminação. Contribuíram para tal as promessas metropolitanas em troca do apoio ou da neutralidade da luta contra o nazifascismo, o incipiente desenvolvimento econômico autocentrado e o crescimento dos movimentos anticoloniais: pan-islamismo, pan-arabismo, nacionalismo e socialismo. Dada a fraqueza metropolitana e a participação política, econômica e militar das populações nativas no esforço de guerra, a descolonização apoiada pela URSS e pelos EUA tornara-se inevitável.

O primeiro conjunto de países descolonizados encontrava-se no Oriente Médio. Eram as colônias franco-britânicas recebidas como mandato da Sociedade das Nações ao final da Primeira Guerra Mundial. Nessas regiões, os movimentos pan-arabista e nacionalistas

preparavam o caminho desde antes da Segunda Guerra. A independência dos países dessa região foi feita através dos estabelecimentos de aliança com as oligarquias conservadoras e da fragmentação das populações. Isso tornava explosiva a situação social e permitiu a emergência de movimentos e tendências social e nacionalmente revolucionárias.

A independência da Palestina, com sua divisão entre nativos e a população do Lar Nacional Judaico gerou uma situação problemática e conflituosa que culminou com a primeira guerra Árabe-Israelense com a vitória dos últimos e a expulsão dos Árabes palestinos de parte de seu território. Nos outros países da região, as reivindicações de melhoria das condições da população e de progresso político levaram à implantação de governos autoritários e monopartidários com forte participação militar. A importância estratégica e energética da região transformou-a numa área da disputa da Guerra Fria – um fator de instabilidade e de bloqueio das possibilidades de desenvolvimento aut centrado. Resulta daí o suporte às monarquias conservadoras e sua sobrevivência.

Outra região que alcançou a independência no imediato pós-guerra foi o Extremo Oriente. Aí, os impérios rapidamente esboroaram-se ao mesmo tempo em que a situação semicolonial da China foi abolida ao final da guerra, mediante o reconhecimento de sua plena soberania. A independência das colônias da área foi consequência imediata da situação gerada pela guerra mundial que catalisou as causas anteriores. O expansionismo imperialista japonês ocupou um papel importante por desmoralizar os europeus, por cooptar segmentos da burguesia nativa e por desmascarar na prática sua esfera de coprosperidade, levando a uma luta autônoma pela libertação nacional (antieuropeia e antijaponesa). Quando do final da guerra, a maior parte da região havia sido liberada, pelo esforço próprio da resistência nacionalista e socialista sob animação dos comunistas asiáticos e seus aliados. O papel preponderante dos EUA na Guerra do Pacífico colocou-os numa posição impositiva diante de seus aliados que não podiam mais desconhecer os desdobramentos da Declaração do presidente Wilson (de 1917), da Carta do Atlântico e da pujança econômica daquele país. Embora a Grã-Bretanha, a França e a Holanda tentassem protelar ou anular a independência de seus impérios tiveram de confrontar-se com a cobrança das promessas feitas durante a guerra, com a resistência armada nativa dirigida pelos comunistas e com o exemplo americano que concedeu a independência às Filipinas em 1946.

Em 1947, o Império das Índias alcançou sua independência. Os britânicos com o apoio muçulmano conseguiram dividir a área em dois Estados sobre base confessionais: Índia e Paquistão. Foi o coroamento de um processo de resistência secular e moderna que desde a

Primeira Guerra Mundial impunha óbices à manutenção imperial através da ação do Partido do Congresso Indiano. Dois anos depois, a periferia estratégica da “joia da Coroa” foi independentizada por perder sua importância geopolítica. Por razões estratégicas persistiu o domínio sobre a Malásia, onde a guerrilha comunista ameaçava a segurança das comunicações a longa distância e poderia servir de foco irradiador da revolução para a região.

A Indonésia, onde Sukarno, à frente do Partido Nacional, havia proclamado a independência unilateral, em 1945 sofreu uma tentativa de recolonização por parte dos holandeses. A fragmentação insular e política eram obstáculos à unidade das forças independentes. Os holandeses jogaram com esse fator, mas a resistência nacional e comunista (antiga e de forte tradição na região) levaram a pressões dos EUA e da ONU que obrigaram, antes da deterioração da situação e da possível vitória de uma revolução social, a retirada holandesa, que aconteceu em 1949. Para a Holanda foi uma perda inestimável, já que a sua recuperação econômica era projetada sobre a exploração das suas Índias Orientais.

A independência da Indochina Francesa foi o processo mais problemático, longo e conflituoso. Contribuíram para isso a diversidade da estrutura interna da região, os efeitos da colaboração da França de Vichy com os japoneses (que ocuparam a região na Segunda Guerra Mundial); a sua importância econômica para o projeto de reconstrução metropolitana e o “assimilacionismo” – ideologia metropolitana de cunho “jacobino” que resistia à ideia de independência das colônias. A fraqueza política da IV República Francesa possibilitava uma ampliação do poder de suas forças colonialistas. Estes fatores levaram a uma reocupação da Indochina Francesa, a partir do sul-Saigon, e à tentativa de aniquilar a República proclamada unilateralmente em 1945 pelo Vietminh ao norte-Hanoi.

Até 1949, foram tentados vários paliativos para manter a área sob controle metropolitano. No biênio 1949-51, dois fatos transformaram a Indochina numa peça estratégica da Guerra Fria: a vitória da Revolução Chinesa – liderada por Mao Tse-Tung – e a Guerra da Coreia. Os EUA passaram, ao contrário do que aconteceu na Indonésia, a apoiar os franceses. Uma guerra de libertação nacional derrotou as forças colonialistas e seus aliados em 1954.

O reconhecimento da vitória nacionalista aconteceu na Conferência de Genebra. Seus efeitos foram o surgimento de quatro países: Laos, Camboja, Vietnã do Norte (socialista) e Vietnã do Sul (neocolonizado). O protagonismo norte-americano no sul culminou por impor o boicote à reunificação proposta por Genebra para 1956 e um governo alinhado que rapidamente assumia caráter ditatorial e um militantismo confessional (católico)

isolado da população. Iniciava-se a mais longa e cruenta guerra de libertação nacional da história. Esta só é concluída com a derrota militar norte-americana (veladamente reconhecida pelos acordos de Paris em 1973) e pela reunificação vietnamita com a vitória da FNL em abril de 1975.

6.4.1 *Independência das Filipinas*

A independência das Filipinas aconteceu em 1946, depois de 352 anos de subordinação imperial. Durante esse período o arquipélago passou pelas mãos de três impérios de corte diferenciado: o espanhol de caráter mercantilista e salvacionista, responsável pelo desenvolvimento do catolicismo filipino; o norte-americano, que desenvolveu políticas que possibilitavam e prometiam uma independência neocolonial; e o japonês, que ocupou e explorou a região como uma fonte de matérias-primas para seu esforço de guerra e prometia a integração na “esfera de coprosperidade asiática”.

Seu movimento emancipacionista de cunho nacionalista e marcadamente de classe média iniciou em 1896 a luta aberta contra a dominação espanhola. Sua vitória foi atropelada pela guerra hispano-americana do fim do século XIX e a cessão dos direitos aos Estados Unidos. A permanência da reivindicação da independência provocou uma ação militar norte-americana acompanhada da ocupação do território. A dominação norte-americana evoluiu para uma posição de *dominion* (típica das colônias de povoamento britânicas) com o estabelecimento de uma Constituição e do autogoverno interno em 1935. Tal política previa para um futuro não distante a concessão da independência e o uso do arquipélago como uma base.

O ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbour no Havaí, que estendeu a Segunda Guerra Mundial ao Pacífico, está na origem da ocupação nipônica do arquipélago. Durante a guerra, nacionalistas filipinos, junto com remanescentes das forças norte-americanas, lutaram contra os japoneses no interior. A ofensiva norte-americana transformou, progressivamente, o arquipélago em base na luta contra os japoneses. Ao final da guerra a independência foi proclamada em 1946. No entanto, o país tornou-se uma grande base naval norte-americana que foi fortalecida no quadro da Guerra Fria e lutou contra um forte movimento comunista de base camponesa no interior até 1953. Desde a independência até os anos da década de 1980, a dinâmica política das Filipinas ficou atrelada ao quadro bipolar da Guerra Fria.

6.4.2 A descolonização do império britânico da Índia

O império constituído pelos britânicos na Índia possuía uma estrutura complexa, tanto em relação à sua origem, quanto em relação à sua estrutura. Isso é um elemento fundamental para entendermos as disputas da descolonização e a constituição dos Estados independentes.

Originado na conquista de pontos específicos do território pela Companhia das Índias Orientais (britânica), o domínio cresceu pela conquista das áreas da concorrente companhia dos franceses no final do século XVIII. Os monopólios, a incapacidade administrativa e a oposição em Londres forçaram a transformação da região em colônia da Coroa Britânica depois da Revolta dos Cipayos⁶⁴, na segunda metade do século XIX. Foi organizado o Vice-Reino da Índia que, além de deter a soberania, também controlava o entorno de defesa estratégica e centenas de protetorados no subcontinente (com diferentes expressões econômicas, geográficas e demográficas). Tais características políticas, sua diversidade cultural e religiosa, são elementos fundamentais para entendermos o processo de independência, o confronto entre unidade e fragmentação, bem como as emancipações subsidiárias (Birmânia, Ceilão, Península Malaia e ilhas do Índico).

⁶⁴ No século XIX, os ingleses conquistaram sistematicamente o território indiano. A Companhia das Índias Orientais Britânica capitaneou a conquista entre 1784 e 1858, de diferentes regiões do território indiano. Para alcançar seus objetivos, ela contava com um exército de 200.000 soldados indianos chamados de cipayos, sob o comando de oficiais britânicos. No processo de conquista, a Companhia expropriou poderes e soberanias, além de outras mudanças políticas e culturais ocidentalizadoras que provocaram reações da população nativa. Na área da economia, implantou várias transformações – como a liberdade de comércio e a redução das tarifas alfandegárias, que favoreceram a indústria têxtil inglesa – que prejudicaram e pauperizaram as populações da Índia. Impôs também mudanças políticas e culturais ocidentalizadoras, que provocaram reações da população nativa. Entre 1857 e 1858, aconteceram levantes e revoltas que marcaram a história do subcontinente. Tais eventos, marcados pela extrema violência de ambos os lados, foram cruciais para a Índia e para o Império Britânico. Suas origens estavam ligadas ao problema gerado pelo recrutamento de soldados de castas e de tribos inferiores junto a soldados de castas superiores. Outro elemento de revolta foi o rompimento das regras de comensalidade e de poluição ritual e de interditos – como o que impedia os brâmanes de viajar por mar –, que eram fundamentais no sistema de castas indiano. O fato deflagrador da revolta foi a utilização de gordura animal (bovina ou suína) na impermeabilização dos cartuchos de novos fuzis Lee-Enfield utilizados pelas tropas de Cipayos que se recusavam a utilizar estas munições. O contato com tal produto era considerado sacrilégio pelos indianos, que adoravam os bois e não aceitavam o consumo ou contato com a carne. Isso também gerou revolta dos muçulmanos, que consideravam os porcos animais contaminados. Em maio de 1857, iniciou o motim em Meerut, com o extermínio dos europeus e dos cristãos indianos. Os amotinados marcharam contra a capital (Délhi), onde encontraram aderentes e exigiram a restauração do poder do Imperador Mogul, massacrando os europeus e cristãos da cidade. A reação britânica, utilizando tropas constituídas por populações tribais, foi brutal. Após a vitória, foram reorganizados os exércitos com soldados de tribos, que passaram a ser identificadas como guerreiras (sihks e gurcas) enquanto que indus e muçulmanos foram excluídos do recrutamento. A mais importante consequência foi, entretanto, que, em 1858, a coroa britânica assumiu o governo, designando autoridades específicas subordinadas ao Estado metropolitano e abolindo a soberania local da Companhia das Índias. Com a constituição do Império da Índia, em 1877, no seu jubileu a Rainha Vitória foi consagrada Imperatriz em Londres.

Pode-se considerar o início do processo de independência indiana com a criação do Partido do Congresso Indiano, em 1885. Constituído por uma elite culta de nativos e por progressistas britânicos, inicialmente propugnava a constituição de um *self government* com características parlamentaristas. O predomínio de hindus na população e no partido gerava o problema das minorias (muçulmanos com 26% da população, siks etc.) que seriam submergidas, fosse num parlamento censitário ou mesmo democrático, já que elas eram ainda o setor mais pobre da população. Essa questão levou os muçulmanos a organizarem-se em 1906 com a Liga Muçulmana. Sob a liderança de Ali Jinnah, a liga avançou para proposta de divisão do território sobre a base de maioria confessional.

Até o regresso de Gandhi à Índia, em 1915, o “Congresso” permaneceu como uma organização de elite econômica e cultural. A partir daí, progressivamente, o partido aproximou-se da massa da população pelo proselitismo e ação de Gandhi, ao mesmo tempo em que reforçou seu caráter hindu. Em 1920, o Partido do Congresso havia se tornado um movimento popular. A origem dessa popularização estava na emergência de uma indústria nacional (por causa da Primeira Guerra Mundial) e na política colonial que arruinou o artesanato rural e agravou as condições de vida (desapossando os camponeses e possibilitando a constituição de latifúndios rentistas), além de manter os jovens indianos com educação ocidental em posições subalternas. A defesa da identidade e da unidade indiana proposta pela organização, no entanto, levantava suspeitas nas minorias que temiam a hinduização e o fortalecimento do sistema de castas. A ruptura anunciava-se principalmente pela defesa da restauração das tradições e valores morais centrados no hinduísmo, proposta pelo Partido do Congresso.

Com Gandhi, o instrumento estratégico e ponto fundamental da política do partido foi a desobediência civil não violenta. Técnica desenvolvida na luta pelo reconhecimento de direitos das comunidades orientais emigradas para a África do Sul. A primeira campanha indiana foi contra as reformas administrativas de 1920, caracterizada pelo boicote aos tribunais, ao ensino e aos impostos, causando a prisão de mais de 30 mil pessoas. O sucesso da ação aumentou as adesões, intensificando o medo dos muçulmanos à hinduização do movimento. No final do ano aconteceu a separação entre a Liga e o Congresso. Ruptura que passou a ser explorada permanentemente pelos britânicos para enfraquecer a luta pela independência e protelar sua realização. Abria-se a possibilidade de “balcanização” do território, projeto que objetivava manter o controle da região quando a independência fosse indispensável.

Durante o resto da década de 1920, o crescimento e o enraizamento popular do Partido do Congresso foi acompanhado por um processo crescente de hinduização, alienando progressivamente as minorias significativas (principalmente a muçulmana). Os anos finais da década foram de importância na configuração da futura independência, pela radicalização da posição das minorias, pelo conflito de projetos das lideranças (Nehru, representando a posição esquerdista dos jovens, e Gandhi, a posição tradicionalista da velha guarda), que refletiu-se pelas décadas posteriores. A crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e a posterior depressão da economia mundial trouxeram consequências fundamentais para a sobrevivência do Império. A depreciação das exportações com a consequente incapacidade de importar possibilitou o crescimento da indústria indiana com capitais nacionais – via substituição de importações – e o fortalecimento da burguesia ligada ao Partido do Congresso.

Em 1935, prevendo a inevitabilidade da futura independência, os ingleses impuseram a Lei do Governo Indiano provocando a reação organizada e enfrentada dos nacionalismos hindu e muçulmano. Uma consequência direta foi a transformação em 1937 da Liga Muçulmana num partido secessionista de luta por um Estado autônomo (Paquistão) nas áreas de maioria islâmica. Outra consequência foi o endurecimento do confronto no Partido do Congresso com a eleição para a presidência de Bosé, que aceitava uma aliança com o Eixo contra os britânicos. A deterioração da situação política levou Bosé a organizar um movimento, aliando-se aos países do Eixo e a romper com o partido.

Em 1939, o Vice-Rei declarou unilateralmente a Índia como beligerante e começou a exigir um pesado esforço de guerra. Os nacionalistas recusaram a cooperação, o que gerou violenta repressão com mais de 60 mil prisões de quadros Partido do Congresso e possibilitou que Bosé colaborasse militarmente com o Japão no conflito pela Birmânia. A Segunda Guerra Mundial que facilitou a expansão industrial teve um custo desmesurado para a colônia. As cobranças de trabalho, produtos e tributos para o esforço de guerra tornaram a região faminta, descontente e hostil. A decapitação do Partido do Congresso facilitou a emergência de movimentos populares autônomos e a difusão das ideias marxistas. Essa situação foi fundamental para a reaproximação da Liga Muçulmana e do Partido do Congresso, ao final da guerra, a fim de manter o controle do processo político.

Em 1945, os ingleses tiveram de optar entre o Império ou a sociedade de bem-estar na metrópole. A decisão foi pelo fim do domínio formal naquela área do Império, estabelecendo negociações para a independência. O problema dos protetorados nos principados indianos e o confronto entre secessionistas e unitários prorrogaram as discussões

até 1947. A primeira posição era defendida pela Liga e simpática aos ingleses, como possibilidade de manter um poder informal na região. O negociador britânico era Lorde Mountbatten (nomeado Vice-Rei) e conhecedor da Índia, no entanto, a morosidade do processo levou o Parlamento Britânico à geração de um fato consumado, quando em 15 de julho de 1947 votou pela partilha e independência. Em 15 de agosto, o núcleo do Império foi dividido entre os governos interinos da Índia e do Paquistão. Como consequência imediata, deflagrou-se um processo de desordem, violências confessionais (com massacres brutais) e migrações forçadas de minorias dos novos Estados. Nesse caos político, além do assassinato de Gandhi, mais de cem mil pessoas perderam a vida num curto tempo.

Efetivada a independência, as áreas do perímetro defensivo do Vice-Reino perderam sua razão de ser: o Ceilão e a Birmânia foram emancipados em 1948, apenas a Malásia permaneceu colonizada até 1957. Esse território era estratégico no controle do estreito que ligava o Oceano Índico com o Oceano Pacífico e enfrentava uma guerrilha comunista baseada na minoria étnica chinesa, além de possuir imensas plantações de seringueiras e produtivas minas de estanho, responsáveis pelo superávit comercial britânico.

Realizada a independência, cabia a tarefa de unificação, homogeneização e enquadramento das sociedades nacionais. O processo durou até o início dos anos 1950 para a União Indiana e até março de 1971, com a secessão de Bangladesh, para a República do Paquistão.

6.4.3 A independência da Indonésia – fim do império holandês

O império holandês na Ásia estava situado no arquipélago que atualmente constitui a Indonésia. A reduzida capacidade demográfica batava impediu que todo o arquipélago fosse estruturado politicamente como colônia – atributo de áreas das ilhas maiores e de certas regiões específicas – possibilitando a constituição de protetorados e de regiões apenas formalmente subordinadas. No entanto, a política econômica determinada pela metrópole em seu benefício era aplicada em toda a área.

Uma característica fundamental do império era a diversidade religiosa e de estruturas políticas locais preexistentes que sobreviveram ao longo do tempo. Nesse aspecto, havia uma nítida divisão entre as influências hindu e muçulmana, com essa última predominando nas cidades e nas áreas diretamente envolvidas no comércio a longa distância. Paralelamente a essas, existia uma consistente minoria da diáspora chinesa, instalada antes do século XVI. Essas características, acompanhadas pela evolução econômica e administrativa e

pela política linguística dos holandeses (que impôs uma língua comum, para a colônia, baseada na falada nos mercados), foram as responsáveis por aspectos singulares da descolonização e do projeto nacionalista.

Os nacionalistas indonésios tiveram sua base em uma classe média de intelectuais ligados aos aspectos modernos da colônia e ao movimento de reforma do Islã surgido no Egito do início do século XX. Daí surgiram as principais lideranças, bases e propostas do movimento, bem como os seus principais limites. Paralelamente ao nacionalismo, a penetração do comunismo entre os trabalhadores urbanos e camponeses pobres de certas áreas mesclava a reivindicação de independência com revolução social. Por duas vezes, nas décadas de 1920 e de 1940, o Partido Comunista Indonésio (PCI) dirigiu derrotadas insurreições no interior do país para alcançar os objetivos do seu projeto.

A luta pela independência foi fortemente estimulada pela ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, observa-se a destruição dos instrumentos de dominação holandeses, fosse pela frustração de suas promessas, que terminaram submergidas pela crua exploração, explicada pelas necessidades do esforço de guerra, fosse pela habilitação dos nacionalistas ao exercício do controle do aparelho do Estado, com a sua utilização como substituto dos agentes administrativos e policiais do Império Holandês. A derrota japonesa possibilitou a proclamação unilateral (agosto de 1945) da independência pelas forças organizadas desde 1927 no Partido Nacional, originado no movimento de reforma islâmica. No entanto, o desembarque de tropas aliadas para desarmar os derrotados possibilitou o retorno dos metropolitanos, que tentavam restaurar a situação do pré-guerra. Iniciou-se um período confuso quando as questões do confronto bilateral passaram a ter um peso significativo.

Dada a situação indefinida e a diversidade estrutural do arquipélago, as forças em confronto chegaram, em novembro de 1946, aos acordos da Conferência de Linggadjatti que criava a União Holanda- Indonésia, “balcanizando” as ilhas politicamente divididas em uma república e estados monárquicos de pequeno porte dependentes dos batavos. A Holanda passou a agir como se os acordos não existissem e lançou um processo de reconquista – conhecido como “operações policiais” na área da república. A primeira operação teve como consequência a Conferência de Renville, em janeiro de 1948, e proporcionou que em setembro eclodisse a insurreição comunista de camponeses – reprimida pelos nacionalistas. Pelos acordos de Renville a República Indonésia teve seu território reduzido. O sucesso metropolitano encorajou o lançamento de uma segunda operação policial em dezembro do

mesmo ano com efeitos desastrosos: eclosão da guerrilha nacionalista acompanhada por um intenso movimento de massas de não colaboração e a criação de um governo nacional clandestino que levou ao fim do “federalismo balcanizador” e a proclamação da república unitária em todo o arquipélago. Em 1954, o governo proclamou unilateralmente o fim da União Holando-Indonésia e posteriormente nacionalizou todos os seus investimentos.

É de se destacar o papel dos EUA que, dada a vitória da Revolução Chinesa, reorientou sua estratégia para a região, pressionando, em nome de interesses globais e superiores, os holandeses a conceder a independência.

Como Estado plenamente independente, a Indonésia permaneceu ao nível das revoluções nacionais anti-imperialistas, sendo até 1965 um campo de disputa com o projeto de uma revolução nacional e social. O governo de Sukarno tornou-se uma das forças do neutralismo entre os dois blocos de poder das superpotências e foi um dos patrocinadores, além de hospedeiro, da importante Conferência de Bandung de 1955 que originou a institucionalização do Terceiro Mundo e intensificou o processo de descolonização.

6.4.4 A destruição do império francês na Indochina

Constituído por colônias e protetorados, o império da França na Indochina foi organizado com o objetivo de acessar o mercado do sul da China e de explorar economicamente a península. Diversificado culturalmente por ser uma área de ligação entre a cultura hindu e a chinesa, também englobava uma população de fortes raízes budistas e grupos montanheses. Por suas reservas minerais e áreas favoráveis ao cultivo da seringueira – o futuro Vietnã tornou-se o principal atrativo e a região mais explorada. No entanto, a longa tradição de resistência e o desenvolvimento cultural da área que abriu perspectivas às novas gerações logo possibilitaram a emergência de resistência. Já em 1919, um jovem nacionalista (que posteriormente adotaria o nome de Ho Chi Min), reivindicou a independência na Conferência de Versalhes. A desconsideração pela aspiração vietnamita levou-o à recém fundada Internacional Comunista como militante e, posteriormente, como responsável na região. O projeto original da III Internacional encontrou apoio entre os camponeses pobres do norte que efetivaram um levante sufocado pelos franceses.

Até a Segunda Guerra Mundial, vários movimentos reivindicavam a independência. Os anti-imperialistas apresentavam-se divididos entre nacionalistas burgueses, partidários de uma revolução anticolonial, e os influenciados pelo comunismo, defensores de uma revolução anticolonial e social. Durante a ocupação japonesa na Segunda Guerra

Mundial, os nacionalistas desmoralizaram-se por colaborar com os japoneses. Ao mesmo tempo, Ho Chi Min organizou um movimento que abrangia toda a região e atuava conforme os objetivos propostos anteriormente. A “Liga para a Independência do Vietnã” (Viet Minh) não só defendia as aspirações independentistas como também uma revolução social, além de encabeçar a luta contra a ocupação japonesa. Rapidamente alcançou profunda penetração popular e regional.

Ao final da guerra, os japoneses patrocinaram a proclamação de uma independência de cima para baixo e conservadora das estruturas políticas preexistentes e preservadas nos protetorados pelos franceses. Bao Dai (príncipe do protetorado do Annam) recebeu um país constituído pela colônia da Cochinchina no sul, pelos protetorados de Tonkin ao norte e de Annam no centro. Entretanto, o Viet Minh preparara uma insurreição que eclodiu em agosto de 1945 e triunfou em todas as regiões do Vietnã (Tonkin, Annam e Cochinchina), forçando a renúncia de Bao Dai e proclamando a república. Ao mesmo tempo, a Conferência de Podstan determinou que o exército chinês desarmasse os japoneses ao norte e os ingleses realizariam a mesma tarefa ao sul. Paralela à independência do Vietnã, os ocupantes nipônicos patrocinaram as do Camboja e Laos.

Aproveitando-se das determinações dos aliados, os ingleses possibilitaram o desembarque de franceses e os rearmaram após a Proclamação da República Democrática do Vietnã. Ainda em 1945, frente à fraqueza da posição Viet Minh na Cochinchina (divisões, seitas armadas, oposição à integração), um golpe francês restabelecia o domínio na região e uma base para a reconquista do império. A situação tornou-se conturbada não só pelo conflito contra os franceses, mas também pelas diferentes posições assumidas pelo governo de Paris, pelo exército francês, pelos colonos e pelos interesses coloniais. Enquanto o exército procurava recuperar, na região, suas derrotas históricas e os interesses coloniais lutavam para manter seus benefícios, Paris procurava manter a integridade imperial reconhecendo a liberdade dos Estados desde que submetidos à União Francesa em constituição.

A instabilidade dos governos de Paris, o “lobby” colonial na metrópole e os interesses conjugados na região possibilitaram, em 1946, uma política de reconquista com um governo provisório controlado pelos colonos na Cochinchina e a deflagração de hostilidades contra o Viet Minh consolidado no norte. Esse fato foi a origem da guerra de libertação e levou à constituição de um fantasmagórico Estado do Vietnã, associado à União Francesa e sob a direção do mesmo Bao Dai, antigo protegido dos japoneses e sustentado pelos bispados católicos, pelas seitas budistas e pelo Dai Viet (partido pró-fascista que apoiara os japoneses).

Em face de tal situação, o Viet Minh iniciou uma campanha armada de libertação nacional e social. No ano de 1947, foram claramente definidos os princípios, a amplitude (as frentes de combate: militar, política, econômica e cultural) e a estratégia baseada em uma guerra de guerrilha e de movimento e estruturada em fases: defensiva, resistência e contraofensiva geral. No outono de 1947, a vitória sobre a ofensiva francesa no norte possibilitou a consolidação da república que passou a estruturar o governo, a efetivar reformas de profundo impacto e constituir um exército (armado por arsenais na selva) e politicamente educado.

O sucesso do Viet Minh decorreu, em parte, das intensas campanhas de alfabetização que utilizaram a transcrição da linguagem latina (implantada pelos missionários da colônia) em substituição aos caracteres chineses, pela reestruturação democrática dos tradicionais mecanismos de governo de aldeão e pela destruição dos meios de subalternidade das mulheres e dos jovens. A luta militar era acompanhada por uma profunda revolução social e cultural.

Até o ano de 1949, a situação evoluiu lentamente. A vitória da Revolução Chinesa possibilitou uma virada ao proporcionar reconhecimento diplomático e uma retaguarda amigável à República. Entretanto, a região passou progressivamente a ser parte ativa do confronto bipolar. Com a deflagração da Guerra da Coreia, em 1950, o Vietnã foi inserido no confronto da Guerra Fria e da política de contenção dos EUA. O resultado foi o intenso apoio militar, econômico e diplomático dado ao governo de Bao Dai e aos franceses para manter a posição no flanco sul da Ásia, que estaria ameaçada pela expansão do comunismo mundial. Pode-se dizer que a Guerra Fria lançou a jovem república (cujos líderes emulavam a democracia americana) no bloco constituído pela URSS.

Apesar de ter custado centenas de milhões de dólares aos cofres dos EUA, o apoio norte-americano não conseguiu reverter a erosão da posição dos franceses e de Bao Dai. Em 1950, a República já alcançara o equilíbrio de forças e lançava os preparativos políticos da contraofensiva com a constituição de um bloco dos povos do Vietnã, do Camboja e do Laos (que haviam sido recolonizados a partir de 1946), a reorganização do Partido Comunista e a constituição de uma Frente Nacional Unificada. Até 1952, os revolucionários vietnamitas avançaram e levaram os franceses à armadilha de Dien Bien Phu (base francesa de tropas aerotransportadas construída no norte) que deveria aniquilar as forças da jovem república e isolá-las da China.

No ano de 1953, as forças de libertação intensificaram os preparativos militares ocupando progressivamente as montanhas que cercavam a base aérea de Dien Bien Phu com artilharia e tropas. Ao mesmo tempo, aprofundavam a sua base de sustentação social beneficiando os camponeses pobres com uma política de reforma agrária e econômica. A ofensiva Viet Minh isolou a base aérea e levou os franceses a pedir aos norte-americanos o uso de armas nucleares. A internacionalização do problema possibilitou que o chanceler britânico propusesse uma conferência internacional em Genebra. Enquanto era organizada a conferência, os vietnamitas baseados nos princípios da guerra popular prolongada arrancaram a capitulação do exército francês, coroando sua estratégia e a contraofensiva geral em 7 de maio de 1954.

Quando a reunião de Genebra inaugurou-se no dia 8 do mesmo mês, com delegações da França, dos EUA, da URSS, da China, da República Democrática do Vietnã e do Reino do Vietnã (dirigido por Bao Dai), além de comissões do Camboja e do Laos, a vitória da descolonização era já um fato consumado. O resultado da Conferência foi o acordo de 21 de julho com o reconhecimento da independência do Laos, do Camboja e do Vietnã. Foi acordada também a divisão temporária do Vietnã, ao longo do paralelo 17, e estabelecido um prazo de dois anos para a realização de eleições conjuntas sobre a reunificação do país.

A assinatura dos EUA (por causa da China) e do Vietnã do Sul de uma minuta separada que reconhecia os acordos possibilitou a desconsideração da convocação das eleições e gerou a base para a segunda guerra de libertação e de reunificação que durou até 1975 e ficou conhecida como a Guerra do Vietnã.

6.5 Revolução Chinesa

De importância fundamental para o processo descolonizador, foi a vitória da Revolução Socialista na China em 1949 e a implantação da República Popular sob a direção do PC Chinês. A China revolucionária faria gravitar o continente asiático para a descolonização acelerada, fornecendo bases de retaguarda e alento para os nacionalistas e socialistas. Sua defecção do bloco de poder hegemônico pelos norte-americanos provocaria uma reação dos EUA em relação aos países colonizados. Onde a segurança estratégica não estava em jogo, haveria o apoio para a implantação do autogoverno (através de pressões sobre as metrópoles) e onde uma “burguesia nativa confiável” é inexistente, haveria o apoio às metrópoles para a aniquilação das forças revolucionárias e a preparação da independência controlada em aliança com os conservadores locais no quadro da Guerra Fria.

Outra consequência da revolução Chinesa foi a constituição de uma área, junto com os recém-descolonizados países asiáticos, que contava com a maioria da população mundial, imensas reservas minerais permanentemente ameaçadas pela Guerra Fria e pelo imperialismo. Essa área apercebeu-se da fragilidade de sua posição enquanto persistisse o colonialismo e avançasse o neocolonialismo. Procurando fortalecer a sua posição, acabar com o colonialismo remanescente, autonomizar a região em relação à Guerra Fria e constituir uma terceira força ao nível internacional, foi convocada uma reunião dos países descolonizados que daria origem ao Terceiro Mundo.

6.6 A Conferência de Bandung

Convocada pela Índia, Paquistão, Ceilão e Indonésia, realizou-se a Conferência de Bandung (Indonésia) em abril de 1955. Dela, participam 29 países independentes e movimentos de libertação nacional. Foi realizada uma profunda crítica ao colonialismo e à exploração dos povos de cor. A conferência resolveu apoiar ativamente a luta pela independência e organizar um bloco (o Terceiro Mundo) de países neutros (ou não alinhados) para contrapor-se aos blocos de poder bipolares e instrumentalizar políticas pró-desenvolvimento econômico e social.

A URSS foi colocada praticamente no mesmo patamar dos EUA (país a ser pressionado) e a China com sua Revolução Socialista autônoma e particular e a Índia com seu neutralismo e modelo de sociedade que integrava o tradicional e o moderno foram apresentadas como os exemplos a ser seguidos. Propugnava-se uma separação deliberada do modelo europeu de sociedade universalizada pelo capitalismo.

Ao final da reunião, foi aprovada uma carta de Dez Princípios vaga o suficiente para acomodar as diferenças dos participantes e fortalecer a base de atuação do Terceiro Mundo emergente. A unidade e integração plena ficaram prejudicadas pela diversidade e desigualdade existente entre os participantes. Mas predominaria a tendência neutralista e não alinhada.

Era de importância fundamental, no documento, a defesa da democratização da ONU, a sua realização determinaria o fim do colonialismo e a constituição de uma ordem mundial pacífica e progressista. Os países participantes assumiam, também, o compromisso de envidar esforços diplomáticos para tornar independentes os remanescentes coloniais na Ásia e os territórios africanos subjugados aos impérios europeus.

A conferência inicialmente gerou perplexidade e hesitação nos EUA e na URSS, no entanto, a partir daí, haveria uma corrida pela cooptação do bloco ou no mínimo sua desarticulação por parte das grandes potências bipolares. As alianças que foram costuradas internacionalmente e a diversidade da realidade dos países afro-asiáticos terminaram por centrar a luta dos Bandungianos na descolonização e na busca do desenvolvimento. O neutralismo e o não alinhamento não conseguiram constituir-se numa força efetiva e geral do Terceiro Mundo que impusesse uma reorientação na política internacional. Os principais efeitos da Conferência foram a tomada de consciência afro-asiática, a força de pressão coletiva na ONU e a descolonização acelerada.

6.7 Outras considerações à guisa de conclusão

As lutas pela emancipação colonial, pelo não alinhamento e pelo desenvolvimento – iniciadas no Oriente Médio e extremo – sistematizadas na Conferência de Bandung, um desafio ao homem branco e sua pretensa superioridade, encerraram um ciclo específico da dominação e exploração. Com elas, os antigos colonialistas metropolitanos foram obrigados a recuar, sendo substituídos pelo neocolonialismo de caráter econômico e geopolítico. A conquista da soberania política que culminava nas independências africanas deixava claro que a Europa passava a uma posição secundária ao mesmo tempo em que expunha os resultados da “missão civilizadora” empreendida pelos impérios coloniais: desarticulação das sociedades tradicionais, integração subordinada e dependente da economia africana e rebaixamento do autorrespeito das populações de cor. Reagindo a essa situação, os movimentos nacionalistas buscariam uma ideologia que restaurasse a dignidade humana, recriasse os laços rotos e apontasse caminhos alternativos de desenvolvimento. Instrumentalizariam os organismos especializados da ONU e em alguns momentos seus ideólogos cairão no sectarismo. Mas, enfim, era preciso recuperar a dignidade e a humanidade, construir uma nova sociedade e recuperar os laços com a história.

A emancipação colonial, Bandung e o terceiro-mundismo tiveram outro efeito. Após 1955-56, obrigaram os europeus a acelerar sua organização continental e procurar integração econômico-política. Esse seria o meio de evitar serem engolidos pela dinâmica economia norte-americana e suas corporações transnacionais. Perdidas as colônias – fonte de riqueza, de poder e mercados –, restava aceitar a integração ou tornar-se dependentes da economia hegemônica e meros objetos na disputa bipolar da Guerra Fria.

A independência política das colônias, no entanto, encontrou pobreza, falta de estrutura, de investimentos e de quadros para o desenvolvimento. Essa situação possibilitou uma brecha para as pressões das potências e grupos neocoloniais que progressivamente impuseram condições para os investimentos e a ajuda – mesmo a humanitária. O neocolonialismo não só restringiu a autonomia e soberania, como também pressionou os governos para a adesão e a ruptura da neutralidade e do não alinhamento; favoreceu golpes conservadores e adotou ditaduras antipopulares e antinacionais; impôs reorientações econômicas e sociais através de órgãos internacionais, conselheiros, empréstimos e ajuda condicionada aos interesses estratégicos da Guerra Fria e político-econômicos do imperialismo.

Se a Ásia parece haver limitado os efeitos do neocolonialismo, a África sofreu em cheio seus efeitos, até porque as massas de colonos europeus no sul e a persistência portuguesa em Angola e Moçambique, bem como o governo Mobuto, no Zaire, serviam de ponta de lança contra a luta dos africanos pela recuperação de sua independência e dignidade.

7 HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO E DA DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA

7.1 Descolonização africana

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Continente Africano está dividido entre quatro grandes impérios coloniais com metrópole na Europa. Inglaterra, França, Bélgica e Portugal eram senhores da maior parte do território. Onde não controlavam territórios como colônia própria, beneficiavam-se dos mandatos fiduciários da Sociedade das Nações e da ONU sobre os espólios da Alemanha e da Itália. Exceção a essa situação eram a África do Sul (que controlava a antiga colônia alemã da Namíbia – mandato da Sociedade das Nações); o Egito, que gozou no período de 1922- 1952 independência relativa controlada pela Inglaterra; o Sudão, um condomínio colonial anglo-egípcio; a Libéria, fundada no século XIX para abrigar ex-escravos norte-americanos; e a Etiópia, reino africano que foi colonizado pela Itália, entre 1936-1944 e que reconquistou a independência ao final da guerra. Fora dessas situações havia o império espanhol com fraca implantação territorial no noroeste africano e enclaves insignificantes na África Equatorial (reminiscências do tráfico negreiro).

Sendo a África a última região incorporada ao imperialismo colonial e à exploração econômica direta e integral do continente, esta foi submetida no final do século XIX e no início do século XX. A implantação metropolitana era menos profunda, e a artificialidade das fronteiras imperiais permitia certa fluidez de contatos entre os nativos de origem comum, mas divididos pela partilha europeia. Por outro lado, os agregados administrativos impostos pelas metrópoles unificavam territórios com sociedades, tradições e culturas diferentes, quando não antagônicas. Esse seria um fator de instabilidade e dos conflitos posteriores da África independente. Outro aspecto fundamental do colonialismo na África era a escolha de grupos tradicionais: “tribos” ou “etnias” específicas para os serviços subalternos de administração e dominação colonial; outra fonte de conflitos, confrontos e instabilidade na África descolonizada.

Das regiões coloniais, exceto a Líbia, que alcançou a independência em 1951, todas as áreas foram descolonizadas após a Conferência de Bandung, sendo preponderante o processo realizado na primeira metade da década de 1960. A maioria das independências foi concebida pelas metrópoles de forma rápida e balcanizadora, fragmentando os agregados administrativos coloniais.

As razões para a rápida descolonização estão relacionadas com a atuação e apoio dos países do Terceiro Mundo, o caráter de revolução social que tomavam os movimentos independentistas, a incapacidade metropolitana de reorganizar a exploração/dominação colonial e a crescente influência do neocolonialismo entre as forças econômicas e políticas das metrópoles. A rápida concessão de independência impediu a consolidação de uma força pan-africana que impusesse condições unitárias. Por outro lado, impôs governos conservadores confiáveis e aliados na maioria das áreas descolonizadas do continente, bloqueando a construção da soberania plena e compensando as tentativas frustradas de constituições de comunidades de novo padrão entre as metrópoles e as colônias. As contradições inter-regionais são outros fatores da “balcanização”⁶⁵ do território africano. Esses elementos são fatores que explicam a instabilidade interna, os golpes e revoluções palacianas, bem como as sangrentas guerras civis na África independente.

Onde havia forte concentração de colonos europeus, grandes interesses econômicos estratégicos ou a dependência direta pela metrópole da exploração colonial africana, o processo de independência não foi rápido e tranquilo. Aqui a resistência dos colonos e os interesses econômicos metropolitanos levaram a cruentas e destruidoras guerras ou a intervenções mercenárias antes e após a independência. As metrópoles e os interesses empresariais tiveram de constituir, armar e fortalecer grupos internos que sustentassem seus empreendimentos ou fizessem concessões aos colonos. Os resultados variaram, mas uma característica geral foi a fuga dos colonos após a concessão da independência. Tal foi o caso da Argélia Francesa, do Quênia Inglês, da Rodésia do Sul, das colônias portuguesas e do Congo Belga. Em todas essas áreas, houve violenta resistência à descolonização e à tentativa de destruição dos grupos nacionalistas (que possuíam forte conotação socializante). Nessas áreas, o processo de descolonização alcançara seu final na década de 1980.

Se a descolonização criou uma série de Estados soberanos, na maioria dos casos, num curto espaço de tempo ela apresentou uma série de novos problemas que dificultavam, quando não impediam, o desenvolvimento das sociedades africanas. Ao retirar-se da África, voluntária ou forçadamente, os europeus deixavam situações piores do que as que encontraram quando iniciaram sua colonização. A balcanização do continente, fronteiras

⁶⁵ **Balcanização.** Expressão utilizada para identificar o processo de fragmentar uma região, estado, país em unidades menores pequenas, separadas e hostis numa determinada zona, em benefício de potências imperiais. Também é utilizada para identificar processos de divisão cultural em identidades diferentes. A origem da expressão deve-se aos conflitos que fragmentaram os territórios da península balcânica, então pertencente ao Império Otomano, em benefício das potências imperialistas, no início do século XX.

artificiais, a dependência da economia aos mercados internacionais, a monocultura exploradora, os Estados frágeis que contavam com populações retribalizadas e sem uma língua administrativa própria são alguns dos efeitos da descolonização acelerada ou das longas guerras de libertação que ainda desmantelariam as economias africanas.

Nesse quadro caleidoscópico que impediu a constituição de organismos regionais e reagrupações territoriais, foi criada uma organização continental baseada no pan-africanismo, no não alinhamento e no apoio à autodeterminação e a organização da Unidade Africana – fundada em 25/05/1963 na Conferência Interafricana – em Addis Abeba, capital da Etiópia. A OUA teve um papel de destaque na articulação política do continente contra o *apartheid* sul-africano, no apoio às forças nacionalistas que encontravam resistência à descolonização e na harmonização dos interesses nos novos Estados africanos frente às pressões políticas e neocoloniais. Seu primeiro sucesso foi resultado da união entre o “Grupo de Casablanca” (constituído em 1961), radicalmente anticolonialista e neutralista, e o “Grupo Brazzaville”, conservador e alinhado ao ocidente.

A partir daí, a OUA pode estabelecer uma unidade mínima conforme seus objetivos de unidade e solidariedade, defesa da soberania e integridade territorial, e eliminação do colonialismo. Uma série de princípios reguladores como igualdade dos membros, intocabilidade das fronteiras, não intervenção nos países vizinhos, busca de solução pacífica para contenciosos internacionais, não alinhamentos e cooperação com a ONU conseguiram estabelecer um convívio não conflituoso entre os novos Estados africanos. Esses princípios reguladores limitavam, por outro lado, uma ação impositiva e eficaz da organização sobre o governo de seus Estados. Isso se refletiu na instabilidade interna e na ciranda de golpes em cada país africano.

Eliminado o colonialismo no continente, novos problemas emergiram. O subdesenvolvimento e as heranças coloniais, o confronto entre modelos de desenvolvimento e organização social, os resíduos imperialistas e a pressão neocolonial eram fardos que pesavam sobre os novos Estados independentes. A constituição de uma identidade nacional era outro problema grave decorrente das fronteiras criadas pelos impérios e da retribalização absoluta imposta pelos europeus como instrumento de dominação colonial. A frustração das esperanças e o fracasso do desenvolvimento segundo uma matriz europeia levou ao crescimento do “socialismo africano” – designação que expressa um conjunto polimórfico de tendências – que busca, nas tradições locais, instrumentos práticos para alcançar o progresso e a superação dos problemas herdados do passado recente, bem como a dependência

econômica. As dificuldades encontradas, os problemas internos e o protagonismo dos “pais da independência” impacientavam as populações e políticos, originando golpes e a implantação de governos ditatoriais – civis militares – que eram paralisados em seus projetos e expectativas pelas divisões internas, pelo neocolonialismo e pela baixa capacidade industrial local.

Neste capítulo, procuro contribuir para a discussão e o conhecimento de um período histórico e de suas características básicas, apontando alguns elementos que considero importantes para o preenchimento de lacunas de formação. As transformações do mundo nas últimas décadas, a dificuldade de acesso às fontes e a carência de material bibliográfico sistematizado sobre o tema animaram sua elaboração. O desafio de ministrar uma disciplina sobre descolonização dos continentes asiático e africano ao longo do século XX nos Cursos de Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Especialização da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) gerou a necessidade urgente da produção de um texto explicativo e sintético para instrumentalizar os discentes.

Estruturalmente, a exposição do texto foi dividida em dois blocos, sendo que o primeiro, que trata da colonização, tem caráter inédito e é centrado na experiência do continente africano onde ocorreu a colonização sob o capitalismo monopolista – imperialismo – no final do século XIX e início do século XX. O segundo é uma revisão e adaptação de artigos sobre a descolonização já publicados na Revista *Ciências e Letras*⁶⁶, volume 16 (1990) e volume 21/22, em uma edição especial sobre África Contemporânea (ano 1998).

O período inaugurado ao final da Segunda Guerra Mundial significou a vitória dos Aliados sobre os “totalitarismos” do Eixo, e também uma transformação radical no quadro dos processos histórico, político e das relações internacionais. Ao lado do deperecimento europeu, aconteceram a ascensão de novas potências com projeção mundial, o avanço do capitalismo a novos patamares de desenvolvimento e a integração e principalmente a descolonização da Ásia e da África. Estes não são fatos ou acontecimentos isolados: constituem por si mesmos elementos de uma mesma totalidade e de processos históricos mais gerais que tiveram sua origem nos albores da época *moderna*⁶⁷, possuem uma historicidade, atuam na configuração do mundo contemporâneo como causas e efeitos dialeticamente retroalimentadores. O objeto de nosso aporte é o estudo introdutório dos processos de

⁶⁶ Revista publicada pela Faculdade Porto Alegrense (FAPA).

⁶⁷ A expressão *moderna* refere-se a um longo processo histórico marcado pela transição do feudalismo para o capitalismo e pelo processo de acumulação primitiva de capitais centralizado no continente europeu. Esta série de acontecimentos históricos determinou o estabelecimento de um sistema mundial com seu centro e suas periferias (nos continentes americano, asiático e africano).

colonização e de descolonização da Ásia e da África. Processos que assumiram velocidade e intensidade aceleradas após a Segunda Guerra Mundial e ao mesmo tempo expressaram uma ruptura com as formas de dominação impostas desde o final do século XIX, se transformando em um emblema e um problema da situação mundial do pós-guerra. A descolonização foi uma profunda ruptura com o passado. No entanto, mesmo mantendo uma situação de dependência neocolonial, paradoxalmente, ela foi a conclusão e realização desse mesmo passado, o que também expressa uma continuidade histórica.

7.2 Agentes da penetração e da partilha e da conquista da África Subsaariana

7.2.1 O início da penetração europeia

A integração de África, como um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da Era Moderna, possibilitou e determinou sua reestruturação geopolítica e econômica. Surgiram ou se desenvolveram novos Estados litorâneos, como Ashanti, Benin e N'Gola, entre outros, voltados à exportação de mão de obra para as Américas. Para tal, eles adotaram os princípios monopolistas do mercantilismo e produziram seus “artigos” através da guerra ou do comércio com o interior. Tal atividade proporcionava rendas que mantinham e enriqueciam os governantes, seus séquitos (aristocratas, funcionários, militares) e os comerciantes locais, além de gerar demanda para gêneros agrícolas e artesanais. A esse novo tipo de organização econômica, correspondeu uma profunda reorganização de rotas, parceiros e objetivos. Reagindo e respondendo às pressões do Antigo Regime (Impérios Absolutistas europeus), os africanos mantiveram os europeus encurralados em enclaves litorâneos, chamados feitorias, e controlaram o pilar fornecedor de escravos até a crise do sistema (KIZERBO, 1980; M'BOKOLO, 2008; LOVEJOY, 2002).

O desenvolvimento do capitalismo provocou uma série de transformações que terminaram por romper o sistema e provocar uma revolução originada no polo central que afetou profundamente todo o mercantilismo. As chamadas “Revolução Burguesa”, “Revolução Atlântica”, “Revolução Francesa” e “Revolução Industrial” foram, na realidade, uma revolução sistêmica, cujos efeitos exigiram e possibilitaram transformações contraditórias em todos os parceiros do “Antigo Regime”, reunindo-os em ritmos desiguais em uma nova estrutura.

Transformações materiais, políticas e ideológicas na origem e no resultado dessa revolução intensificaram o tráfico de escravos e a sua condenação. Os Estados do litoral da

África, monopolizadores da exportação de escravos, descobriram alternativas para sua crise no desenvolvimento paralelo do chamado “tráfico legal” de matérias-primas e insumos localmente produzidos. O efeito imediato foi o surgimento de novos tipos de produtos de comércio livre (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim) e da nova atividade mercantil, ao mesmo tempo em que autoridades e traficantes locais introduziam no continente a produção escravista em larga escala para suprir as lavouras de exportação (*plantation*), características do continente americano (LOVEJOY, 2002; KI-ZERBO, 1980).

O processo transitório gerava instabilidade e transformação em todo o planeta, provocava tensões internas, disputas pelo controle de áreas de produção e de escoamento, mas mantinha o controle da produção e os principais ganhos nas mãos africanas e de seus Estados independentes, os quais “jogavam” com as necessidades dos importadores europeus. A crise e as instabilidades das mudanças, acompanhadas pela luta da Inglaterra contra o tráfico de escravos, determinaram novo tipo de ocupação europeia no litoral. Eram então necessárias bases navais para a repressão ao tráfico negreiro, áreas para devolução de ex-escravos e para controle de rota de exportação de produtos legais, que eram produzidos por escravos no interior africano (LOVEJOY, 2002; M'BOKOLO, 2007; RODNEY, 1975).

Novos tipos de enclave instalaram-se: missões religiosas, aquartelamento e casas comerciais. Os fundamentos e mecanismos de ação eram a transcrição materializada da nova ideologia em ascensão – o liberalismo – com seu corolário de pressão sobre os custos. Como consequência, o Estado de origem não devia ou não desejava arcar com os custos. As fontes locais deviam suprir as despesas públicas. Com esses fatores, surgem os novos elementos que estarão na base da conquista colonial da África: missionários, exploradores, soldados e principalmente comerciantes (KI-ZERBO, 1980).

7.2.2 A Conferência de Berlim e a partilha da África

A intensificação da corrida por esferas de influência no território africano, originada pela disputa entre capitalistas europeus e Estados africanos como Ashanti, Benin e N'Gola, que controlavam ferreamente as exportações dos novos produtos, foi potencializada pela crise econômica que eclodiu na Europa na década de 1870. Para os europeus, era necessário abrir o comércio direto para os produtos africanos e os manufaturados europeus. Nesse quadro, tornou-se necessária uma ruptura do controle do acesso ao interior, que era mantido pelos Estados africanos do litoral. Tais Estados vinham, ao longo do século XIX,

estabelecendo impérios tributários com a subjugação dos vizinhos menos poderosos e, assim, compensando os prejuízos da repressão ao tráfico internacional de escravos.

Outro aspecto decorrente do processo foi a internalização, no continente, da escravidão moderna, para atender à demanda do comércio legítimo dos novos produtos. Essa situação – a utilização de escravos na produção africana – provocava o aumento da intervenção filantrópica (via missionários) e da pressão sobre os Estados europeus para intervir, através do estabelecimento de consulados e de seus agentes para firmar acordos de proibição do tráfico de escravos e de liberalização de mercados, além do estabelecimento de esferas de interesse (LOVEJOY, 2002; M'BOKOLO, 2007).

Diante dos tradicionais parceiros nas relações da Europa com o continente africano – Inglaterra, França e Portugal –, que deslocaram os antigos concorrentes da época mercantilista⁶⁸, surgiram novos competidores: o rei Leopoldo II, da Bélgica, e empresários alemães. Se o primeiro pretendia construir um império colonial privado na África Central, os segundos desejavam estabelecer esferas de influência no litoral dos territórios africanos com projeção para o interior, nas áreas não controladas pelas potências tradicionais. Métodos privados, através de empresas que recebiam apoio estatal e de entidades filantrópicas, foram empregados. Associações aparentemente internacionais de exploração, além de companhias com carta de direitos emitidos por potências europeias, mesclaram-se nessa corrida gerando desconfiança recíproca e instabilidade (WESSELING, 1998).

Exploradores e viajantes, agindo por representação ou autonomamente, estabeleciam, por onde passavam, tratados e acordos pessoais em benefício de Estados europeus, sob a forma de cessão de soberania ou de estabelecimento de esferas de interesse e áreas de proteção monopolizadas por potências específicas. Portugal tentou fortalecer, com reconhecimento internacional, seu controle sobre a foz do rio Congo, sendo barrado pelo governo britânico. Essa situação, numa área de intensa disputa, proporcionou as condições para a convocação de uma conferência internacional em Berlim, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Seus objetivos explícitos eram o estabelecimento de regras para a liberdade comercial e a atuação humanitária no continente. Na conferência, foram estabelecidas regras para a liberdade de comércio e igualdade de condições para os capitais concorrentes. O mundo liberal venceu o protecionismo (BRUNSCHWIG, 1974; COQUERY-VIDROVICH; MONIOT, 1985).

⁶⁸ Como exemplo, podemos citar os mercados dos Países Baixos (Holanda), da Dinamarca e de cidades alemãs.

Paralelamente aos tratados de navegação, foi reconhecida a esfera de influência da Alemanha sobre os territórios litorâneos conquistados ou ocupados por suas *chartered companies*, companhias de carta ou alvará que assumiam os direitos e os deveres da dominação e eram resguardadas pela diplomacia e poder militar metropolitanos e o Estado livre do Congo, propriedade pessoal do rei da Bélgica. Definiam-se, também, a legitimidade e inviolabilidade das esferas dos antigos ocupantes do litoral da África – Inglaterra, França e Portugal. A conferência estabeleceu ainda as regras para a legitimidade da dominação: a prova de ocupação definitiva e a declaração desta para possível contestação por outras potências europeias e assinaturas de acordos (BRUNSCHWIG, 1974; COQUERY-VIDROVICH; MONIOT, 1985; M'BOKOLO, 2007; KI-ZERBO, 1980). Um paradoxo das decisões foi a limitação do reconhecimento da soberania europeia nas áreas litorâneas, o que abriu caminho à corrida pela conquista do interior e ao estabelecimento de novas fronteiras que atendiam aos interesses econômicos, aos limites de conhecimento do interior e às rivalidades intraeuropeias. Ao final da conferência, a história e a política africanas passaram a ser definidas pela diplomacia europeia.

Após a conferência, os beneficiários trataram de impor a sua dominação no interior e de remodelar geopolítica, social e economicamente o continente, transformado em objeto do imperialismo de novo tipo que surgia na Europa⁶⁹. Para isso, usavam os mesmo argumentos de sua instalação no litoral: fim da escravidão, civilização, cristianização e abertura do território para o comércio internacional. Iniciaram-se as guerras de conquista e a dependência econômica do continente das economias industriais das potências europeias.

7.3 Os diferentes sistemas coloniais: conquista, dominação, exploração e modernização

7.3.1 A conquista e a ocupação da África

Tendo o Congresso de Berlim estabelecido as regras para a partilha da África e reconhecido a supremacia das potências europeias, cabia realizar ajustes das fronteiras litorâneas e a incorporação do interior do continente. Diplomacia e armas modernas seriam utilizadas. A primeira, para as relações entre os europeus; as segundas, para as relações com

⁶⁹ Este imperialismo de novo tipo remete a definição de imperialismo elaborada por Lênin em seu livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, publicado em 1916. A este conceito correspondia a divisão do planeta em áreas coloniais subordinadas às novas potências europeias que ascenderam com a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

os africanos. A dominação efetiva do continente gerou guerras de conquista territorial e para a submissão dos africanos até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Os naturais do continente resistiam à perda de uma soberania e às transformações econômicas, fiscais e políticas que, junto com a exploração predatória de recursos naturais e demográficos, impunham a subordinação da África.

Os propagandistas e os agentes imperialistas visavam explorar economicamente o continente e adaptá-lo a nova Divisão Internacional do Trabalho, enquanto uma região periférica e subordinada. A riqueza produzida para o atendimento da demanda de minerais, matérias-primas e gêneros tropicais da nova sociedade fabril, monopolista e urbanizada deveria ser acumulada na metrópole. Além disso, deveria garantir lucro para os capitais investidos e baixo custo de produção, bem como reservas que possibilitassem a liberdade de ação e produção das potências imperialistas. Para isso, era necessário submeter territórios e populações, reorganizar a produção e o sistema de propriedade, além de obrigar a população ao trabalho orientado pelos novos objetivos e volumes de produtos (RODNEY, 1975). Esse imenso processo de expropriação da economia, do tempo, da cultura e das condições de vida originou rebeliões e resistências, principalmente nas sociedades sem organização estatal⁷⁰. A anulação da soberania e a subordinação das sociedades organizadas sob formas estatais foram efetivadas através de guerras de conquista. A superioridade em armamentos e meios de locomoção proporcionada pelas novas tecnologias representou a garantia da vitória na repressão às resistências e nas guerras.

Ao passo que a violência física e simbólica marcou as relações de conquista, as diferenças entre as potências eram resolvidas entre os diplomatas através de mapas incompletos e falhos. Resultou disso o estabelecimento de fronteiras em linhas retas que reuniam, em uma unidade administrativa, povos diferentes e até inimigos e dividiam conjuntos étnico-linguísticos com uma longa história de unidade (M'BOKOLO, 2007; DAVIDSON, 1981). Somente quando os projetos expansionistas se enfrentaram, por razões geopolíticas, como no caso da disputa pelo controle do alto Nilo, em Fachoda em 1898, houve a possibilidade de conflitos diretos entre as potências colonialistas, não em função de

⁷⁰ Historicamente, o continente africano apresentou-se dividido entre sociedades com organização estatal (tais como Egito, Reinos Núbios, Etiópia, Gana, Mali, Songai, Reino do Congo e Império do Monomotapa) e sociedades que, por uma série de razões – como a possibilidade de povoamento de áreas, a produção de subsistência com pequenos excedentes para a troca e a adaptação ecológica –, sobreviviam e se reproduziam sem a necessidade de uma organização estatal definida. Em relação a essas últimas sociedades, alguns autores baseados no eurocentrismo erroneamente as identificaram como “tribais”, enquanto, na realidade, estas caracterizavam-se como sociedades aldeãs autogovernadas.

projeções de esferas de influência, mas pelo domínio territorial efetivo. Tal domínio se realizava através da ação dos Estados imperialistas, e não por meio da atuação de concessionários com amplos poderes para assinar acordos e estabelecer esferas de interesse, aspecto bastante usual no passado recente (WESSELING, 1998).

7.3.2 Os impérios e as formas de dominação

a) A dominação ideológica

Já durante a conquista, foram sendo implantados os sistemas de dominação colonial que tinham como característica básica a transferência da soberania para a metrópole e seus funcionários. Os africanos eram transformados em objeto da administração e sujeitos a leis, regulamentos e normas subordinadoras. Surgia aí a característica política básica do imperialismo colonial: o uso de meios de domínio e controle formais e diretos exercidos pela e em nome da metrópole. A justificativa que legitimava esse processo era fornecida por um conjunto de ideologias imperialistas que predicavam a superioridade e o direito de dominação dos europeus e a inferioridade racial e a naturalização da subordinação e da exploração dos africanos. As ideologias colonialistas podiam assumir a forma de doutrinas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas.

1) As filantrópicas justificavam a dominação como uma necessidade para promover a civilização, educar e eliminar os “costumes bárbaros” que caracterizavam as sociedades africanas.

2) As pragmático-utilitaristas explicavam essa dominação pelos benefícios que ela trazia para as economias metropolitanas e para as populações sujeitas, além da necessidade de acesso a mercados, matérias-primas e trabalho sempre esquivo, mas fundamental para a sobrevivência e expansão da sociedade industrial-capitalista.

3) Os racistas defendiam a existência de diferenças naturais e hierarquias entre as capacidades das raças e que, portanto, era uma consequência lógica que as raças superiores dominassem e se beneficiassem da exploração das raças inferiores. Entre tais doutrinas, destacavam-se a do “destino manifesto e do fardo do homem branco”, que incorporavam um princípio de revelação divina e de dever de conquista e de dominação como destino pré-determinado e irrecorrível.

4) Os darwinistas sociais transpunham para as relações humanas e sociais os princípios da luta pela sobrevivência das espécies e uma visão da dominação dos mais fracos

pelos mais fortes como resultado das relações na natureza e na sociedade⁷¹. Essa visão que se reivindicava científica e positiva não deixava outra solução que não a de seguir o curso da natureza e eliminar as sociedades mais fracas, minando e tirando benefícios das populações derrotadas na luta pela sobrevivência.

Tais ideologias, em seu discurso “teórico”, apresentavam-se de forma pura, mas na prática, combinavam diferentes aspectos e tinham em sua base a justificação dos interesses econômicos. O fundamento dessas ideias era constituído pela percepção da superioridade tecnológica e do desenvolvimento que a causava e dele tirava proveito. Como esse desenvolvimento era fruto do capitalismo, que, no seu conjunto econômico, político e cultural, atingira a maturidade na Europa, os teóricos identificavam tais avanços, de forma racista, etno e eurocêntrica, como a causa da posição de “superioridade” europeia e dos direitos de dominação e exploração daí recorrentes.

A característica fundamental dos sistemas de dominação era a apropriação da soberania dos Estados, ou das sociedades africanas, por parte dos colonialistas, e a subordinação do território às autoridades metropolitanas e seus representantes. A partir das normas definidas pela Conferência de Berlim e do processo de expansão europeia, foram desenvolvidas diferentes formas de dominação, que correspondiam aos mecanismos de aquisição territorial, às tradições políticas metropolitanas e aos objetivos específicos de cada conquista. Desse complexo de condicionantes, e num processo de experimentação, terminaram por serem instituídos os dois modelos clássicos de controle e de exploração das populações autóctones. Os conquistadores caracterizaram a dominação colonial em duas formas ideais e diferentes que, na prática, ao nível local, interpenetravam-se: a) a dominação direta (governo exercido diretamente através de funcionários metropolitanos); e b) dominação indireta (governo exercido por autoridades locais designadas por representantes metropolitanos).

Tais formas definiam muito mais os mecanismos de estruturação imperial e de governo colonial do que as relações locais com a população subordinada. Originalmente, foram tentadas experiências privatistas – a exceção do Império francês. Nessas experiências, a soberania sobre o território era transferida a empresas – as *chartered companies*, as contradições dos interesses, o objetivo de lucro e a escassez dos recursos disponíveis por tais companhias acabaram por levar à substituição destas pelo poder do Estado metropolitano.

⁷¹ O darwinismo social toma da teoria evolucionista de Darwin, que defendia a aptidão para a adaptação como fator fundamental do desenvolvimento das espécies, apenas o nome. Este preconizava a luta pela existência e a vitória dos mais fortes como o fator fundamental para a evolução social. Por outro lado, naturalizavam mecanicamente as relações sociais ao transpor a história natural para a história humana.

b) Governo direto, indireto e protetorados

Quando o Estado metropolitano organizava seu império sob a forma de governo direto, não instituíam organismos intermediários na área colonial. O representante da autoridade imperial governava com plenos poderes executivos e legislativos e deveria, como no caso francês, subordinar-se às determinações emanadas do Parlamento de Paris. Os representantes locais eram constituídos por funcionários coloniais, e as relações com a população eram estabelecidas através de chefes nativos (substituídos conforme os interesses de estabilização), transformados em funcionários do Império. Todos os administradores possuíam poderes discricionários. A colônia não contava com organismos intermediários de legislação ou de aconselhamento. A administração, organizada em forma de árvore, era hierarquizada, e os representantes metropolitanos cumpriam, de forma unificada, funções administrativas, policiais e judiciárias.

No caso do governo indireto, a autoridade colonial possui poderes dominantes, mas são desenvolvidos na província do império organismos intermediários para aconselhar, e posteriormente, legislar. Tais conselhos envolviam, ao longo do período, uma série de organismos designados. Quando havia eleições, sempre a maioria era constituída por funcionários e colonos. Neste caso, a relação direta com a população dava-se através de chefes nativos subsidiados pelo império, que permaneciam com alguns direitos tradicionais. No entanto, o desrespeito às determinações da autoridade leva a sua substituição por elementos mais dóceis. Se a realidade concreta significa a dominação e a exploração, do ponto de vista formal, existem duas formas de dominação: a colônia e o protetorado.

As colônias eram constituídas por áreas conquistadas e organizadas conforme o direito de conquista; a população era administrada pelo império e a metrópole podia realizar estruturas e reestruturas territoriais a seu bel-prazer. O “Código do Indigenato” estabelecia a posição das pessoas, seus deveres e as penalidades a que estavam submetidas caso descumprissem os regulamentos. O controle era feito por autoridades da metrópole e por forças militares e policiais coloniais constituídas por oficiais europeus e tropas nativas. Havia o cuidado de acantonar tropas de etnias diferentes às da região ocupada ou de constituir tropas com escravos ou ex-escravos locais. A exploração dessa situação foi um importante instrumento para a conquista inicial e para a posterior manutenção da dominação.

Os protetorados foram constituídos através de acordos formais com Estados africanos pré-existent. Os meios de sua constituição eram múltiplos e iam desde a ameaça

da conquista, por parte dos europeus, até opções da política regional (impedir a conquista ou a ameaça por parte de outra potência europeia, consolidar ou estabilizar o poder local ou ainda expandir seu território) por parte dos africanos. Os protetorados apresentavam restrições às ações arbitrárias das metrópoles e teoricamente mantinham suas estruturas políticas, sociais e econômicas. A dominação realizava-se através de residentes e conselheiros que atuavam nas instituições nativas e terminavam assumindo a função de verdadeiros governantes. Outra característica dos acordos de protetorado era a transferência da soberania nas relações diplomáticas para o império protetor, a extinção das forças militares próprias e a monopolização das relações pela metrópole. Como o protetorado não perdia a totalidade de sua soberania, a população não era subordinada a um código do indigenato, mas às modernizações determinadas pelos agentes imperiais através dos soberanos locais. Essa aparente situação idílica era, no entanto, subordinada à realidade da dominação: a tentativa de romper os acordos podia levar à conquista militar e à transformação em colônia ou a substituição das autoridades locais por elementos dóceis e dispostos a atender as exigências dos protetores. A permanência no status de protetorado dependia da permanente subordinação e adequação da área aos desígnios do domínio metropolitano. Os ingleses caracterizavam o protetorado como uma situação de “governo dual” e aplicaram-no na maioria das áreas de seu império africano.

Na realidade, fosse colônia ou protetorado, o elemento fundamental da dominação era a expropriação da soberania e a administração da população. A subordinação da população e do território a uma autoridade direta ou indireta emanava da metrópole com o objetivo de implantar a economia de mercado, a propriedade privada e de explorar os recursos da região em benefício dos senhores do império.

7.3.3 O processo de modernização da exploração

a) O confisco da terra e os impostos

A conquista e a dominação da África levaram à sua modernização. Essa foi seletiva em consequência das necessidades da divisão de trabalho e da integração subordinada da economia africana à economia metropolitana. Como a função econômica das colônias era, segundo os teóricos e as autoridades coloniais, levarem benefícios às metrópoles e ser autofinanciadas, era necessário prepará-las para cumprir tais funções. A primeira mudança era a assimilação e a integração dos territórios à economia capitalista industrial. Para tal, era

necessário criar a propriedade privada da terra e implantar o trabalho assalariado. Dessa forma, os territórios e suas populações seriam transformados em fornecedores de insumos agrícolas e minerais e em consumidores de produtos manufaturados. A África transformava-se em uma área de produção de produtos ou de excedentes exportáveis abandonando o predomínio da produção para a subsistência ou de Valores de Uso⁷² para consumo próprio.

Foram utilizados vários processos para modernização da nova área dos impérios coloniais. A primeira prática modernizadora foi a expropriação das terras consideradas vagas – áreas em pousio, florestas, regiões abandonadas por suas populações, áreas “públicas” de Estados derrotados, terras comunitárias, que passaram à propriedade do Estado metropolitano. Tais terras foram concedidas a empresas metropolitanas a fim de implantar *plantations* – imensas áreas voltadas à monocultura de exportação – para a exploração madeireira ou mineral ou para colonos que se transformaram em latifundiários. Os naturais da terra eram confinados em reservas de área restrita e em terras de baixa qualidade ou, se permaneciam nas terras redistribuídas, deviam prestar serviços, pagar rendas e submeter-se a cultivos obrigatórios.

Além de perder as terras, os africanos foram submetidos a impostos monetários para financiar o custo da colônia e para obrigá-los a buscar trabalho assalariado e ou dedicarem-se a produzir o que era demandado pelos mercados metropolitanos. Com variações locais, os impostos devidos eram a capitação pessoal para adultos do sexo masculino e o imposto sobre a residência (“palhota”), que aumentava conforme o número de peças que a casa possuía. Como os africanos eram submetidos à legislação administrativa a inadimplência podia acarretar trabalhos forçados.

⁷² Um **valor de uso** é uma utilidade que se realiza no uso ou no consumo. Os valores de uso correspondem às necessidades do consumidor (produção para o uso). Uma coisa pode ser útil e produto de trabalho humano sem ser mercadoria. A satisfação das necessidades próprias por um produto criado pelo diretamente pelo produtor é o exemplo mais puro da criação de um valor de uso. Quem satisfaz a sua necessidade própria com produto de seu trabalho cria, por certo, valor de uso, mas não uma mercadoria. Um **valor de troca** surge quando os objetos são produzidos regularmente com vista à venda no mercado. Ou seja, quando os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie assumindo o caráter de mercadoria. Para a produção de mercadorias é necessário que o bem possua valor de uso para outros, ou seja, passe a possuir um valor de uso social e possa ser transferido por meio da troca para o outro a quem serve como valor de uso. Outro aspecto que se diferencia do observado anteriormente é o da produção para a troca. Em certo estágio do desenvolvimento a produção de mercadorias se torna um fim em si mesmo, subordinando todas as considerações do uso humano a sua própria lógica. A mercadoria, neste caso, é produzida para ser trocada por outras mercadorias e o uso da transação comercial se torna o critério de consumo. Neste caso, conforme Marx, os produtos tem de ser substituíveis entre si ou apresentarem características que possibilitem sua troca por dinheiro. Portanto,... tem múltiplos valores de troca, em vez de um único. Porém... têm de ser valores de troca substituíveis entre si ou de igual magnitude entre si. Aqui os produtos são propriedade de agentes particulares que tem o poder de dispor deles transferindo-os a outros agentes com o valor de troca passando a uma existência independente da importância de uso em qualquer mercadoria em troca de dinheiro para ser investido.

Devemos reconhecer que os tributos foram a evolução de mecanismos predatórios utilizados nos primeiros tempos (principalmente no Congo) e que obrigavam a produção e a entrega gratuita dos insumos (látex, cera, marfim e alimentos) em volumes arbitrários e sob ameaça de brutais torturas ou de execução dos que não produziam o exigido. A consequência do trabalho para o pagamento dos tributos era a redução do tempo para a produção de subsistência. Junto com a escassez de terras, o pagamento de tributos que tornava os africanos consumidores de artigos comerciais de origem metropolitana.

Paralelamente aos dois mecanismos anteriormente apresentados, outras formas, unificadas sob o nome de trabalho obrigatório, eram utilizadas para explorar a mão de obra africana, que podia ser convocada para trabalhar de serviços do interesse da colônia. Nessa situação, enquadravam-se os serviços de construção de portos, de estradas (ferrovias ou rodovias) ou de habitação para os funcionários. O transporte de equipamentos e produtos coloniais também podia exigir trabalho obrigatório. Aos africanos que não viam benefício em plantar o que era demandado pela economia metropolitana, podia ser exigida outra forma de trabalho, como o cultivo compulsório de certas plantações em terras públicas e em benefício da economia metropolitana.

A inadimplência tributária ou a resistência ao trabalho compulsório levavam a penalidades sob a forma de trabalho obrigatório penal. Finalmente, as autoridades podiam repartir administrativamente a população para trabalhar para os grandes latifundiários ou concessionários. Em várias regiões, tornou-se habitual a migração forçada ou voluntária de “trabalhadores contratados” para outras áreas da África, ou até mais distantes, para pagar os impostos, fugir das brutais condições de trabalho e do empobrecimento ou, simplesmente, para conseguir recursos para sobreviver.

A debilitação da saúde da população, pela redução da alimentação e pelo empobrecimento dietético oriundos dessas formas de exploração, foi elemento responsável pela difusão de doenças que anteriormente eram territorialmente restritas (como a doença do sono e a malária) e que terminavam assumindo caráter endêmico.

b) A produção e os produtos

O continente foi explorado, e suas riquezas pilhadas através de formas variadas que iam da primitiva pilhagem dos recursos disponíveis até a mineração moderna passando pelas *plantations* e pela economia de “tráfico”. A forma mais simples de exploração era a pilhagem que como o próprio nome designa, significava atividades predatórias da natureza

como a coleta de látex, de cera, a extração de madeira e a caça indiscriminada de elefantes. Como era uma atividade altamente destrutiva, rapidamente esgotaram-se as reservas e a população das áreas onde acontecia.

A *plantation* era uma atividade realizada por empresas ou colonos que recebiam a concessão ou a propriedade de imensas áreas territoriais a fim de produzir gêneros alimentícios e matérias-primas necessárias às populações e às indústrias metropolitanas. Tais empreendimentos englobavam a produção agrícola, a elaboração primária, o transporte e a comercialização monopolista de seus produtos. Eram beneficiados com subsídios, juros baixos, mercados garantidos se reservados, além de preços administrados favoráveis aos seus rendimentos e com fretes abaixo do custo do transporte. Esses empreendimentos eram beneficiados pela mão de obra barata oriunda do trabalho obrigatório e dos camponeses em busca de salário para pagar os impostos monetários impostos pela administração colonial.

Outra atividade que beneficiava a economia metropolitana e era fonte de exploração dos africanos foi o tráfico. Essa era uma atividade através da qual os frutos da produção autônoma dos camponeses eram trocados por produtos europeus através de agentes locais, estrangeiros ou nativos, das empresas mercantes metropolitanas. Tais produtos eram reunidos em armazéns distribuídos ao longo das rotas e enviados aos portos para exportação à metrópole sob a forma original ou após sofrerem um beneficiamento primário. O preço de compra era sempre baixo e o preço dos produtos industriais ofertados era superior ao do mercado. As redes de tráfico envolviam imensos territórios e uma variedade de produtos que podiam ser fruto dos camponeses autônomos. Muitas vezes, esses produtos concorriam com os das *plantations*, demonstrando a capacidade iniciativa e de adaptação dos africanos. A cera, o algodão, a cola, o amendoim, o óleo de palma, o sisal e alguns frutos da caça, como as peles e o marfim, ou do garimpo de ouro e de pedras preciosas constituíam o produto de tal comércio.

Durante o período colonial, a principal atividade foi a exploração mineral por grandes empresas que contavam com toda a proteção metropolitana. Além de receberem a concessão de jazidas contavam com a criação de redes ferroviárias até os portos de exportação. Foram essas atividades e a estrutura de transportes que receberam investimentos maciços, aportaram tecnologias e equipamentos modernos para a economia colonial. A mão de obra era dividida em um setor restrito especializado e bem remunerado, constituído por europeus, e um amplo setor sem especialização e com baixa remuneração, constituído por africanos. Esses eram atraídos pela vantagem comparativa dos salários em relação aos das

plantations ou ao valor pago pelos produtos no “tráfico”. A construção das vias férreas com trabalho compulsório para atender às necessidades das mineradoras acabava por incluir e beneficiar territórios e populações que as margeavam na moderna economia capitalista.

c) Construção de infraestruturas, educação e saúde

A exploração da África, que foi iniciada através das bacias dos rios, avançou pelo interior e, rapidamente, passou a exigir a construção de infraestruturas mais complexas. Era necessário construir ferrovias, rodovias e portos para o crescente escoamento dos produtos exportados. Esses complexos integrados ligavam o interior aos melhores litorais para atracar os grandes cargueiros a vapor, criando novas rotas e integrando economicamente populações até então dispersas. Nos entroncamentos, nas estações e nos portos surgiam novas cidades beneficiando os proprietários do solo. O crescimento das atividades de transporte e de manutenção criou um setor moderno, onde o trabalho assalariado e com conhecimentos técnicos progressivamente se expandia para os africanos. O crescimento do comércio varejista, a serviço das concessionárias ou por conta própria permitia o surgimento de uma nova classe social – a burguesia nativa – que se aventurava em novas atividades.

A maior complexidade da economia colonial passou progressivamente a necessitar de um grande número de trabalhadores especializados e de funcionários nativos e especializados, o que levou à implantação de sistemas educativos de formação geral e de trabalhadores. Embora atingissem um número restrito de jovens, esses sistemas formaram as elites que constituiriam os movimentos nacionalistas e difundiram as ideias modernas de autogoverno e de soberania oriundas das metrópoles. As tropas coloniais foram obrigadas a formar, entre os africanos, o seu setor, de comando básico e seus soldados, qualificando-os nas modernas tecnologias militares. Educadores, operários, técnicos e militares de um novo tipo constituíram, junto aos religiosos nativos – todos eles educados para a sociedade moderna –, uma elite de novo tipo, em que a capacitação e o mérito contavam.

O deslocamento de população, o trabalho extenuante para a maioria e a subnutrição acabaram por difundir doenças africanas ou importadas que assumiam o caráter de epidemias mortais ou de males crônicos, reduzindo a capacidade de trabalho e a produtividade. Essa situação colocava em risco a sobrevivência dos impérios e a função das colônias de fornecer utilidades as metrópoles servir de mercados para o consumo de artigos industriais, fornecer soldados aos seus exércitos e emprego rentável ao seu excesso de capitais. Nesse quadro, a preservação da saúde e o saneamento passaram a ser de importância

vital. Foram construídas redes de atendimento médico que, embora precárias, prestaram serviços à saúde dos africanos. As doenças tropicais passaram a ser pesquisadas, e o Estado assumiu, diretamente ou através de missionários, os cuidados com a saúde geral, através de dispensários, vacinações e a formação de auxiliares e de enfermeiros.

d) O que foi a modernização

A modernização foi, em linhas gerais, a incorporação do continente africano e de sua população à Divisão Internacional do Trabalho especializada do capitalismo industrial, com o corolário da transformação da produção de valores de troca, a implantação do trabalho disciplinado e subordinado para produzir mercadorias e a proletarização de um campesinato autônomo. Outro aspecto foi a introdução da propriedade privada, normalmente em benefício dos europeus ou de suas empresas.

A construção de infraestrutura, a educação e o desenvolvimento da saúde foram mais consequências das necessidades de exploração do que objetivos humanitários e primários dos colonizadores. O aspecto mais marcante da modernização foi negativo, com a implantação de monoculturas e de atividades mineradoras dependentes de mercados externos e dos ciclos econômicos determinados pela concorrência internacional e pelas crises econômicas.

Quadro 1 – Impérios europeus na África: início do Século XX

Britânico: 9 milhões km ²	30 vezes maior que a metrópole Aproximadamente 50 milhões hab. 5,5 hab. km ²
Francês: 9 milhões km ²	17 vezes maior que a metrópole Aproximadamente 40 milhões hab. 4,4 hab. km ²
Alemão: quase 3 milhões km ²	5 vezes maior que a metrópole 10-15 milhões hab. 3-5 hab. km ²
Italiano: 1,6 milhão km ²	5,3 vezes maior que a metrópole 1,3 milhão hab. 0,81 hab. km ²
Belga: 2,3 milhões km ²	100 vezes maior que a metrópole 20 milhões hab. 8,7 hab. km ²
Português: 2,3 milhões km ²	2,5 vezes maior que a metrópole 8-9 milhões hab. 3,5 – 4,1 hab. km ²
Espanhol: 400 mil km ²	Aproximadamente 1 milhão hab. 2,5 hab. km ²

7.4 Negritude, pan-africanismo e descolonização

7.4.1 A negritude

A negritude é um movimento cultural e literário com fortes implicações ideológicas e políticas. Surgiu entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas, a partir de onde atingiu os estudantes das colônias africanas em Paris, tinha como ponto central a recuperação da identidade e da humanidade dos africanos. Seu aspecto positivo estava ligado à restauração da dignidade do homem negro. Sua radicalidade era abstrata e anti-histórica desde o momento em que passava a defender não o desenvolvimento dos africanos, mas a necessidade da manutenção das estruturas e da cultura pré-moderna da África Negra. Iniciou como uma busca pelas raízes e pela identidade e humanidade, em suas origens com o poeta Aimé Césaire.⁷³ A partir de Leopold Senghor⁷⁴ – o patriarca da independência do Senegal –, tendeu a assimilar-se a um racismo às avessas.

Politicamente, o ponto positivo para a África foi o apoio militante às independências e à criação de uma entidade política continental. Marcada por um profundo conservadorismo terminou por ser um instrumento de imobilização, de manutenção do *status quo* e da confirmação da teoria racista das diferenças genéticas, que explicaria uma personalidade africana.

O movimento que expressava a crítica da aculturação pelas elites assimiladas africano-francófonas não contribuiu para o desenvolvimento continental. Apenas garantiu o direito dessas elites ao espaço e a posição que o colonialismo negava-lhes após a assimilação.

⁷³ **Aimé** Fernand David **Césaire** (Martinica, 1913-2008) poeta surrealista, dramaturgo, ensaísta e um dos ideólogos da negritude. Agraciado com uma bolsa de estudos junto a Senghor e outros estudantes funda em 1934 o jornal *L'Étudiant noir* (O Estudante negro), onde é desenvolvido o conceito de “negritude” como crítica à opressão cultural e colonial. Em 1939, na Martinica leciona e funda a revista “Tropiques”. Adido cultural no Haiti, inspira-se no único país que conquistou a sua independência através de uma revolução feita por escravos negros. Foi presidente da câmara (*prefeito*) de Fort-de-France e deputado, de 1945 a 2001 e fundador partido “progressista”, decidido a instaurar a autonomia e um socialismo independente na Martinica, Em 1946, relator da lei que elevava à categoria de Departamentos Franceses várias das suas colônias ultramarinas. Fundou em Paris no ano de 1950, a revista *Presences Africaines* (Presença Africana) e publica seu *Discurso sobre o colonialismo*, com crítica ao colonialismo e ao racismo europeu, comparando-os ao nazismo desafiando a discussão do assunto.

⁷⁴ **Léopold** Sédar **Senghor** (1906-2001) era um político e escritor senegalês. Filho de pai católico e mãe muçulmana. Foi aluno da Sorbonne, onde se licenciou, entre 1928 e 1939. Foi o ideólogo do conceito de negritude (movimento literário de valorização da identidade negra e da cultura africana), junto com Aimé Césaire. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi preso pelos nazistas que ocupavam a França. foi deputado senegalês na Assembleia Nacional Francesa de 1948 a 1958. Em 1960, com a independência do Senegal, foi eleito presidente da República e governou até ao final de 1980. Defensor do socialismo africano, destacou-se pela cooperação com a França.

No continente americano e na África do Sul, onde os africanos e seus descendentes foram colocados em uma posição de inferioridade “natural” e absoluta, em outro contexto, e a Negritude tornava-se um instrumento para a conquista da cidadania e a igualdade de direitos. Pode, no entanto, ser usada de forma contrária se os pressupostos da personalidade africana, definidos por Senghor como o predomínio do sensorial, do sentimento, dos reflexos naturais, forem usados como instrumento de um etnocentrismo dominante.

É preciso entender a Negritude como uma reação cultural ao escravismo e à dominação colonial – com suas perversões – e mantê-la nesse nível, para evitar que a especificidade africana seja reconhecida como resultado de uma determinação biológica – uma teoria cara aos racistas.

7.4.2 O pan-africanismo

Assim como a negritude, o pan-africanismo nasceu fora da África. Originado entre descendentes de escravos das colônias inglesas do Caribe e dos Estados Unidos, é um movimento político e social surgido na passagem para o século XX. Inicialmente voltado para a promoção social e política dos negros na racista América anglo-saxônica, voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso político-social da África. Nunca, no entanto, foi homogêneo ou monolítico. O principal organizador foi o sociólogo “afro-americano” W E. B. Dubois⁷⁵ que marcou, inicialmente, o movimento com características como solidariedade, união, promoção social e cultural, que ao longo do tempo foram se politizando.

Dubois organizou os quatro primeiros congressos pan-africanos (1919, 1921, 1923 na Europa e 1927 nos EUA), onde a representação africana foi minoritária. Na década de 1930, o movimento não realizou congressos, mas manteve sua militância na oposição à conquista da Etiópia pelo fascismo italiano. Sob inspiração de Dubois, realizou-se o V Congresso Pan-africano, em 1945 (Manchester, Grã-Bretanha), com significativa e destacada participação de delegados africanos. Esse congresso sinalizou a politização do movimento e

⁷⁵ **William Edward Burghardt “W. E. B.” Du Bois** (EUA, 1868 — Gana, 1963) – sociólogo, historiador e principalment ativista dos direitos (defendia que os negros tivessem os mesmos direitos civis e políticos que os brancos) e do pan-africanismo. Era graduado e doutor por Harvard, tendo sido professor da Universidade de Atlanta. Em 1909, participou da fundação da National Association for the Advancementt of Colored People (NAACP). Foi editor do jornal desta organização. Como defensor do pan-africanismo, organizou os Congressos Pan-Africanos em defesa dos africanos e da descolonização. Crítico do racismo, também defendia aqueles que lutavam contra o imperialismo e o colonialismo, defendendo também o socialismo e responsabilizando o capitalismo como fundamento do racismo.

destacou delegados que foram importantes na descolonização africana (Nkrumah,⁷⁶ de Gana, e Kenyatta⁷⁷, do Quênia). Além da reativação do movimento, nesse se passou à reivindicação política da descolonização africana para o anti-imperialismo. Também define-se abertamente socialista (mas não comunista). Foram reconhecidas e acordadas as necessidades de um programa de ação para a independência e a criação de uma organização a fim de atuar pela independência da África colonial – considerada pré-condição para a futura unificação continental.

Reconhecendo a existência de uma unidade cultural africana, o movimento passou a manifestar-se em todos os planos. No aspecto cultural com a promoção da identidade africana se tornou próximo da negritude francófona. No campo político marcou posição na organização de congressos, conferências e uniões que culminaram com a criação da Organização de Unidade Africana (OUA) em Addis-Abeba, Etiópia, no ano de 1963, e na militância pela descolonização. No plano econômico, com a busca de soluções para os

⁷⁶ **Kwame Nkrumah** (1909 – 1972). Em 1935 deixou Gana para estudar nos Estados Unidos, graduando-se em 1939 e tornando-se mestre em filosofia em 1943. Em sua permanência nos EUA entrou em contato com o pan-africanismo, com o historiador C.L.R. James e intelectuais trotsquistas. Transferiu-se para Londres em 1945 onde, junto com outros africanos, participou na organização do quinto Congresso Pan-Africano (Congresso de Manchester) onde destacaram-se vários líderes da independência africana. Em 1947 foi eleito Secretário-Geral da Convenção da Costa do Ouro Unida (UGCC). Em fevereiro de 1948, após uma onda de greves foi preso junto a outros líderes do movimento. De sua prisão emergiu como líder político. Em 1949 ele organizou a Convenção do Partido Popular (CPP) um novo partido político nacionalista. Na direção deste foi responsável pela realização da Assembléia Popular que teve suas propostas de reformas, de 1949, recusadas pelas autoridades coloniais. Isto originou, em 1950, uma campanha de não-cooperação e de greves que resultou em sua condenação a prisão. Nas primeiras eleições para o estabelecimento do auto-governo, em 1951, seu partido foi amplamente vitorioso. Em 1952 ele foi eleito Primeiro-Ministro defendendo a independência nacional. Em 6 de março de 1957, Nkrumah declarou a independência de Gana. Em 6 de março de 1960 Gana se tornou república e Nkrumah foi eleito seu presidente. Como governante procurou desenvolver a industrialização de seu país e defendeu um socialismo em sintonia com os valores africanos. Em 1966, enquanto visitava Hanoi, no Vietnã do Norte, foi deposto por um golpe de Estado militar apoiado pelo Reino Unido. Partidário do não alinhamento, defendia que o continente africano deveria se unir politicamente mesmo que a soberania nacional tivesse que se submeter a uma unidade superior.

⁷⁷ **Jomo Kenyatta** (1894-1978) foi governante do Quênia como primeiro-ministro (1963-1964) e como presidente (1964-1978). É considerado o fundador da nação queniana. Da etnia Kikuiu, converteu-se ao cristianismo quando estudava em uma escola de missionários. Em 1924, ingressou na política através da Associação Central Kikuiu (KCA), interessando-se sobre o problema das terras da etnia e fundando um jornal em 1928. Como representante da KCA para tratar da questão das terras foi enviado para Londres. Em 1931 volta a Londres de onde parte, em 1932, para Moscou a fim de estudar economia sob a orientação de George Padmore. Em 1934 retornou a Londres onde, na London School of Economics, estuda Antropologia e convive com intelectuais pan-africanistas do Império Britânico. Em 1946, foi responsável, com Nkrumah, pela criação da Federação Pan-Africana e retornou ao Quênia, onde se tornou professor. Em 1947, tornou-se presidente da União Africana do Quênia (KAU), passando a receber ameaças de morte de colonos brancos após sua eleição. Foi preso em outubro de 1952 e condenado a sete anos de trabalhos forçados como dirigente da Sociedade Mau Mau. Sofreu exílio nos confins do território quando foi eleito presidente da União Nacional Africana do Quênia (KANU), que fez campanha por sua libertação em 1961. Em 1962, tornou-se parlamentar. Com a vitória da KANU nas eleições de 1963, tornou-se primeiro-ministro, cargo que manteve após a independência alcançada em dezembro de 1963. Foi eleito presidente em 1964, ano em que o país se tornou República do Quênia. Como presidente, atraiu investimentos e manifestou-se favoravelmente ao Ocidente. Foi reeleito sucessivamente para a presidência até a sua morte, em agosto de 1978.

problemas comuns do continente e o seu progresso, que exigiam cooperação para superar o atraso tecnológico e os interesses particularistas. No campo diplomático, o Pan-africanismo atuou contra o colonialismo, a balcanização continental e o envolvimento na Guerra Fria. Socialmente, buscou a promoção da mulher africana e o desenvolvimento de políticas educacionais e sanitárias. A partir do V Congresso (de Manchester), o movimento não só mudou seu eixo geográfico e político, em direção à África, como também amadureceu um projeto global.

De marcante influência na descolonização, o Pan-africanismo sofreu, no entanto, problemas internos relacionados às diferentes correntes a que pertenciam seus membros. Isso era expresso nas derrotas frente à Negritude – que excluiu o norte da África, considerado Árabe – e na necessidade de aceitar os conservadores na constituição da OUA. Outro problema foi o confronto que impediu uma política unitária em relação à velocidade e mecanismos da descolonização e à unificação africana. Os interesses que emergiam com as independências passaram a pesar mais com a criação de um novo *status quo*. É manifesta essa situação pela esterilização da iniciativa pela unidade lançada na I Conferência de Estados Africanos Independentes, realizada em 1958, por iniciativa de Nkrumah, em Gana.

Mesmo com os problemas e deficiências surgidos com a institucionalização, o pan-africanismo manteve seus objetivos originais: promoção e desenvolvimento dos africanos, luta contra o imperialismo e o racismo (foi marcante sua atuação político-diplomática contra o colonialismo português e o Apartheid sul-africano), pelo desenvolvimento da consciência e da unidade africanas e pelo progresso social. De 1957 até meados da década de 1960 (antes da criação da OUA), patrocinou e organizou congressos com vários objetivos – políticos, diplomáticos, de promoção cultural e social –, além de impulsionar a criação de organizações representativas – trabalhadores, camponeses – que transcendiam os limites das fronteiras imperiais e posteriormente nacionais.

7.4.3 O processo da descolonização

A expansão colonial europeia na África dividiu o continente entre quatro potências: Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. Essas potências diferiam em níveis de desenvolvimento, riqueza e necessidades. Tal situação determinou o desenvolvimento de diferenças secundárias, porque as colônias eram predominantemente de exploração e não de povoamento. Determinou também uma reorganização da geografia política africana, voltada para o mercado metropolitano, unindo e separando áreas e economias, sociedades e povos.

Tal reorientação geoeconômica manifestou-se pela criação de novas “regiões” na África, regiões que entravam em contradição com a tradicional ordenação continental externalizando sua economia e criando novas realidades sociais e políticas.

O domínio colonial clássico na África durou aproximadamente 75 anos, tempo suficiente para o amadurecimento de sua incorporação na economia mundial, nas economias capitalistas monopolistas e para a emergência de um movimento emancipacionista bastante problemático. Nesse período, os impérios coloniais submeteram ou cooptaram tanto as resistências tradicionais como as “modernizantes”, ordenaram o continente e mudaram seu perfil. O auge da dominação e reordenação deu-se no período entreguerras com marcada participação da crise econômica de 1929 e a posterior recessão.

Um dos maiores impérios coloniais – o francês – agrupou suas diferentes áreas em blocos com sede regional e unidade administrativa, embora pouco integrados econômica e politicamente entre si, pois à economia estava voltada para a metrópole, pela artificialidade política dos territórios coloniais e à incapacidade de criar uma nova identidade. Esses blocos regionais, que atendiam às necessidades administrativas e de controle e à exiguidade de recursos para as colônias de exploração, não suportaram as contradições e demandas da descolonização política. Foram desintegrados provocando a “balcanização” do continente.

O império português, dada a dispersão de suas colônias, não criou unidades do tipo acima. Cada colônia manteve-se diretamente subordinada à metrópole. O Império belga, constituído pelo Congo e pelas ex-colônias alemãs de Ruanda e Burundi, possuía continuidade geográfica e era unificado. Já o pragmático Império britânico, com colônias dispersas na África Ocidental e agrupadas na Oriental, apresentava variados mecanismos de dominação. As variações administrativas dos impérios coloniais, a inserção das colônias na economia mundial e a existência ou não de colonos e interesses específicos no local determinaram a variedade de modelos de descolonização. Esses abarcaram da pura e simples retirada até a guerra de libertação.

Em longo prazo, a descolonização não conseguiu alcançar a transformação social e o desenvolvimento autocentrado. Nesse sentido, ela foi apenas política e esteve sempre pressionada pela Guerra Fria e pela nova forma assumida pelo Imperialismo, o neocolonialismo. A subordinação à economia mundial e a seus ciclos persistiu, sendo acompanhada pelas pressões dos órgãos internacionais e pelas ajudas – econômica, militar etc.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a situação crítica das metrópoles europeias e sua necessidade de riquezas coloniais entraram em contradição com os ideais dos social-

democratas europeus que chegaram ao poder em 1945. Isso levantou o problema da evolução dos Impérios. Por outro lado, certos grupos empresariais já haviam alcançado um nível de desenvolvimento que podia prescindir da subordinação direta à metrópole. A solução era apresentada através de um longo e quase secular processo evolutivo de emancipação. Em frente a tal projeto, clarificaram-se vários elementos de oposição: a ascensão dos EUA e da URSS como potências mundiais e anticolonialistas, as reivindicações africanas de emancipação e os interesses econômicos das emergentes multinacionais norte-americanas – obstaculizados pelas políticas protecionistas e monopolistas dos impérios. Tais fatores foram determinantes nos processos de descolonização. Na África, onde os colonizados e suas reivindicações são protagonistas preponderantes, deve-se agregar o papel das decisões da Conferência de Bandung e das Guerras anticoloniais da Ásia como elementos-chave da descolonização.

Embora o auge da descolonização da África tenha acontecido na passagem da década de 1950 para a de 1960, a reivindicação pacífica ou violenta pela independência iniciou-se no imediato pós-guerra. Ela se aprofundou e radicalizou com as tentativas metropolitanas que buscaram criar mecanismos de autonomização lenta e controlada. Isso favorecia as forças internas arcaicas e a permanência das colônias subordinadas à metrópole. Foi o caso dos pragmáticos *self government* britânicos e da União Francesa, bem como a da criação das áreas da Libra Esterlina e do Franco. No entanto, a dinâmica interna das colônias e a situação internacional atropelaram os projetos gradualistas.

a) O império francês na África Negra

O Império francês da África Negra era constituído por duas unidades: a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa. Da sua dissolução, surgiu um grupo de países com níveis diferentes de desenvolvimento e de incorporação à economia mundial, com projetos e problemas distintos. No processo emancipador, persistira uma tensão dialética entre as proposições metropolitanas, por um lado, e as aspirações diferenciadas dos africanos, por outro. Ao final da Segunda Guerra Mundial, e por mais de uma década, a França tentou, no quadro de sua política de assimilação e baseada na indivisibilidade da república, criar mecanismos que mantivessem o *status quo*. Isso ocasionou uma diferenciação interna das regiões pertencentes às unidades coloniais. Tal processo acompanhou a especificação das economias e das reivindicações particularistas – étnico-culturais e econômicas –, impossibilitando a construção de grandes Estados nacionais e de economias fortes e integradas.

a) *A descolonização da África francesa*

O papel desempenhado pelas colônias francesas na África na Segunda Guerra Mundial possibilitou uma evolução mínima da situação colonial. No início de 1944, os administradores coloniais que aderiram aos aliados reuniram-se na Conferência de Brazzaville, que planejou as linhas gerais de reformas administrativas. A constituição francesa de 1946 instaurou o sistema eleitoral de duplo colégio e manteve a direção administrativa das colônias sob firme controle europeu. Frustraram-se as perspectivas de integração e de autonomia. Na África, uma minoria de políticos, partidários das transformações nas colônias, que haviam participado da Constituinte em Paris – que resultou na criação da União Francesa – persistiu em sua luta pela autonomia local.

No mesmo mês da promulgação da constituição, e, de certa forma, nos marcos da União Francesa, reuniu-se o Congresso de Bamako. Dele resultou a criação do partido União dos Povos Africanos (RDA). Era uma agremiação ligada ao Partido Comunista Francês, mas legalista, que apoiava a autonomia interna nos marcos constitucionais. Tinha como líderes Houphouët Boigny, da Costa do Marfim, e Sékou Touré, da Guiné, abrangia, com suas seções, o conjunto do território colonial. Paralelamente, em 1948, Sedar Senghor criava, no Senegal, o *Bloc Democratique Senegalais* (BDS) partido nacionalista do Senegal.

Dessas agrupações, surgiram as tendências que marcaram o futuro das colônias francesas. Em 1950, distinguindo-se da linha guineana de Sekou Touré, a seção da Costa do Marfim do RDA aproximou-se do grupo de Mitterand no Parlamento Francês e rompeu com o PCF. Colaborou ainda na criação da Loi-Cadre (Lei Marco) de junho de 1956. Essa lei instituiu a africanização administrativa, a ampliação dos direitos eleitorais e normatizou a descentralização administrativa. Seu desdobramento lógico seria a “balcanização” das colônias.

A autonomização regional – caminho para a balcanização – foi contestada por Senghor (do Senegal), partidário da Federação. Abriu, no entanto, caminho para as tendências centrífugas e para o nacionalismo territorial nos agrupamentos de colônias. No ano de 1957, o Congresso de Dakar reuniu as lideranças africanas que, vitoriosas nas eleições determinadas pela Lei-Marco, mostraram-se independentistas. A unidade foi rompida pelos diferentes posicionamentos relativos à Federação e pelo fortalecimento dos partidos territoriais. O RDA, que começara a ser implodido por Boigny em 1950, recebeu o golpe de misericórdia com a real independência do Partido Democrático da Guiné de S. Touré. O protagonismo

metropolitano, sua política visando a manter as colônias subordinadas e as contradições da França, levaram progressivamente, e de forma rápida, as colônias para a independência.

A incapacidade do Império em manter-se na Indochina (que conquistou sua independência em 1954) e as dificuldades de conter o nacionalismo e a guerra de libertação da Argélia geraram o golpe de Estado em 1958 na França. O General De Gaulle substituiu a Quarta República, desmoralizada e em frangalhos. A constituição, do mesmo ano, que criava a Quinta República, substituiu a União Francesa por uma Comunidade Francesa. Embora apresentada sob a forma federalista, propunha para a África colonial a manutenção da situação de subordinação à metrópole. A autonomia interna seria limitada pelo protagonismo metropolitano. Pior ainda, a constituição transformava os territórios administrativos em Estados Comunitários. O resultado previsível seria a efetiva consolidação da balcanização iniciada poucos anos antes. A divisão entre as lideranças africanas possibilitou que De Gaulle apostasse no tudo ou nada, propondo um *referendum*. Neste o voto negativo possibilitaria a imediata concessão da independência. A dificuldade em estabelecer uma federação, por causa do desenvolvimento dos nacionalismos territoriais e dos projetos políticos e econômicos dos diferentes partidos africanos, significava que a recusa no referendo abriria caminho para a fragmentação da colônia. A independência imediata era possibilitada pelos artigos 78 e 86 da constituição gaullista de 1958.

No *referendum*, apenas a Guiné (dirigida por Sékou Touré) votou massivamente pelo não. Os outros 12 “Estados” coloniais votaram pela comunidade. O resultado foi a emancipação daquela colônia em outubro de 1958, que aderiu ao “socialismo africano”, do qual seria um dos impulsionadores. A adesão das outras colônias à Comunidade Francesa desgastou-se rapidamente por causa do centralismo metropolitano e do exemplo da Guiné. Em 1959, reuniu-se outra Conferência em Bamako. Nessa, o Senegal e o Sudão Francês (Mali, Níger e Alto Volta) formaram a Federação do Mali, que solicitou a independência para 1960. Tal federação durou poucos meses, resultando na constituição do Senegal e do Mali independentes. O Senegal constituiu em 1982, juntamente com a Gâmbia, a Confederação da Senegâmbia, que também não sobreviveu.

Aberto o caminho para a independência e a balcanização, essas seguem seus rumos. Em 1960, as quatro colônias restantes da África Ocidental Francesa organizam uma aliança que alcançou a soberania no mesmo ano. O Daomé, o Níger, o Alto Volta e a Costa do Marfim tornaram-se repúblicas independentes. No mesmo ano de 1960, a África Equatorial Francesa dividiu-se em países independentes.

Surgiram as Repúblicas do Chade, Centro-Africana, do Congo (Brazzaville) e o Gabão. O Império francês na África não existia mais. Os novos países surgidos da divisão administrativa colonial do pós-guerra eram uma realidade. Também o era a pobreza, a fragmentação e o bloqueio da possibilidade de uma África Francófona integrada sob a forma federada ou unitária. Esse objetivo foi frustrado pela ação metropolitana e pelos diferentes níveis de desenvolvimento de cada região colonial. Esses níveis, a intensidade de integração na economia capitalista mundial e a sobrevivência de cristalizadas formas sociais arcaicas – geraram países que só poderiam unificar-se sob fortes e autoritários governos reformistas.

No Oceano Índico, Madagascar, mais do que uma ilha do litoral africano colonizada pelos franceses, é uma ilha-continente, ponto de cruzamento étnico-cultural e de relações econômicas entre a África e a Ásia insular. Apresentava-se com uma civilização híbrida fruto desse cruzamento. Essa imensa ilha no Oceano Índico possui originalíssimas flora e fauna e é povoada por malaio-polinésios no leste e por bantos africanos no oeste. Os anglo-americanos haviam-na ocupado em 1942 e, no ano seguinte, entregue aos Franceses Livres de De Gaulle. Ela recebeu o status de autogoverno em 1946, mas a França não reconheceu a oposição nacionalista, o Movimento Democrático da Renovação Malgaxe (MDRM), que coordenou um levante geral em 1947. A repressão massiva dos franceses causou 80 mil mortes, mas, em 1958, ela se tornou membro da Comunidade Francesa. Em 1960, tornou-se independente sob a presidência de Philibert Tsiranana, líder do Partido Social-Democrata, que manteve um regime parlamentarista e neocolonial.

As antigas colônias alemãs tuteladas pela França eram territórios sob “mandato” da Sociedade das Nações e, posteriormente, da ONU, constituídos pelo Togo e por parte do Camarões. Como os organismos internacionais impunham características específicas, a independência desses não se deu com a destruição do Império francês. O Togo tornou-se independente em 1960, depois de alcançar autonomia em 1955; o Camarões alcançou a independência no mesmo ano. No ano seguinte, fundiu-se com a parte atribuída, como mandato, à Grã-Bretanha, constituindo uma unidade política territorialmente demarcada pelo império alemão destruído em 1918.

A descolonização com a balcanização tornou-se um empecilho para o desenvolvimento integrado. Como resultado disso, tanto a Negritude quanto o Pan-Africanismo, que seriam as bases da moderna África, terminaram por tornarem-se discursos mobilizantes e objetivos em longo prazo. O trabalho imediato era construir o Estado, inseri-lo na política internacional e resolver os pesados déficits gerados pelo colonialismo. A tendência

para a unificação africana e para uma política internacional integrada ficou subordinada às singularidades de cada país. Nesse quadro, a França manteve sua preponderância e a direção da região através do controle financeiro na Área do Franco, da Francofonia e da ação de suas tropas no sustento de governos que perdiam sua base nacional de sustentação.

b) A descolonização da África britânica

O império colonial britânico na África apresentava-se dividido em grupos: as dispersas colônias da África Ocidental, as colônias estratégicas da África Oriental e as colônias da África Central. Embora tenham sido incorporadas em momentos e por razões diferentes, basicamente possuíam as mesmas estruturas básicas do imperialismo britânico – administração indireta. Com exceção da África Ocidental, existiam fortes, concentradas e ricas minorias brancas beneficiárias da expropriação das terras nativas e grupos maiores de imigrantes asiáticos. Essas condições geraram as situações diferenciadas de emancipação política e os problemas enfrentados pela descolonização.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, reuniu-se o V Congresso Pan-Africano, na cidade inglesa de Manchester, no ano de 1945. Ao contrário dos anteriores, houve o predomínio dos africanos. Nesse congresso, os delegados discutiram “[...] tomando conciencia común de su situación, elaborando conclusiones y principios de acción [...]” (MARTÍNEZ CARRERAS, 1985, p. 561). Destacaram-se aqueles que teriam papel relevante e decisivo na descolonização africana dos três grupos coloniais britânicos.

A descolonização da África Ocidental britânica

As fragmentadas colônias da África Ocidental foram as primeiras a alcançar a independência. Após a Segunda Guerra, em face do crescimento do nacionalismo e ao fato de que inexistiam colonos brancos, os britânicos implementaram políticas de unificação – unitária ou federal – em cada colônia. Objetivavam uma longa e lenta transição ao sistema de participação na Comunidade Britânica. A crise econômica e as diferenças internas de desenvolvimento aceleraram a concessão de independência antes que a situação avançasse para insurreições. Entre 1951 (início das experiências de autogoverno autônomo) e 1965, todas essas colônias alcançaram a independência sob a forma republicana.

A Costa do Ouro alcançou a independência em 1957. A primeira colônia de exploração que obteve a soberania trocou o nome para Ghana (antigo e poderoso império centro-africano anterior à conquista da África). Desde 1946, acontecia a luta política pela

emancipação. Em 1947, Nkrumah assumiu a liderança pela independência, greves e manifestações de massa resultaram em sua prisão. Nas eleições de 1951, Nkrumah (na prisão) e seu partido Convention People Party (CPP) alcançaram a vitória. Sua designação para primeiro-ministro do regime colonial autônomo frutificou com a elaboração de nova Constituição e o pedido de independência total que foi concedida em 1957. No ano de 1960, Ghana tornava-se uma república. De 1957 até a queda de Nkrumah (em 1966), o país participaria ativamente do movimento terceiro-mundista. Destacar-se-á, outrossim, na luta pela construção do pan-africanismo e pela emancipação das colônias africanas. O governo de características socializantes procurou desenvolver o país para escapar do neocolonialismo – nova forma de dependência e subordinação imperialista – teorizada por Nkrumah em seu livro *Colonialismo, etapa superior do imperialismo* (parafraseando Lênin).

Em 1960, a Nigéria tornou-se independente sem haver solucionado as contradições resultantes da associação feita pelo império britânico de três regiões com estruturas, economias, etnias e culturas diferenciadas e antagônicas, politicamente unificadas e cristalizadas pelo interesse metropolitano. Seu trágico resultado foi a Guerra de Biafra de 1967 a 1970. A Nigéria independente foi o resultado mais negativo da política britânica de administração imperial indireta e de agrupamento territorial artificial.

A Constituição nigeriana de 1954, outorgada para fazer frente ao nacionalismo emergente pós-Segunda Guerra, criou um governo federal autônomo sobre bases regionais. Cada região manteve suas estruturas próprias e subordinou-se ao controle central da capital em Lagos. A unidade política era frágil e espelhava as desigualdades de desenvolvimento econômico, político, social e cultural regionais. No entanto, o governo autônomo conquistou a independência em 1960 e proclamou a república em 1963. A persistência das contradições e da artificialidade da Nigéria impediu que a exploração petrolífera possibilitasse o desenvolvimento do país mais populoso do continente. A impossibilidade de unificar o país – herança do colonialismo e da forma de independência – manteve as três regiões (Haussa, feudal e muçulmana ao norte; Yoruba, camponesa e animista ao oeste; e Ibo, camponesa mercadora e cristã ao leste) em permanente conflito político pelo controle do poder federal.

Em 1961, a pequena colônia de Serra Leoa – constituída para receber os escravos resgatados do tráfico clandestino – alcançou sua independência. Em 1965, Gâmbia – um enclave ao longo do Rio Gâmbia – estratégica e pequena colônia, foi o último país da África Ocidental Britânica a alcançar a independência.

A descolonização da África Oriental britânica

A conquista e a colonização da África Oriental pelos britânicos obedeceu basicamente a objetivos estratégicos. Assegurar a estabilidade do Egito e do Canal de Suez e, principalmente, dominar o Oceano Índico, garantindo a sua maior e principal colônia: a Índia. Secundariamente, sua ocupação foi determinada pelos projetos dos imperialistas instalados na África do Sul: a construção da ferrovia Cabo-Cairo, que ligaria o sul da África ao Mediterrâneo. A ocupação dos territórios foi realizada num quadro de rivalidade com a Alemanha imperial antes da Primeira Guerra Mundial. Como meio de dominação, utilizaram-se os mecanismos da administração indireta e da cristalização e sobrevivência das sociedades tradicionais. Economicamente, mantiveram a exploração dos produtos tradicionais e a de poucas matérias-primas. Destoou desse quadro a ocupação dos férteis e saudáveis planaltos do Quênia por poderosos colonos brancos. Estes instalaram grandes fazendas agrícolas e de criação de gado. O resultado foi a concentração de uma minoria metropolitana e europeia poderosa e contrária ao desligamento da região em relação à metrópole. Nas outras áreas da África Oriental, o contingente de colonos brancos era insignificante, embora houvesse comunidades de imigrantes asiáticos ligados ao comércio e aos serviços.

A independência da Índia e a nacionalização do Canal de Suez por Nasser tornaram a Somália (britânica e italiana), área de ocupação estratégica no Chifre da África, desnecessária. Tal situação permitiu que a colônia fosse a primeira da região a descolonizar-se, em 1960. O novo Estado assumiu a forma de república. Extremamente pobre e com parte da população nômade, terminou por envolver-se nos conflitos da região, gerados pela Segunda Guerra Fria, e sofrer uma virtual desagregação na década de 1990.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, e com a vitória do Partido Trabalhista, a Grã-Bretanha reconheceu a necessidade de acabar com a dominação nas colônias. Foi proposta uma Federação da África Oriental que centralizaria Uganda, Quênia e Tanganica. Esta evoluiria gradualmente para o autogoverno e a soberania dentro da Comunidade Britânica com uma estrutura “multirracalista” de representações desproporcionais. A incapacidade britânica de integrar as economias e de estabelecer bases políticas democráticas possibilitou reação política por parte do reino de Buganda (protetorado de Uganda), dos colonos brancos do Quênia e da população africana de Tanganica que ficaria brutalmente sub-representada no legislativo (um eleitor branco corresponderia a 450 nativos africanos). A composição proposta pelos britânicos fracassou e as colônias alcançaram independência de forma individual, em anos e com estruturas diferenciadas.

Da possível Federação a primeira região a tornar-se independente foi Tanganica em dezembro de 1961. Essa antiga colônia alemã passou às mãos britânicas como “mandato” da Sociedade das Nações após a Primeira Guerra Mundial. Tanganica possuía expressivas minorias árabe e asiática que foram subsumidas pela maioria organizada no Tanganica African National Union (TANU). Esse partido nacionalista, criado em 1954 por Julius Nyerere,⁷⁸ conquistou a independência em dezembro de 1961 e transformou, em 1962, o país em uma república socializante. Em abril de 1964, surgiu a República Federal da Tanzânia, resultante da fusão de Tanganica com Zanzibar.

Esse fora um protetorado britânico situado no litoral da África Ocidental, dirigido por uma dinastia muçulmana originária de Omã (na Península Arábica) e baseado inicialmente no tráfico de escravos e, posteriormente, na produção de cravo e especiarias. Na dissolução do império britânico, parte da área continental de Zanzibar foi cedida ao Quênia. Em dezembro de 1963, transformou-se em monarquia independente que foi derrubada um mês depois pelo movimento popular local (constituído basicamente pela maioria africana excluída da participação política).

Outro Estado que surgiu da desagregação do império britânico e da impossibilidade de criar uma Federação da África Oriental subordinada à Comunidade Britânica foi Uganda – constituído de vários reinos locais, dos quais o mais rico e poderoso era o autocrático de Buganda – fruto da administração indireta inglesa e da artificialidade dos protetorados no quadro do “colonialismo como sistema”. Uganda era a área mais populosa e rica da África Oriental Britânica. Sua economia estava baseada na propriedade camponesa e na produção para exportação. A manutenção e cristalização do sistema político interno pelo sistema de administração indireta fortaleceu o Kabaka (rei) de Buganda e seu conselho. O

⁷⁸ **Julius Nyerere** (Tanganica, 1922 – Londres, 1999). Estudou História na Universidade Makerere, em Kampala (Uganda), e Economia política na Universidade de Edimburgo, onde obteve sua graduação. Retornando para a Colônia, tornou-se professor da língua KiSuaíli. Em 1954, foi um dos fundadores da Tanganika African Union (TANU), partido responsável pela independência do território no ano de 1962. Em 1959, foi nomeado Primeiro-Ministro, conforme a política de autogoverno do Império Britânico. Com a independência, passou à função presidencial, que exerceu até 1985. Em 1964, após a incorporação de Zanzibar, foi constituída a República Unida da Tanzânia, sob seus auspícios. Na mesma época, foi responsável pela criação do Partido da Revolução (CCM por sua sigla em KiSuaíli), mediante a fusão da TANU com o Partido Afro-Shirazi de Zanzibar. Como governante, instituiu uma linha política denominada de Socialismo Africano chamada de Umajaa (unidade), caracterizada pela criação de comunidades aldeãs. Com isso, foi responsável por um processo de transferência das principais atividades econômicas para o campo. Como presidente foi, em 1963, um dos fundadores da Organização de Unidade Africana (OUA). No Comitê de descolonização dessa organização, apoiou intensamente a luta de independência de Moçambique travada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Seu governo estabeleceu vínculos com a República Popular da China, que financiou uma ferrovia ligando o litoral à fronteira de Zâmbia (país mediterrâneo e importante produtor de cobre) e outros projetos industriais.

Kabaka Mutesa III, formado por Oxford, usaria sua posição para minar a constituição da Federação – por medo da preponderância política da minoria branca do Quênia no sistema eleitoral “multirracial” e do perigo da maioria negra democrática e não subordinada ao poder real nas outras regiões do novo Estado. Sua intransigência e reivindicações determinaram que Uganda fosse transformado num Estado independente sob a forma federal monárquica de características singulares – democrática nos outros reinos e autocrática em Buganda. A vitória eleitoral do Congresso do Povo de Uganda (UPC) dirigida por Milton Obote em 1961 abriu caminho para a independência alcançada em outubro de 1962. O progresso independentista e unificador culminou, no entanto, em fevereiro de 1966, quando a monarquia foi substituída por uma república presidida por Obote. Surgia aí o estado unificador de uma rica sociedade agrícola de camponeses e granjeiros africanos.

O terceiro Estado surgido do fracassado projeto da Federação da África Oriental foi o Quênia. Seu processo de independência foi conturbado, envolvendo “operações policiais” que foram uma verdadeira guerra inglesa contra a maioria “kikuiu”, antigos donos das melhores terras agrícolas do território. Nos planaltos do Quênia, instalou-se uma vigorosa e rica minoria de grandes proprietários ingleses. Sua expansão baseava-se na apropriação de terras dos nativos. Essa minoria, através de um Conselho, apoiava e manejava a administração colonial. O empobrecimento e as espoliações levaram os “kikuios” à reação sob a forma de ações terroristas a partir do movimento “Mau-Mau”. Em consequência, abateu-se sobre os africanos uma violenta e generalizada repressão – as operações policiais – com a instalação de campos de prisioneiros, controle da população, prisão de moderados como Jomo Kenyatta, dirigente da União Africana do Quênia (KAU). A impossibilidade da implantação do “multirracialismo” – forma política onde a minoria branca teria o mesmo número de representantes que a maioria nativa – e da Federação da África Oriental – por resistência do Reino de Buganda – obrigou à evolução para uma solução negociada. Em 1960, constituiu-se a União Democrática Africana do Quênia (KADU), vitorioso nas eleições de 1961. Instituiu-se um autogoverno sob a direção de Kenyatta, posto em liberdade, e de Tom Mboya, dirigente do KADU. Em 1963, foi alcançada a independência e no ano seguinte o país tornou-se uma república com governo moderado e ocidentalista de Kenyatta.

Dessa forma, as tentativas inglesas de permanecer como árbitro na região e de manter a supremacia branca no quadro da Federação “multirracial” desfizeram-se. A unidade político-econômica projetada foi desmantelada e cada área seguiu um caminho próprio. Embora os países independentes permanecessem na Comunidade Britânica, alcançaram a

soberania política plena e territorializaram-se conforme seus estágios diferenciados de desenvolvimento e suas histórias coloniais e pré-coloniais.

Descolonização da África Central britânica

Na África Central, o domínio britânico instalou-se a partir de grupos imperialistas liderados por Cecil Rhodes e instalados na África do Sul. Além do controle de regiões ricas em minerais, eram motivados pela disputa com os “böers” (sul-africanos de origem holandesa que, ao discordarem da política inglesa para os africanos e para subtrair-se ao domínio da Inglaterra, migraram – com sua sociedade racista – para o interior sul-africano, ocupando terras ricas em ouro e diamantes), pelo projeto da ferrovia Cabo-Cairo e pelo expansionismo colonial – afinal Rhodes teria afirmado em Londres que, se pudesse, anexaria as estrelas. As reservas minerais, a fertilidade do solo e as reservas de mão de obra africana possibilitariam o entrelaçamento das duas Rodésias – a do sul (atual Zimbábue) agrícola e a do norte (atual Zâmbia) mineradora – com Nyassa (atual Malawi), rica em mão de obra. Em 1953, as três áreas foram federadas e organizadas com autonomia governamental e uma assembleia federal “multirracial” com o esmagador predomínio dos brancos racistas. O sistema permitia a permanência britânica na área (como árbitro e protetor) e garantia a supremacia dos colonos brancos. Essa situação provocou a intensificação dos movimentos nacionalistas africanos em Nyassa e na Rodésia do Norte. Acreditavam eles, e com razão, que seria reproduzido o sistema da racista África do Sul. No final dos anos 50, a intransigência dos colonos e o nacionalismo africano levaram a deterioração da situação. Em 1959, foi estabelecido o estado de emergência na Federação. Se na Rodésia do Sul o grande número de colonos brancos que controlavam o governo autônomo efetivaram uma verdadeira caça e submissão do africano, na Rodésia do Norte o Partido nacional Unido da Independência (PNUI) e, em Nyassa, o Partido do Congresso do Malawi (PCM) se consolidaram e incrementaram a luta pelo fim da Federação e pela independência dos africanos. Em 1963, a Federação – que embora fosse um projeto razoável para o desenvolvimento regional – foi dissolvida. Seus problemas foram o racismo e a supremacia dos colonos e a incapacidade de integrar as três áreas em uma unidade. A evolução autônoma levou a independências diferenciadas e conflituosas.

Com a diferença de meses, o processo evolutivo de Nyassa e da Rodésia do Norte possibilitou, inicialmente, governos autônomos africanos e, posteriormente, a independência. Nyassa, governada pelo PCM, que era dirigido pelo médico africano H. Banda desde as eleições de 1961, tornou-se independente em 1964. Em 1966, o Malawi – nome que adotou

com a independência – tornou-se uma república com um governo conservador que manteve laços com a racista África do Sul. A Rodésia do Norte tornou-se a República da Zâmbia, em outubro de 1964, presidida pelo líder do PNUI Keneth Kaunda. Este dirigia um governo autônomo dos nacionalistas africanos desde o processo eleitoral de 1962 quando os partidários da supremacia branca e os interesses mineradores foram reduzidos à sua representatividade. O governo de Zâmbia, para fugir da pressão racista do sul e ao estrangulamento de sua economia mineradora, estabeleceu intensos vínculos econômicos com a “afro-socialista” Tanzânia.

Na Rodésia do Sul, o poder político dos brancos, baseado no grande número de colonos e no incipiente processo de industrialização, controlou ferreamente o poder e manteve os africanos (a maioria) em um status de inferioridade absoluta. A repressão aos movimentos nacionalistas levou-os à guerrilha. Dadas as pressões internacionais, principalmente africanas, o governo branco proclamou a independência com o apoio de Portugal e da racista República Sul-Africana. O governo da Frente Rodesiana, com Ian Smith na direção, terminou por proclamar a república em 1970, após haver abandonado a Comunidade Britânica quatro anos antes. O fim do império português, em meados da década de 70, tornou a situação sul-rodésiana insustentável. A guerrilha africana (única solução para a intransigência racista) transformou o campo de prisioneiros em um campo de batalha. Em 1979, a República da Rodésia, a União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) e a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) estabeleceram o Acordo de Londres buscando uma solução pacífica para a consagração da derrota dos racistas. Foram realizadas eleições onde a Frente Patriótica (aliança da ZANU e da ZAPU) alcançou ampla maioria. Como resultado da vitória nacionalista no campo de batalha e nas urnas, a independência foi reconhecida em 1980, assumindo a presidência Robert Mugabe do ZANU.

Os protetorados britânicos no sul da África, enclaves territoriais na África do Sul – exceção da Bechuanalândia –, tornaram-se independentes na década de 1960. Bechuanalândia tornou-se, em 1966, a República de Bostwana. No mesmo ano, foi instituído o Reino do Lesotho (o protetorado de Basutolândia). A Swazilândia tornou-se uma monarquia independente em 1968. Tanto o Lesotho quanto a Swazilândia tornaram-se reservas de mão de obra para a África do Sul, já que estavam encravados em seu território.

c) A descolonização dos impérios secundários

Por impérios secundários na África Subsaariana – ou Negra –, entendemos o belga, o espanhol e o português. Sua posição, independentemente da extensão territorial das colônias e da amplitude temporal de dominação e exploração da África, é demarcada pelo lugar que as metrópoles ocupam no concerto das potências imperialistas coloniais. Se excetuarmos a curta permanência alemã, temos neste tópico o império colonial de menor duração – caso belga –, ao lado dos colonialismos de maior duração – caso português e espanhol. Ao contrário dos britânicos e dos franceses, esses colonialismos secundários não tiveram preocupação em criar elites locais. Por mais insignificante que fossem, não se preocuparam em desenvolver elementos de autogoverno e nem em assimilar à civilização metropolitana os colonizados ou parte deles. Marcados por um paternalismo – de influência racista –, criam-se como eternos senhores das porções de população e terras africanas. Significativamente foram os processos mais traumáticos de descolonização e com os efeitos mais críticos. Isso pela rápida retirada dos belgas ou pela encarniçada resistência dos portugueses e dos espanhóis. Do ponto de vista histórico, esses colonialismos apresentam significativa importância. Os portugueses foram os primeiros a implantar o domínio europeu na África Subsaariana, quando do ciclo das grandes navegações. A expansão dos interesses do Rei Leopoldo da Bélgica esteve na base da partilha do continente africano e de sua ocupação colonial sob a forma capitalista.

d) O Congo Belga

O rico território dos belgas não era constituído apenas pelo Congo. Após a Primeira Guerra Mundial, aquela metrópole recebeu como *fidei commissio* o Mandato da Sociedade das Nações para as colônias alemãs de Burundi e de Ruanda – no coração do continente. Tal mandato foi revalidado pela ONU após a Segunda Guerra Mundial. Como Burundi e Ruanda faziam fronteira com o Congo, o império colonial formava um bloco. As potencialidades agrícolas, de matérias-primas vegetais e minerais, eram exploradas por monopólios metropolitanos. O paternalismo submetia as populações ao atraso e à inferioridade cuidadosamente mantidos.

Só na década de 1950 os belgas começaram a pensar na possibilidade de uma emancipação em longo prazo. No entanto, nada fizeram de concreto para resolver os “déficits” existentes que haviam sido criados pela dominação colonial. A partir desta situação

surgiram os primeiros movimentos nacionalistas do Congo. O primeiro movimento criado por Joseph Kasavubu foi a Aliança do Povo do Congo (ABAKO). Este possuía uma base territorial e étnica localizada na região das populações Bacongo próximo a capital da colônia e, sob a direção de Jseu fundador (Kasavubu), alcançou a vitória nas primeiras eleições municipais realizadas em 1957. Outra organização das populações colonizadas foi o Movimento Nacional Congolês (MNC), surgido em 1958 e fundado por Patrice Lumumba. O MNC era um movimento unitário e pretendia um Congo centralizado e interétnico. Paralelamente surgiram, com forte implantação na rica província mineradora do sul, tendências federalistas com o apoio da Union Minière du Haut Katanga – monopólio minerador colonial – sob a liderança de Moise Tchombe. Rapidamente instalou-se a tensão política interna e com a metrópole.

Seria importante observarmos os fatores determinantes da conjuntura: Guerra Fria, riqueza mineral da colônia (principalmente cobre e urânio), os reflexos da Conferência de Bandung de 1955 e o desenvolvimento do nacionalismo no continente africano. Em 1959, a Bélgica mudou radicalmente de posição a respeito de sua dominação colonial. No início do ano de 1960, foi convocada uma Conferência em Bruxelas que determinou que a independência estaria marcada para o mês de junho do mesmo ano. Após a realização de eleições, o Congo alcançou a independência. O governo nacional foi estabelecido sob a presidência de Kasavubu, tendo Lumumba como primeiro-ministro. Os efeitos do paternalismo colonial e da diferença de desenvolvimento regional afloraram. Nenhuma negociação interna, nenhuma disputa arbitrada preparara condições mínimas para a acelerada retirada. A rápida deserção belga abriu espaço para os confrontos e os conflitos políticos e regionais com apoio de grupos étnicos.

O efeito imediato foi o endurecimento dos confrontos e conflitos entre os unitários (Lumumba) e os federalistas (Kasabuvu e Tchombe), que levou à guerra civil e regional explorando as bases étnicas (que se implantavam regionalmente) e à secessão de da rica região de Katanga em 1960. Tratava-se de impedir que o MNC impusesse o modelo político e nacional de Estado unitário em prejuízo dos interesses locais e particulares das regiões mais ricas e desenvolvidas. Com o apoio da Union Minière, uso de mercenários e tropas belgas (com a desculpa de evacuar em segurança os europeus da colônia), Tchombe iniciou uma das mais sangrentas guerras civis do período. O discutido apoio militar da ONU ao pedido de Lumumba não impediu sua destituição, prisão e morte (1961) nas mãos dos katangueses. Em 1963, a integridade territorial foi restaurada. A ONU impediu a fragmentação do Congo, com

sua missão permanecendo até 1964. Katanga foi reincorporada e o dirigente da secessão, Tchombe, foi nomeado primeiro-ministro. Em 1965, o General Mobutu conquistou o poder através de um golpe de estado, centralizou o poder, organizou uma nova constituição criando uma ditadura pessoal (1966) sustentada por partido único criado para este fim. Desde o golpe até a sua derrubada, Mobutu foi um aliado apoiado e sustentado pelos países ocidentais. Em outubro de 1971, no auge do processo de africanização promovido por Mobutu, o Estado adotou o nome de república do Zaire. A origem africana da palavra corrompida pelos colonizadores significa “o rio que engole outros rios” e define a bacia do caudaloso rio.

e) Ruanda e Burundi

Nos dois mandatos belgas, a população colonizada dividia-se em dois grupos étnico-sociais de características feudais. O poder local – reinos feudais –, da época da conquista, permaneceu. O domínio e a exploração coloniais sobrepuseram-se às flexíveis e permeáveis estruturas dominadas pelos “tutsi” (pastores, aristocratas e guerreiros), que exploravam os “hutu” (camponeses). O colonialismo – alemão e posteriormente belga – cristalizou estas estruturas e, de certa forma, as tribalizou e politizou. Os “tutsi”, transformados em uma etnia-classe, foram utilizados como agentes locais da dominação e da exploração da maioria constituída pelos “hutus”. Com a proximidade da independência ambos os grupos organizaram-se em partidos com bases étnico-sociais e com propostas diferentes a respeito da forma política e social dos futuros estados.

Em 1960, a Bélgica e a ONU começaram a preparar a descolonização. Entre 1959 e 1961, em Ruanda, o conflito entre a maioria (hutu) republicana e a minoria (tutsi) monarquista permeou o processo de instalação do autogoverno que aconteceu em 1960. Os hutus não só derrotaram os tutsis, destruindo a monarquia, como também o seu partido ganhou as eleições. Em julho de 1962, a independência e a república foram proclamadas. No mesmo ano, um Tratado de Amizade e Cooperação transpôs o país para a esfera de influência francesa. A história independente de Ruanda tem sido a de um permanente conflito político e social mascarado pela ideia de luta étnica e intertribal.

No Burundi, a independência estabeleceu a soberania da monarquia tutsi em 1962 após um ano de autonomia interna. A monarquia social e etnicamente ligada à minoria tutsi não impediu confrontos semelhantes aos de Ruanda. Em 1966, foi proclamada uma república sob o domínio tutsi e com partido único. Daí em diante, sua história não difere da de Ruanda.

f) Descolonização do Império espanhol

Embora a Espanha possuísse na África as colônias de Ifni, do Sahara Ocidental e da Guiné Equatorial, apenas a última pertence à África Subsahariana. Constituída pelo território do Rio Muni e das Ilhas de Fernando, Pó, Anabon, Corisco e Elobeyes, a Guiné Equatorial era a menor colônia europeia, um enclave territorial, e tornou-se o menor país continental independente da África. Em 1958, a colônia foi transformada em província, onde se desenvolveram vários movimentos nacionalistas. Em 1963, passou para o estatuto da autonomia interna. O crescimento do nacionalismo levou a um acordo descolonizador na Conferência de Madrid, entre 1967 e 1968, realizada entre os nacionalistas e os espanhóis. Alcançou a independência em 1968. O governo independente do presidente Macías transformou-se em repressiva ditadura pessoal e provocou o empobrecimento e emigrações. Em 1979, Macías foi deposto por um golpe.

g) Descolonização do Império português

O império português na África foi o mais duradouro. Instalou-se a partir do ciclo das navegações e dos primórdios do tráfico escravista. Sofrendo transformações adaptativas, foi o último a ser destruído. Sua longevidade, no entanto, não significou progresso para os territórios coloniais, não trouxe assimilação e integração das populações à “civilização” lusitana e não modernizou as estruturas sociais nativas. Terminou por envolver-se na mais longa, sangrenta e destrutiva guerra de dominação colonial. Após a Segunda Guerra Mundial, usou os recursos metropolitanos e da OTAN para continuar a dominação. Numa situação de guerra colonial generalizada em todos os territórios, foi política e ideologicamente derrotado. Sua derrota configurou-se na Revolução dos Cravos (Portugal, 1974), que derrubou o governo salazarista, redemocratizou a metrópole e negociou a retirada dos colonialistas derrotados.

A pobreza e o atraso português refletiram-se na incapacidade de criar uma continuidade territorial entre Angola e Moçambique, e na fraca extensão de suas outras colônias. Com exceção das primeiras, as colônias portuguesas eram constituídas pelo enclave continental de Guiné-Bissau – no litoral, entre as colônias francesas da África Ocidental (depois Senegal) e Guiné (Conacki) –, e por arquipélagos pequenos, porém estratégicos (Cabo Verde e Ilhas de São Tomé e Príncipe). Com exceção de Guiné-Bissau, que conquistou sua independência em 1973, o império colonial português foi desmantelado no segundo semestre de 1975.

h) Guiné-Bissau e Cabo Verde

O movimento nacionalista da região iniciou em 1956 quando os nacionalistas organizaram o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGCV) sob a liderança de Amílcar Cabral. O caráter revolucionário do nacionalismo era dado pela reivindicação de independência e, principalmente, pela transformação social na construção da nacionalidade. Em 1963, iniciou a luta armada – única alternativa deixada pelos colonialistas portugueses – buscando através da guerra popular de libertação a liberação de áreas e a construção do estado independente. Progressivamente os portugueses foram derrotados, isolados e o território libertado. Uma última tentativa colonial foi o assassinato de Amílcar Cabral, na Guiné-Conacki, realizado por traidores – dissidentes – cooptados pelo Governador Português General Spínola – no início de 1973. No entanto, a guerra de libertação já era vitoriosa. Em setembro do mesmo ano, uma Assembleia Nacional Popular – convocada pelo Partido- proclamou a independência, que teve profunda repercussão em Portugal. Em 1974 – no bojo da Revolução dos Cravos –, Portugal reconheceu o novo Estado. As ilhas de Cabo Verde ganharam, com o reconhecimento, um governo provisório e alcançaram a independência no ano seguinte como república distinta da Guiné-Bissau. No mesmo momento, foi proclamada a independência das ilhas de São Tomé e Príncipe após rápidas negociações com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTeP). Todos os novos países apresentaram estados de caráter socializante. Isso foi um efeito da longa luta de libertação e do comprometimento dos países ocidentais com a guerra colonial portuguesa, através da OTAN.

i) Descolonização de Moçambique

Em 1962, o movimento nacionalista criou, pela fusão de alguns movimentos, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que congregou os grupos e tendências esparsas. Seu projeto propugnava a derrota do colonialismo e a revolução popular socialista. A partir do norte, as guerrilhas nacionalistas obrigaram os portugueses a concentrar-se no sul (fronteira da África do Sul). Em 1969, o líder da FRELIMO, Eduardo Mondlane, foi assassinado. Entretanto, o movimento continuou em crescendo, conquistando amplo apoio popular e estabelecendo bases no interior. A permanência portuguesa na África imobilizava a maior parte do exército português nas regiões coloniais e drenava mais da metade do orçamento da metrópole. Só a ajuda recebida através da OTAN possibilitou a sobrevivência

imperial. Quando da Revolução dos Cravos, a FRELIMO já era vitoriosa em sua luta de libertação. Em 1975, os acordos de Lusaka reconheceram a independência unilateral e propuseram uma “democracia multirracial” que seria a garantia de sua supremacia. Derrotados os colonos portugueses, abandonaram o país.

Uma vez independente, Moçambique passou a construir um Estado socialista com a FRELIMO, declarando-se “marxista-leninista”. O programa de nacionalização e de reestruturação rural iniciado com a independência passou a enfrentar resistência política e começou a ser sabotado e destruído pela guerrilha da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) apoiada e financiada pela Rodésia do Sul, pela África do Sul e pelos antigos colonos a partir de 1980. Moçambique buscou uma aliança com a URSS e procurava desenvolver-se de forma independente à África do Sul de quem era dependente econômico.

j) Descolonização de Angola

A descolonização angolana foi a mais complexa e conflituosa. Isso se deveu à importância da colônia – tanto pelo número de colonos portugueses quanto por seu potencial agrícola e mineral. Deveu-se também ao fato que surgiram três movimentos de libertação com projetos e bases diferentes e conflitantes.

O primeiro movimento a ser constituído, sob a direção de Agostinho Neto, foi o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) em 1956. Caracterizando-se por sua ampla base social nacional e popular – foi sempre majoritário. Reivindicava-se marxista e defendia que a independência forçosamente teria de ser acompanhada de transformações sociais. Apoiado pelos países progressistas da África possuía uma rigorosa organização e terminou por conquistar o poder com a independência. Outro movimento, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), surgida em 1962, sob a liderança de Holden Roberto, era baseado no norte de Angola e possuía profundas ligações com o Ocidente e com o governo do Zaire, além de apresentar e reivindicar identidade étnica ligada às populações do Norte de Angola e do Leste do Zaire. A FNLA criou um Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) que reconhecido pela Organização de Unidade Africana (OUA). Em 1966, Jonas Savimbi, ministro do GRAE, rompeu com a FNLA acusando-a de racista e americanófila, criou a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), baseada no sul da colônia e na etnia – dos mbundo –, a maior da população angolana.

Os três movimentos, além de lutar contra Portugal, lutavam entre si, controlando cada um uma região angolana. Portugal foi derrotado e, depois da Revolução dos Cravos, em 1974, a metrópole buscava a retirada.

Em janeiro de 1975, os acordos de Alvor estabeleceram um governo de transição. Nesta, os três movimentos apresentaram-se como uma frente única – depois dos Acordos de Mombaça promovidos por Kenyatta, dirigente do Quênia. Em Alvor ficou estabelecido uma divisão paritária dos ministérios e a exigência de decisões unânimes, além da realização de eleições. O processo eleitoral não se realizou por oposição da FNLA e do MPLA. A UNITA, integrada também por brancos e baseada na maior etnia regional, defendia as eleições. Nesse quadro, em julho, a FNLA lançou uma ofensiva militar pelo poder, o que levou ao fim do governo de transição. A batalha por Luanda terminou por unir FNLA e UNITA contra o MPLA. A vitória dos partidários de Agostinho Neto com auxílio dos cubanos em Luanda possibilitou que fosse proclamada (11 de novembro de 1975) pelo MPLA, a República Popular de Angola. A República passou a enfrentar a UNITA apoiada pela África do Sul, pela China, pelos EUA e pelos conservadores africanos, já que a FNLA desintegrou-se por problemas internos. Uma última ofensiva contra a República de Luanda foi tentada pela UNITA e pela FNLA e tropas sul-africanas. As forças do MPLA com apoio de cubanos venceram a batalha e consolidaram o poder, além de reconciliar-se com Zaire. A partir desse momento, a UNITA iniciou uma guerra de guerrilha, apoiada pela África do Sul, contra o governo central.

Observações finais sobre a descolonização africana

É necessário destacar dois aspectos não trabalhados nesta síntese compilatória: o neocolonialismo e seu papel na história da independência e da pós-independência africana e a ausência da África do Sul e de Madagascar. Quanto à questão do neocolonialismo (ou pós-imperialismo, segundo Samir Amin), esse tema merece um estudo específico e está muito mais relacionado com a História da África independente. Quanto à ausência da África do Sul e de Madagascar, acreditamos que a história recente da primeira não é da luta contra a dominação colonial, mas a da maioria da população contra um regime racista, explorador e repressivo de base interna.

A república sul-africana do *apartheid* não significou a conquista da soberania nacional branca. O fim do *apartheid* não significou a conquista da soberania nacional, mas a democratização do extremo sul da África.

Quanto a Madagascar, acreditamos que, por sua especificidade, sua localização e sua história, merece ser trabalhada particularmente. Madagascar, mais do que uma ilha do litoral africano, colonizada por franceses, é uma ilha-continente ponto de cruzamento étnico-cultural e de relações entre a África e a Ásia insular e com uma civilização híbrida fruto deste.

Além da diferença temporal, que apresenta como marco divisório a Conferência de Bandung, a descolonização destacou-se pela geração de novas sociedades, marcadas pelas transformações impostas pelo processo descolonizador e pela recuperação de algumas características do seu passado histórico.

Podemos classificar a descolonização conforme o processo utilizado para sua realização. Nesse caso, constatamos que aquelas limitadas à conquista da independência e soberania política, sem constituir uma nova base para o Estado nascente, foram insuficientes e terminaram subordinadas às estratégias metropolitanas de descolonização e à dinâmica do desenvolvimento imperialista do pós-guerra com sua forma neocolonial.

Os processos que construíram uma nova base social, reconhecendo as mudanças geradas pelo colonialismo e recuperando criticamente elementos do seu passado pré-colonial, alcançaram a soberania política e elevado nível de legitimidade para o Estado nascente. Tal característica deveu-se ao fato de que a luta pela independência acompanhou um processo de mudança social, econômica e cultural. A luta para impor o rumo de seu futuro neutralizou as estratégias metropolitanas e emancipou os países das limitações impostas pelo neocolonialismo. Seu resultado foi a estabilidade política e um elevado nível de coesão e de legitimidade sempre pressionados e tensionados pela Guerra Fria. Ao contrário das emancipações exclusivamente políticas, estas não tiveram de enfrentar golpes de Estado e mudanças radicais de orientação.

De qualquer forma, o processo descolonizador foi um fator decisivo na conformação da história da segunda metade do século XX e esteve, diretamente ou indiretamente, ligada à questão do enfrentamento da Guerra Fria.

8 “1968” E SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

Décadas se passaram desde a eclosão dos acontecimentos que tornaram os eventos de 1968 um fato de relevância histórica. Suas expectativas, seus sucessos e derrotas marcaram uma geração inteira e o próprio futuro da sociedade contemporânea. O universo político, social e cultural em que vivemos atualmente é resultante do processo e das mudanças progressivas ou regressivas que aí foram desencadeados. As conquistas e as perdas que vivemos hoje apresentam relação direta com aquele ano e seus marcantes acontecimentos.

O “Maio de 1968” já é história – no sentido de fenômeno do passado, embora recente e presente na memória da geração que o realizou. Por outro lado, ele é modelador do presente, o que implica, portanto, na sua recuperação e análise crítica. Nesse sentido, torna-se necessário superar os preconceitos e dogmas positivistas para restaurar a importância e o significado daqueles acontecimentos, estabelecer as suas conexões e os seus desdobramentos, além de compreender, analisar e explicar as suas contradições e os seus limites. Ou seja, é necessário investigar os processos nos quais aqueles acontecimentos se originaram, o contexto de sua deflagração, a forma de suas manifestações. A análise e sistematização desse fenômeno é uma tarefa ainda incipientemente realizada. A partir dessa preocupação, este capítulo procura realizar uma análise geral do quadro histórico e do contexto em que surgiu e se desenrolou o processo que ficou conhecido como o “Maio de 1968”.

Apesar de estarem presentes e parecerem ameaçadores (e como tal busca-se exorcizá-los), os acontecimentos daquele ano continuam obscuros, inexplicados e incompreendidos. Por esta razão, geralmente são apresentados miticamente. Parte da produção historiográfica corrente o enquadrou como um “fato menor”, marginal e sem consequências efetivas. Desqualificando ou reduzindo o seu significado e a sua importância, o definiram como fruto da intervenção dos serviços secretos para desestabilizar as sociedades ocidentais, no quadro da Guerra Fria, ou, conforme Pacault e Bouju, como “psicodrama” de uma juventude que se caracterizava pela “... recusa da idade adulta –, receio do futuro e em primeiro lugar do futuro profissional...” (PACAULT e BOUJU, 1979, p.282).

Assim, consideravam aquele fenômeno como um ritual de passagem à idade adulta da geração do “Baby Boom” do pós-guerra, ou simplesmente uma explosão de incapacidade de adaptação às exigências da forma de organização socioeconômica emergente

(Idem). Há ainda aqueles que reduzem o fenômeno ao seu aspecto meramente cultural.⁷⁹ Todos os argumentos citados, buscaram legitimidade através de explicações viciosas e superficiais, baseadas em afirmações de políticos e de ideólogos conservadores e de dirigentes comunistas e sindicais burocratizados e ortodoxos, que não podiam enquadrar o movimento em seus esquemas dogmáticos, fossem estes de direita, centro ou esquerda ortodoxa (DROZ e ROWLEY, 1991, p. 291-292; JUDT, 2008, p. 400-403).

8.1 Os fundamentos históricos

A eclosão da contestação dos estudantes parisienses, que evoluiu para uma insurreição espontânea e atingiu todo o território da França (onde o processo alcançou maior amplitude), tornou-se o símbolo e o ícone da rebeldia do final dos anos de 1960, mas não foi a única nem a origem do processo que marcou indelevelmente o período. O movimento de 1968, bem como seus efeitos, foi planetário e universal, resultado do processo histórico que se desenvolveu após a II Guerra Mundial e no quadro da Guerra Fria, com as suas diferentes reorientações. Esse processo era caracterizado pela lógica do capital (mesmo nos estados do socialismo real), determinado por um modo de produção capitalista cuja forma de organização da produção obedecia às regras do sistema “fordista” – concentração e crescimento extensivo em uma lógica de fabricação unificada em imensas unidades integradas (do acesso às matérias-primas à distribuição junto aos consumidores) – e cuja propriedade pertencia ao capital corporativo ou ao estado.

Para viabilizar tal sistema, o Estado passara a assumir funções diferentes daquelas da época do liberalismo econômico, passando a ser responsável por investimentos na infraestrutura, na produção, na educação e na saúde. Tornara-se, também, o maior consumidor e patrocinador da pesquisa científica, pura ou aplicada. O Estado assumia, desta forma, a responsabilidade pelo sucesso do sistema, com a distribuição de recursos e subsídios e os cortes seletivos de impostos (MANDEL, op. cit.; MARTINEZ MARTIN, 1992, p.13-28; DUVERGER, op. cit.).

⁷⁹ Laqueur é um exemplo bem concreto de como o fenômeno foi reduzido. Segundo esse autor: “A pesar de sus peticiones políticas radicales, el movimiento revolucionario europeo de la década del 60 era, como en Estados Unidos, un proceso motivado esencialmente por el descontento cultural.” (LAQUEUR, 1994, p. 344).

A sociedade passara a ser regida por uma forma de organização política e econômica designada como “keynesiana”⁸⁰. Com ela o poder governamental assumira um comando absoluto da economia e da sociedade. Tal modelo, que tinha como destaque o consumismo e o bem estar material, apresentava como aspecto positivo a redução das diferenças entre as rendas das diversas classes sociais, por meio da utilização de sistemas progressivos de tributação sobre a renda, do recurso aos subsídios e da responsabilidade com gastos considerados sociais. Em contrapartida, restringia a liberdade e a diversidade social, pois o capital monopolista fordista e o estado que lhe correspondia não só intervinham no estabelecimento de formas de produção, mas na própria organização do modo de vida e nos limites da liberdade política.

A razão para tal tipo de comportamento se encontrava na relação direta com a Guerra Fria e a necessidade de impedir o avanço de processos revolucionários que poderiam pôr sua sobrevivência em risco. Assim, tratava-se de um confronto direto, de uma guerra sem quartel contra todas as forças revolucionárias, ou mesmo reformistas, que não pudessem ser recuperadas em benefício daquele sistema (MANDEL, op. cit.; MARTINEZ MARTIN, 1992, p. 13-28; DUVERGER, 1975, p.145-169). O mesmo era profundamente deficitário no cumprimento de suas promessas na medida em que, além de impor limites restritivos à realização das individualidades e das aspirações de bem estar integral, gerava graves problemas de ordem psíquica entre seus beneficiários, conforme apontaram os trabalhos de Fromm (1967), Marcuse (1967) e Reich (1972). Os benefícios do sistema se tornavam privilégios acessíveis a poucos indivíduos ou grupos “integrados”, o que o tornava limitado, tanto do ponto de vista social quando do ponto de vista geográfico, a apenas poucos e determinados segmentos sociais dos países do chamado Primeiro Mundo. Inegavelmente, a regressão social vivenciada pelo mundo no período imediatamente subsequente à Segunda

⁸⁰ Keynesianismo é a teoria econômica de autoria do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) e desenvolvida em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tal teoria caracteriza-se pela defesa de um Estado intervencionista como agente fundamental da economia. Seu objetivo é o de garantir a existência do capitalismo neutralizando os ciclos econômicos e gerando condições de pleno emprego que estimulariam o consumo, através de condições para que os padrões mínimos de reprodução das condições de vida dos trabalhadores fossem asseguradas. Ao mesmo tempo, tais políticas facilitariam a reprodução do capital. Para que isto se realizasse o Estado deveria intervir ativamente na economia garantindo o bem-estar e assumindo, ainda, as atividades indispensáveis para o funcionamento da sociedade capitalista industrial e que não interessam a iniciativa privada pelo alto custo de implantação ou pelo baixo retorno dos investimentos. Ao agir assim o estado reduz, também, o conflito de classes e oferece certa estabilidade necessária ao capitalismo para a manutenção do crescimento econômico (ou sua reprodução ampliada). O keynesianismo necessita como contrapartida um consenso social que é obtido através dos contratos coletivos de trabalho negociados pelos sindicatos e pela democratização ampliada da política.

Guerra Mundial foi um fator considerável nesse processo e teve diversas origens, conforme apresentaremos a seguir.

Em primeiro lugar, há a questão da mão de obra feminina. Durante o conflito mundial, objetivando sanar a generalizada escassez de braços na produção, ocorreu a ampliação da incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Isso não aconteceu apenas pelo crescimento de sua utilização nas ocupações tradicionalmente femininas tais como o magistério, a enfermagem e os serviços auxiliares da administração pública e privada; em realidade, as mulheres passaram a desempenhar atividades novas e alcançaram uma notável autonomia. Durante a guerra, as mulheres engajaram-se em atividades na produção e na administração, setores que anteriormente eram quase de exclusiva atuação masculina. As modernas fábricas de aviões e estaleiros, com suas unidades altamente mecanizadas e organizadas pelos princípios técnicos do “taylorismo” e do “fordismo”, abriram-se e foram massivamente ocupadas pelo, até então, “sexo frágil”. Com a paz e o retorno de milhões de homens para as atividades econômicas civis, a maioria das mulheres perdeu seus empregos e a autonomia econômica e social que havia alcançado. Além disso, elas foram alijadas do espaço público, que ocuparam durante o grande conflito, como produtoras e prestadoras de serviço, sendo obrigadas a retornar para as atividades domésticas tradicionais. Isso representou a regressão da sociedade para um patamar de domínio do patriarcalismo que parecia haver sido superado.

Outra origem profunda dos fatos de 1968 foi a deficitária realização, no mundo de pós-guerra, das promessas democráticas que mobilizaram a população na luta contra o nazifascismo. Ao final da guerra, as esperanças de uma mudança radical do sistema que havia possibilitado a ascensão dos regimes do eixo foram frustradas por políticas de restauração do “*status quo ante*”, com a recuperação do poder pelos políticos tradicionais e o domínio do capital. Este se encontrava fortalecido pela sua expansão e concentração proporcionadas pela necessidade de atendimento acelerado das cruciais demandas produzidas pelo conflito.

Um terceiro elemento a considerar foi a consolidação da superioridade e da hegemonia absoluta alcançada pelos Estados Unidos da América (EUA) no período do pós-guerra, que persistiu até 1967, quando passou a ter um caráter relativo (MICHELENA, 1977, p. 48-49). A respeito disto afirma Muller (1987, p.43):

A consolidação da hegemonia norte-americana graças ao aniquilamento da Alemanha e do Japão, da França e da Inglaterra e em razão do desafio geopolítico da URSS na Europa e no Leste da Ásia, levou a uma difusão de processos, técnicas, organização empresarial, esquemas de financiamento e comercialização baseados na tecnologia americana [...].

A superioridade alcançada em termos de desenvolvimento, poder e riqueza em relação ao resto do mundo possibilitaram que os EUA emergissem dominando e determinando não apenas o modelo do modo de organização da sociedade, mas também o da economia e o da vida social. Assim, forjavam a criação de um novo universo que era relativamente homogêneo e unificado e que apresentava, apesar das diferentes gradações, o mesmo conjunto central de formas e de problemas. A posição hegemônica determinou que aquele Estado assumisse a função de defensor planetário do capitalismo – substituindo as atividades anteriormente exercidas pelos fracassados Impérios Coloniais, em uma época caracterizada pela retração do espaço territorial da economia em frente ao sucesso da Revolução Chinesa e dos movimentos de libertação nacional das colônias. A universalidade desta função, ao atingir todo o planeta, criou certa homogeneidade de conflitos, de contradições e de propostas de solução expressas pelas alianças e comprometimentos de uma política de “contenção ao comunismo” e pela Conferência de Bandung, aspecto destacado por vários analistas e historiadores em suas obras⁸¹.

Uma quarta origem profunda estava relacionada à emergência de uma nova geração, nascida no “baby boom” que caracterizou a segunda metade da década de 1940 e os primeiros anos da década posterior. Em 1968, os membros desta geração ocupavam uma faixa etária compreendida entre os 13 e os 25 anos e haviam sido responsáveis não apenas por uma juvenalização do mundo como, também, pela emergência de novas formas de socialização e de manifestação que se contrapunham radicalmente às tradicionais (DAVIS, 2008, p.). Além disso, houve uma alteração na estrutura da pirâmide etária, em função da intensa queda da taxa da mortalidade infantil, oriunda dos progressos nas áreas da medicina e da nutrição, que foram desenvolvidos para atender as necessidades da guerra. Esta geração estava sendo criada em um universo diferente e caracterizado pela ampliação do acesso e da permanência no sistema educacional superior, que fora aberto para a pequena burguesia e para alguns segmentos das classes trabalhadoras. Conforme destaca Mammarella:

Una de las consecuencias del aumento del bienestar y de la movilidad social es la multiplicación de la población estudiantil. A comienzos de la década de 1960 [...] el número de estudiantes universitarios se había mas que triplicado con respecto a los años de la inmediata posguerra y, [...] seguirá aumentando en el curso de la década, creando una capa intelectual con problemas y aspiraciones nuevas y una manera diferente de entender el compromiso

⁸¹ Como exemplo, podemos citar: Arostegui, Buchrucker e Saborido (2001); Martinez Carreras (1985; Michelena (1977) e Palmer e Colton (1980).

político.[...] La extensión y diversificación de los programas universitarios y la importancia que asumen en ellos las ciencias sociales, el desarrollo de los estudios sobre el marxismo que se difunden [...] alimentados por las obras de Marcuse, Adorno, Bloch o por nuevas interpretaciones de Gramsci, la influencia de doctrinas que exaltan el compromiso político, la especial atención reservada por los partidos de izquierda a la cultura y a los intelectuales son todos elementos que contribuyen a una fuerte politización de las universidades y a hacer de ellas centros de debate, de producción de ideas y de instancias políticas (MAMMARELLA, 1990, p. 274).

Nesse sentido, entre os principais fatores para compreender o fenômeno do “Maio de 1968” está o profundo embate produzido no entorno da Universidade e suas funções. De modo geral, a Universidade, ampliada em seu número de alunos e socialmente diversificada pelo ingresso de membros de outras classes que não a dos seus antigos docentes e discentes, ainda apresentava aspectos arcaicos em sua organização, em suas formas de funcionamento e em seus objetivos elitistas. O sistema universitário tradicional, enquanto reprodutor do elitismo que estava em crise, passou a sofrer progressivamente um conjunto de pressões e não conseguiu dar-lhe respostas. Por essa razão, tornou-se o ponto mais visível das contradições e um campo de disputa entre os grupos que se posicionavam nos diferentes polos dessas contradições. Em 1968, o sistema estava, por um lado, sob a pressão constante do crescimento do número de estudantes e, por outro, pelo afluxo de estudantes críticos que, dado o esgotamento da capacidade de repressão ideológica do anticomunismo, encontraram um terreno onde poderiam exercer, mais livremente, a sua crítica.

A Universidade se encontrava sob a pressão do desenvolvimento acelerado do conhecimento e de novas demandas de diferentes origens; por esta razão havia uma necessidade premente de reforma, a qual se apresentava a partir de dois pontos de vista: o da emancipação humana e da democratização da sociedade, reivindicada pela maioria dos estudantes, e o das necessidades empresariais. Para o empresariado, ela deveria ser mais técnica e menos humanista, com ênfase nas pesquisas instrumentais e voltadas para a formação de mão de obra especializada. Assim, atenderia às necessidades do mercado de trabalho e possibilitaria a generalização da aplicação da inovação tecnológica.

Além disso, a Universidade se encontrava sob a pressão das exigências de produtividade por parte das agências financiadoras estatais, em razão dos elevados custos envolvidos em sua manutenção e adequação às novas profissões e ao crescente número de discentes. Para isso, deveria ser uma instituição caracterizada pela alta rotatividade na formação de seus estudantes, que em curto prazo seriam preparados para o moderno mercado de trabalho. Não poderia e não deveria ser uma Universidade emancipadora, que se

encontrasse voltada para o desenvolvimento das potencialidades humanas e para a busca de soluções para os problemas sociais, como reivindicavam os estudantes, pois isso significava aumentar o custo arcado pelo estado – problema crescente – e desviar o foco que empresários e governo pretendiam dar à mesma.

Desta forma, a Universidade tradicional recebia críticas não só das novas gerações de estudantes, mas do capital corporativo, com suas necessidades de formação de quadros técnicos e científicos de planejamento, execução e controle para as operações produtivas desenvolvidas e intensificadas. Este confronto, que não se restringia ao aspecto pedagógico, havia transformado o sistema educacional em um explosivo barril de pólvora à espera da primeira deflagração. Assim, este foi um dos elementos fundamentais para a eclosão da revolta estudantil em todo o planeta.

Tal fenômeno estava ocorrendo em um mundo onde a economia se desenvolvia em ondas concêntricas baseadas na implantação de inovações em todo o planeta. Tal fato caracterizava principalmente as regiões do chamado Primeiro Mundo, onde o emprego e as rendas do trabalho, ao crescerem, possibilitavam uma menor preocupação com os gastos de sobrevivência levando à emergência de novas demandas e expectativas (MANDEL, *op.cit.*, p.19 e seguintes).

Outro elemento da crise que o sistema enfrentava foram os limites nacionais vigentes no processo de recuperação econômica e social conservadora predominante na Europa do pós-guerra. Tais limites foram alcançados com a conclusão da reconstrução do continente e com o processo “truncado” de unificação europeia. Seus condicionantes levaram ao acirramento das contradições que o sistema se mostrava incapaz de solucionar, possibilitando o fortalecimento e a expansão da crítica aos seus déficits e à sua incompletude. Também se deve considerar que tais limites se caracterizavam por reproduzir um modelo social conservador, que se mantinha por meio das relações interpessoais e de um sistema de ensino colapsado pela nova realidade.

Os acontecimentos de 1968 também foram a expressão da crise gerada pelos limites do sistema soviético – o chamado “comunismo de Estado” ou “Socialismo realmente existente” (SOREX). Tal limite foi evidenciado a partir da percepção do esgotamento das possibilidades de desenvolvimento econômico e social quantitativo ou em extensão, como foi analisado por RICHTA (1972). Ainda foram determinantes a incapacidade de reforma política e democratizante dos chamados “revisionistas” e a divisão do campo e do bloco socialista em pelo menos três correntes ou tendências conflitantes: a soviética, a maoísta (chinesa), a castro-

guevarista (cubana). Nesta conjuntura, outra corrente surgiu em 1968, com energia e intensa capacidade de convencimento e de aglutinação dos descontentes com o burocratismo e o monopólio de poder. Esta última tendência se manifestou através das propostas de transformação e da implantação de reformas políticas pela direção do Partido Comunista e do governo da Tchecoslováquia. Essas mudanças ficaram conhecidas e foram identificadas pela expressão generalizadora de “socialismo com face humana”, ou então como a “Primavera de Praga”. Paralelamente a estas rupturas no campo socialista, a incapacidade dogmática e Stalinista (embora revisionista) da burocracia soviética deve ser considerada como um dos elementos que estavam na raiz e na modelagem dos acontecimentos da “Primavera de Praga”.

O cristianismo radical e comunitário que emergiu do Concílio Vaticano II, em diálogo com as outras correntes, também fez parte da contestação numa dupla luta: contra o capitalismo e o conservadorismo da hierarquia religiosa.

Assim, a contestação crítica que emergiu no início dos anos 1960 e o seu “assalto aos céus”⁸² foram a expressão do ápice do modelo de sociedade industrial gestada no período de entreguerras e amadurecida no pós-guerra, bem como do início da sua crise. Uma sociedade caracterizada pela expansão da economia de produção industrial em massa nos países capitalistas centrais, pela industrialização planejada nos moldes da economia soviética nos países do campo socialista e do desenvolvimentismo no Terceiro Mundo. Estes modelos econômicos possuíam corolários políticos e ideológicos que também alcançaram o ápice e marcaram o início da crise do sistema do pós-guerra. Como afirma Mammarella (1990, p.273) ao se referir as causas dos acontecimentos na Europa:

Mil novecientos sesenta y ocho será para Europa el año de las revoluciones fallidas: en Occidente, la del ‘mayo francés’ y en la Europa oriental, la de la ‘primavera de Praga’. Dos episodios que tienen orígenes y nacen de fuerzas y situaciones diferentes pero que representan, ambos la reacción a dos formas de autoritarismo: el de signo más existencial que político expresado por una sociedad tecnológicamente avanzada en la cual las libertades garantizadas están de hecho limitadas por un sistema de organización de trabajo tendencialmente represivo, y el que nace de un régimen donde toda manifestación de democracia está negada por la falta de pluralismo político y por la burocratización de la clase dirigente.

Nas sociedades capitalistas centrais, os corolários foram os conservadorismos, mesmo dos setores reformistas, a alienação pela especialização e a instrumentalização do

⁸² A expressão “assalto aos céus” foi cunhada durante os acontecimentos revolucionários de 1848 na Europa. Durante as manifestações do maio francês, o termo passou a ser utilizado pelos críticos da rebelião para se referir ao movimento, seu radicalismo e o que consideraram seu utopismo.

conhecimento (meio fundamental para a produção); no campo socialista, a burocratização e a substituição dos trabalhadores pela burocracia no poder, na tomada de decisões e na escolha dos objetivos; no Terceiro Mundo, o elitismo e a subordinação econômica, bem como a permanência de seu caráter de periferia. Este modelo de sociedade, à medida que atingiu o seu mais alto nível de desenvolvimento, de aumento da produção e de bem-estar possível, tornou explosivas as contradições e preencheu os seus espaços de expansão atingindo os seus limites. Ao final das contas, os sacrifícios, a dor e as protelações despendidos em nome de benefícios futuros, não foram compensados pelos frutos deficitários na realização de suas promessas.

Aquelas críticas contestadoras que se iniciaram nos anos 1960, com uma intensa ruptura teórica, materializaram-se na prática com a organização de novos grupos de esquerda, como o *Estudiantes por una Sociedad Democrática* (SDS, sua sigla em inglês), nos Estados Unido e na Europa, e a formação da chamada *Nova Esquerda* (New Left), mais radical e revolucionária e com fortes críticas teóricas e políticas ao sistema capitalista e ao socialismo considerado burocrático. Conforme Mammarella:

La nueva izquierda nace entre finales de la década de 1950 y el comienzo de la de 1960 en las sociedades de capitalismo avanzado de Europa occidental, profundamente transformadas por el gran desarrollo económico producido en la década anterior. Lejos de ser un fenómeno unitario, el movimiento extraparlamentario se manifiesta con caracteres y acentos diferentes, pero está estrechamente vinculado a un proceso de crecimiento económico-social y cultural que presenta fuertes analogías en todos los países de Europa occidental (MAMMARELLA, idem).

A crítica sistêmica e as propostas identificadas como sendo da “Nova Esquerda” abrangiam todos os setores, segmentos e regiões, e abarcavam todos os aspectos da vida e da organização social. Esta crítica estava na raiz dos acontecimentos de 1968 e das propostas de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais reivindicadas pelos diversos segmentos da geração que forjou aquele movimento. As críticas assumiram, progressivamente, o caráter de uma oposição militante e de abrangência planetária. Esta oposição incorporou as correntes marxistas marginalizadas, as proposições libertárias dos anarquistas e autonomistas, além das formas de ação direta (de massas), pacíficas e festivas dos “provos” situacionistas⁸³. As

⁸³ “Provos” eram os chamados “provocadores”, um grupo holandês surgido na década de 1960, que realizava manifestações provocativas e simbólicas criticando o modo de vida da sociedade capitalista, baseada no consumo e culturalmente conservadora. Eram ligados à corrente da Internacional Situacionista que surgira na década de 1950 e cujo principal teórico era Guy Debord, autor do livro “A sociedade do espetáculo”. Uma das características desta tendência era não isolar o aspecto político do estético, de modo que suas manifestações envolviam o estranhamento causado pela obra de arte. Os “provos”, em Amsterdã, provocavam

mobilizações desencadeadas por esta oposição, por sua vez, assumiram características insurrecionais colocando em risco de eliminação o sistema vigente em ambos os polos em que o mundo se encontrava dividido.

Essa utopia revolucionária era pregada pela nova esquerda da época e pelos chamados “grupelhos”, fossem eles de inspiração trotskista, maoísta, guevarista, autonomista ou anarquista. Foi um momento de práxis política e social renovada e totalizante, caracterizada por uma crítica não apenas em relação à vida política e aos aspectos da academia ou da Universidade, mas que abrangia todo um modo de vida e de produção e o período histórico que lhe dera origem.

8.2 Os Estados Unidos e a Guerra do Vietnã

O principal fator desencadeador da “explosão” dos acontecimentos de 1968 foi o comportamento do imperialismo neocolonial dos Estados Unidos: sua guerra de agressão no Vietnã, suas intervenções conservadoras e de segurança nacional na América Latina e em outras partes do mundo⁸⁴, além de seu autoritarismo conformista e protototalitário no plano interno. Outro fator está relacionado com a expansão e a adoção do seu modelo civilizacional no conjunto de regiões e países associados ou sob sua hegemonia. Tal modelo privilegiava, ainda, o consumismo e a generalização das relações de mercado ao conjunto das atividades sociais e culturais, provocando reações e busca de alternativas que não podiam ser supridas pelos paradigmas pré-existentes.

O ano de 1968 marcou o início da crise da hegemonia norte-americana. Segundo as análises de Chaliand (1977) e Santiago (1977), tal crise se apresentava através da incapacidade demonstrada em derrotar uma revolução anticolonial nacional e social, realizada pelos guerrilheiros camponeses vietnamitas da Frente de Libertação Nacional, com o apoio e a intervenção da República Democrática do Vietnã. Essa situação resultou em efeitos econômicos e financeiros negativos tanto na sociedade norte-americana como em seu sistema mundial, gerando um progressivo processo de enfrentamento em busca de autonomia por

congestionamentos de trânsito, levando à paralização dos cruzamentos, para denunciar a cultura do automóvel. Uma de suas ações mais impactantes foi realizada durante o casamento da princesa herdeira do trono holandês com um aristocrata alemão vinculado ao nazismo; nesta ocasião os “provos” anunciaram vários atentados para impedir as festividades públicas das bodas. Estas ameaças levaram os órgãos de segurança a cancelar as solenidades públicas do casamento. Quando os porta-vozes “provos” foram contestados pela imprensa por seu fracasso, a resposta foi clara: não eram terroristas e seu objetivo havia sido alcançado com a demonstração de medo por parte das autoridades, que impediu o espetáculo. Para mais informações, ver: DEBORD, GUY. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

⁸⁴ América Latina (República Dominicana) e Ásia (Indonésia, e Vietnã do Sul).

parte de seus associados internacionais, que passaram a desconsiderar os limites impostos pela bipolaridade e pelo anticomunismo da Guerra Fria, com sua “guerra fria cultural” (JUDT, 2008, p. 209-236).⁸⁵

No plano interno, a deterioração sistêmica da posição norte-americana manifestava-se pela emergência dos graves problemas derivados da guerra, como a recusa ao serviço militar, e das questões sociais e políticas – o que hoje vulgarmente se chama “questões das minorias”, que exigiam solução por vias revolucionárias, fossem estas pacíficas ou não. A origem desses problemas era a incapacidade de a sociedade norte-americana realizar as suas promessas democratizantes – que foram responsáveis pela coesão social alcançada após a Segunda Guerra Mundial – e de absorver e atender tanto às demandas gerais da sociedade, quanto aquelas específicas dos jovens, mulheres, negros, “chicanos” (expressão que designava os latino-americanos na região oeste) ou “cucarachas” (designação pejorativa que identificava os latino-americanos na costa leste).

Estimulados pela sangria provocada pela guerra, pela tomada de consciência da alienação gerada pela sociedade industrial capitalista, por sua exploração e exclusão, tais grupos radicalizaram a oposição ao sistema a partir de dentro da sociedade e passaram, também, a buscar a construção de alternativas políticas e de modelos societários a fim de construir um modelo econômico, social e político novo. Essa procura de alternativas variou desde o individualismo anárquico dos hippies até o radicalismo militarista do Partido dos Panteras Negras ou da gang dos “Young Lords” dos porto-riquenhos de Nova Iorque, além de outros grupos que eram partidários da “guerrilha urbana” e que emergiram durante aqueles anos.

Tal busca também se caracterizou pelo surgimento e rápido desenvolvimento de novas organizações de massa com forte penetração no meio universitário e que defendiam e aplicavam outras formas de luta. A confluência destes movimentos e destas lutas gerou um processo de desobediência civil generalizado e uma intensa repressão por parte dos aparelhos estatais, que resultou em uma espiral de radicalização.

Cabe ressaltar também que a guerra de agressão no Vietnã possibilitou uma profunda desestruturação ideológica da disciplina social, que passou a permear a moral de seu exército no campo de batalha do Extremo Oriente. Uma guerra civil velada se estabeleceu entre militares norte-americanos no front vietnamita. Um conflito destrutivo e mortal entre os

⁸⁵ Saunders realizou uma ampla pesquisa demonstrando este processo de intervenção cultural norte-americana e seus mecanismos de atuação, em seu livro *Quem pagou a conta?* (2008).

comandantes e os soldados passou a destruir o moral e a capacidade de combate do maior, mais moderno, melhor equipado e bem preparado exército do mundo.

O conflito na Indochina não se deu só entre vietcongues e autoridades do Vietnã do Sul, dirigidas, orientadas e suportadas pelos norte-americanos. Esta guerra, cuja direção e combate foram assumidos pelos Estados Unidos, explodia também no interior das forças militares norte-americanas, entre a massa das tropas e os oficiais, entre os representantes políticos da administração e do comando militar e os soldados, cabos e sargentos que não queriam mais saber daquela guerra. Estes, além de combater as determinações de seus superiores, se alienavam através do consumo de drogas, lutavam através de atos violentos ou por meio de uma propaganda contestadora e insurrecional, quando não por meio da desobediência aos seus superiores hierárquicos.⁸⁶

No plano externo, é preciso considerar o esgotamento do ciclo da repressão ideológica e cultural ligada ao conflito da Guerra Fria e imposto por aquele conjunto de políticas e de práticas persecutórias vulgarmente chamadas de *macartismo*.

Este se caracterizava por ser uma ideologia e um conjunto de práticas políticas antimarxistas e anticomunistas posta em funcionamento pela direita norte-americana após a Segunda Guerra. Entre seus objetivos, deve-se destacar que tal fenômeno servia como ponta de lança na luta da contenção à União Soviética na Guerra Fria, além de constituir um instrumento na luta de classes interna através da perseguição ao pensamento discordante e da criação de um clima político que proporcionasse o conformismo e a submissão ao Estado que havia se tornado um “Estado de Segurança Nacional” (e as suas políticas).

Outro objetivo do *macartismo* era o estabelecimento de um processo de difusão e de multiplicação de um pensamento único e subordinado às determinações estratégicas dentro dos Estados Unidos, como se fosse uma espécie de totalitarismo sofisticado e “dietético”. Nesse sentido, seu mecanismo principal era a perseguição de funcionários públicos sob a acusação de comunismo e o expurgo do sistema educacional (do jardim de infância às universidades) além da perseguição no campo da cultura, especialmente aos intelectuais e ao cinema com características críticas (FERREIRA, 1989) O *macartismo* e a sua capacidade repressiva – além do senador que lhe deu o nome e foi alijado da política – entraram em crise na década de 60, por algumas razões:

⁸⁶ As informações acerca das cisões no interior do exército expedicionário norte-americano foram extraídas da coletânea de artigos “Vietnã – la Guerra que EE.UU. perdió”, compilados pelo historiador Luis César Bou. De forma mais específica, tal tema é tratado no artigo de Joel Geier, intitulado “Vietnam: La Rebelión de los Soldados” (p. 133 – 149).

1) sua implementação havia liquidado as posições da esquerda ortodoxa dentro dos Estados Unidos e neutralizado ou obstaculizado fora do país nas regiões sob a sua liderança e direção, ou seja, havia concluído seu objetivo principal;

2) em determinado momento, havia entrado em contradição com as transformações da sociedade norte-americana e suas necessidades internas e externas melhor atendidas pela “guerra fria cultural”;

3) a partir do amadurecimento da coexistência pacífica e da redução da ameaça de uma guerra nuclear por causa da “mútua capacidade de destruição assegurada” teve suas premissas anuladas.

Foi nesse quadro de esgotamento da capacidade repressiva do *macartismo* que surgiram e se difundiram os movimentos contestadores. Tal esgotamento não se limitava apenas aos Estados Unidos, mas atingia, também, outras regiões que se encontravam sob a direção hegemônica do modelo de sociedade e de economia norte-americana. Esta contestação se expressava pela emergência de novos polos capitalistas na Europa e no Extremo-Oriente, que defendiam posições autônomas e estavam ligados ao rápido e avassalador crescimento da Alemanha, do Mercado Comum Europeu e do Japão.

Paralelamente, a crise da hegemonia norte-americana foi determinada pelo crescimento da perspectiva, das conquistas e das posições do terceiro-mundismo e do socialismo em novas áreas do planeta. Estes últimos buscavam romper o modelo de mundo imposto por aqueles que haviam se tornado mundialmente hegemônicos desde a Revolução Industrial e que eram representados pela república norte-americana desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro-mundismo e uma nova perspectiva de mudanças socialistas que visavam construir um modelo societário alternativo acompanhavam a crítica ao desconforto e ao sofrimento gerados pelo sistema dominante e sua pretensão impositiva de universalidade. Não é gratuito que os rostos de Ho Chi Minh, Mao Tsé-tung e Che Guevara eram permanentemente expostos nas manifestações que identificaram o ano de 1968, através dos cartazes levados pelos estudantes e pelo sucesso da publicação de suas obras.

A crise da hegemonia e da própria sociedade norte-americana, então, se cristalizou com a Guerra do Vietnã. Os crimes cometidos e o fracasso demonstrado pela incapacidade dos EUA em vencer a guerra e derrotar um povo camponês e pobre culminaram por determinar uma profunda ruptura na coesão internacional do mundo capitalista e na sua própria coesão interna, o que, até então, lhe havia possibilitado manter a posição de

superioridade e liderança. Se a guerra do Vietnã – quando os americanos sofreram, em 1968, sua grande derrota com a ofensiva “comunista” do Ano Novo Lunar (do Tet) – foi a raiz principal e a causa mais geral da mobilização, o fator catalisador foi o comportamento repressivo das autoridades diante de uma realidade que não entendiam e que por isto queriam eliminar a ferro e fogo.

No início do ano de 1968, uma mobilização internacional independente e autônoma, contra a guerra, provocou uma repressão formal e informal e a mobilização de instrumentos ideológicos desproporcional, o que terminou por possibilitar o transbordamento e a aceleração de uma crise sistêmica que já se desenvolvia há algum tempo. Atentados contra militantes – como o episódio contra o líder estudantil Rudi Dutschke na Alemanha; atos intimidatórios da organização terrorista “Ocidente” contra os universitários na França; prisões, expulsões ou suspensões das Universidades estimuladas por grupos monopolistas de comunicação – proporcionaram a ampliação e radicalização da participação. Neste quadro, passou-se à contestação da ordem e à tentativa de ‘tomar o céu de assalto’.

8.3 Os eventos de 1968

A partir das premissas dadas, podemos afirmar as características e os fatores que levaram à eclosão dos acontecimentos que passaram à história como o “1968”. Aquele foi um ano de contestação da ordem e da tentativa de realização da utopia; da transformação radical do mundo e da vida. Todos os sinais da eclosão de uma crise de graves proporções se avolumavam progressivamente no horizonte muito antes da irrupção dos eventos. Por isto aquele foi um ano inesperado pela extensão, pela profundidade e pelos resultados dos acontecimentos que lhe marcaram, mas que, entretanto, era previsível.

Pode-se afirmar que 1968 não foi uma tempestade com relâmpagos que surgiram em um céu azul. Seus acontecimentos foram a expressão de uma intensa crise que marcava os limites alcançados pelo sistema econômico, político, social e ideológico vigente (RIDENTI, 2000, p. 138-141; BRANDÃO, 1990, p. 36-43; DAVIS, 2008, p. 305-319; DUVERGER, 1975, p. 145-169). Segundo MAZOWER,

Os sinais de revivescência do processo de massas já eram visíveis – nas Marchas da CND [Campanha pelo Desarmamento Nuclear], em princípios da década de 1960, e nas violentas manifestações contra o envolvimento americano na Guerra do Vietnã, contra os golpes dos coronéis gregos, em 1967, contra a tirania do xá do Irã. As imagens televisivas das marchas pelos direitos civis, nos Estados Unidos, junto com o despertar do interesse pelo

legado da Resistência da Segunda Guerra Mundial, alimentavam um crescente antiautoritarismo. Em 1968 ocorreu a explosão [...] (MAZOVER, 2001, p. 312.).

A partir dessa conjuntura, marcada pelo amadurecimento das condições acima explicitadas e das contradições do sistema, que foram intensificadas por um processo de desaceleração da onda expansiva da economia (MANDEL, 1976, p.19), a explosão no ano de 1968 teve o seu ápice em três acontecimentos de importância significativa.

1) A “*ofensiva do Tet*”, festa do ano novo lunar chinês, realizada pelos vietcongues (tropas guerrilheiras da Frente de Libertação Popular do Vietnã – FLP) e pelo exército regular do Estado norte-vietnamita que levou à derrota política dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Os movimentos juvenis – ou não – de solidariedade ao Vietnã, junto com os grupos pacifistas, foram um dos fatores desencadeantes das lutas e dos confrontos de 1968;

2) A eclosão do *maio parisiense*, que se constitui enquanto um movimento espontâneo que sintetizou a solidariedade internacional aos combatentes da Revolução no Vietnã, as reivindicações das novas gerações de estudantes e a combatividade autônoma da nova geração de operários fabris, que passou a ocupar as modernas fábricas e a exigir o controle da produção e da sua destinação.

3) A *Primavera de Praga*, caracterizada por um processo de reformas sociais e políticas inicialmente dirigido pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia, mas que transbordou os seus limites, avançando muito além das propostas originais rumo a uma democracia socialista com *face humana*, como eles a denominavam. Esse processo gerou pânico entre os dirigentes dos outros países do bloco soviético e culminou com uma intervenção das forças do Pacto de Varsóvia, dirigido pela União Soviética, para a sua eliminação.

Portanto, tivemos um ano onde acontecimentos de caráter revolucionário, com elevada intensidade, aconteceram na Europa Ocidental, na Europa Oriental e nas regiões periféricas. Como já foi dito, a eclosão “dos acontecimentos de 1968”, foi caracterizada – interna e externamente –, de maneira fundamental, por uma crítica ao modo de vida americano, ao imperialismo norte-americano e à sua política de dominação sobre o planeta, como o modelo assumido e necessário para a sociedade do capitalismo. Junto com esse conjunto de fatores com características unificadas que abrangiam o conjunto, também se apresentavam mais dois fatores fundamentais.

O primeiro, a oposição militante contra o conservadorismo social em cada país onde aconteceram manifestações daquele fenômeno; o segundo, a denúncia e oposição contra a generalização do capitalismo monopolista de pós-guerra e suas consequências. No caso do segundo fator, essa oposição assumia a forma de uma crítica aos princípios e mecanismos da economia e à alienação conformista no modo de vida e política, baseada nas análises e críticas à sociedade do pós-guerra realizadas pelo filósofo alemão exilado nos EUA em função da Segunda Guerra Mundial, Herbert Marcuse (MARCUSE, 1967).

Dentro deste quadro, a eclosão da rebelião de 1968 encontrou um elemento unificador na oposição ao imperialismo dos Estados Unidos. Oposição esta expressa pela postura assumida em relação à Guerra do Vietnã, no apoio dado à Frente Nacional de Libertação do Vietnã (vietcong) e ao Vietnã do Norte (agredido militarmente). Não se pode esquecer que, pelo menos na Europa, dois dos movimentos mais radicais “do 1968” aconteceram sob o signo da repressão aos movimentos de oposição à intervenção norte-americana no Vietnã. Efetivamente, isso ocorreu na Alemanha e na França.

No caso da Alemanha, a crise universitária chegou próximo a uma subversão estudantil contra o sistema universitário, com a emergência da “Universidade crítica”⁸⁷, e a um confronto aberto com o monopólio dos meios de comunicação do grupo Springer, e teve a sua origem em uma manifestação internacional de apoio aos vietcongues e à República do Vietnã do Norte.

No caso da França, os eventos de maio, em Paris, tiveram a sua origem na prisão de dois estudantes do “Comitê de Apoio ao Vietnã”, da Universidade de Nanterre, que panfletavam nas ruas convocando para uma manifestação internacionalmente coordenada. Deste fato, se desdobrou um processo que, ao agregar reivindicações estudantis e operárias específicas, culminou com a tomada das universidades, de locais de trabalho e uma insurreição em Paris. Esta última atingiu não só o bairro do Quartier Latin (bairro universitário onde está instalada a Universidade de Paris I – Sorbonne), mas difundiu-se por toda a França, colocando em xeque o poder político e econômico francês.

É interessante notar que “1968”, nesse sentido, não aconteceu apenas em Paris, Berlim ou Roma; pelo contrário, a contestação assumiu um caráter generalizado acontecendo

⁸⁷ A “Universidade crítica” foi um movimento surgido em meados da década de 1960, e tinha como ponto central a crítica ao ensino universitário alemão, tanto no aspecto formal quanto em relação aos conteúdos ministrados. Uma de suas características era a contestação, através do uso de autores alternativos e excluídos da bibliografia acadêmica, lançando mão de um processo de estudos de conteúdos contestadores e sua contraposição ao conhecimento difundido pelos professores.

de forma simultânea em todo o planeta. O endurecimento repressivo provocou a evolução das manifestações pacíficas para uma insurreição espontânea por parte dos universitários, os quais passaram a assumir formas de ação direta e procuraram estabelecer uma aliança com a classe operária constituída por trabalhadores das indústrias da segunda e da terceira revolução industrial. Estas características se manifestaram não só na França, mas também na Itália, na Alemanha e no Japão, assim como em outros países e regiões.

No Japão, os estudantes de Tóquio, em aliança com os pequenos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas, impediram a construção do aeroporto de Narita, e na ilha de Okinawa uma mobilização anticolonial foi realizada pela população local, contra o caráter de protetorado e a extraterritorialidade da base norte-americana, de onde partiam aeronaves para bombardear a península indochinesa.

Paralelamente às manifestações estudantis, que possuíam uma origem política, ocorria a presença da ação crítica dos trabalhadores jovens. Estes já vinham, há algum tempo, se manifestando através das chamadas “greves selvagens” em toda a Europa Ocidental e das tentativas de tomada do controle da produção, como no caso da Itália.

Em 1968, a conjugação entre trabalhadores jovens e estudantes superaram as diretrizes das direções das organizações partidárias e sindicais comunistas e social-democratas e unificaram as críticas ao sistema oriundas de ambos os grupos. Esta nova forma da atuação, que transcendia o modelo tradicional, pode ser considerada como uma tentativa de instauração da utopia – criar o futuro, abrir o caminho para a emancipação humana – por parte da geração do ‘Baby Boom’. Tratava-se de uma juventude que estava predisposta a exigir e implantar as promessas e expectativas por muito tempo acalentadas pelos mais velhos, impaciente com os padrões da política, já que não havia sofrido com a depressão dos anos de 1930, com o nazifascismo e com os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Nos locais onde houve a eclosão daquilo que podemos chamar de *fenômeno de maio*, ocorreu a tentativa de instauração de mecanismos e de formas de democracia direta e o desbordamento dos limites do universo juvenil e da academia para o conjunto da sociedade. Tal postura, que se caracterizou também por uma crítica ao sistema produtivo fordista e pela busca do socialismo humanizado, apresentou particularidades determinadas pelas peculiaridades nacionais. Isso explica porque não encontramos em certos países os estudantes na ponta de lança do movimento, mas encontramos outros grupos, principalmente os de trabalhadores.

Nada obstante, verifica-se certa limitação nas manifestações de “maio de 1968”, demonstrada por sua incapacidade de implantar um movimento paralelo à contestação, que servisse para a construção de um segundo poder ou de um poder paralelo, que fosse além do espontaneísmo e que, dirigindo a sociedade, impossibilitasse a ação dos quadros e das instituições responsáveis pela manutenção e pela reprodução da ordem vigente. Também foi por causa dessa insuficiência que encontramos, em certos países estratégicos, como Itália e Alemanha, caracterizados por um sistema repressivo eficiente e violento, uma “degeneração” dos movimentos rumo à luta armada ou à guerrilha urbana.

Finalmente, cabe dizer que “Maio de 1968” deve ser tomado como um fenômeno amplo ou processo de caráter universal, planetário e totalizante, que variou de região para região, que apresentou intensidades variadas, características diversificadas e histórias particularizadas. Por sua amplitude, o “1968” foi um fenômeno universal em extensão e profundidade, que aconteceu e se expressou na procura da realização de uma sociedade que era apresentada por seus detratores sob o signo da utopia.

Do ponto de vista histórico, devem-se considerar os acontecimentos do “Maio de 1968” como um movimento revolucionário vitorioso na sua primeira fase – aquela marcada pela espontaneidade –, capaz de colocar em xeque e destruir a articulação dos elementos do poder instituído. Entretanto, na sua segunda fase, ou seja, a da destruição da ordem e seus instrumentos, da tomada do poder e constituição de um novo sistema, foi derrotado.

Embora a segunda fase deste movimento tenha sido derrotada, o volume de repressão exigido em todos os níveis obrigou o sistema a reorientar e a recuperar as reivindicações dos contestadores, confinadas agora ao seu aspecto cultural, para poder restaurar o sistema do capitalismo.

A eclosão simultânea dos acontecimentos e a dificuldade para controlá-los, levaram o sistema a reorientar as suas estruturas políticas a fim de absorver a irrupção das mulheres, dos negros e dos jovens, o que obrigou ao reconhecimento de uma mudança de costumes sociais e políticos e ao desenvolvimento de estratégias restauradoras do capitalismo em longo prazo. Nesse sentido, mesmo tendo sido derrotado do ponto de vista político, o movimento, no seu aspecto cultural, teve uma importância fundamental para a transformação do mundo em que se vivia.

Infelizmente, a revolução que se anunciava foi absorvida pelo capitalismo, sob a forma de uma ideologia consumista e de um individualismo brutal, que culminou no neoliberalismo e no pós-modernismo conservador ou reacionário.

8.4 Considerações finais

A luta contra a Guerra do Vietnã e as ditaduras apoiadas pelos EUA (percebidas como uma contradição e manifestação de hipocrisia dos discursos em defesa da democracia) obrigaram a uma repressão sistemática conjuntural e violenta pela manutenção da ordem, do conformismo e do próprio sistema. Isto desencadeou os fatores que levaram a manifestação crítica a evoluir para os levantes espontâneos de estudantes e jovens trabalhadores em processo de auto-organização, e sob impacto da realidade e da constatação de sua alienação, inspirados não só pelos marxismos, anarquismos e cristianismos radicais, mas também por Marcuse e sua análise da sociedade unidimensional do capitalismo e sua ideologia (1967).

Mas a postura anti norte-americana não se restringia apenas à oposição a Guerra do Vietnã; ela se manifestava, também, contra as intervenções conservadoras e reacionárias no Terceiro Mundo e contra o apoio e a sustentação que os Estados Unidos davam às ditaduras no mundo subdesenvolvido, no quadro de sua “política de contenção” ao comunismo. Inegavelmente, o elemento unificador dessa eclosão foi a relação crítica das condições nacionais com o imperialismo norte-americano, e o catalisador dessa relação foi a Guerra do Vietnã, com a brutalidade e a permanência da agressão imperialista. A incapacidade para derrotar os vietcongues e a capacidade destes em dar resposta de grande impacto foram importantes fatores na eclosão do processo.

A ação vietcong e norte-vietnamita expressas na “Ofensiva do Tet” – ano novo lunar chinês – e as mobilizações em seu apoio, e contra a intervenção norte-americana, realizadas tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, desencadearam um conjunto de acontecimentos que levaram à repressão intensa e brutal pelas polícias, pelas autoridades acadêmicas e pelos meios de comunicação, gerando um conjunto de manifestações pacíficas. Estas, por sua vez, transbordaram os seus limites originais a partir do endurecimento da repressão.

A contestação, que atingiu todos os países, não foi homogênea nem sincrônica. As formas, os objetivos imediatos e as propostas variavam conforme as peculiaridades nacionais. Entretanto, o pólo irradiador foi a Universidade e suas contradições. Como já explicitamos, o ensino superior elitista estava em crise. Suas estruturas autoritárias e seu conhecimento dogmatizado não ofereciam respostas para o imenso fluxo de estudantes críticos, nem para as novas necessidades sociais, nem para as expectativas dos estudantes a respeito de seu papel como instrumento de emancipação humana. Concomitantemente, a Universidade enfrentava a pressão do capitalismo em desenvolvimento para se adequar às novas necessidades

empresariais. Projetos de reformas funcionalistas instrumentalizadas por tecnocratas pretendiam transformá-la em formadora de mão de obra técnica que atendesse às necessidades do novo patamar tecnológico e de domínio do capitalismo de modelo norte-americano que se difundia planetariamente. Tal situação transformou a Universidade num centro de lutas políticas e de confronto pedagógico cultural. Este clima explosivo gerou repressão; esta ampliou o leque contestatório, redundando em maiores embates.

A contestação estudantil, bem como a dos trabalhadores, contrapôs-se às políticas nacionalistas e dos partidos comunistas. Não procurou abrigo nessas correntes; pelo contrário, desenrolou-se em campo próprio. A razão disso estava nos limites do nacionalismo da época como resposta aos desafios e às transformações determinadas pelas mudanças no capitalismo sob hegemonia dos Estados Unidos da América e seu caráter homogeneizador. Tratava-se de uma conjuntura na qual o espaço nacional soberano começava a tornar-se restrito devido ao avanço das empresas multinacionais e à padronização do consumo, da produção e sua internacionalização, o que culminava por exigir a procura de novas perspectivas e formas de ação.

Os partidos comunistas e socialistas encontravam-se enredados na integração em posturas social-democratas de pífios ganhos políticos e materiais, controlando e orientando seus adeptos e simpatizantes para a manutenção da ordem e do processo eleitoral. O abandono do internacionalismo e da radicalidade em prol do reformismo e o dogmatismo, bem como a falta de questionamento diante das políticas do Leste europeu, foram asperamente criticados e determinaram o surgimento de novas formas políticas e de novos objetivos.

Os contestadores, geralmente jovens expulsos ou dissidentes dessas organizações, bem como dos sindicatos por elas controladas, criaram novas sínteses, aderiram aos grupúsculos de heterodoxos marxistas, de autonomistas e de anarquistas e incorporaram práticas de ação e organização oriundas destes e dos socialistas do período anterior à Primeira Guerra Mundial. Por isto, os “Estudantes por uma Sociedade Democrática”, os autonomistas, os vanguardistas, os “provos” e os situacionistas, ao lado dos crescentes grupos políticos de maoístas, guevaristas e trotskistas, pautaram as reivindicações e as formas de ação. Defendiam a ação direta, o internacionalismo e a autonomia do movimento. Enfrentaram-se com o sistema e com as organizações burocratizadas e reformistas dos partidos comunistas e partidos socialistas propondo a reconstrução revolucionária da sociedade e a revolução cultural e desalienante. Mas aquele foi um ano em que também surgiram – e com profunda radicalidade – movimentos de libertação de caráter étnico e de gênero, solidariedade ativa aos

povos do Terceiro Mundo, e contestações ao sistema econômico e cultural, bem como ao próprio governo, nos Estados Unidos.

Por sua incapacidade em ocupar o poder e reestruturar e recriar a organização social, estes movimentos foram derrotados. Os efeitos da derrota do “Maio de 1968” foram múltiplos. Em primeiro lugar, a degradação da utopia, a recuperação e o aproveitamento econômico da contestação transformando-a em mercadoria. Essa característica é um fenômeno geral encontrado em todos os processos históricos onde a transformação qualitativa do processo revolucionário foi derrotada. Além disso, a sociedade capitalista, embora não tenha sido destruída, girou no seu eixo. A partir de 1968 ela não foi mais a mesma, submergindo numa crise política e social rastejante que persiste, com ascensões e recessos característicos de um processo de transição de longa duração.

No Leste Europeu, a burocracia foi obrigada a melhorar as condições materiais da população depois da repressão à Primavera de Praga. E se, por um lado, ela endureceu politicamente seus mecanismos de dominação, por outro, abriram-se fendas ideológicas no seu sistema burocrático que possibilitaram, em longo prazo, não só a Glasnost e a Perestroika, mas também as guinadas brutais que se deram após a queda do muro de Berlim.

Finalmente, outro grande efeito de 1968, como expressão da crise, foi o declínio dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica e a crise do seu modelo e da sua identidade. Crise essa da qual, até hoje, ainda não se recuperaram plenamente.

O ano de 1968 não foi o enlouquecimento massivo nem um rito de passagem. Foi uma revolução que não alcançou as últimas consequências por não haver ultrapassado sua fase de deflagração inicial – espontânea – e, não avançando, foi derrotada. Mesmo assim, os acontecimentos de 1968 abriram caminhos a uma série de transformações parciais que terminaram, em parte, sendo resgatadas pela economia capitalista, com seu mercado e sua ideologia do consumismo.

Por tais razões, devemos considerar que o “1968” e seus acontecimentos constituíram-se em um momento de importância histórica fundamental, uma espécie de divisor de águas. Foi um ano inesperado – seus acontecimentos não eram esperados – mas era previsível, como é comum em todas as eclosões de processos revolucionários. A derrota da utopia, da contestação e da tentativa de construir uma nova sociedade é uma das causas responsáveis pela configuração do mundo em que vivemos hoje. Um mundo em que a contrarrevolução alcançou uma vitória histórica e, por isto mesmo, temporária e superável.

9 UNIFICAÇÃO EUROPEIA: REALIDADE OU MITO

A unidade europeia, cuja institucionalização ocorreu em 1992, foi uma novidade que provocou reações múltiplas em decorrência de seu potencial de transformações sobre as realidades políticas e sociais do continente, bem como em função de seus possíveis efeitos ao redor do mundo. Tais reações foram variadas e, ao ultrapassarem o campo dos interessados imediatos, terminaram por provocar a emergência de projetos “imitadores apressados”⁸⁸ em outras regiões. Ao mesmo tempo apresentaram-na como um fato criador equiparável às revoluções neolítica e industrial ou às revoluções Francesa e Soviética, que criaram novos universos sociais; trataram a unificação enquanto a panaceia universal que resolveria todos os problemas e encaminharia o continente europeu e o próprio planeta – para isto servindo como exemplo e modelo de cooperação pacífica – rumo a um porvir emancipador.

Mas, as questões que devem ser levantadas são: 1) Tais posições e afirmações correspondem à realidade histórica e expressam uma verdade incontestável? 2) Há novidade revolucionária⁸⁹ na unificação europeia? 3) Ela se traduz em um processo cristalino cujos desdobramentos são evidentes, ou ainda se apresenta enquanto uma incógnita? 4) A unificação provoca o desenvolvimento de processos progressivos (como a equalização dos Estados membros mais atrasados) ou ela traz mecanismos regressivos (como o aumento da desigualdade e a redução de direitos consolidados)?

Nosso interesse e o objetivo deste capítulo é propor algumas questões e discutir aspectos menos visíveis desse processo de unificação. Por isto, não podemos deixar de lado as contradições, os limites e os obstáculos para a realização da unificação do ponto de vista do progresso econômico, social e político da Europa e das áreas que são por ela afetadas, além daquelas que estão apressadamente copiando seu modelo aparente.

⁸⁸ Como exemplo, podemos citar a origem do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o acordo do NAFTA envolvendo os Estados da América do Norte (NAFTA), que surgiram após a constatação dos benefícios da criação das instituições do Mercado Comum Europeu.

⁸⁹ Considera-se, neste trabalho, revolução enquanto um processo de transformações suficientemente profundas e capazes de alterar significativamente a sociedade em questão. Não utilizamos o termo na sua acepção marxista, nem na acepção clássica ou tradicional, que remete a uma mudança violenta.

9.1 A unidade europeia

Pode-se dizer que existe, recorrentemente, na História, uma tendência europeia à integração e ao desenvolvimento de mecanismos geradores de unidade nos campos do econômico, do político e do cultural (NUNES, 1993, p. 29-32; THORSTENSEN, 1992, p.31). Tal tendência geralmente se manifestou a partir de centros de poder claros e definidos. Estes impuseram, através de sua hegemonia e/ou dominação, o modelo de cooperação, associação e criação de unidade, além dos mecanismos de desenvolvimento e de difusão da civilização da Europa desde a Antiguidade. Tais modelos foram constituídos por formações sociais e através de meios variados durante a Antiguidade (Roma), a Idade Média (Papado medieval) e a Época Moderna (Estados territoriais dinásticos) (NUNES, 1993, idem; THORSTENSEN, 1992, idem). O Nacionalismo,⁹⁰ que a partir do século XIX acompanhou o desenvolvimento do mundo surgido das revoluções burguesas, fragmentou esta unidade até como reação à tentativa napoleônica de reunir o continente europeu em novos moldes e a partir de novos mecanismos. Tal fragmentação, no entanto, ficou restrita a um curto período – o do desenvolvimento de burguesias industriais sediadas em Estados nacionais e em luta feroz pela garantia de mercados e pelo controle dos mecanismos de coerção social que favorecessem sua reprodução – que se esgotou com a Segunda Guerra Mundial. Paradoxalmente, foi destes Estados nacionais e de suas economias, e com um modo subjacente a tal fragmentação, que se desenvolveu a unidade básica que terminou por forçar a nova unificação: o capitalismo da indústria fabril com seu desenvolvimento desigual, suas crises e sua luta pelo domínio dos mercados. Indústria esta que, a partir de polos regionais ou nacionais, lutava para impor uma unidade à Europa por causa da competição com centros melhor situados e motivados por igual objetivo.

No início do século XX este processo, junto com os diferentes estágios de desenvolvimento e as diferentes formas de organização nacional, se consolidou através do racialismo ou do racismo e do darwinismo social⁹¹. Estes foram instrumentos poderosos para que os agentes (ou sujeitos) políticos, econômicos e culturais tentassem impor o predomínio de suas regiões na disputa pela hegemonia (que assumia o aspecto de uma unificação informal) ou resistissem a tais tentativas. Em frente ao processo desencadeado pelo

⁹⁰ Sobre o conceito de nacionalismo, ver: Hobsbawm (1998), Gelner (1993) e Benedict Anderson (2005).

⁹¹ Darwinismo social foi a expressão cunhada por intelectuais racistas e imperialistas europeus do final do século XIX para justificar a legitimidade de suas ações, através da utilização perversa da teoria da evolução de Charles Darwin.

desenvolvimento do capitalismo industrial surgiram – com o Socialismo Científico e o Anarquismo – novas alternativas e outra perspectiva de unidade: a unificação do continente a partir dos produtores como negação a dominação continental e a exploração por uma das burguesias nacionais.

Todavia, com o surgimento e o desenvolvimento do Capitalismo Monopolista e da segunda Revolução Industrial, houve uma modificação da situação. O nacionalismo racial que abrangia apenas pequenos grupos se popularizou em decorrência das novas questões e com o desenvolvimento da “sociedade de massas” urbana e o surgimento da “ralé” (ARENDR, 1976, p.49; JOLL, 1982). Este fenômeno desencadeou, no novo contexto, outro nível de demandas caracterizado pela exigência de subordinação e de incorporação continental através da vitória de uma das sociedades nacionais e em oposição às propostas socialistas e anarquistas. Paralelamente às duas forças antagônicas acima referidas e em oposição à tendência nacionalista ascendente, surgiu, na Europa, um movimento pacifista, orientado para a criação de mecanismos confederativos⁹² ou, mesmo, federativos (em alguns níveis) para a solução dos conflitos que constantemente cresciam, bem como para a solução das contradições entre as diferentes burguesias nacionalmente centradas e em luta pelo controle e pela dominação continental.

A intensa luta entre as novas forças identificadas com o capitalismo monopolista nacionalmente sediado e instrumentalizando as novas manifestações dos nacionalismos e os permanentes movimentos populares de massa de um novo tipo – até então desconhecidos – que emergiam nas grandes cidades industriais, estariam na base da eclosão da “Grande Guerra”. Esta era concebida como um instrumento que forçaria a integração continental através da eliminação da concorrência segundo um processo de submissão a um centro monopolista nacional. Já antes da “Grande Guerra” e no posterior período de entreguerras destacou-se a tentativa de criar um processo de unificação continental. Suas principais características eram a visão abstrata de um mundo ideal e o elitismo dos proponentes e da proposta. Seus membros não só pertenciam a aristocracia como também aos grandes nomes do patronato europeu⁹³ que financiavam suas atividades (NUNES, 1993, p.32).

⁹² Mecanismos confederativos são aqueles em que a associação de diferentes estados mantém a autonomia destes em questões consideradas relevantes. Mecanismos federativos são aqueles nos quais a autonomia dos Estados é submetida a uma autoridade superior mesmo em questões consideradas relevantes.

⁹³ Por exemplo, podemos citar Emile Mayrisch, que presidiu o cartel da “Entente Internacional do Aço” até 1928.

Todavia, entre os efeitos da guerra, além da manutenção do *status quo* e da ascensão dos EUA, houve o desencadeamento de duas novas vertentes unificadoras. A comunista centrada em uma base classista-operária – dirigida pela “vanguarda revolucionária” (ou seja, o partido) – e a nacionalista de extrema direita, de cunho fascista. Esta, em aliança com os setores monopolistas nacionais, e baseada em fortes movimentos de massa sectários e radicais, identificados com as teorias do darwinismo social e as doutrinas racistas, visavam à unificação da Europa mediante a imposição da supremacia de um Estado nacional “totalitário” e conquistador. Tal Estado terminaria por organizar e implantar a tão necessária unidade: “[...] chegamos à mais sangrenta e temível tentativa, pela força, de unidade europeia – a de Hitler [...]” (NUNES, 1993, p. 26). Seu modelo mais acabado foi o do nazismo baseado no nacionalismo racial e popularesco (autoconsiderado superior) da direita alemã. Até o final da Segunda Guerra Mundial estas correntes ocuparam o cenário político europeu e sua prevalência determinou o eclipse – até o ano de 1945 – do centro federalista e do pacifismo como uma forma eficaz da unificação equitativa antes de 1914.

A Segunda Guerra Mundial (com a unificação da Europa sob o “Reich dos Mil Anos” hitlerista) provocou a emergência de uma resistência de expressão continental. Esta, sob a forte influência dos comunistas e voltada para a reforma das condições sociais, se apercebeu da necessidade de superar os limites das fronteiras nacionais e do *status quo* capitalista e monopolista causador, em última instância, do conflito.

A ação conjunta de *partizans*⁹⁴ nacionais e estrangeiros, suas redes de ação internacionalizadas além da experiência de subjugação a um processo de unificação sob a égide de um império continental, possibilitam a retomada da ideia de uma Europa unificada. Esta passou a ser pensada em novo patamar de organização política e de estruturação social. A colaboração dos governos e grupos nacionalistas de extrema-direita com o Reich terminou por possibilitar que amplas parcelas da população do continente passassem a simpatizar com a ideia de unificação com características diferentes daquela que se tentou implantar. No entanto, a situação material concreta com a permanência e o aprofundamento das desigualdades sociais e do desenvolvimento econômico e social continental junto com o crescimento dos Partidos Comunistas e dos grupos políticos radicais não superou a sobrevivência do nacionalismo entre certos setores da resistência, o que terminou por frear a expansão de tal tendência. Foram tais os fatores que acabaram por propiciar, também, a divisão quanto à

⁹⁴ *Partizans* eram os membros da resistência ativa na Europa ocupada pelas forças nazistas. Sua denominação significa “partidários” pois eles eram membros de partidos políticos que se opunham ao fascismo.

estratégia a ser adotada: federação (com uma unidade política supranacional) ou confederação (caracterizada por uma cooperação interestatal através da ação coordenada dos governos nacionais independentes e associados). Este aspecto culminou por paralisar as tentativas de avançar na discussão do processo unificador.

Após o ano de 1945 uma nova divisão de tendências surgiu, relacionada ao modo de implantação de uma possível unidade europeia. Contra os constitucionalistas, que preconizavam uma constituinte continental, manifestaram-se os chamados funcionalistas, partidários de uma unificação progressiva e a partir de setores específicos, como a indústria, a mineração e a energia (THORSTENSEN, op. cit., p.32). Até a intervenção direta dos Estados Unidos, a ideia de unidade europeia foi impedida de se tornar realidade por causa da divisão interna entre os seus defensores irredutíveis em suas alternativas e em função das contradições existentes entre seus objetivos e os projetos de recuperação da economia e da independência dos Estados Nacionais, bem como pela pressão dos grupos conservadores temerosos de perder poder e com grande força política regional (MARTINEZ CARRERAS, 1995, p. 324-326).

Progressivamente, firmou-se a conscientização de que os acontecimentos do ano de 1945 puseram fim a uma era histórica (a era de equilíbrio entre Estados e Potências Colonialistas) na Europa. A percepção de que as transformações globais do capitalismo industrial e a fraqueza dos Estados europeus impunham uma reordenação surgiu com a resistência ao nazifascismo e desenvolveu-se mais rapidamente que as posições políticas e ideológicas anteriormente dominantes. No horizonte se destacavam duas “superpotências” extracontinentais (Estados Unidos e União Soviética), dotadas de superioridade em poder militar e tecnológico. Ao mesmo tempo nos territórios coloniais se desenvolviam movimentos nacionais anti-imperialistas que punham em evidência a fragilidade das antigas Grandes Potências.

Todavia, a radicalidade destas propostas e dos objetivos que propugnavam a subordinação política ou econômica a uma autoridade com poderes supranacionais impediu, naquele momento, a aceitação de uma ação unificadora que apresentaria profundos aspectos de ruptura revolucionária na conjuntura europeia do pós-guerra. Os políticos e os empresários, bem como os sindicatos, oscilavam entre a defesa da independência e a subsunção do poder nacional pela unificação. Ao mesmo tempo estes grupos divergiam quanto ao modelo de estruturação das relações supranacionais que deveria ser assumido com o processo de unificação que vinha sendo proposto (integração federal ou cooperação interestatal através de mecanismos confederativos).

Em tal conjuntura o discurso e a prática política apresentavam uma ambiguidade que expressava o conjunto dos problemas colocados pela efetiva situação material, política e ideológica da crise. Tais problemas podem ser identificados com o crescimento dos Partidos Comunistas e do comunismo enquanto alternativa para a reconstrução e a recuperação das sociedades destruídas pela Guerra; a fragilidade política das classes governantes que, durante a Guerra, foram colaboradoras (aberta ou veladamente) do nazismo; o potencial industrial e econômico da Alemanha, que crescera e poderia subordinar os Estados que a ela se associassem; a reduzida capacidade de consumo para absorver o relançamento da indústria em economias cujos mercados eram nacionalmente protegidos; e o perigo da subordinação dos Estados mais atrasados a uma potência regional em função do processo de unificação. Diante desta conjuntura, somente fatores externos urgentes e pressões estratégicas relacionadas ao emergente confronto entre as novas superpotências e a aceitação do papel secundário destinado à Europa neste período de bipolaridade poderiam ter uma influência decisiva.

9.3 Origens, evolução e conflitos da integração oeste-europeia

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se parcialmente em ruínas. Com exceção da Alemanha, o parque industrial da região estava sucateado.⁹⁵ Parte das principais cidades do continente estava sob escombros. Havia a necessidade da reconstrução das estruturas produtivas, de transporte e de fornecimento de energia, bem como a estabilização da economia.

Como, ao longo do século, as diferentes regiões do continente haviam se tornado interdependentes, por meio da especialização via processo de Divisão Internacional do Trabalho, a recuperação só seria possível mediante a criação de uma estrutura continental segura e a solução do problema da limitação dos mercados nacionais excessivamente restritos e tendentes à autossuficiência desde a depressão que caracterizou os anos da década de 1930. A solução imposta pela Alemanha nazista com seu expansionismo ao mesmo tempo em que intensificava a interdependência continental em benefício próprio fortalecera, por causa da guerra, os aspectos da autossuficiência do Reich em conjunto com seus aliados e subordinados. O processo da integração imposto era profundamente desigual e beneficiava

⁹⁵ A indústria germânica, vital para a recuperação continental, fora totalmente reorganizada e modernizada após a paralisação da Operação Barbarossa nos arredores de Moscou e a sua reversão com a Batalha de Stalingrado. Foi também dispersada pelo território central do Terceiro Reich durante a Guerra, embora tenha sido parcialmente assolada por bombardeios estratégicos, que arruinaram seus sistemas de transporte e comunicações (ALDCROFT, 1989, p. 167-168; AROSTEGUI, 2001, p. 447).

apenas Berlim. Esta experiência do passado imediato dos países do continente gerava medo em relação a um futuro que era incrementado pela sobrevivência do potencial industrial alemão (cujas estruturas produtivas haviam sido ampliadas e modernizadas entre 1936 e 1945) e pela emergência de um forte movimento popular de tendências socialistas. Isto porque com a resistência ao nazismo surgira por sua vez uma generalizada tendência política que exigia a realização de transformações econômicas e sociais que possibilitassem o fim das condições consideradas como geradoras dos dois grandes conflitos do século XX.

Para neutralizar as tendências reformistas e revolucionárias, uma das propostas fundamentais para a reorganização continental era oriunda da vertente dominada pelas elites econômicas e políticas, que haviam sido desmoralizadas pela sua colaboração ou por sua deserção em frente ao nazifascismo, e baseava-se na ideia da constituição de uma Europa federada e economicamente integrada. No entanto, sua divisão interna levou à frustração do projeto. Em 1947, o continente começou a recuperar seu sistema produtivo e passou a contar com o significativo auxílio do plano Marshall, que impunha a criação de mecanismos de cooperação internacional para os seus beneficiários (ALDCROFT, 1989, p. 177-185).

Em seu conjunto, a Europa possuía naquele momento um contingente demográfico superior ao dos EUA ou ao da URSS, o que significava um mercado de mão de obra e de consumidores capaz de gerar as condições necessárias para a intensificação da retomada econômica. Entretanto, o seu sistema de transportes e suas trocas internacionais encontravam-se paralisados. As potências que possuíam colônias buscavam uma maior integração com estas áreas e fortaleciam as suas características nacionalistas objetivando retomar a posição perdida. No entanto, tal política tendia a manter a limitação da economia frente à escala de investimentos e de produção exigidos para a rentabilização dos novos parques industriais, além da manutenção da desigualdade e da instabilidade política e da precariedade social tanto interna como internacionalmente.

A necessidade de recuperação global da economia do continente, as ameaças socialistas e a emergência da Guerra Fria, bem como a formação de duas novas superpotências forçaram a busca por uma solução que ao mesmo tempo não alterasse o domínio do capital e das elites políticas dominantes sobre a sociedade, o que só seria possível com a integração.

Entretanto, a permanência dos nacionalismos e as desconfianças impediram que fosse encontrada uma solução que atingisse os objetivos em curto prazo e proporcionaram a emergência de duas posições contraditórias em relação à constituição da nova Europa: a dos

supranacionais unitaristas (partidários da integração e da autonomia europeia em relação aos novos atores geopolíticos) e a dos confederados ou atlantistas, também chamados pragmáticos ou funcionalistas (partidários de uma aliança anticomunista com os EUA e de uma integração que possibilitasse a manutenção da independência de seus Estados e de suas políticas tradicionais na relação com seus vizinhos). Entre os atlantistas destacavam-se os britânicos – por sua herança histórica e seu envolvimento com os EUA, o Vaticano e uma parte dos políticos tradicionais do continente. A corrente dos partidários do supranacionalismo, representada por políticos belgas e franceses de origem democrata-cristã, desde o princípio se dividiu em tendências que apresentavam duas diferentes visões estratégicas, que eram determinadas pelo modelo a ser implantado como o modo de criação da nova Europa unificada. Aos federalistas que eram partidários da constituição de uma unificação integral – e de caráter político – se contrapunham os pragmáticos ou funcionalistas, defensores de uma integração por setores da economia e através de um lento processo gradualista (THORSTENSEN, 1992, p. 43). A derrota dos defensores das posições de integração que privilegiavam os instrumentos políticos supranacionais aconteceu durante a chamada Reunião de Londres, realizada em 1949.

A partir dali se estabeleceu uma aliança de equilíbrio instável entre os atlantistas e os funcionalistas determinada pelas necessidades europeias e pelas pressões da política norte-americana na sua perspectiva de constituição de uma hegemonia mundial e da sua estratégia de contenção do expansionismo comunista com a Guerra-Fria. Cabia agora aos europeus desenvolverem sua integração através de uma dupla luta: a interna, entre os confederalistas e os supranacionais e entre os políticos e os funcionalistas econômicos, e a externa, entre os conservadores partidários da subordinação às posições defendidas pelos Estados Unidos com a Guerra Fria, a partir de uma aliança estratégica atlantista (ou ocidentalista) anticomunista, e os partidários da criação de uma terceira força que se interpusse entre os EUA e a URSS.

9.4 O papel da Guerra Fria

Ao final da Segunda Guerra Mundial o planeta apresentava-se dividido entre dois polos políticos mundiais constituídos pelas emergentes superpotências (EUA e URSS) que com posições e projetos antagônicos envolveram a Europa em razão de sua posição geográfica e de sua importância econômica. Esta divisão radicalizou-se e progrediu para uma situação de conflito latente através da Guerra Fria e transformou o continente europeu em um futuro e possível campo de batalha. A rivalidade que se projetava em nível mundial e os

projetos estratégicos das superpotências (MICHELENA, 1975, p. 47-67; p. 71-100) passaram a influir claramente no processo de constituição da Europa para o futuro.

A URSS, exaurida econômica e demograficamente pelo esforço de guerra e com suas fronteiras protegidas, propugnava que se gerassem as condições necessárias para uma estabilização das condições europeias, que envolvia a situação política mundial e a área de sua aliança protetora (vanguarda da defesa soviética), com a criação de uma esfera de influência no Leste Europeu. Seu projeto decorria da concepção do socialismo em um só país, das necessidades urgentes de recuperação da economia soviética (devastada pela invasão nazista e esgotada pelo esforço da resistência) e da descrença na possibilidade de uma revolução na Europa. Por isto, Stalin colaborava com a recuperação econômica da Europa Ocidental através da política de “produtivismo” econômico, visando à reconstrução, e da contenção dos movimentos revolucionários, que foram adotadas e aplicadas pelos Partidos Comunistas (MICHELENA, 1975, p. 205-225). Seu objetivo era a constituição de uma Europa de Estados suficientemente fortes do ponto de vista econômico e equilibrados do ponto de vista político e militar, mas que não significassem uma ameaça militar. A partir daí, poder-se-iam estabelecer relações econômicas e diplomáticas que auxiliassem a recuperação da “pátria do socialismo”. Entretanto, ela opunha-se à unificação continental, porque esta poderia criar uma nova força que poderia ameaçar a estabilidade, reduzir o seu poder estratégico e fazer regredir a posição alcançada pela União Soviética com a vitória na guerra. Esta política devia-se à situação de fraqueza econômica e demográfica bem como aos custos da reconstrução da União Soviética provocados pela guerra e a uma mentalidade de cerco permanente e agressivo que isolava o país (LOSURDO, 2010, p. 267-269). Por outro lado, Stalin opunha-se à unificação Europeia por causa da progressiva integração dos estados da região ocidental ao projeto hegemônico norte-americano e sua transformação em área de fronteira na emergente Guerra-Fria, propugnada pela doutrina da “contenção” desenvolvida pelo diplomata George Kennan dos Estados Unidos.

O projeto norte-americano, que era estrategicamente ofensivo e visava à penetração econômica em condições vantajosas no continente, além de buscar o estabelecimento de um monopólio hegemônico mundial (MICHELENA, 1975, p. 71-100), era mais amplo e complexo. A estratégia da “Guerra Fria”, ou de contenção do comunismo, manifestava-se por uma ativa política de isolamento da URSS e de luta anticomunista que deveria envolver o velho mundo. Nesta, caberia à Europa Ocidental um papel ativo nos campos político, econômico e militar, o que exigia a criação de uma forma de unidade de ação

considerada benéfica e abria perspectivas para que os diversos grupos continentais negociassem sua adesão defendendo posições nacionais e regionais a partir de um projeto próprio, mas apresentando contradições com a potência hegemônica e com uma implementação instável.

O objetivo do Estado norte-americano visava organizar a economia mundial sob sua direção e impor uma nova Divisão Internacional do Trabalho. A ele caberia o controle dos mecanismos da reprodução capitalista, através do domínio dos grandes mercados, da pesquisa científica e das finanças mundiais. Na sua visão de luta anticomunista, caberia à Europa ser um parque industrial regional adaptado à escala das novas grandes indústrias que surgiam com a reconstrução e ultrapassavam os exíguos limites dos mercados nacionais e, ao mesmo tempo, ser o importador de tecnologia, equipamentos e financiamentos. Tal economia teria de ser forçosamente aberta aos investimentos norte americanos, com a ajuda previamente condicionada à apresentação de projetos direcionados, que seriam aprovados e supervisionados pelas autoridades norte-americanas, e pela exigência da apresentação de um relatório completo sobre as condições nacionais (ALDCROFT, op. cit.). Além disto, os europeus deveriam se tornar aliados militares capacitados a autofinanciar seus custos armamentistas, ao mesmo tempo em que sua recuperação serviria como vitrine ideológica para os países da esfera soviética. No continente, as forças anticomunistas, reconhecendo a fraqueza das unidades nacionais, passaram a procurar o estabelecimento de vínculos regionais mais sólidos, que fornecessem uma maior capacidade de barganha e que neutralizassem as possíveis vocações imperiais que poderiam emergir entre seus associados regionais.

Os principais instrumentos propostos pelas autoridades norte-americanas foram uma aliança militar (sob seu controle) que envolvia a região do Atlântico Norte e um plano cooperativo para a recuperação europeia. Este último era um plano com objetivos centrais de caráter estratégico nos níveis político e econômico. Segundo sua visão estratégica, para alcançar as finalidades políticas de contenção ao comunismo e de estabilização do continente, era necessária a recuperação global da economia europeia, com ênfase na recuperação alemã, uma vez que o vale do Ruhr era o coração industrial da Europa. Por outro lado, com este projeto, os Estados Unidos pretendiam ampliar sua participação na economia europeia através da reanimação garantida dos mercados (o que significaria aumento de consumo dos produtos industriais norte-americanos com o fornecimento de planos, máquinas e equipamentos), ao mesmo tempo em que a recuperação e a integração continental seriam responsáveis pela criação de um aliado forte e confiável.

Por isto o Plano Marshall⁹⁶ impunha condições para os candidatos receberem as contribuições norte-americanas. A primeira destas era a de que o auxílio, sob a forma de empréstimos e doações, seria proporcionado aos Estados aderentes. A segunda era a exigência da adoção de políticas internas de corte liberal nas economias nacionais; para tal contaram com o apoio das forças político-sociais conservadoras e da própria hierarquia da Igreja, assustadas com o processo de esquerdização e as reivindicações de radicais mudanças sociais e econômicas. A terceira condição era a exigência de que se desenvolvessem políticas interestatais que permitissem a redução dos custos oriundos dos controles alfandegários e monetários nacionais, e que também possibilitassem a criação de um livre-mercado europeu, condição considerada como essencial para sustentar a produção em escala em série, além de reduzir os custos da indústria reconstruída (ALDCROFT, op. cit.). Com isto a Europa poderia passar a desempenhar um papel no mercado mundial e liberar os EUA para desempenhar suas atividades conforme seu projeto de hegemonia.

No plano militar, o projeto previa uma aliança na qual participariam os Estados da Europa Ocidental com suas forças armadas atuando de forma integrada e coletiva. As duas faces do projeto (se planejado ou “ad hoc” é uma questão discutida até os dias de hoje), assim como as necessidades técnicas para a penetração do capital norte-americano (indústrias de bens de produção, automobilística, de bens duráveis e bancos) no sistema produtivo europeu, previam a incorporação da Alemanha ao sistema. Tal aspecto ia de encontro à visão estratégica da URSS, que preferia a neutralidade daquele país, e da França, que temia que o fortalecimento do poder econômico e militar alemão terminasse por recriar as condições para uma nova agressão ao seu território.

A adoção e os desdobramentos do plano pelos Estados europeus ao longo do tempo proporcionaram uma das bases para a integração e unificação, além de, conseqüentemente, haver gerado as condições necessárias para o acelerado crescimento econômico da região ocidental do continente, o que durou até o final da década de 1960. Por último, proporcionou instrumentos que possibilitaram a estabilização política europeia, com a contenção da esquerda e suas reivindicações revolucionárias e dos partidos comunistas, ao desenvolver as sociedades caracterizadas pelo consumismo e pelos sistemas de bem-estar.

A implantação deste projeto terminou por provocar reações por parte da União Soviética e a integração do Leste Europeu, com a criação de organismos de cooperação como

⁹⁶ Denominação utilizada nos meios políticos e de comunicação por ter sido apresentado pelo General Marshall.

o Comitê de Ajuda Mútua Econômica (CAME ou COMECON) no campo econômico, e do Pacto de Varsóvia no campo militar, ambos sob a hegemonia e controle soviético. Por outro lado, a transformação da Europa em virtual campo de batalha das superpotências e em área subordinada aos dois Estados dirigentes e privilegiados por sua condição, determinou a emergência de reações nacionalistas e a retomada do projeto autônomo de unificação continental para a criação de uma terceira força mundial. A partir da década de 1950 estes fatores e suas combinações foram determinantes no processo de unificação europeia.

Se o Plano Marshall estimulou o processo de integração europeia via cooperação imposta ao romper barreiras e bloqueios econômicos, e se a estratégia norte-americana apontava para um processo cooperativo sob sua égide, tal atitude provocou reações de disputa intraeuropeia pela direção continental do processo. Nessas condições, a exigência dos Estados Unidos para que a Holanda reconhecesse a independência incondicional da Indonésia, ameaçando o país com a sua exclusão dos benefícios e dos instrumentos de cooperação e de defesa, e a exigência, em 1956, da retirada das forças franco-britânicas que haviam ocupado o Canal de Suez, serviram como aceleradores para a efetivação do processo autônomo. A partir daí, tanto as forças nacionalistas como o movimento federalista-reformista passaram a pugnar pela recuperação da autonomia europeia e pelo controle na direção do processo, ainda que dentro dos marcos impositivos da hegemonia norte-americana. Foi nesta situação e contra aqueles que tomaram consciência, como resultado da experiência anterior, sobre as possibilidades concretas de unificação oriundas da interdependência e da convergência de interesses, da conciliação e das concessões que o sistema apresentava, que começou a se construir um processo unificador de maior autonomia.

A partir desta situação e de reconhecimento de que havia contradições no pacto atlântico, as vertentes autônomas do processo unificador passaram a se constituir de maneira progressiva. Do ponto de vista político, o processo de eliminação das particularidades nacionais foi lento e se instituiu enquanto um desdobramento da cooperação econômica. Neste aspecto é necessário reconhecer o papel positivo que foi desempenhado pelo Plano Marshall. Este previu e possibilitou a instauração de uma série de organismos cooperativos que ultrapassavam os limites dos poderes nacionais, mas que eram atrelados aos Estados Unidos, como o órgão europeu para a administração do Plano, o órgão europeu para a compensação de créditos e débitos entre os aderentes ao Plano (Banco de Compensações Internacionais – BCI) e o órgão permanente da Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE), que em 1960 se transformou na Organização para a Cooperação e o

Desenvolvimento Econômico (OCDE), por haver realizado seus objetivos iniciais na recuperação da economia de Europa ocidental.

A unificação proposta autonomamente seria de efetivação acelerada, mas não foi linear e se mostrou, sobretudo, conturbada por causa das posições assumidas pelos governantes nacionais em relação à recuperação e ao papel desempenhado pela economia alemã e pelas exigências do aliado hegemônico. Naquela, desde os primórdios, tiveram lugar de destaque políticos que pertenciam à corrente das democracias cristãs. A causa deste destaque estava relacionada à sua experiência de cooperação internacional e na sua visão católica, que assumia uma perspectiva internacional e ultrapassava os limites das preocupações exclusivamente nacionais (JUDT, 2008, p.237-238). Desde o início da década de 1950 eles vinham propondo planos de cooperação que beneficiariam os estados aderentes e criariam profundos laços de interdependência, que acreditavam favoráveis a paz e a estabilidade.

9.5 Evolução do processo de unificação

Anteriormente, o sinal da contradição de interesses entre a potência hegemônica e seus associados europeus já havia determinado o primeiro fracasso na implantação do projeto estadunidense. Isto se deveu ao veto francês, em 1954, à constituição da Comunidade de Defesa Europeia (CED) que previa a incorporação da Alemanha em um grande exército pan-europeu. A Comunidade que deveria substituir as forças militares criadas através do Tratado de Bruxelas por um conjunto mais amplo, sob a supervisão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949 com o apoio das correntes políticas atlantistas da Europa para atender aos interesses estratégicos dos EUA, terminou por ser inviabilizada porque o parlamento da França não aprovou os termos do acordo. O tratado atlântico, por sua estrutura, mantinha a Europa subordinada, mas embora utilizado, não conseguia o seu objetivo final que era o de alcançar o pleno envolvimento dos Estados. A razão era o temor de que uma Alemanha economicamente privilegiada pela potência hegemônica e que, além de ser a economia mais dinâmica do continente, tivera o seu processo de desnazificação paralisado para ser integrada na luta anticomunista, utilizasse o acordo para recuperar uma posição de preponderância na região.

Na década de 1950, os europeístas conseguiram impor um projeto integracionista que gradualmente fugiu às determinações da influência dos interesses particulares norte-americanos e passou a impor o modelo funcionalista e progressivo de unificação, bem como a

base concreta a partir da qual este poderia se realizar. O ponto de partida foi o Plano Schuman-Monnet, do ministério francês, que propunha medidas adicionais à cooperação determinada pelo Plano Marshall, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Esta deveria englobar a França, a Itália, a Alemanha Ocidental e os países que compunham o Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e possuía organismos autônomos em relação ao governo dos Estados-membro e autoridade impositiva e supranacional para a gestão da reestruturação dos setores de extração de carvão e de produção siderúrgica em Luxemburgo. O sucesso do “cartel às avessas”, bem como o início de um processo de redução das tensões nas relações entre os blocos de poder antagônicos na Europa⁹⁷ e o crescimento das contradições entre os interesses do bloco atlântico possibilitou que houvesse um avanço maior rumo à integração das economias com a progressiva constituição de um mercado comum. Com esta conjuntura os partidários da integração federalista conseguiram realizar uma reunião que culminou, em março de 1957, com o acordo conhecido como “Tratados de Roma”, que adotou medidas que caracterizavam as posições pragmáticas ou funcionalistas. Com este foi instituído um equilíbrio de forças entre a via cooperativa e a via integracionista, através do papel político que passou a ser desempenhado pelos chefes de Estado dos países aderentes.

Os Tratados de Roma lançaram o processo de ampliação das vantagens características da CECA para o campo da livre circulação de bens, mão de obra, capitais e serviços, bem como uma união aduaneira para os produtos industriais e uma política agrícola comum (PAC) com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) também conhecida como Mercado Comum Europeu (MCE) (NUNES, 1993, p.44-45). A implantação de suas determinações seria progressiva e se realizaria gradualmente para permitir um nivelamento entre os membros até o ano de 1969. Neste ano estaria concretizada a unidade econômica através da isenção total de impostos para a circulação de mercadorias entre os membros da Comunidade e estaria implantado um imposto único para todo o comércio exterior. Tal posição provocou protestos dos EUA e reações britânicas. Segundo os acordos, no ano de 1959 teria início o processo, com uma redução de 10% nos impostos e 20% nos contingenciamentos do comércio de importação entre os associados (NUNES, *idem*; THORTENSEN, 1992, p. 44-45).

⁹⁷ Os blocos de poder aos quais nos referimos são aqueles ligados aos Estados Unidos (OTAN) e União Soviética (Pacto de Varsóvia). De acordo com KEYLOR, “Así, a comienzos de 1948 el continente europeo se había reorganizado en dos bloques políticos e económicos, uno dependiente de los Estados Unidos, y otro subordinado a la Unión Soviética” (KEYLOR, 1998, p. 34).

Os acordos propunham ainda a gradual unificação política continental como o melhor instrumento para a integração econômica e determinavam também a criação da Comunidade Atômica Europeia (EURATOM) visando à união de esforços e de recursos para o desenvolvimento de investigações próprias no campo da energia nuclear, importante para o fornecimento de energia e de instrumentos dissuasórios.

Neste evento, iniciou-se a resposta europeia ao “desafio americano”, com o desenvolvimento de uma política de recuperação da posição continental frente à hegemonia dos EUA, e objetivando o estreitamento do fosso provocado pelo crescimento norte-americano nos campos da ciência, da tecnologia, da energia nuclear e das finanças, além do campo de dissuasão militar. Mas se a integração da economia avançava linear e rapidamente, a energia atômica e a unidade política resvalavam nas posições nacionalistas dos governos europeus e nas suas idiossincrasias. Um dos pontos-chaves desta situação de paralisia se encontrava nas dúvidas expressas nas discussões francesas em relação ao papel que a Europa unificada deveria ocupar no mundo e as reservas sobre a possibilidade da Alemanha vir a se tornar a potência dominante na Europa.

A posição francesa sob o governo gaullista evoluiu para uma paralisação das iniciativas de integração que não privilegiassem destacadamente a autonomia europeia em relação aos EUA. Por isto foi vetado por duas vezes o pedido de adesão britânica, por se considerar que através da ilha, que era fortemente aliada aos Estados Unidos, aqueles desviariam a realização da unificação do seu processo autônomo. Ainda nesta conjuntura, a França se retirou da OTAN por considerá-la instrumento de subordinação do continente e da França ao projeto da potência hegemônica e passou a desenvolver meios dissuasórios próprios. Finalmente, de Gaulle⁹⁸ (pela França) e Adenauer (pela República Federal da Alemanha) estabeleceram um mecanismo de cooperação franco-germânico cujo objetivo era o de impor sua força associada na Europa e ao mesmo tempo comprometer a Alemanha.

Tal situação, acompanhada pelo apoio às medidas que privilegiavam as necessidades da economia francesa (questão da proteção do seu mercado agrícola), embora criasse condições para que a Europa se tomasse a terceira força mundial, provocou a animosidade dos membros de menor porte da Comunidade. Em frente a essa situação, a reação dos países de pequeno porte, incapazes de ser impor e neutralizar a “aliança dentro da aliança”, terminou por criar condições de sobrevida para o papel dominante dos Estados

⁹⁸ Charles de Gaulle foi Presidente da França de 1959 até 1969.

Unidos na Europa até os anos da década de 1960. Mas, durante a década, a situação mundial mudou aceleradamente e a Europa terminou por ser condenada a avançar no seu processo de integração progressiva, apesar dos problemas levantados pela dominação franco-germânica.

A década de 1960 com seus acontecimentos foi um período-chave para a retomada do processo de integração e de unificação europeia. A cooperação franco-germânica dividiu instâncias e subordinou o processo unificador sob a direção dos dois Estados. O “zollverein” continental que fluía naturalmente foi acelerado, e a discussão e implementação da unificação foram retomadas. Isto se deveu ao abrandamento da Guerra Fria, com o desenvolvimento da “coexistência pacífica” no plano mundial, o que terminou por acarretar a perda de influência das ideias e das estruturas criadas para lhe dar suporte. Por outro lado a Guerra do Vietnã pesava violentamente sobre a economia e a legitimidade dos Estados Unidos, o que proporcionou condições para que, sob a influência do governo gaullista, se passasse a um desalinhamento relativo do continente frente àquela superpotência (MAMMARELLA, 1990, p. 248 249).

Os benefícios da unificação econômica que alcançaram todos os países associados despertaram novas forças e impulsos. A Europa iniciou uma reação à Divisão Internacional da Economia imposta pelos EUA e subordinada à Guerra Fria. Começou a ser desenvolvida uma tecnologia europeia autônoma, que era estimulada pelas vantagens de escala de produção para uma ampla unidade econômica. A integração dos mercados possibilitou uma reorganização produtiva especializada, que tinha suas bases no mercado criado pelas tarifas externas e pela isenção de tarifas intracomunitárias, bem como pela estratégia dos governos, que privilegiava investimentos em setores de ponta e no desenvolvimento da ciência aplicada. Daí resultaram condições para o surgimento e o desenvolvimento de empresas multinacionais e transnacionais de propriedade de capitais europeus e sediadas no continente, que apresentavam capacidade para concorrer com as de capital norte-americano e as emergentes corporações japonesas.

O arrefecimento da Guerra Fria e a tendência ao desenvolvimento de um policentrismo na economia mundial proporcionaram, aos europeus, condições para buscar parceiros tanto no Terceiro Mundo quanto no Leste Europeu. Este foi um mecanismo fundamental para escapar ao domínio e ao controle imposto pelos norte-americanos, como instrumento de hegemonia e da Guerra Fria desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

No entanto, os aspectos fundamentais que abriram caminho para a fundação do processo de unificação persistiram com energia; o anticomunismo e a contraposição do Oeste

ao Leste não foram eliminados, mas passaram a um novo patamar que era mais sofisticado: o da negociação e da cooperação entre os campos. Os países europeus se aproveitaram da situação conjuntural e do enfraquecimento norte-americano, passando a atuar em conjunto e através das políticas particulares de seus estados mais poderosos. Eles buscavam a ampliação dos mercados para a absorção do excedente do potencial produtivo da Europa e, ao mesmo tempo, a criação de condições favoráveis para o investimento mais rentável, com a aplicação de novas tecnologias que proporcionassem um alto nível de produtividade, exportando tecnologia, plantas industriais e capitais. Do ponto de vista estratégico e político-militar, estas práticas eram determinadas pela ineficácia dos mecanismos já então tradicionais de defesa continental euro-americanos da OTAN.

Inicialmente, a aquisição de armas atômicas e, logo após, o desenvolvimento dos foguetes intercontinentais pela União Soviética – que armados com ogivas nucleares reduziam a importância estratégica do continente – tornava a Europa vulnerável, segundo sua perspectiva. Ao mesmo tempo em que estas percepções conquistavam adeptos, as iniciativas unilaterais de seu aliado hegemônico eram consideradas preocupantes, porque punham em risco a sobrevivência física na Europa. Os europeus temiam, ainda, que o “equilíbrio do terror nuclear” levasse à colonização continental em nome da segurança estratégica ou os transformasse, pelo controle norte-americano da capacidade nuclear da OTAN, em um campo localizado de batalhas onde as superpotências se enfrentassem, evitando assim a destruição recíproca. É dentro deste quadro que a Alemanha Ocidental passou a desenvolver uma política de aproximação da Europa com o Leste subordinado ao Pacto de Varsóvia e que De Gaulle passou a defender a ideia de que existia uma unidade civilizacional europeia do Atlântico aos Urais.

Ao final da década, começaram a aflorar problemas entre os Estados europeus, que estavam ligados à busca do restabelecimento de uma política de equilíbrio de poder continental, com o reforço dos interesses nacionais. Tratava-se de uma reação não só à pretensão de hegemonia estratégica francesa, mas também ao acelerado e intenso crescimento da economia alemã, à competição nipônica e ao crescente aporte de investimentos norte-americanos sob o manto protecionista do mercado comum, que tendia a desnacionalizar progressivamente as economias continentais.

O fim da bipolarização política em consequência do conflito sino-soviético, da emergência do Terceiro Mundo e do crescimento econômico da Europa não alcançava, entretanto, o campo militar. Ao final da década de 1960, o enfraquecimento norte-americano e

a eleição de Nixon para a presidência dos Estados Unidos determinaram a reorientação da política daquele país rumo a negociações com o campo socialista, objetivando a limitação das armas estratégicas, a solução dos “pontos quentes” (zonas de tensão da Guerra Fria) e a retomada do controle nas respectivas esferas de influência. Para a Europa, o então Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger propôs a revitalização do “grand design” kennediano, com a redução de custos e do comprometimento norte-americano na defesa do continente. Com isto, os EUA sinalizavam o abandono da política europeia, segundo a qual as vantagens políticas cobriam as suas desvantagens econômicas, oriundas do processo de unificação.

A política de distanciamento e de indiferença norte-americana, além de reconhecer as mudanças e a autonomia alcançadas pela Europa ao longo do período, visava garantir a defesa dos interesses norte-americanos e possibilitar-lhes uma maior liberdade de ação na adoção de políticas para a recuperação de sua liderança. Tal política, por lançar custos militares sobre a economia do continente, comprometeu as conquistas alcançadas pela Europa com o processo de unificação de mercados e de coordenação de investimentos.

Em 1968, a *Europa dos Seis*⁹⁹ cumpria a última etapa dos programas econômicos dos Tratados de Roma. Não mais existiam tarifas alfandegárias entre seus membros. O sucesso da integração econômica (expresso também pela livre circulação de capitais) e a mudança de posição norte-americana exigiam e viabilizavam a passagem a uma segunda etapa da unificação. Através da Conferência de Haia, no final de 1969, e por iniciativa europeia, projetou-se a integração política. Mais uma vez, os diferentes interesses determinavam o equilíbrio entre a fórmula da federação e os objetivos nacionais. O objetivo quanto aos meios e formas da unificação era claro, mas existiam protelações e compromissos entre as forças participantes. Novamente, os mecanismos do longo prazo e da progressividade foram apresentados como meios de um nivelamento e como o único caminho viável.

Antes de criar a Europa unida, se fazia necessário reduzir as imensas desigualdades políticas, econômicas e sociais ainda existentes entre os membros da aliança. Acreditava-se necessária a criação de mecanismos de coerção diplomática do continente, através de alianças e de uma força de intervenção militar própria. Para isto era preciso romper a barreira do medo à Alemanha e integrá-la plenamente. A Europa deveria criar

⁹⁹ A *Europa dos Seis* é uma designação original para os fundadores da CECA e do Mercado Comum Europeu, além da EURATOM. Era constituída pela Alemanha, França, Itália e Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

aceleradamente os instrumentos básicos que possibilitariam sua unidade política. A relação com os EUA passava por litígios, já que seu domínio sobre os armamentos nucleares da OTAN tornava a mesma um peso e um risco para a segurança continental, exigindo-se a sua reforma.

O otimismo de alguns setores sobre a velocidade da unificação política foi abalado na década de 1970. Já no primeiro ano desta o governo dos EUA desvinculou o dólar do ouro e desvalorizou a sua moeda acima de 10%. Tal decisão foi um rude golpe para seus aliados europeus, que perderam competitividade e tiveram um incremento do processo inflacionário (BEAUD, 1994, p. 332; ALDCROFT, 1989, p.299). Tal atitude unilateral terminou por fortalecer, entre os responsáveis políticos, a convicção da necessidade de ampliação dos mecanismos unitários e do estabelecimento da autonomia continental em relação às superpotências que dominavam o quadro da bipolaridade. Ainda nesta década, ocorreu a crise do petróleo, em 1973, originada pela determinação dos países que eram membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) – um grupo institucionalizado dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Tal fato deixou claro tanto a dependência quanto a vulnerabilidade do continente em relação às políticas hegemônicas e a inexistência de meios independentes de acesso às fontes de petróleo, que eram vitais para o fornecimento de energia e de matéria-prima para a emergente e dinâmica indústria petroquímica do continente. Nesta conjuntura, de dificuldades e de prejuízos para a Europa, os EUA recuperaram posições perdidas e aproveitaram para reimpor a sua hegemonia sobre a Europa. Cada Estado europeu passou a agir, fundamentalmente, a partir da tradicional perspectiva do seu interesse nacional, com as diferenças e antagonismos contando mais do que a solidariedade necessária para o processo de unificação.

O continente não havia criado, desde a Conferência de Haia, os instrumentos de ação coletiva necessários para enfrentar a crise e a recessão. Frente à incapacidade europeia, a diplomacia americana atuou rapidamente embargando a proposta francesa de auxílio ao desenvolvimento do Sul (com o uso dos abundantes petrodólares). Sua diplomacia atuou agressivamente, cooptando os produtores de petróleo do Oriente Médio para aplicarem seus crescentes recursos nos bancos norte-americanos e conquistando como sócio estratégico o Egito (tradicional aliado soviético) para sua órbita (VIZENTINI, 1990). Através dos benefícios auferidos pelo aumento do preço do petróleo no mercado livre e pela exponencial valorização das reservas de suas companhias petrolíferas, os Estados Unidos se beneficiaram da maior parte dos recursos auferidos com o aumento do preço do petróleo.

Outra decorrência da conjuntura foi o aumento do poder impositivo norte-americano autossuficiente em fontes energéticas. Estes acontecimentos foram um golpe duro e profundo na autoconfiança das autoridades e das sociedades da Europa. A possibilidade de falência e o pessimismo passaram a dominar o continente. Paralelamente a essa situação, a iniciativa para a unificação foi retomada, agora, pelos dirigentes dos governos nacionais que se impuseram em frente aos federalistas (MAMMARELLA, 1990, p.241). A partir daí, a direção da política de unificação passou a ser controlada pelos chefes de governo nacionais. A fraca base da unidade alcançada e a incapacidade de impor-se na aliança militar atlântica determinaram que, ainda nesta conjuntura, os interesses particulares dos EUA arrastassem a Europa.

Neste mesmo ano (1973) aconteceram outras mudanças significativas. A Comunidade foi acrescida da Dinamarca, da Irlanda e da Grã-Bretanha transformando-se na “Europa dos Nove”. Esta última era controladora das principais jazidas petrolíferas do Mar do Norte e, pela perda de seu Império e pelo lento crescimento econômico, se transformara em um aliado de pouca importância para os EUA. A crise europeia possibilitou que os EUA confirmassem sua liderança na região e elegessem a Alemanha como sócio principal, no continente, em uma aliança privilegiada.

Esta nova arquitetura das relações possibilitou que – através da colaboração financeira e da mobilização econômica germânica e de profundos vínculos políticos – a República Federal ascendesse à supremacia na Comunidade europeia. O temor do Estado e das elites francesas de sofrerem uma redução de seu papel e do rebaixamento da França a uma posição de insignificância, além da percepção do risco de uma revolução social, terminou por aproximar a França dos Estados Unidos. O resultado das aceleradas mudanças provocadas pela crise foi a redução das reivindicações de autonomia diplomática da França e da Europa, que foi acompanhada por uma guinada rumo à “economia social de mercado” (novo nome para a sociedade capitalista de consumo) característica da economia da Alemanha e ao anticomunismo militante que havia refluído na década de 1960. Com tais elementos estavam lançadas as bases para uma reordenação socioeconômica de características neoliberais e privatizantes da economia europeia.

A supremacia americana, que voltara a impor sem preocupações seus objetivos à Europa, levou o presidente francês, Giscard d'Estaing, a buscar o reforço da cooperação e das relações franco-germânicas. Estas passariam a ser o pilar da política europeia e possibilitariam que os dois países propusessem – ou impusessem – os rumos do futuro do continente e do

processo de sua unificação. Para evitar decisões e medidas conflituosas entre os membros do Mercado Comum (MCE) foi criada, em 1974, uma instância informal de discussão entre os chefes de Estado. Surgiu assim o Conselho Europeu. Entretanto, gozando de uma posição de força, os EUA puderam realizar a Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia (Helsinque, 01/08/1975) e impor os destinos da política mundial. Com a crise a Europa regredira a uma posição de peça secundária no jogo geopolítico e diplomático mundial e aparentemente se tornara incapacitada para reagir e exigir, como fazia na década de 1960.

Dois anos após a emergência da crise oriunda do uso do petróleo como arma política eclodiu a primeira recessão generalizada na economia mundial do pós-guerra. Tal crise, que estava latente desde o final da década anterior, teve efeitos profundos na Europa (MANDEL, 1979, p. 22-24; MANDEL, 1990, Cap. 1 a 4). A mais grave recessão enfrentada desde a década de 1930 e caracterizada pela “estagflação” (estagnação da economia acompanhada pela inflação) foi responsável pela generalização da demissão de trabalhadores, criando um desemprego massivo, e teve seu combate dificultado pelo choque dos constantes aumentos do preço do petróleo e de outras matérias-primas importadas. O aumento dos preços que dificultava o combate à inflação e a retomada do crescimento exigiu que se passasse para a busca de novas alternativas. A consciência da vulnerabilidade da indústria europeia em frente ao petróleo do Oriente Médio (aliado dos EUA) levou a que a Europa se voltasse para fontes alternativas de energia e para o petróleo do Mar do Norte.

A partir de 1976, o crescimento foi retomado com elevados custos sociais e alta concentração monopolista. Novos setores econômicos que emergiam com a revolução científico-tecnológica e com a reengenharia econômica (DRUCKER, 1992/1993, p. 27-30) foram incapazes de absorver o excedente da mão de obra desempregada pela recessão, e a população passou a enfrentar uma nova realidade, até então desconhecida, a do desemprego estrutural. A intensa competição internacional em um mercado retraído exigiu o aumento da produtividade e a reorganização férrea do sistema de produção, com automação e métodos de gestão poupadores de insumos e mão de obra. A conjuntura feliz iniciada naquele ano (em parte decorrente da ampliação da Comunidade e em parte resultado da estabilização temporária dos preços do petróleo e do afluxo de petrodólares que acompanharam a reordenação da economia) não se prolongou ao longo do tempo, como o ciclo que entrara em crise no início da década.

Um dos efeitos da crise foi a criação da Comissão Trilateral, em Tóquio, no mês de outubro de 1973, que, sob os auspícios de Nelson Rockefeller, reunia políticos, empresários

e intelectuais dos Estados Unidos, da Europa e do Extremo Oriente para buscar soluções que preservassem o capitalismo mundial dos efeitos da crise. A partir de estudos encomendados ao Clube de Roma, que em 1972 havia publicado o relatório sobre os “Limites do Crescimento”, havia acordo quanto ao fato de que as taxas de crescimento desacelerariam e ficariam próximas aos níveis anteriores. A ideia de um crescimento econômico zero passou a assumir importância e serviu de base para a crítica às políticas de crescimento econômico induzidas em conjunto. Da defesa desta posição decolaram as críticas às políticas de industrialização e de modernização industrial do Terceiro Mundo. O relatório sobre o crescimento e estudos posteriores encomendados pela Comissão Trilateral ao Clube de Roma foram as bases para a institucionalização e a mundialização do ecologismo. Este último foi capaz de agregar forças dispersas e desiludidas com a frustração da revolução da década de 1960 e da unificação europeia em uma nova política com políticas pró-capitalistas. Estas geraram uma série de instrumentos protecionistas – em nome da preservação da natureza – na Europa. O ecologismo com matriz europeia, que passou a contar com um grande apoio popular rapidamente, impôs mudanças na produção industrial do continente e se apresentou como uma tendência internacional capaz de gerar as transformações necessárias para a aceleração da unificação tanto nos parlamentos nacionais quanto no parlamento europeu, que foi instalado em 1979.

O final da década de 1970 e o início da de 1980 foi um período caracterizado pelas mudanças de rumo comuns no processo de unificação europeia e na sua relação com a hegemonia norte-americana, que se dava através do Pacto Atlântico – OTAN. Frente à política norte-americana, os europeus, que haviam ampliado sua abrangência com a adesão da Grécia em 1981 e se transformado na “Europa dos Dez”, foram forçados a pensar em uma estratégia própria que privilegiasse não só as mudanças provocadas pela recuperação econômica do final da década, mas também a recuperação da autonomia de ação europeia frente à nova crise do petróleo que surgiu. Faziam parte desta estratégia o rígido controle do processo unificador por parte dos governos nacionais dos Estados-membro e a criação de mecanismos financeiros (sistema monetário econômico) que substituíssem o dólar nas trocas continentais e que servissem como reserva monetária. Era necessária, ainda, a criação dos mecanismos de coação internacional em nível continental que substituíssem as pouco confiáveis forças da OTAN que, dada à independência de ação dos EUA, criavam problemas ao invés de trazer segurança.

O fortalecimento dos interesses nacionais e do papel dos governos no seio da aliança continental terminou apresentando entraves à plena realização do processo de criação dos mecanismos que garantissem um papel autônomo para a Europa. O segundo choque do petróleo, provocado pela Revolução Iraniana, teve profundos efeitos na Europa, que manteve sua política econômica de redução de gastos, levando-a a um relativo afastamento dos Estados Unidos, que assumiram uma postura de frontal oposição aos revolucionários, que haviam destruído um dos seus pilares de segurança e fiel aliado no Oriente Médio. Ao lado da Revolução Iraniana, a intervenção soviética no Afeganistão foi outro fator responsável pelo afastamento que então ocorreu entre os Estados europeus e os norte-americanos.

Os dois sócios na Aliança Atlântica analisavam a questão a partir de perspectivas diferentes. Enquanto os Estados Unidos armavam e financiavam os guerrilheiros numa lógica estratégica de retomada da Guerra Fria, a fim de desestabilizar o flanco sul e de exaurir a União Soviética, a Europa pugnava pela redução do recrudescimento dos conflitos hegemônicos mundiais em sua área ou que sobre ela tivessem efeitos diretos. No entanto, os Estados europeus não tinham força suficiente para atuar independentemente e os mecanismos de cooperação e integração, embora apresentassem sucesso na economia, não tinham condições para atuarem autonomamente como representantes de uma autoridade continental única e integrada.

Tal situação, ao lado das dificuldades econômicas originadas pela crise e o desemprego, pode ser considerada como um dos fatores responsáveis pela aceleração do processo de criação de instrumentos e de mecanismos coletivos que assumissem formas supranacionais e autônomas. A crise política e econômica, impossível de ser equacionada dentro das limitações dos Estados nacionais, possibilitou que se apresentasse um projeto de “União Europeia” no Parlamento Europeu, em sua reunião do ano de 1984. Segundo esta proposta, caberia aos órgãos supranacionais de integração novas competências no campo da política econômica, monetária, social e externa. Ela determinava, também, um prazo para a adequação e a compatibilização das políticas e das estruturas nacionais aos objetivos da união que surgia. Esta proposta foi efetivada em 1986, com a assinatura do Ato Único Europeu, que culminou por estabelecer as etapas e a cronologia para a constituição de um Mercado Interno Unificado¹⁰⁰ e instituiu o voto majoritário para as decisões do Conselho Europeu. Isso

¹⁰⁰ Ao contrário do Mercado Comum, no qual elementos nacionais da economia restringiam aspectos do mercado, naquele momento a Europa se transformaria em um único mercado indistinto e com restrições tarifárias comuns para as mercadorias importadas do resto do mundo.

aconteceu no mesmo ano em que a adesão da Espanha e de Portugal terminou por criar a “Europa dos Doze”. Mas a dinâmica dos processos políticos, econômicos e sociais se acelerou criando novos problemas e provocando mudanças radicais nas condições que levaram à intensificação da integração, sob a hegemonia dos governos dos Estados e não sob uma eleição de livre escolha das populações.

9.6 A guinada para a direita

A crise detonada no início da década de 1980 provocou uma transformação radical na situação mundial e na posição da Europa, que passou a se distanciar conflituosamente dos EUA. Um dos elementos deste apartamento foi causado pela política de instalação de mísseis nucleares de médio alcance da OTAN no território da Europa Ocidental, tornando-a palco privilegiado e mortal do enfrentamento da Guerra Fria nuclear, o que terminou por provocar o surgimento de uma intensa e militante reação popular, com reflexos nas autoridades governamentais. O processo de unificação, que fora iniciado sob a égide da autodefesa contra a revolução socialista e da política norte-americana de instauração de sua hegemonia e de “contenção” ao comunismo, e que foi marcado por oscilações, retrocessos e disputas ao longo de 30 anos, terminou naquele momento transformado em um mecanismo de resistência aos objetivos de seus mentores. Mas a resistência da Europa, nesta década, significou também o abandono dos ideais federativos e democraticamente representativos apresentados pelos seus pioneiros dos primeiros anos. Uma política de forte domínio das potências continentais mais poderosas foi implantada para as relações externas. Um processo de direitização da política interna, decorrente de uma falsa percepção popular sobre as origens do desemprego conjuntural e sobre o desemprego estrutural e permanente, habilmente explorada pelos políticos da extrema-direita e demagogicamente adotada com fins eleitorais por amplo espectro de partidos políticos, acabou por trazer à tona os mesmos pesadelos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

O domínio da política estatal pelas forças conservadoras ao longo da década de 1980 possibilitou uma virada radical à direita. Os seus instrumentos foram, em primeiro lugar, a exploração do medo ao desemprego e ao empobrecimento, vinculada à culpabilização das populações imigrantes e dos países pobres, o que desviava a atenção do problema real. O outro mecanismo foi o da ideologia do “neoliberalismo”, com a sua propaganda em favor da superioridade da iniciativa e da propriedade privada – regida pelo mercado e objetivando o lucro – sobre a pública. Tais fatores abalizaram os mecanismos de reorganização da economia

em benefício do capital, em prejuízo dos avanços sociais e políticos que se constituíram nesta etapa da unificação e da “construção da fortaleza europeia”. Ao tentar implantar a livre concorrência de forma plena, a partir de um espaço protegido por mecanismos extra-alfandegários e ideológicos, a nova direita no poder na Europa levou a que outras regiões, no campo capitalista, passassem a sua imitação, com o desenvolvimento de políticas defensivas caracterizadas pela formação de blocos econômicos que se aproximavam de políticas mercantilistas¹⁰¹. A Europa marchou rumo à consolidação e ampliação de sua Comunidade econômica como meio de garantir e ampliar mercados para sua indústria em frente à competição internacional e à redução de consumo. O preço foi uma regressão político-social e de um isolamento, que buscava uma justificativa na defesa do eurocentrismo, expresso em sua superioridade cultural e na necessidade de defendê-la da invasão de povos inferiores, que deveriam adotar em seu torrão natal os princípios universais desenvolvidos pelos europeus.

Outra consequência da generalizada guinada à direita e do neoliberalismo predominantes a partir da década de 1980 foi o surgimento da chamada Nova ou Segunda Guerra Fria, patrocinada pelo presidente norte-americano Ronald Reagan (1981/1989). Com esta havia a pretensão de atrelar mais firmemente o continente europeu aos objetivos norte-americanos, através da cooperação de esforços científicos e econômicos no projeto da Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI), vulgarmente conhecido como “Guerra nas Estrelas”. A Europa reagiu negativamente, objetivando diminuir os efeitos do acirramento do conflito sobre seu espaço territorial e garantir, além de sua autonomia alcançada a duras penas, a permanência e a ampliação dos benefícios conquistados por sua política de aproximação com a União Soviética e o leste do continente, que foram acelerados após a morte de Leonid Brejnev. Com esta política fora alcançada a autonomia energética e amplos mercados para produtos e capitais europeus foram abertos em uma época de crise.

A construção de mecanismos continentais eficazes que extrapolavam os limites acanhados da Europa Ocidental começava a dar frutos. A neutralidade europeia, no entanto, não foi capaz de garantir a sobrevivência do pólo alternativo sobre o qual a unidade ampliada devia se constituir. O esforço econômico determinado pela reação à Guerra do Afeganistão e à “Guerra nas Estrelas” acelerou o esgotamento do modelo extensivo da economia soviética, que buscava se reformar para enfrentar os desafios da revolução científico-tecnológica e das

¹⁰¹ Entre as medidas que se aproximavam das práticas mercantilistas, podemos citar a restrição de acesso dos produtos estrangeiros aos seus mercados, os subsídios à produção e à exportação e o financiamento subsidiado às empresas e a agricultura locais.

novas condições mundiais. Isto levou ao esboroamento do seu sistema no final da década de 1980.

A “dissolução” do socialismo na União Soviética e nos países do leste empurrou a Europa para o primeiro plano e terminou por colocá-la frente a frente com os Estados Unidos. Embora estes ainda mantivessem sua capacidade militar, se encaminharam, ao longo da década, para uma situação de progressiva decadência econômica. Ao mesmo tempo o fator que fora um dos alicerces para a construção de uma Europa unificada deixou de existir e o pólo que permitira seu desenvolvimento deixou de existir levando perda de eficácia da unidade. Esta situação permitiu a emergência de tensões e antagonismos internos que há muito tempo estavam reprimidos e uma reação frente às potências internas reitoras do processo. Um novo mapa começava a tomar contornos. A situação da Comunidade Econômica (CEE) e da Europa unida estava tendo de enfrentar seus problemas internos há muito protelados, numa situação de crise global das estruturas. A tarefa imediata para a década de 1990 aparecia como superior à capacidade de seus executantes. Foi nestas condições, e após a “reunificação” da Alemanha, que, em 1992, foi assinado o Tratado da União Europeia (Tratado de Maastrich, como ficou conhecido). Este estabeleceu as regras para o funcionamento de um efetivo poder supranacional e impositivo, a ser obedecido pelos países membros, garantindo ao Conselho da Europa o poder de definir os objetivos políticos gerais da União Europeia recém constituída. O Tratado também estabeleceu a criação de uma moeda única – o *euro*, que seria implantada num futuro próximo.

A adoção de medidas preconizadas pelos economistas partidários do neoliberalismo e a Nova Guerra Fria, assim como a guinada para a direita, resolveram os principais problemas por um curto espaço de tempo, criando, porém, novas dificuldades e mais difíceis equações para a Europa. Seus efeitos não só destruíram a planta original da construção da CEE e da sua unidade política, pela dissolução de um dos fatores elementares – o campo socialista –, como também possibilitaram condições para a reordenação de hierarquias dentro do continente. Neste novo processo, a Grã-Bretanha perdeu uma das garantias que lhe possibilitava impor condições à Europa Continental. Suas Forças Armadas e sua capacidade estratégica subordinada aos EUA passaram a ter pouca importância no novo contexto. Esta situação deixou a Alemanha e a França em condições de disputar a hegemonia na região ou de criar um condomínio para a sua imposição.

A desagregação do bloco soviético no Leste Europeu e a particularização da política externa norte-americana passaram a exigir do bloco europeu uma definição

estratégica mais clara e a criação de um exército europeu autônomo, como instrumento de dissuasão e de projeção de poder. O antigo aliado poderia se tornar adversário e impor condições. Neste quadro era necessário garantir independência de ação na defesa dos interesses específicos do bloco europeu e defender a posição alcançada. Uma situação espinhosa nesta conjuntura foi a da rediscussão dos objetivos da OTAN e de sua força militar. As próprias contradições internas da aliança e a diversidade de interesses particulares dos Estados europeus poderiam criar problemas para a sua sobrevivência e levar a sua dissolução. Entretanto a aliança se reformulou e

[...] a OTAN aprovou novo conceito estratégico, revisando radicalmente e ampliando consideravelmente seu mandato original e seu raio de atuação, uma vez que recebeu mandato para cobrir operações humanitárias e anti-terroristas, para a luta contra o tráfico de drogas, assim como ameaças indefinidas ao meio ambiente, à paz e à democracia, num espaço geográfico igualmente difuso quanto a seus limites externos (ALMEIDA, 2002, snp).

A derrocada do Pacto de Varsóvia e do bloco soviético no Leste Europeu culminou por acarretar uma série de novas implicações que trouxeram problemas à conclusão do processo de integração. Destas, a menor foi a eliminação do fator originador da arrancada do processo e que era ao mesmo tempo o vértice que permitia à Europa negociar em vantagem com a potência americana, além de garantir a coesão continental. As políticas comunitárias de concessão de benefícios econômicos e sociais para suas populações e para os estados mais fracos aderirem ao projeto passaram a perder vigor porque os Estados mais poderosos ficaram liberados para impor suas posições e condições para que os outros aderissem à união. Por sua vez, os países do Leste puderam pleitear sua incorporação na Comunidade, complicando a situação desta, já que estes oportunizaram o acesso a um mercado de mão de obra qualificado, pletórico e altamente disciplinado. Além disto, as vantagens advindas dos processos de privatização e a concessão de isenções e de baixos tributos desviavam geograficamente os interesses das empresas dos países mais ricos para esta nova área. A recusa ou a aceitação do pleito de adesão terminava por impor um custo político e econômico que estava relacionado com o crescimento da instabilidade política e social na Europa Central e Oriental. Por outro lado, a incorporação ou a criação de condições e a sua preparação, além de acelerar o renascimento dos nacionalismos raciais e da xenofobia, que há muito tempo rondavam a Europa, transferiu atividades produtivas dos países mais ricos e dos beneficiários das vantagens iniciais para estas novas áreas.

Independentemente das vontades e dos desejos, a situação objetiva da década de 1990 se tornou crítica. A velocidade alcançada pela dinâmica dos processos terminou por desqualificar a maior parte dos prognósticos e apresentar encaminhamentos, problemas e soluções que seriam imponderáveis em uma situação mais tranquila. A situação posta permitia apenas uma projeção, a de que o futuro não seria tranquilo e que as conquistas alcançadas ou esboçadas no projeto de uma unificação equilibrada poderiam, rapidamente, ser transformadas na sua negação: a dominação da Europa Ocidental pelos Estados com economia e instrumentos de poder mais fortes. Esta nova característica se impôs progressivamente após a assinatura dos tratados que criaram a moeda única – o euro – e impuseram as condições para a sua implantação no início do terceiro milênio.

9.7 A questão alemã: a “reunificação”

Um dos problemas mais graves gerados pelo processo de aniquilamento dos Estados e das sociedades socialistas do Leste Europeu foi o da destruição acelerada da República Democrática Alemã e a unificação territorial e política mediante sua incorporação pela República Federal. Nas últimas décadas, a aspiração à reunificação das populações germânicas, embora fosse um objetivo permanente, tivera as pretensões de sua efetivação protelada para um futuro relativamente distante. Um dos fatores para tal transferência foi a difusão e generalização da teoria da confluência entre o regime social e produtivo do capitalismo existente na Europa e o do socialismo. Segundo tal visão, isso seria natural, na posteridade, e essa confluência terminaria por ser realizada sem conflitos e sem traumas por causa da semelhança e da interpenetração que os dois sistemas atingiriam. Tal visão tornara-se mais importante com as políticas de participação continental em atividades culturais, acadêmicas, comerciais, de investimentos e da progressiva integração energética, desenvolvidas a partir da década de 1970. Esses fatores e os prognósticos deles decorrentes terminavam, também, por servir como um poderoso elemento tranquilizante para aqueles que temiam o poder da Alemanha e a experiência de seu passado expansionista. Esses facilitavam, ainda, a colaboração dos outros membros da Comunidade com a República Federal da Alemanha em bases econômicas vantajosas e politicamente seguras, o que terminava por proporcionar condições para a aceitação da posição de destaque que o país vinha assumindo.

A crise estrutural do capitalismo e a desagregação do Leste Europeu possibilitaram o desenvolvimento de uma ação fulminante por parte da República Federal para efetivar um processo de reunificação das duas diferentes sociedades germânicas. Os

motivos de Bonn para tal ato estavam diretamente ligados às necessidades de sobrevivência política das forças de centro-direita parlamentar no estado alemão ocidental, que eram representadas pela democracia-cristã, e a necessidade de expansão econômica e de redução de custos por parte do seu empresariado, em uma situação crítica gerada pela adoção em outras economias das práticas preconizadas pelos economistas e consultores afiliados às doutrinas do “neoliberalismo”. Naquela conjuntura de dissolução das alianças político-militares e da abertura comercial, havia a possibilidade de os países mais desenvolvidos do bloco do Leste virem a competir em condições iguais ou até vantajosas, gerando problemas econômicos e diplomáticos na distribuição de poder nos quadros da Comunidade europeia e na política interna para a Alemanha Ocidental. Apesar das diferenças de modo de vida e de condições de trabalho haverem afastado as duas sociedades, isto por si só era um forte elemento para que uma reunificação fosse tentada. E ela não só foi tentada como foi, também, realizada.

No entanto, a maneira como esta foi realizada terminou por significar não só o refluxo da teoria da confluência dos sistemas, como também levou a destruição de todo um modelo de sociedade e uma civilização que fora construída ao longo de quatro décadas e na qual havia sido alcançado um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento da gigantesca indústria moderna e a sobrevivência da pequena produção. Uma sociedade onde o Estado provia as necessidades básicas e proporcionava condições de educação, de saúde e de lazer para o conjunto da população foi rapidamente destruída, junto com suas estruturas e sua economia, o que terminou por provocar efeitos regressivos e perversos. Os bens e as propriedades que haviam sido nacionalizados e transferidos durante o processo de desnazificação, na Alemanha Oriental, tiveram a sua propriedade de quarenta anos contestada. O sistema de leis foi anulado e a legislação federal passou a ser aplicada retroativamente e, o que foi pior, abrangendo acontecimentos que deveriam estar fora de seu alcance. A guerra psicológica foi aplicada para desqualificar as frustrações causadas por aquilo que passou a ser considerado como a “fraude” da reunificação.

Paralelamente a esses processos, foi realizado um expurgo do sistema educacional – independente da qualidade dos professores e funcionários expurgados –, e a segurança social foi destruída junto com o sucateamento e a apropriação subsidiada da qualificada estrutura industrial do leste alemão. Por fim, foram estabelecidas várias imposições de restrições para a manifestação política e a implantação de uma união real e legítima.

Se a incorporação transformou a Alemanha Federal na maior potência continental, com uma indústria, uma finança e um nível de desenvolvimento tecnológico imbatíveis no

continente europeu, proporcionando a efetivação de sua hegemonia incontestada, ela não solucionou os seus graves problemas internos. Ela engendrou, isto sim, outros novos e complexos problemas representados pela agregação de uma grande massa de mão de obra altamente qualificada e sujeita a aceitar baixos salários e altas cargas de trabalho em prejuízo da organizada e reivindicante classe dos trabalhadores assalariados da Alemanha ocidental. Estas novas condições levaram a uma reação xenófoba, a uma profunda divisão, que foi aproveitada pela extrema-direita para se implantarem fortemente na desmoralizada parte oriental. A abertura deste caminho foi acompanhada pelo crescimento do nacionalismo xenófobo e do movimento neonazista, originários da Alemanha ocidental, que passaram a encontrar numerosos e radicais adeptos entre a juventude frustrada e desiludida. Para os trabalhadores alemães isto significou, ao final das contas, a expropriação e a perda das vantagens que haviam sido alcançadas ou a adesão a uma posição de defesa do expansionismo imperialista para garantir suas posições.

No plano continental, esta nova Alemanha conquistou um poder e um potencial econômico, tecnológico e militar capaz de avassalar o resto do continente. Por si só a assimilação da incorporação efetivada ao Leste e a sua preocupação com a criação de uma esfera de influência ampliada nas áreas central e oriental do continente terminaram por garantir a segurança necessária para que a nova república Alemanha reunificada se impusesse como um poder determinante sobre as outras áreas continentais. Esta situação acabou por provocar resistências ao processo de unificação europeia, com a emergência de obstáculos defensivos nacionais ao seu aprofundamento e com a imposição de recuos determinados pelos governos que comprometeram o projeto e as conquistas alcançadas.

Esta situação poderia soterrar as tendências integracionistas e de construção da unidade em benefício do fortalecimento de uma cooperação antagônica intergovernamental. Outra possibilidade era a da redefinição do processo, visava por este meio um maior comprometimento e a neutralização do desproporcional poder alcançado, com a reunificação, pela Alemanha. Esta aparentava ser a política francesa, que se utilizando do mecanismo da criação de um exército binacional e da sua capacidade nuclear militar tática, procurou criar instrumentos para evitar a sua regressão a uma posição de poder secundária. Esta política de redefinição permaneceu, todavia, problemática, não só por causa da sua pirotécnica reunificação e da conseqüente retomada do nacionalismo e da autoconfiança reafirmada pela Alemanha, como também com a permanente intervenção e apropriação das estruturas econômicas na Europa Central e Oriental por parte dos capitais alemães.

9.8 Problemas para alcançar a unidade

O afrouxamento da pressão causada pela Guerra Fria e pelo retraimento dos EUA a uma postura mais “egoísta” foi acompanhado pela ascensão da Comunidade Europeia ao nível de grande potência. Esta posição, todavia, se mostrou frágil porque o poder de coerção continental permanecia preso aos norte-americanos através da OTAN e porque o formato da unidade impedia uma ação coletiva que se impusesse aos interesses e idiosincrasias nacionais e de seus governos. Esta situação, num período de crise social como o das décadas de 1980 e de 1990, possibilitou o ressurgimento de velhas tendências desagregadoras e agressivas. A frustração de expectativas e das promessas, o desemprego estrutural e a livre circulação de mão de obra proporcionaram, em face do fracasso da esquerda, uma direitização da população e uma retração que rumava para a defesa dos interesses nacionais em prejuízo do desenvolvimento da Comunidade Europeia.

Esta volta a posições pretéritas se manifestava através da retomada defensiva de um nacionalismo xenófobo e racista eivado de conflitos étnicos e voltado contra os imigrantes do Terceiro Mundo ou das periferias pobres do continente, mas também com críticas aos parceiros comunitários e por votações plebiscitárias contra as decisões das autoridades supranacionais. A profunda identidade desta regressão conjuntural aproximava a população de seus Estados. Sua crescente penetração nas massas pode encontrar motivações em situações geradas pela situação de crise e determinar políticas que aniquilassem o ideal de uma integração homogênea e a criação de um superestado europeu.

Ao mesmo tempo, as realidades da queda do socialismo no Leste Europeu, a superexploração do Terceiro Mundo e a longa crise na economia impossibilitavam a tomada de medidas lenitivas e de recuperação social. O aparente bem-estar e fartura da Europa ocidental terminavam sendo uma espécie de força magnética que atraía as populações das regiões deprimidas ou em desagregação em busca de trabalho e de segurança. Tais populações passaram a ser responsabilizadas pelo desemprego, pela queda da qualidade de vida e pela decadência da civilização europeia. Se a direita popular agia extraparlamentarmente através de “pogroms”¹⁰², também passou a pressionar os políticos institucionais e seus partidos rumo

¹⁰² Os “pogroms” – originados na Rússia Czarista no século XIX – são atentados estimulados ou desencadeados pelas autoridades ou pelos grupos nacionalistas xenófobos e realizados, geralmente, em situações de crise econômica ou política, contra comunidades minoritárias. Tais atentados eram caracterizados por massacres, destruição de propriedades e saques, e fizeram parte, no passado, das manifestações populares antisemitas. A partir da crise dos anos 1970, tais práticas se ampliaram e foram utilizadas contra outras minorias de imigrantes agrupados em comunidades ou em bairros específicos.

a discursos eleitorais e a práticas governamentais xenófobas. A fragilidade das instituições e a falta de recursos causada pela crise facilitaram a implantação de medidas de força e de fácil apelo nacional. Nestas, podiam ser enquadrada a proposta da constituição de um “muro” policial na Europa ocidental para possibilitar a contenção dos imigrantes originários do Sul e do Leste. Nada menos do que a construção de um Muro de Berlim e de uma Cortina de Ferro às avessas.

Outra decorrência da situação foi demonstrada pela incapacidade de unidade de ação dos governos no seio da Comunidade e da própria nos problemas mundiais mais graves. Esta situação refletiu-se na posição adotada a reboque dos EUA tanto no caso da “Operação Tormenta do Deserto”, durante a Guerra do Iraque (1991), como no caso das relações com o Leste Europeu em desagregação. Nesta se destacaram principalmente os problemas da região dos Balcãs, onde decisões intempestivas e unilaterais da Alemanha – recém unificada – reconhecendo a independência da Eslovênia, em primeiro lugar, e da Croácia, logo após, provocaram a desagregação da Iugoslávia e deram origem a instabilidade que se instaurou nos Balcãs. No último caso, os europeus não só deixaram de agir conforme seus interesses coletivos, como também deixaram campo aberto para a Alemanha criar uma esfera de influência própria, que intervinha nas perspectivas e nos rumos da Comunidade.

Toda esta situação era decorrente da ambiguidade do processo de unificação, no qual foi criado um equilíbrio precário entre as forças federalistas e os interesses governamentais dos Estados que compunham a Comunidade. A crescente importância do papel dos governos impedia a consecução do projeto integrador e limitava as vantagens da unidade alcançada.

Essa ambiguidade abriu um caminho que acabou por gerar situações críticas e antagonismos relacionados à expansão de empresas de origem, de propriedade e de caráter nacional específicos sobre a coletividade, bem como sobre a divisão de áreas de atividade entre os ramos mais fortes da economia. Sem a criação de mecanismos políticos supranacionais e eficientes, a realização econômica dos Tratados de Roma possibilitou a divisão e a especialização regional de capitais, trabalho, atividades e mercados, organizados de forma heterogênea e com grandes diferenças. O resultado foi a desnacionalização em benefício de certos capitais fortemente nacionais, que se beneficiaram das políticas comunitárias de fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos setores mais importantes da economia. Este fenômeno além de proporcionar um acelerado processo de monopolização terminou por gerar contradições com os diferentes interesses nacionais dos

Estados associados na Comunidade. Tal situação, aliada ao desnível das estruturas sociais, níveis de desenvolvimento, industrialização e produtividade na região, levou a uma persistente resistência política dos estados associados subordinados e de suas populações aos capitalismo mais dinâmicos.

A necessidade de aperfeiçoar as economias de escala na investigação, pesquisa e produção que servissem como instrumento de competição e de autonomia política em relação ao Japão e aos EUA, exigiram uma série de medidas que, pelas deficiências da estruturação da Comunidade, passaram a ser implementadas no quadro de economias nacionais. A necessidade de fechar empresas defasadas, de concentrar atividades e de desenvolver produção específica privilegiou hierarquicamente certas regiões e empresas. O resultado foi a absorção das economias das sociedades nacionais mais frágeis através da compra ou da associação subordinada com os capitais mais poderosos dos estados mais bem posicionados. Ainda cumpre destacar que nos mercados onde a produção apresentava um custo mais elevado pelo nível de produtividade inferior podiam ser inundados com mercadorias de melhor qualidade, mais baratas e atraentes, oriundas de outras regiões.

O resultado final deste processo foi o crescimento do desemprego e o aumento do descontentamento que se refletia na vida política. A solução foi a intensificação de barreiras protecionistas comunitárias e a desregulamentação das relações de trabalho, com a consequente tendência de equilibrar o desemprego e a queda do nível salarial. Para evitar uma perda de competitividade e para neutralizar uma possível intensificação de reivindicações por emprego e de aumentos salariais, foi adotada uma política de especialização e um processo de desterritorialização da produção. Estas beneficiaram as áreas mais desenvolvidas do continente e as regiões onde a exploração do trabalho e a externalização dos custos de produção não enfrentavam tantas restrições como as que haviam sido estabelecidas pela Comunidade.

Nessa situação, os interesses dos Estados mais pobres e de seus trabalhadores entraram em contradição com a Alemanha e sua vigorosa economia e organizada classe trabalhadora. Uma dos elementos fundamentais do problema era a diferença de produtividade inter-regional que vinha em benefício da economia da República Federal. Esta havia atingido uma situação que lhe permitia fazer a exigência – por pressão de seus sindicatos de trabalhadores e de suas empresas – de homogeneização das relações trabalhistas pelo topo, reivindicando a valorização do trabalho através de altos salários e da redução na carga de trabalho semanal. A partir dessa situação, passava-se a pressionar pela aplicação de

equipamentos industriais, de tecnologias e de capitais que aproximassem o resto da Comunidade ao seu nível de desenvolvimento. A resistência dos países mais atrasados estava ligada à perda de posição que estes começavam a sofrer em frente ao capital alemão, decorrente do preço das instalações e do seu financiamento, dos quais a Alemanha era virtualmente a fornecedora monopólica e principal beneficiária, e aos custos inerentes ao aumento de direitos sociais e a redução da carga de trabalho, através da implantação de unidades mais modernas e produtivas. Como tais unidades eram dotadas de tecnologia com propriedade privada e deveriam ser amortizadas, isso significava uma desvantagem e o estabelecimento de fortes laços de dependência em relação ao seu fornecedor e competidor.

A incapacidade política de encontrar formas cooperativas que superassem as economias nacionais e o egoísmo de seus capitais, através da ação internacional concertada e da unidade dos agentes políticos e corporativos do trabalho, criava uma situação desgastante e frustrante. O resultado tendia a ser a emergência de um rígido nacionalismo defensivo por parte dos trabalhadores, em função de seu medo ao desemprego e à queda do seu nível de vida. Outra vertente que estava na origem deste nacionalismo era uma falsa percepção da realidade, que se manifestava no repúdio a solidariedade com os trabalhadores imigrados, vistos como uma ameaça, uma vez que eram apresentados e considerados como responsáveis pela queda dos salários e pelo desemprego, por constituírem uma mão de obra mais barata. Os reflexos de tal processo situar-se-iam na esfera da política, com a alimentação do neonazismo, do neofascismo, dos conflitos étnico-linguísticos e do nacionalismo xenófobo.

No âmbito da política intergovernamental, a cooperação franco-germânica no controle da Comunidade mascarava uma disputa pela hegemonia continental e a possibilidade de sua solução através de um domínio compartilhado à custa dos outros membros da Comunidade. A formação das forças armadas binacionais sediadas na simbólica região da Alsácia-Lorena parecia apontar mais para esta situação, que era resultado do processo de cooperação bilateral iniciado na década de 1950, do que uma experiência objetivando criar um exército da Comunidade. Se, representando qualquer uma das duas visões, esta tendência se confirmasse, a histórica estratégia britânica de impedir que se consolidasse uma potência hegemônica na Europa continental teria fracassado e eles forçosamente passariam a desfrutar uma posição secundária. Isto seria um rude golpe no seu orgulho nacional e exporia a sua brutal decadência enquanto potência mundial e a sua incapacidade de manter uma política europeia centenária de divisão e de enfraquecimento dos Estados continentais. A partir daí, a França e a Alemanha estariam livres para impor o futuro regional.

Existia a possibilidade de que a consolidação do condomínio franco-alemão se intensificasse, baseada numa divisão de competências entre estes dois Estados. Neste caso, a França entraria com sua capacidade diplomática, seu poder nuclear tático, seu domínio na tecnologia espacial e na aeronáutica militar avançada. A Alemanha contribuiria com suas forças militares convencionais, seu poder econômico (indústria e comércio) e sua posição vanguardista no desenvolvimento de tecnologia de ponta e de métodos de organização de trabalho. Ambos os países contariam (em curto espaço de tempo) com importantes retaguardas econômicas: a Alemanha com o predomínio sobre o Leste Europeu – do Báltico ao Adriático e os Bálcãs –, a França com os mercados afro-francófonos. A construção do condomínio binacional provocaria instabilidade e desdobramentos imponderáveis na Europa, em função dos interesses nacionais dos outros membros da Comunidade.

A OTAN poderia alcançar uma sobrevida na resistência ao condomínio, como instrumento de resistência continental à hegemonia franco-germânica. Esta situação manteria os EUA com um pé no continente, desmentindo os objetivos da criação do exército binacional: o embrião das forças armadas autônomas da Europa e a passagem da pluripolaridade econômica para a político-diplomática. Mas sintomaticamente o tratado de constituição deste exército é a assinatura do atestado de óbito das bases político-diplomáticas que possibilitaram a arrancada do processo de unificação: a luta contra o Leste socialista no quadro da Guerra Fria e a unidade do mundo ocidental sob a hegemonia norte-americana.

A criação de outro marco da integração, que era uma moeda única europeia, definida a partir das decisões da reunião da Comunidade e da assinatura dos acordos de Maastrich em dezembro de 1991, foi mais um problema de difícil solução, já que efetivamente beneficiava a Alemanha em detrimento dos outros parceiros naquele contexto. A confiança em sua economia forte e dinâmica poderia absorver os recursos das economias mais frágeis. Isto efetivamente se realizou quando os juros pagos aos detentores de títulos governamentais foram aumentados para financiar o processo de reunificação/incorporação da República Democrática.

Uma reação à posição franco-germânica poderia ser encabeçada pela Grã-Bretanha com o apoio dos Estados econômica e financeiramente mais fracos. Tal reação poderia ser estimulada pela acelerada expansão germânica unilateral no Leste Europeu e pela intensificação do controle francês sobre uma esfera própria fora do continente. A expansão sobre o Leste e seus benefícios – com a implantação, na região, das políticas de desregulamentação e de flexibilização típicas do “neoliberalismo” – sob o controle alemão,

poderia ser uma base para a instauração da instabilidade no interior da Comunidade e no conjunto continental, com os problemas de difícil solução tornando-se explosivos. Por causa da crise depressiva que acompanhava a crise estrutural, as promessas da unificação teriam seus benefícios coletivos adiados. As reservas que poderiam ser utilizadas para alcançar tal objetivo estavam alocadas no financiamento das aquisições e na transformação da Europa oriental e central. Por outro lado, a frustração das promessas poderia levar a uma guinada da base popular que dava sustentação aos governos, passando a aderir a um nacionalismo militante e agressivo, o que obrigaria as autoridades a adotarem medidas que impediriam a realização do ideal de integração supranacional.

Na Europa dos últimos anos do século XX, o obstáculo para a realização dos objetivos propostos nas décadas anteriores apresentava-se em crescimento progressivo. As raízes desse fenômeno encontravam-se na direitização da política. Esta passou do anti-stalinismo para o antissocialismo e daí deslizando rapidamente para o nacionalismo (ainda que defensivo) e o racismo. A situação da integração continental que, até aqui, fora alcançada possibilitou a retomada das reivindicações de autonomia ou independência das regiões étnica e historicamente diferenciadas em relação ao conjunto da sociedade política em que estavam inseridas. Tal situação era provocada pelo projeto de unidade cujos objetivos tenderiam a superar os Estados nacionais. Entretanto, a carência de efetivos poderes políticos e de instrumentos de poder democráticos supranacionais, bem como a prática dos governos nacionais, tornou esta situação delicada. Outra vertente alimentadora dessa situação ligava-se à posição adotada pela Comunidade em relação ao Leste Europeu e, principalmente, a posição alemã em relação à fragmentação da Iugoslávia. Os movimentos nacionalistas regionais tornaram-se, principalmente após a ascensão germânica e o fortalecimento de sua aliança conservadora com a França, um problema que tendeu a reduzir a capacidade política positiva dos governos com eles envolvidos. Esses movimentos podem ainda ter sido a raiz de um processo regressivo na política interna desses Estados e na implantação do processo de unificação.

O futuro da Comunidade política também permaneceu na dependência de fatores como: o fim da bipolaridade estratégica associada à emergência de potências regionais com tendências imperialistas; o surgimento de blocos neoautárquicos, o que, na atual situação, significa mudança na posição ocupada por alguns Estados com perdas significativas e reações políticas internas.

Finalmente, a crise persistente das estruturas capitalistas, com concentração de riquezas em alguns polos nacionais e sociais, bem como a ampliação da pobreza e da

alienação, passou a gerar problemas que obstaculizaram a efetiva e integral unificação. Ao lado destes, o saque da propriedade social, através das políticas neoliberais e desregulamentadoras apoiadas pelos órgãos da Comunidade, passaram a provocar o problema do seu descrédito e da sua desmoralização nas bases da sociedade. Isto gerou consequências imponderáveis para a realização efetiva da Europa integrada que então se institucionalizava.

10 A GLOBALIZAÇÃO

Embora possamos designar a globalização como uma fase específica e com características particulares do desenvolvimento capitalista em seu estágio imperialista (IANNI, 1996; COSTA, 2008), esta se constitui enquanto um processo econômico e histórico de longa duração. Sua origem pode ser detectada no período de acumulação primitiva de capital, que assumiu a forma mercantilista e da associação dos diferentes continentes em uma unidade econômica (WALLERSTEIN, 1985; 1990; AMIN, 1981).

Historicamente, os processos anteriores de unificação e de integração das diferentes regiões acompanharam a história da humanidade. Podemos, aprofundando essa linha de argumentação, encontrar o início e o primeiro processo com os *Homo erectus* que migraram do continente africano e que, com suas necessidades e capacidades de comunicação passaram a povoar progressivamente todos os ângulos do planeta. Daquela feita, estabeleceram as bases da globalização ou da planetarização da espécie humana. Avançando na história, pode-se concluir, para ficar apenas nos aspectos mais conhecidos, que na Antiguidade a difusão do Cristianismo possibilitou uma integração geográfica e cultural. Os aspectos identificadores desse processo foram, geograficamente, a sua difusão pelo ecúmeno constituído pela Europa, pela África e pela Ásia, cujo centro estava em seu ponto de origem, ou seja, o Oriente Médio. Pode-se avançar lembrando que os cristãos primitivos estabeleceram cultural e ideologicamente a unidade da espécie com a afirmação e a crença de que todos os homens foram criados por Deus à sua imagem e semelhança constituindo, portanto, uma unidade que se estendia por todo o planeta.

Na Idade Média, passamos por dois processos de globalização. Primeiramente, aquele que se originou em Roma, com a unificação e a difusão do Catolicismo, expandindo-se principalmente no continente europeu, unificando e integrando as populações em uma unidade religiosa que determinava a vida política, econômica e cultural. Nesse mesmo período, outro processo provocou uma “globalização” mais ampla e profunda. Tratava-se do Islamismo, que integrou em uma unidade religiosa, econômica, política e linguística (com língua árabe e seu caráter sagrado) do extremo ocidental do continente africano ao extremo oriental da Ásia penetrando e marcando fortemente até o continente europeu. Nesse contexto, as cruzadas e as posteriores Grandes Navegações foram a expressão do conflito entre dois processos e modelos de globalização que assumiam a forma de Impérios-mundo segundo pode ser deduzido da leitura da teoria dos sistemas-mundo (WALLERSTEIN, 1990).

Avançando do medievo para o presente os processos de integração e de unificação planetária persistiram, sempre condicionados pelas condições de desenvolvimento econômico, político, social e tecnológico.

Nos albores da Época Moderna e da Acumulação Primitiva de Capital a continuidade de tal processo apresentou maior extensão e complexidade além de concentrar no continente europeu o seu pólo central. Nessa época, a partir das Grandes Navegações, nasciam um mercado mundial (MARX; ENGELS, 1981) e uma nova forma de organização do sistema mundo que ficou conhecida como economia-mundo (WALLERSTEIN, 1990) capitalista. Durante este período o processo econômico determinou o surgimento de uma economia que integrou os continentes europeu, africano e americano – recém “descoberto” – em uma Divisão Internacional e Especializada do Trabalho; provocou transformações radicais nas sociedades envolvidas que foram determinadas pela sua adequação ao processo de Acumulação Primitiva de Capital e que; além de expandir a unidade ideológica através das missões católicas oriundas de Roma, possibilitou o surgimento do Império de Portugal que se expandiu pela maior parte do planeta e antecedendo o espanhol de Felipe II onde o sol nunca se punha. Ainda neste período o Império impôs ao nas áreas subordinadas o princípio político da autoridade do Soberano oriunda da doutrina da Monarquia Absoluta de Direito Divino que se generalizava na Europa dos emergentes Estados Territoriais dinásticos. O Oriente que não foi subordinado também sofreu profundas alterações se adequando a irrupção dos europeus e seu processo de incorporação.

Com a Revolução Industrial a Inglaterra alcançou a supremacia do sistema e impôs ao mundo as políticas e a ideologia do Liberalismo que correspondiam às suas necessidades e expectativas. Com o seu “Imperialismo dos Mares” ou Liberal, possibilitado por suas frotas, sua tecnologia e seus capitais, ela terminou por transformar e reconfigurar a unidade que estava estabelecida. As características econômicas, políticas ideológicas e socioculturais inglesas (inclusive o “chá das cinco” e o futebol) se planetarizaram aprofundando tal processo. Os aspectos da ideologia liberal carregados de preconceitos e de darwinismo social racista (LOSURDO, 2006) foram instrumentos funcionais para a legitimação do processo que aprofundou a desigualdade e serviu de suporte para a globalização dominante na época (DAVIS, 2001). Com o desenvolvimento do Imperialismo Colonial do final do século XIX estas características foram incorporadas por todas as potências colonialistas. Tal situação persistia até a “Segunda Guerra dos Trinta Anos” (1914-

1945) quando a decadente supremacia britânica foi substituída pela emergente hegemonia norte-americana.

Na onda longa de crescimento e de expansão que caracterizaram o período iniciado com o pós Segunda Guerra Mundial, com suas características específicas, outro nível no processo de globalização e de integração foi alcançado com a criação de eficientes instrumentos, econômicos, políticos, ideológicos e militares de intervenção internacional sob a direção dos Estados Unidos da América. As alianças de contenção ao Comunismo, a exportação de capitais, a instalação de unidades produtivas baseadas no fordismo fora de seu território, a prática do Neocolonialismo, a publicidade e o cinema foram eficazes instrumentos para reordenação do sistema mundial e para o aprofundamento do processo globalizador. A crise sistêmica que se deflagrou no início da década de 1970 exigiu e possibilitou a emergência das transformações que (por questão de propaganda) ficaram conhecidas como “Globalização” desconsiderando os seus antecedentes e as suas continuidades históricas que são muito maiores do que as suas rupturas. O final do ciclo da onda longa de expansão e a dissolução da União Soviética foram conjugados para difundir as vantagens e os benefícios deste “vinho velho em pipa nova”.

Para Hirsch, “[...] sem muy variadas las formas em que se interpreta el fenómeno. Para unos contiene una promesa de un mundo mejor y más pacífico; para otros em cambio, se vincula con la idea de um caos global” (1997, p. 9). No entanto, a possibilidade de uma interpretação correta do fenômeno talvez deva dar razão parcial para ambas as correntes. O processo de “globalização” é na realidade uma combinação de elementos e de aspectos ressaltados pelas duas correntes. Porém esta “novidade” não pode ser desvinculada de um aspecto crucial. Ela é parte do desenvolvimento histórico do capitalismo e um desdobramento de sua etapa imperialista. Para Tavares e Melin (1998, p. 42-43): “A sobreposição da globalização financeira à transnacionalização produtiva é, porém, um fenômeno mais recente, que ganhou impulso com as políticas de desregulamentação cambial e financeira adotadas após a ruptura do padrão dólar-ouro.”. Ainda segundo os mesmos autores (ibid.):

Estas políticas foram impostas pelo receituário neoliberal emanado das autoridades econômicas norte-americanas e submeteram o conjunto da economia mundial à preponderância de uma lógica financeira global numa velocidade sem precedente histórico [...] Este novo processo de “globalização” não conduz a uma divisão internacional do trabalho estável que leve a uma territorialização hierarquizada da produção e do investimento direto estrangeiro [...] Esse [...] pressupõe a movimentação irrestrita dos capitais pelas praças do mundo.

Por isso, como é visto, ele apresenta novas características, algumas novas contradições e aspectos diferenciados que, entretanto, não negam as continuidades da longa história do capitalismo e de sua penetração pelo planeta. O desenvolvimento histórico e progressivo acompanhando a construção do longo século XX (ARRIGHI, 1996) é expresso nos grandes descobrimentos com a criação das bases do mercado mundial, no mercantilismo colonial, no imperialismo colonial, e neocolonial e, finalmente, na fase da “globalização” propriamente dita. Nesta, o capital rompe as barreiras do Estado Nacional e as defesas dos trabalhadores, instituindo a produção industrial mundializada, o que gerou uma nova estrutura da divisão internacional do trabalho, e liberou a livre circulação de mercadorias e de capitais, restringindo a capacidade de ação dos Estados (periféricos, é claro) (IANNI, 1996; ROBERTSON, 2002; COSTA, 2008). Houve, ainda, um amplo processo de centralização financeirizada do capital através da ação dos bancos de atuação planetária e de fundos de aposentadorias e de investimentos. Esses, mediante fusões e aquisições, além das participações cruzadas, possibilitaram o controle da economia mundial por um pequeno grupo de proprietários que têm acesso ao crédito generoso ou a expropriação dos pequenos investidores na bolsa de valores (CHESNAIS, 1996). Esta é uma fase que se relaciona diretamente com o estágio atual de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista e das Formações Econômico-Sociais onde o capitalismo participa como elemento econômico determinante.

Depois de 1989/1991, com a demolição das estruturas que constituíam o bloco soviético e a própria destruição da URSS e a privatização selvagem dos bens socializados, o planeta como um todo passou pelo processo de globalização. Isso se deu pela intensificação da transferência das atividades produtivas industriais para a China, para o Vietnã (que reatou relações diplomáticas e econômicas com os EE.UU.) e para alguns países do antigo bloco soviético dotados de farta e barata mão de obra qualificada. Correspondente ao processo fabril a produção agrícola foi atingida pelo processo com a liberalização do comércio mundial de alimentos.

A “globalização” substantiva (do final do século XX) corresponde ao estágio alcançado pelo capitalismo a partir das bases criadas pela transferência do núcleo hegemônico do sistema para a economia mais dinâmica e poderosa do pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, os EE.UU, que pautaram o processo de desenvolvimento e as estruturas capitalismo conforme seus interesses estratégicos e ideológicos além das necessidades de seus capitais

pressionando pela integração econômica e pelo livre acesso dos produtos e dos capitais em todos os mercados (MICHELENA,1977).

As características e contradições dessa fase apresentam especificidades que a distinguem dos períodos passados. Sua origem particular centra-se no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, na produção em larga escala – acima da capacidade dos mercados nacionais –, na revolução científico-tecnológica e na queda tendencial da taxa de lucro dos capitais monopolistas dos estados economicamente desenvolvidos (MANDEL, 1985). Um fator fundamental para a “globalização” foi a crescente elevação do custo do trabalho nas economias centrais do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial e a implantação da estratégia de contenção das revoluções através da criação das Sociedades de Bem Estar. Inicialmente, a aplicação de nova tecnologia e os ganhos de produtividade possibilitou a ampliação dos mercados (via aumento de salários reais) e o incremento dos gastos estatais como fornecedor de serviços e financiador de investimentos no desenvolvimento da pesquisa e da produção de artigos que este era o maior ou único consumidor.

Tal conjunto de fatores provocou a progressiva queda da taxa de lucro decorrente do sobredimensionamento dos investimentos exigidos pelos novos equipamentos, pela velocidade temporária de expansão em uma economia onde as empresas (mesmo multinacionais produziam fundamentalmente para mercados protegidos nacional ou regionalmente). A escala de produção e de investimentos atingiu um nível que superou a capacidade de planejamento empresarial e nacional (MANDEL, 1985). Sem um planejamento mundial e com os capitais competindo violentamente pelo mercado e junto ao um pleno emprego que fortaleceu o poder da classe operária organizada em poderosos sindicatos o capital entrou em crise de superprodução na década de 1960. O único setor que fugiu desta foi o complexo industrial militar. Tal situação persistiu enquanto durou a Guerra Fria e a existência da URSS e seu bloco. Com o ciclo de recessões inaugurado em 1974, e em face das reivindicações e da combatividade dos trabalhadores dos países industrialmente desenvolvidos, o capital buscou implementar alternativas a sua crise.

Essa situação foi o fator original que possibilitou a desterritorialização fabril e a busca de áreas onde a taxa de lucros fosse beneficiada por salários mais baixos e onde políticas desenvolvimentistas, implantadas pelos Estados, das regiões atrasadas favorecessem a produção industrial local. Gerou-se o processo de transnacionalização do capital (testado em países como o Brasil, a Argentina, o México e Coréia do Sul) através da criação de subsidiárias das empresas dos países centrais em parte para alcançar os benefícios oriundos da

reserva de mercado decorrente das medidas protecionistas e, em parte pelos lucros oriundos dos baixos salários.

No entanto, até a recessão do início da década de 1970, o processo de globalização apenas dava seus primeiros passos e era limitado pelas diferenças legais existentes de país para país ou pelos projetos nacionais desenvolvimentistas – principalmente do Terceiro Mundo. Para tal foram abertos os mercados consumidores, dos países de onde era originário o capital investido, para os novos países que se transformaram parcialmente em plataformas de exportação de artigos manufaturados. Este processo foi acompanhado pela expansão da criação de filiais dos grandes bancos que financiavam os projetos e captavam as poupanças internas dando uma nova forma de projeção externa do capital. Forma esta, diferente da característica do período do colonialismo e da supremacia europeia, que se generalizou a partir dos anos 1970 e deram origem as empresas multinacionais industriais.

Com a generalizada crise econômica mundial dos anos 1970 e o acúmulo de perdas eram necessários recuperar a taxa de lucros e reduzir o poder de luta das classes trabalhadoras dos países centrais. Várias alternativas foram buscadas e aplicadas. Isso aconteceu nos planos econômico e político-ideológico. Fizeram parte destas alternativas: a) o incremento da Revolução Científico-Tecnológica (RCT); b) a crescente informatização da economia; c) uma nova divisão internacional do trabalho; d) o processo de reorganização da produção com novos métodos gerenciais e automação e; e) a “globalização”. Foram corolários do processo a estruturação de uma nova ordem internacional iniciada com a organização da Comissão Trilateral (nota explicativa), o suporte racionalizante do sistema emergente e a difusão da doutrina do neoliberalismo (nota com suas principais características), a ideologia correspondente às mudanças exigidas.

O conjunto de alternativas progressivamente implantadas libertou o capital das amarras a que ele esteve historicamente submetido (a derrota do movimento operário e a aniquilação da possibilidade de revolução social em curto prazo ampliaram a produtividade e reduziu os custos diretos e indiretos de produção). Tal fato só foi possível pela incapacidade global de resistência do trabalho – por carecer de instrumentos e organizações estratégicas internacionais – para que vencesse esta batalha específica entre o capital e o trabalho. Entre os fatores desta incapacidade podemos destacar a estratégia adotada pela Social democracia europeia e pelo Eurocomunismo que visava à participação no governo e a gestão eficiente, democrática e participativa da crise capitalista e uma base operária que não tomava consciência das transformações além de minada pelas críticas ao peso e “inépcia” do estado.

A solução de globalização para a crise do capitalismo baseou-se na criação de uma precária e dinâmica nova Divisão Internacional do Trabalho que acabou por anular a distinção geopolítica do ponto de vista da produtividade entre o Primeiro e o Terceiro Mundos (MANDEL, 1985; CHESNAIS, 1996; AMIN, 1977) aproveitando as vantagens de educação, de docilidade e de necessidade de trabalho de uma mão de obra que fora progressivamente proletarizada pelos processos de modernização adotados, a partir de planejadores e de conselheiros ligados aos organismos internacionais controlados pelos EE.UU. e por seus associados, pelos estados que buscavam a industrialização e o desenvolvimento (ROSTOW, 1978). Ela também ampliou e generalizou as condições de trabalho e de vida do Terceiro Mundo para as economias centrais e criou ilhas-enclave de primeiro mundo pelo planeta afora (IANNI, 1996). Com isso, visava à redução dos custos e a otimização da taxa de lucro essencial para a reprodução do capital e baseada na ciência e tecnologia (bem como em novos métodos produtivos e gerenciais) se impôs o processo de “globalização” da economia. Este, ao criar um mercado mundial unificado, impôs a fragmentação da fabricação dos produtos hierarquizada de modo mundial. Utilizando-se das vantagens comparativas gerais e específicas, da aplicação da informática e da robótica nos processos de fabricação e de distribuição para a alocação das unidades produtivas o capital atingiu um novo patamar tendendo a construir uma nova fase no seu desenvolvimento.

Essa fase que se diferencia do capitalismo liberal e concorrencial e do capitalismo monopolístico e imperialista (colonial), bem como do neocolonialismo (NKRUMAH, 1967) e do “capitalismo tardio” (MANDEL, 1985), corresponde ao que, nas discussões ficou conhecido como “a globalização”. Esta foi designada criticamente como “Mundialização” e financeirização do capital por Chesnais (1996), devido ao predomínio do capital financeiro e do rentismo financeiro sobre o capital produtivo e o lucro oriundo da mais valia extraída da produção.

Esclarecendo sobre a irrupção do vocábulo e não da realidade que possui uma longa história Chesnais (1996) afirma que se originou nas escolas de administração dos EUA visto como uma realidade inelutável e pronta, daí passando a ter seu uso generalizado na academia e nos meios de comunicação. Para ele, ainda, este não é um processo finalizado, mas em construção. Neste último aspecto, há concordância com o cubano Dr. Ruben Zardoya Loureda, decano da Faculdade de Filosofia e História da Universidade de Havana, que afirma que “[...] Las teorías sobre la ‘globalización’ generalmente aluden a ella como a un proceso que comienza con la súbita explosión del desarrollo económico, científico y tecnológico

experimentado por el capitalismo durante las últimas décadas.” (LOUREDA, 1999, p.6). Entretanto, apesar da continuidade do sistema capitalista e de suas características centrais, deve-se reconhecer que houve mudanças significativas que apontam a emergência de uma nova fase de desenvolvimento capitalista e do processo de unificação planetária sob a sua égide como a

[...] forma necessária em que tiene lugar la formacion, la consolidacion y la expansion del modo capitalista de produccion, obligado a barrer com las trabas de lãs sociedades anteriores y simplificar la estructura social, suprimir el fraccionamento de las relaciones econômicas, la propiedad y la poblaci3n (LOUREDA, idem, p. 13).

A globaliza3o como fase específica do capitalismo apresenta um conjunto distinto de aspectos.

1) Seu campo de a3o é planetário, tendendo à homogeneiza3o das características e das contradi3es no globo terrestre e a uma nova configura3o geopolítica. Para Amin ao projetar cenários futuros decorrentes da recessão iniciada em 1974-75 as forma3es sociais perderiam suas singularidades e o planeta se tornaria uma unidade capitalista (AMIN,...). Tal aspecto pode ser comprovado pela progressiva substitu3o das economias camponesas de subsistência e em pequena escala para o mercado local e das terras comunitárias pela implanta3o da propriedade privada da terra e pela produ3o agrícola voltada para o mercado e com preços que dependem das oscila3es do mercado mundial. Este processo, intensificado na última década do século XX é responsável e pode ser percebido pela progressiva elimina3o do campesinato que é acompanhado pelo êxodo rural (voluntário ou forçado) tanto nas América Central e do Sul quanto na África e na Ásia (HOBSBAWN, 1995). Nesta nova etapa, são observadas outras características, conforme segue.

2) Ela se baseia no desmantelamento do movimento operário organizado e na conseqüente incapacita3o da capacidade de organiza3o e de luta dos trabalhadores, através de novas formas de contrato de trabalho caracterizados pela elimina3o de direitos e pela precariza3o e terceiriza3o da produ3o ultrapassando as fronteiras nacionais defendidas pela doutrina neoliberal e pelo Consenso de Washington¹⁰³ como fator essencial para dinamizar o crescimento econômico e produzir resultados benéficos para a humanidade.

¹⁰³ A express3o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais, foi criada em 1989, em Washington, pelo economista John Williamson (ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência convocada pelo Institute for International Economics (IIE), entidade privada de Washington, Participaram economistas liberais latino-americanos, do (IIE), funcionários do FMI, do

3) Impõe a homogeneização planetária do trabalho com novas hierarquias organizacionais da produção e restabelece a competição por empregos agora em nível mundial. Isso é facilitado pela uniformização dos processos produtivos decorrente da aplicação da informática e pelo desenvolvimento das telecomunicações junto à desregulamentação legal dos mercados de trabalho nacionais. Esta situação desmonta, em curto prazo histórico, os tradicionais mecanismos dos trabalhadores para reagir e derrotar a ofensiva do capital.

4) É altamente poupadora de mão de obra, matérias-primas e energia pela utilização de novos métodos de trabalho, pela aplicação mais intensa da ciência nos processos produtivos e pela exploração intensiva da mão de obra em todas as diferentes regiões do planeta (DRUCKER, 1992).

5) Para aumentar a produtividade e mais facilmente alcançar os mercados e se beneficiar das diferenças do custo da mão de obra, ela fragmenta internacionalmente a produção conforme as vantagens oferecidas por cada região do planeta.

6) Tende à homogeneização mundial dos produtos, à uniformização da criação de necessidades pelo “marketing” e a distribuição mundial da produção e dos produtos concebidos nos centros capitalistas avançados. Este aspecto expõe uma característica da divisão hierarquizada do trabalho organizado mundialmente.

7) A globalização necessita da desregulamentação e da flexibilização das relações de produção em nível planetário para impedir o surgimento de focos de resistência à exploração e facilitar a mobilidade do capital rumo a condições ótimas de reprodução.

8) A globalização se opõe e sobrepõe à soberania nacional dos estados mais pobres que pode obstaculizar a mobilidade dos capitais e das mercadorias que buscam maior rentabilidade. Ao mesmo tempo adota as políticas preconizadas pelos estados ricos que

Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) além de representantes do governo norte-americano. Nesta reunião Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. As conclusões daquele encontro foram ao final resumidas nas seguintes regras universais que ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”: com o Estado limitando seus gastos e eliminando o déficit público; Concentração dos gastos públicos nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura; Reforma tributária com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; Taxa de câmbio competitiva; Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação para impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; Privatização através da venda das empresas estatais; Desregulação, do processo econômico e das relações trabalhistas com redução da legislação de controle; Propriedade intelectual. O Congresso norte-americano impôs as medidas do Consenso de Washington na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Rapidamente tais medidas acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial de aplicação planetária.

sediam os capitais que circulam mundialmente. Apesar de seu discurso defendendo a redução do papel do Estado a realidade que se apresenta é diferente: é aumentado o poder e o papel do Estado no centro do sistema enquanto que este é reduzido e subordinado na periferia (HIRSCH, 1997). Esta contradição entre o discurso e a prática torna claro o caráter instrumental que ela assume já que:

As companhias multinacionais [...] não estão localizadas apenas de fato em algumas das maiores potencias industrializadas; elas na verdade se beneficiam desta localização. Em setores-chave [...] as empresas se beneficiam do auxílio do governo, dos padrões de órgãos públicos [...], da proteção de legislação comercial no que diz respeito a patentes e marcas registradas, assim como pelo fato de estarem situadas em distritos-chave [...] onde as maiores empresas se reúnem. A maioria dos diretores [...] continua sendo nacional e se beneficiam do mútuo entendimento advindo da educação e da participação na cultura empresarial nacional (HIRSCH, 1998, p.113).

Tal situação apenas demonstra o caráter contraditório e não linear do processo.

9) É caracterizada pela associação dos capitais de grandes corporações transacionais de diferentes origens possibilitando a interpenetração e cooperação competitiva entre estes capitais e projetando planetariamente seu poder (DREIFUS, 2004).

10) Expressa o nível alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas no final do milênio e a vitória temporária alcançada pelo capital nas relações de produção, potencializando suas contradições em relação ao desenvolvimento da capacidade produtiva alcançada e ao mercado consumidor.

11) Caracteriza-se pela elevada e intensa acumulação, concentração e especulação econômica em mundial alcançado pelo capital financeiro-corporativo que se beneficia das medidas de desregulamentação e pelo seu poder advindo desta liberdade.

12) Baseia-se na aplicação intensiva dos descobrimentos da revolução científico-tecnológica e das formas de organização e gerenciamento da produção que intensificam a produtividade do trabalho possibilitando produzir em uma escala gigantesca incompatível com mercados menores do que o mundial. Isto torna inviável a sobrevivência do capitalismo, tal como conhecemos, em longo prazo mesmo se houver uma redução da competição entre as corporações pelos consumidores mundiais (MANDEL, 1985).

13) Mantém o caráter contraditório entre a competição pela conquista dos consumidores – realizada pelas empresas – e o planejamento interno para organizar a produção, aumentar a produtividade e diminuir os custos visando o aumento da rentabilidade

dos investimentos agora em nível mundial. Na fase anterior esta contradição era restringida aos mercados nacionais pelos mecanismos regulatórios do Estado.

14) Beneficia o capital pela exploração das diferenças internacionais de remuneração do trabalho com tecnologias e produtividades semelhantes. Isto porque no mercado mundial o preço é calculado pelo custo mais elevado da produção ou pelo valor dos salários mais altos.

15) Utiliza a ferramenta da diferença salarial como justificativa para reduzir o poder de barganha dos trabalhadores e destruir seu poder político reafirmando o poder de classe da burguesia (HARVEY, 2008).

16) Quanto aos trabalhadores e seu mercado de trabalho, a verdade é que “Os mercados nacionais de trabalho permanecem altamente segmentados por políticas restritivas de imigração e outros obstáculos à entrada de trabalhadores estrangeiros.” (NOGUEIRA Jr., 1998, p.132).

17) A globalização não otimiza a capacidade produtiva instalada por causa das contraditórias limitações impostas pela lógica do capital e de sua doutrina neoliberal – que se tornou liberto dos limites impostos pela incorporação dos trabalhadores como consumidores de mercadorias industriais originadas das grandes corporações bem como ativos membros da vida política. A libertação dos limites impostos no pós II Guerra Mundial – através da revolução científico-tecnológica e da aplicação dos princípios do neoliberalismo – foi alcançada a partir da crise do sistema de bem-estar na década de 1970 e da incapacidade dos socialistas em criar uma nova organização produtiva e das relações sociais que possuísse abrangência internacional. Essa situação tem levado às constantes crises econômicas e a busca de solução parcial através de políticas de exportação da crise com projeção planetária.

18) A economia da “época da globalização” necessita para sobreviver e se reproduzir da criação de um mercado de supérfluos para os ricos e do crescimento do consumo privado de bens duráveis e não duráveis (de reduzida vida útil) para o setor da população constituído de assalariados cada vez mais pobres. Este consumo é estimulado pela publicidade cientificamente organizada a partir do desenvolvimento e da aplicação dos conhecimentos adquiridos no estudo da psicologia de massas e pelas invenções do campo das artes. Paralelamente se generaliza a produção de bens descartáveis e com obsolescência programada (de curta vida útil e não recuperáveis) impostos pelos cartéis e monopólios das grandes corporações. A consequência tem sido a veloz mudança nas modas, tendências e estilos para o consumo de uma pequena parcela da população. Aos excluídos (pessoas ou

regiões) restam a fome e a miséria objetos da ação da caridade como um benefício decorrente da boa vontade dos mais bem aquinhoados.

19) Tem como instrumento ideológico o neoliberalismo, uma doutrina econômica (de matiz ideológico que assume caráter religioso já que se baseia na crença e na fé e não concretiza suas promessas), desenvolvida nas escolas de economia e de administração de empresas das universidades norte-americanas. Este foi criado a partir das posições radicalmente individualistas do economista austríaco Friedrich Hayek expostas em seu livro *O Caminho da Servidão* e aperfeiçoado na faculdade de economia da Universidade de Chicago pelo professor Milton Friedman e na Sociedade de Mont Pelerin criada por Hayek e com sede na Suíça. Seus princípios profundamente individualistas e contra o planejamento e a regulamentação estatais defendem a liberdade absoluta do mercado, a privatização dos bens públicos, a desregulamentação da economia e dos mercados, a liberdade do livre mercado como autorregulado como fator fundamental do crescimento econômico e da distribuição de riquezas além de exigir a “flexibilização” (precarização) das relações trabalhistas consideradas como uma ditadura monopolista do trabalho sobre o capital e os empreendedores. Foi aplicado experimentalmente no Chile sob o governo do general Pinochet e difundido mundialmente, como a solução para a crise enfrentada pelo capitalismo nos anos da década de 1970 e como o meio para a retomada do crescimento econômico, pela academia e pelos meios de comunicação científicos e de divulgação controlados e concentrados nas mãos das corporações de atuação mundializada. Paradoxalmente a expressão é fruto da apropriação e resignificação de uma palavra que, até a década de 1960, designava as adaptações do liberalismo clássico às exigências e as necessidades de um Estado planejador e regulamentador. A partir desta década passou a significar a limitação do papel do estado e a liberdade absoluta do mercado.

10.1 A nova ordem internacional (NOI)

A Nova Ordem Internacional (NOI) é o conceito que procura expressar a realidade econômica e política do mundo após o final da Guerra Fria. Tende a reforçar o domínio alcançado pelo capitalismo corporativo dos países economicamente dominantes e sua unidade de interesses. Procura dar significação à derrota do pólo de trabalho, do socialismo da União Soviética e do Leste Europeu, bem como a derrota do projeto de desenvolvimento terceiro “mundista”. É o conceito que designa a vitória do capital e a configuração do mundo conforme as necessidades deste. A expressão foi cunhada originalmente como “nova ordem

econômica internacional” uma reivindicação e palavra de ordem que surgiu após a Conferência de Bandung em 1955 (tratada em capítulo anterior). Visava naquele momento uma reestruturação da economia mundial que eliminasse os prejuízos decorrentes da dominação neocolonial herdeira do exangue colonialismo. Progressivamente a expressão foi mudando de sentido. Na década de 1990 passou a designar o inverso da sua origem e das reivindicações que apresentava.

A NOI decretada em 1991 pelo presidente norte-americano George Bush, na conjuntura da primeira Guerra do Iraque e da implosão da URSS, expressa a consciência da vitória na Guerra Fria. Com aquele discurso era lançada a proposição de que o planeta estava homogeneizado sob a liderança da superpotência vencedora. Para Belluzzo:

O pensamento dominante, quase sem resistências, tenta demonstrar que, com o fim do mundo bipolar, o espaço político e econômico tornou-se mais homogêneo, menos conflitivo, havendo concordância a respeito das tendências evolutivas da economia e das sociedades. Aí está a tese do fim da História afirmando que...A democracia liberal e a economia de mercado são as derradeiras conquistas da humanidade [...] o caráter harmônico, cooperativo e pacífico da nova ordem mundial.[...] Disseminada pela mídia e repetida com ardor em círculos semi-ilustrados, corre pelo mundo afora a notícia de que o processo de globalização e suas consequências são inevitáveis...a única opção que se coloca aos povos e a seus governos os coloca diante da escolha entre a integração soberana e a integração sem adjetivos (BELLUZZO, 1998, p. 124).

Mas na realidade, atualmente, ela significa o domínio das grandes potências capitalistas e do seu capital corporativo internacionalizado pelas associações e participações internacionais, sobre o planeta e a imposição de suas necessidades e perspectivas ao conjunto de estados nacionais progressiva e constantemente subordinados. Ela procura ordenar a economia, a política e a sociedade conforme a dinâmica da acumulação e da reprodução desse capital corporativo transnacionalizado e as políticas de manutenção da hegemonia por parte das potências que os sediam. A NOI encontra apoio na ideologia neoliberal e nas determinações de “reajustes estruturais” determinados pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela OMC bem como pelo decálogo de determinações conhecido como “Consenso de Washington” que é uma série de instruções para os estados periféricos na nova situação internacional.

10.1.1 Algumas características da NOI

O aspecto principal da NOI é o estabelecimento de uma nova polaridade com o “Norte” representado pelos estados imperialistas dominantes (sob a liderança dos EE.UU) e o “Sul” constituído pelos estados periféricos e dominados. Essa polaridade pressupõe a imposição de uma unidade global e uma nova homogeneidade nas relações internacionais e na organização interna das sociedades. Condição necessária para a continuidade da acumulação e reprodução concentrada e simplificada do capital corporativo. A partir desta política decorrem suas características mais comuns:

1) A imposição da estabilização financeira e política (ditaduras na verdade) nas áreas de importância estratégica (política, militar ou econômica) levada a efeito pelas potências imperialistas de forma coletiva ou individual e em associação com grupos locais que se tornam beneficiários diretos dos processos de associação, privatização e de restrição das políticas nacionalistas.

2) A destruição, por todos os meios possíveis, de projetos de desenvolvimento autônomo que possam significar obstáculos para a imposição do modelo de globalização neoliberal e para a dominação das regiões periféricas.

3) A instrumentalização da ONU e de outros organismos internacionais, controlados pelos EE.UU. e pelas outras potências do G7 para legitimar as intervenções mais polêmicas e que possam provocar reações negativas.

4) A pressão política ou militar para eliminar focos regionais de tensão anteriormente instrumentalizados pela Guerra Fria e para a adequação destas áreas aos princípios do “Consenso de Washington”.

5) A imposição de um processo de homogeneização econômica do “Sul” visando sua melhor exploração e incorporação pelo capital corporativo transnacional.

6) A liberação da abertura e da homogeneização das economias nacionais periféricas ao capital transnacional independentemente das suas necessidades sociais ou dos seus projetos nacionais.

7) A procura do estabelecimento de objetivos comuns, através de reuniões e de organizações, para a ação conjunta dos países economicamente desenvolvidos cujos capitais são interdependentes, a fim de impor sua dominação e sua liberdade de ação. Expressos na negociação em “fóruns” informais das diferenças entre os objetivos e necessidades específicas dos diferentes capitais financeirizados nacionais, planetariamente expandidos, do “Norte”.

8) A homogeneização política através da imposição da “democracia como valor universal” que não passam de aspectos da democracia representativa liberal e formal manipulada pelo capital e pela mídia dados os altos custos dos processos eleitorais.

9) A associação de capitais dos países do Norte apoiados pelo Estado visando seu fortalecimento e a ampliação de sua capacidade de acumulação.

10) A emergência de potências econômicas competidoras, mas associadas, que tendem a dividir a hegemonia absoluta na economia desfrutada pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. A globalização efetiva e a multilateralidade econômica e tecnológica das potências e do planeta tendem a ser limitadas pela interpenetração internacional de capitais, pela interdependência de mercados e pela supremacia militar dos EE.UU que é a única superpotência nuclear e tende a construir um império mundial.

11) A incontestável supremacia militar norte-americana, após o final da Guerra Fria, que não corresponde a sua posição econômica possibilita um espaço de negociação e de imposição do amortecimento temporário dos antagonismos intrainperialistas.

12) A liberdade de ação proporcionada aos estados capitalistas ricos e aos seus capitais que se impõem avassaladoramente aos países periféricos, com o final da Guerra Fria, intensificando os processos de subordinação e de exploração.

13) A redução da soberania nacional, dos Estados mais pobres e fracos em frente aos interesses do capital transnacional ou as imposições diretas ou indiretas dos interesses dos estados sede destes capitais. Essa situação resulta, também, em uma relativa submissão dos estados associados, sem capacidade nuclear e militar para resistir, a um processo de subordinação e de associação na espoliação dos trabalhadores e das regiões periféricas.

14) A NOI pauta-se na imposição da contraditória ideologia neoliberal como pressuposto fundamental para a organização econômica, social e política dos países do “Sul” conceitual.

Esse conjunto de características constitui os aspectos básicos da nova ordem internacional. No entanto, por razões econômicas e políticas, a inexistência de condições para uma hegemonia absoluta impossibilita que interesses específicos dos Estados dominantes e de seus capitais possam ser plena e permanentemente atendidos enquadrando totalmente os países do sul conceitual.

As contradições da NOI decorrem da inexistência de uma instituição internacional capaz de impor coletiva e permanentemente a política do consórcio imperialista. Após o final da Guerra Fria, a reestruturação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob

o comando dos EE.UU., tende a suprir esta deficiência, por sobre a cacofonia que representam os diferentes interesses nacionais e regionais existentes na Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta é cada vez cada vez mais reduzido o poder de veto dos EUA, Grã-Bretanha e França no seu Conselho de Segurança da ONU (CS). As contradições decorrem também do não estabelecimento de uma regulação internacional geral que subordine inclusive os seus beneficiários. Nos moldes em que se propõe alcançar uma governança mundial e como ideologicamente se apresenta atualmente a NOI necessita que exista um aparato político, legal e militar independente – ou não – dos estados e com autonomia capaz de impor tal ordem institucional internacional. A inexistência desse “aparato-estado” – seja ele uma superpotência ou uma federação de potências ou, ainda, a representação dos estados que a ela aderirem – possibilita o afloramento das contradições características das rivalidades particulares dos beneficiários dessa ordem na disputa pelos despojos do “sul”.

No entanto, a primordial contradição é a incapacidade de distribuir os benefícios econômicos e sociais, da espoliação do planeta, da revolução científico-tecnológica e da concentração intensa de riquezas, entre as populações dos países centrais. Tal incapacidade de criação de um amplo processo de cooptação material cria tensões e contradições internas que progressivamente intensificam os antagonismos sociais e a criminalidade nos territórios “metropolitanos”. A solução encontrada tem sido a utilização da força, a repressão e a difusão do consumo de drogas. Fatores que desagregam a coesão social interna e reduzem a capacidade de ação do Estado nas regiões do “norte”.

A inexistência de um consenso amplo ou de uma potência com hegemonia absoluta possibilita a competição generalizada entre os principais beneficiários da NOI que buscam alcançar uma melhor posição ou preservar-se de uma subordinação. Isso possibilita conflitos de interesses e reduz a capacidade de aprofundamento da implantação de um sistema mundial completamente acabado. De outra perspectiva esse fato torna claro que a Nova Ordem tem apenas capacidade de imposição sobre as áreas periféricas, mas é incapaz de impor um sistema comum e uniforme aos seus beneficiários.

No quadro competição entre potências começa a ser desenhada uma característica que pode levar rapidamente a Nova Ordem a uma crise. É a tendência à constituição de blocos autossuficientes (com características neomercantilistas) que podem impor restrições à liberdade de ação dos capitais e das mercadorias de origem externa e criar reservas particulares para os capitais regionalmente dominantes. Essa saída pode ser tentada se a

competição e a globalização levarem a prejuízo ou à perda significativa de posição das potências emergentes das décadas de 1960 e 1970 (Alemanha e Japão).

Outra contradição está centrada no fato de que as economias capitalistas dominantes tendem a aceitar a “globalização localizada” para si, ao mesmo tempo em que impõem a localidade globalizada ao resto. A “globalização localizada” ao criar reservas para o capital e a produção de determinado país gera focos de tensão entre os próprios países dominantes e tende a reduzir a capacidade de ação comum, ao mesmo tempo em que fortalece a tendência à constituição de blocos neomercantis.

A Nova Ordem Internacional, assim como os seus corolários – a globalização e o neoliberalismo – é um processo histórico, dialético e contraditório; como tal é temporário e pleno de tensões e de antagonismos mais ou menos explícitos que levarão à sua superação.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, H. *Reflexões sobre a cultura nacional*. Angola: UE. Angolanos, 1980.
- ALDCROFT, D. *História de la economía europea (1914-1980)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do Nazismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense; 1982. (Coleção Tudo é História, v. 58).
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A OTAN e o fim da Guerra Fria. Rio de Janeiro: *Revista Espaço Acadêmico*, ano 1, n. 9, fev. 2002.
- AMIN, Samir. *A Crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Classes e nações na crise do mundo contemporâneo*. Lisboa: Moraes, 1981.
- _____. *O desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- _____. *Classe e nação na História e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes Ed., 1981.
- _____. *El capitalismo em la era de la globalización*. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. Imperialismo, a expansão do poder: uma análise dialética. In: _____. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. v. II.
- _____. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AROSTEGUI, J. et al. *El mundo contemporâneo: história y problemas*. Buenos Aires; Barcelona: Biblos; Crítica, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- ASSMAN, H. et al. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- AUDREY, Francis. *China. 25 anos, 25 séculos*. São Paulo: Paz e terra, 1976.
- AUPHAN, Pierre. *Histoire de la decolonization*. Paris; Editions France-Empire, 1975.
- BARRAGLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BARRAZA, Hilda Varela. *África, crisis del poder político: dictaduras y procesos populares*. Mexico: Nova Imagem, 1981.

- BEAUD, Michael. *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A questão da globalização. In: FIORI, José L. et al. (Org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. El siglo XX: II – Europa después de la Segunda Guerra Mundial. 1945-1982. In: _____. *Historia Universal Siglo XXI*. Madrid: Siglo XXI, 1983. v. 35.
- BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. III – Problemas mundiales entre los dos blocos de poder. In: _____. *Historia Universal Siglo XXI*. Mexico: Siglo XXI, 1982. v. 36.
- BERGUERE, Marie-Claire. *A economia da China Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BERMAN, Marshall. *Um século em Nova Iorque: espetáculos em Times Square*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BERTAUX, P. *África desde la pre-historia hasta los días actuales*. Madrid: Siglo XXI, 1972. (Colección Historia Universal Siglo XXI, v. 32).
- BETTELHEIN, Charles, et al. *China después de Mao*. Barcelona: Iniciativas Ed., sde.
- BIANCO, L. *Asia contemporánea*. 2. Madrid: Siglo XXI, 1980. (Colección Historia Universal Siglo XXI, v. 33).
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.
- BOU, Luis Cezar. Vietnam, la guerra que EE.UU. perdió. Rosario: Kolectivo Editorial “Último Recurso”, 2007. Disponível em: <<http://www.ultimorecurso.org.ar/drupi/files/vietnam.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- BOUJU, Paul M.; PACAULT, Marcel. *O mundo contemporâneo 1947-1975*. Lisboa: Estampa, 1979.
- BRACHER, Karl Dietrich. *La dictadura alemana, I. Gênese, estructura y consecuencias del nacionalsocialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1973.
- BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais da juventude*. São Paulo: Moderna, 1980.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- BULLOCK, Alan (Org.). El siglo XX. In: _____. *Historia de las civilizaciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. v. 11.
- CAFAGNA, Luciano et al. *Industrialización y desarrollo*. Madrid: Alberto Corazon ed., sde.
- CARR, Edward Hallett. La conquista y organización del poder. In: _____. *La Revolución Bolchevique (1917-1923)*. Madrid: Alianza Editorial, 1977. v. I.

- _____. *La Rusia soviética y el mundo*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.
- _____. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin, 1918-1929*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- _____. *El ocaso de la Comintern*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CASTRO, Nilo André Piana de. *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- CHALIAND, G. *Mitos revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- _____. *A luta pela África. A estratégia das potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, São Paulo: EdUSC, 1999.
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNEAUX, Jean. *Movimientos campesinos en China (1840- 1949)*. Madrid: Siglo XXI, 1978.
- _____. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976. (Coleção Nova Clio).
- CHOMSKY, Noam. *Ano 501. A conquista continua*. São Paulo: Scritta, 1993.
- _____. *Banhos de sangue*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- _____. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *II Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Ed. Xamã, [19--].
- _____. *Questões de História Contemporânea*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.
- COOPER, Frederick, HOLT, Thomas, SCOTT, Rebecca (Org.). *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; MONIOT, Henri. *África Negra de 1800 a nuestros días*. Barcelona: Labor, 1985. (Colección Nueva Clio, n. 46).
- CORTÁZAR, Fernando García de; ESPINOSA, José María Lorenzo. *Historia del mundo actual: 1945-1992*. Madrid: Alianza Ed., 1992.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CROUZET, Maurice. *A época contemporânea*. São Paulo: Difel, 1977. (História Geral das Civilizações, v. 16).

DAVIDSON, Basil. *L'Afrique au XX siècle: l'éveil des combats du nationalisme africain*. Paris: J.A., 1979.

_____. *Os Africanos*. Uma introdução à sua história cultural. Lisboa: Edições 70, 1981.

DAVIS, Mike. *Apologia dos bárbaros*. Ensaios contra o Império. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DECREANE, Philippe. *El panafricanismo*. Buenos Aires: Eudeba, 1962.

DEUTSCHER, Isaac. *As raízes da burocracia*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

_____. *Stalin: a história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Trotsky: o profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Ironias da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Disponível em: <<http://www.ultimorecurso.org.ar/drupi/files/vietnam.pdf>>.

DREIFUS, René A. *A época das perplexidades – Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 2004.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Antony. *História do século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1988. v. 3, 4.

_____. *História do século XX*. Expansão e independências (1950-1973). Lisboa: Publicações Don Quixote, 1991.

DRUCKER, Peter. As mudanças na economia mundial. *Revista de Política Externa*, v. 1, n. 3, dez. 1992-jan. 1993.

DUVERGER, Maurice. *As modernas tecnodemocracias*. Poder econômico e poder político. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

EFIMOV, Nikolai Vladimirovich; ZUBOK, Galkine. *História Moderna*. O imperialismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: KIZERBO, J. (Ed.). *História Geral da África*. Brasília: UNESCO; Secad/MEC; UFSCar, 2010. v. 8, cap. 15, p.519-563.

FAETHERSTONE, Mike (Coord). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FAIRBANK, John. *Uma história da China (siglos XIX y XX)*. Madrid: Alianza Ed., 1990.

- FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas. Macartismo: uma tragédia americana*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- FERRO, Marc. *Historia das colonizações. Das conquistas às independências. Século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1966.
- FIELDHOUSE, David K. *Los imperios coloniales desde el siglo XVIII*. Madrid: Siglo XXI, 1984. (Colección Historia Universal Siglo XXI, v. 29).
- FIORI, José L. et al. (Org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FITZPATRICK, Sheila. *La Revolución Rusa*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- FRÖBEL, F. et al. *La nueva división internacional del trabajo*. Madrid: Sigloveinteuno de Espana Ed., 1980.
- FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- GARCIA, Julio Moreno. *El Extremo Oriente*. Madrid: Editorial Sintesis, sde.
- GEIER, Joel. Vietnam: la rebelión de los soldados. In BOU, Luis Cesar. *Vietnam, la guerra que EE.UU. perdió*. Rosario: Kolectivo Editorial “Ultimo Recurso”, 2007.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GIAP, Vo Nguyen. *O Vietnã segundo GIAP*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- GOUCHER, Candice; WALTON, Linda. *História mundial: jornadas do passado ao presente*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- GRANET, Marcel. *Civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.
- GUILLEN, Pierre. *História de Alemanha. El império aleman (1871-1918)*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1973.
- HALLYDAY, Fred. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. México: Ed. FCE, 1989.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HEADRCK, Daniel R. *Los instrumentos del imperio*. Madrid: Alianza Ed., 1989.
- HEFFER, Jean; LAUNAY, Michel. *La Guerra Fria – 1945-1972*. Madrid: Akal, 1992.
- HERF, Jeffrey. *El modernismo reaccionário. Tecnologia, cultura y política em Weimar y el Tercer Reich*. México, D.F.: Fondo de Cultura Econômico, 1990.
- HIRSCH, Joachim. *Globalizacion*. Córdoba: Goethe, 1997.

- HIRST, Paul. Globalização: mito ou realidade. In: FIORI, José L. et al. (Org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Moraes, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *A era dos impérios. 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *As origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global, 1979.
- HOROWITZ, David (Org.). *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- IANNI, Octávio. Enigmas da modernidade-mundo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n.37, jun. 1998.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- ILIFFE, John. *Os africanos. História de um continente*. Lisboa: Terramar, 1999.
- JOLL, James. *Europa desde 1870*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KEMP, Tom. *La Revolucion Industrial em la Europa del siglo XIX*. Barcelona: Fontanella, 1976.
- KERSHAW, Ian. *Dez decisões que abalaram o mundo. 1940-1941*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KEYLOR, William R. *El mundo del siglo XX. La Guerra Fria entre las superpotencias*. Buenos Aires: Editorial Docencia, 1998.
- KITCHEN, M. *Um mundo em chamas*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1993.
- KI-ZERBO, J. *História da África negra*. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1972.
- KOHN, Hans; SOKOLSKI, Wallace. *El nacionalismo africano en el siglo XX*. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- KURZ, Robert. *O retorno de Potemkin. Capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LAQUEUR, Walter. *La Europa de nuestro tiempo. Desde el final de la segunda guerra mundial hasta la década de los 90*. Buenos Aires: Vergara, 1994.
- LENIN, Vladimir I. U. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1991.

- LENIN, Vladimir I. U. *O Estado e a Revolução*. 1918. In: Marxist Internet Archive. Disponível em <<http://www.marxists.org/>>.
- LEWIN, Moshe. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LOSURDO, Domenico. *Stalin: história e crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- _____. *Contra-história do Liberalismo*. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- LOWE, Norman. *Guia ilustrada de la Historia Moderna*. México: Ed. FCE, 1992.
- _____. *História do mundo contemporâneo*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- LUKÁCS, George. *El asalto a la razón*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1976.
- MADRIDEJOS, Mateo. *Colonialismo neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.
- MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MAMMARELLA, G. *Historia de Europa contemporânea (1945-1990)*. Barcelona: Ariel, 1990.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital (os fatos e sua interpretação marxista)*. São Paulo/Campinas: Editora Ensaio; Editora Unicamp, 1990.
- _____. *Ensayos sobre el neocapitalismo*. México: Ediciones Era, 1979.
- _____. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A China antes e depois de Mao*. Lisboa, Edições Antídoto, 1977.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINEZ CARRERAS, José U. *Introducción a la Historia Contemporánea desde 1917: el siglo XX*. Madrid: Ed. Istmo, 1995.
- _____. *Historia de colonialismo y la descolonización: siglos XV-XX*. Madrid: Complutense, 1992.
- MARTINEZ MARTIN, Jesús. *El crecimiento económico en el mundo desarrollado*. Madrid: Ediciones Akal, 1992.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1981.
- MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MAZOWER, Mark. *Continente sombrio. A Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- MICHELENA, Jose Agustin Silva. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- MOMMSEN, Wolfgang. *La época de los impérios (1885-1918)*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1971.
- NEEDAN, Joseph. *La gran titulacion. Ciência y sociedad en Oriente y Occidente*. Madrid: Alianza Universidad, 1977.
- NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- NOVACK, George. *Para compreender a la história*. Mexico: Fontamara, 1989.
- NOVACK, George; TROTSKY, León; MORENO, Nahuel. *La ley del desarrollo desigual y combinado*. Cidade do México: Ediciones Quinto Sol, 1981.
- NUNES, Manuel Jacinto. *De Roma a Maastrich*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- OLIVER, Roland; FAGE, John Donnelly. *Breve história da África*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- ORTIZ, Ricardo. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PACAULT, Marcel; BOUJU, Paul M. *O mundo contemporâneo. 1945-1975*. Lisboa: Estampa, 1979.
- PALMER, R ; COLTON, Joel. *História Contemporânea*. Madrid: AKAL,1980.
- PANNIKAR, Kavalam Madhava. *A dominação ocidental na Ásia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PARKER, Robert Alexander Clarke. Europa 1918-1945. In:_____. *El Siglo XX*. Ciudad de México: Siglo XXI; 1978. v. I.
- PÉREZ, Arturo R. *Globalizacion y neoliberalismo: ejes de la restructuración del capitalismo mundial y del estado en el fin del siglo XX*. México, D.F.: Plaza y Valdés editores, 2001.
- PISCHEL, Enrica C. A vitória da revolução. In:_____. *História da Revolução Chinesa*. Lisboa: Publicações Europa América, 1976. cap. 3. (Coleção Saber, v. 106).
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Lisboa: Portucalense, 1971.

POWASKI, Ronald E. *La Guerra Fria*. Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991. Barcelona: Ed. Crítica, 2000.

REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Global, 1982.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Lisboa: Martins Fontes, 1972.

_____. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *O século XX. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RENOUVIN, Pierre. *História de las relaciones internacionales*. Siglos XIX y XX. Madrid: Akal, 1982.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. *Antecedentes da Segunda Guerra Mundial*. In: CASTRO, Nilo André Pianna de. *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

RICHTA, Rodovan. *Economia socialista e revolução tecnológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, D. A., FERREIRA, J., FERREIRA, J., ZENHA, C. (Org.). *O Século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Gabriela. *As reformas implementadas pelo Estado Chinês e pelo Partido Comunista da China (1978-1997)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SAID, Edward. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SAUNDERS, Frances Stoner. *La CIA y la guerra fria cultural*. Madrid: Ed. Debate, 2001.

_____. *Quem pagou a conta?* Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCLAIR, Leslie. *Sociologia do Sistema Global*. Petrópolis: Vozes, 1995.

STONE, Norman. *La Europa transformada*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.

PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar*. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.). *O século XX. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna. Quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TAVARES, Maria C.; MELIN, Luiz E. Mitos globais e fatos regionais: a nova desordem internacional. In: FIORI, José L. et al. (Org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

THIBAUD, Pierre. *O tempo da contestação: 1948-1969*. Lisboa: Dom Quixote, 1981. (História Universal, v. 13).

_____. *O período das ditaduras*. Lisboa: Dom Quixote, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer (Org.). *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

THORSTENSEN, Vera. *Comunidade europeia. A construção de uma potência econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

TOLAND, John. *Adolf Hitler*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.

TROTSKI, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

VAN CHI, Hoang. *Do colonialismo ao comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

_____. *Da Guerra Fria à crise: as Relações Internacionais Contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

_____. *Guerra do Vietnã: descolonização e revolução*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

_____. *Segunda Guerra Mundial: história e relações internacionais: 1931-1945*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1989. (Coleção Síntese Universitária, v. 3).

_____. *A Segunda Guerra – Relações Internacionais do Século XX*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. *A grande crise: a nova (dês)ordem internacional dos anos 1980 e 1990*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____; RODRIGUES, Gabriela. *O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos*. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

VOLIN. *A Revolução desconhecida (1). Nascimento, crescimento e triunfo da Revolução Russa (1825-1917)*. São Paulo: Global Editora, 1980.

VV.AA. *Asia y África: de la liberación nacional al socialismo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1972.

VV. AA. *História do Século XX*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. 4 v.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O sistema mundial moderno*. Lisboa: Afrontamento, 1990.

WISKEMANN, Elizabeth. *La Europa de los dictadores – 1919-1945*. Madrid: Siglo XXI, 1983.